



MINISTÉRIO DA FAZENDA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Brasília – Março/2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 146/2015 e 147/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015, bem como das orientações da Portaria nº 522/2015, da Controladoria-Geral da União.

Brasília – Março/2016

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AGU – Advocacia Geral da União
ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
ASSEC - Assessoria Econômica
BDCO - Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste
BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A
CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CAUC - Cadastro Único de Convênio
CCONF - Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CCONT - Coordenação-Geral de Contabilidade da União
CESEF - Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais
CFT-E - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional
CGU - Controladoria-Geral da União
CMN - Conselho Monetário Nacional
COAFI - Coordenação-Geral de Haveres Financeiros
COAPI - Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público
CODIN - Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional
CODIP - Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública
CODIV - Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
COFIN - Coordenação-Geral de Programação Financeira
COFIS - Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais
COFSB – Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil
COGEP - Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública
COGER - Coordenação-Geral de Gestão de Riscos Operacionais
COGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
COINT - Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais
COMITÊ DE GE – Comitê de Gestão Estratégica
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
COPAR - Coordenação-Geral de Participações Societárias
COPEC - Coordenação-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional
COPEM - Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios
COREM - Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios
COSIS - Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação
CPR – Contas a Pagar e a Receber
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento
DOU – Diário Oficial da União
DPMFi - Dívida Pública Mobiliária Federal interna
EBTU - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos
ESAF - Escola de Administração Fazendária
FC/RFFSA - Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal S.A
FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais
FDIC - Fundos de Investimento em Direito Creditório
FFIE - Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização
FGCN - Fundo de Garantia para a Construção Naval
FGEDUC - Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo

FGHab - Fundo Garantidor da Habitação Popular
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos
FGO - Fundo de Garantia de Operações
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIEL - Fundo para Pagamento de Prestações no Caso de Perda de Renda por Desemprego e Invalidez Temporária
FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM/FPE - Fundo de Participação dos Municípios/dos Estados
FSB – Fundo Soberano do Brasil
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GMM - Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul (GMM)
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
IRB - Instituto de Resseguros do Brasil
ITIL - Information Technology Infrastructure Library
LLOYDBRÁS - Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro
LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEFP - Manual de Estatísticas de Finanças Públicas
MF – Ministério da Fazenda
NA – Não se aplica
NUCLEBRÁS - Empresas Nucleares Brasileiras S.A.
OOC – Operações Oficiais de Crédito
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PACE - Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável
PAF - Plano Anual de Financiamento
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDD - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa
PEDD - Padrão Especial de Disseminação de Dados
PORTOBRÁS - Empresa de Portos do Brasil S/A
PPA - Plano Plurianual
PPI – Projeto Piloto de Investimentos
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRODECER - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PROEX - Promoção das Exportações
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVARZEAS - Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis
RECOOP - Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária
RFB - Receita Federal do Brasil
RFFSA - Rede Ferroviária Federal
RGF - Relatório de Gestão Fiscal
RLR - Receita Líquida Real
RREO - Relatório Resumido de Execução Orçamentária
SDE - Secretaria de Direito Econômico
SECAD – Secretaria-Adjunta
SEGES - Secretaria de Gestão
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados

SH/SFH - Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC - Sistema de Custos para a Administração Pública Federal
SICAU - Sistema Integrado de Controle das Ações da União
SICOF - Sistema de Coleta de Dados Fiscais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde
SISTC - Sistema de Transferências Constitucionais
SISTN - Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SOTN - Sistema de Operações do Tesouro Nacional
SPI - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos
SPOA – subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
UCP – Unidade de Coordenação de Programa

LISTA DE QUADROS, FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS

Tabela 4.3.1 – Evolução das Programações nos Relatórios de Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas de 2015.....	45
Tabela 7.6.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....	202
Tabela 7.6.2 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Moeda Nacional e Moeda Estrangeira.....	203
Tabela 7.6.3 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos.....	203
Tabela 7.6.4 – Haveres financeiros relativos a operações de crédito do Tesouro Nacional – COPEC/STN.....	203
Tabela 7.6.5 – Créditos geridos pela STN/COPEC – Distribuição por Programa.....	204
Tabela 7.6.6 – Créditos de Fundos e Operações Fiscais Geridos pela STN/COFIS.....	204
Tabela 7.6.7 – Estoque dos Principais Haveres Financeiros – STN/COFIS.....	205
Tabela 7.6.8 – Haveres Financeiros STN/COFIS – Fluxo de recebimento dos Principais Contratos.....	207
Tabela 7.6.9 – Empréstimos/Financiamento LP – Intra.....	208
Tabela 7.6.10 – Demais créditos e valores a longo prazo – STN/COPAR.....	209
Tabela 7.6.11 – Repasses de AFAC (Principal e Correção) em 2015 – Valores mais relevantes.....	209
Tabela 7.6.12 – Investimentos e Aplicações Temporárias a LP.....	210
Tabela 7.6.13 – Investimentos e Aplicações Temporárias a LP – Ações FAD/FND.....	210
Tabela 7.6.14 – Participações Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial.....	211
Tabela 7.6.15 – Participação em Empresas.....	211
Tabela 7.6.16 – Participação em Fundos.....	212
Tabela 7.6.17 – Aumento de Capital em 2015.....	212
Tabela 7.6.18 – Participações Avaliadas pelo Método de Custo.....	214
Tabela 7.6.19 – Participações em Empresas e em Organismos Internacionais avaliadas pelo método de custo.....	214
Tabela 7.6.20 – Composição do Ativo Imobilizado.....	215
Tabela 7.6.21 – Intangível.....	216
Tabela 7.6.22 – Softwares.....	216
Tabela 7.6.23 – Operações de crédito.....	216
Tabela 7.6.24 – Provisões para Riscos Fiscais.....	217
Tabela 7.6.25 – Estimativa das Obrigações por Programa.....	217
Tabela 7.6.26 – Provisões para Riscos Fiscais.....	218
Tabela 7.6.27 – Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo geridos pela STN/COAFI.....	218
Tabela 7.6.28 – Combustíveis / Veículos.....	219
Tabela 7.6.29 – Participações em Empresas com PL Negativo.....	220
Tabela 7.6.30 – Detalhamento das Participações em Empresas com Patrimônio Líquido Negativo.....	220
Tabela 7.6.31 – Provisões Matemáticas Previdenciárias.....	220
Tabela 7.6.32 – Provisões Matemáticas Previdenciárias.....	221
Tabela 7.6.33 – Provisão para Riscos Fiscais – Instituições Financeiras.....	224
Tabela 7.6.34 – Estimativa das Obrigações por Programa.....	224
Tabela 7.6.35 – Provisão para Riscos Fiscais.....	224
Tabela 7.6.36 – Controles Devedores – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar – STN/COAFI.....	226
Tabela 7.6.37 – Controles Credores – Demais Riscos Fiscais Previstos – STN/COFIS.....	227
Tabela 7.6.38 – Passivos Contingentes da União com a Caixa.....	227
Tabela 7.6.39 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras – STN/COAFI.....	230
Tabela 7.6.40 – Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos.....	230
Tabela 7.6.41 – Variação do IGP-DI – 2014 – 2015.....	230
Tabela 7.6.42 – Variação do Dólar – 2014 – 2015.....	230
Tabela 7.6.43 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras – STN/COPAR.....	231
Tabela 7.6.44 – Resultado Positivo de Participações.....	232
Tabela 7.6.45 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras – STN/COAFI.....	232
Tabela 7.6.46 – Resultado Negativo de Participações.....	234
Tabela 7.6.47 – Evolução da arrecadação – R\$ milhões.....	239
Tabela 7.6.48 – Arrecadação dos Dividendos/JCP – R\$ milhões.....	239
Tabela 7.6.49 – Antecipação de Dividendos e JCP – R\$ milhões.....	239
Tabela 7.6.50 – Juros e Correção Monetária da Dívida Interna – STN/COAFI.....	241
Tabela 7.6.51 – Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.....	241
Tabela 7.6.52 – Amortização/Refinanciamento da Dívida – STN/COAFI.....	242
Tabela 9.1.1 – Determinações TCU – Acórdãos 2015.....	293
Tabela 9.1.2 – Recomendações TCU – Acórdãos 2015.....	294

QUADROS

Quadro 3.1.1 – Identificação da Unidade.....	14
Quadro 3.1.2 – Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada.....	14
Quadro 3.1.3 – Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada.....	15
Quadro 3.1.4 – Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões.....	15
Quadro 3.3.1 – Decretos de Estrutura Regimental - Secretaria do Tesouro Nacional.....	22
Quadro 3.5.1 – Áreas Estratégicas.....	33
Quadro 3.6.1 – Macroprocessos Finalísticos.....	34
Quadro 4.1.1 – Objetivos Estratégicos.....	39
Quadro 4.3.1 – Objetivo fixado pelo PPA.....	43
Quadro 4.3.2 – Programa Temático.....	46
Quadro 4.3.3 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	47
Quadro 4.3.4 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	48
Quadro 4.3.5 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	48
Quadro 4.3.6 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	49
Quadro 4.3.7 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	50
Quadro 4.3.8 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	50
Quadro 4.3.9 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	51
Quadro 4.3.10 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	52
Quadro 4.3.11 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	52
Quadro 4.3.12 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	53
Quadro 4.3.13 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	54
Quadro 4.3.14 – Programação de Despesas.....	55
Quadro 4.3.15 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	56
Quadro 4.3.16 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	57
Quadro 4.3.17 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	59
Quadro 4.3.18 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	60
Quadro 4.3.19 – Concessão de Suprimento de Fundos.....	60
Quadro 4.3.20 – Utilização de suprimento de fundos.....	60
Quadro 4.3.21 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	61
Quadro 4.3.22 – Identificação das Unidades Orçamentárias.....	61
Quadro 4.3.23 – Programação das Despesas Correntes.....	62
Quadro 4.3.24 – Programação das Despesas de Capital.....	62
Quadro 4.3.25 – Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	63
Quadro 4.3.26 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – UG 170.600.....	64
Quadro 4.3.27 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	64
Quadro 4.3.28 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	65
Quadro 4.3.29 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	65
Quadro 4.3.30 – Despesas por Programa.....	66
Quadro 4.3.31 – Restos a Pagar.....	70
Quadro 4.3.32 – Restos a Pagar.....	70
Quadro 4.3.33 – Quadro PPA.....	71
Quadro 4.3.34 – Quadro PPA – 2012 – 2015.....	72
Quadro 4.3.35 – Identificação das Unidades Orçamentárias.....	73
Quadro 4.3.36 – Programação das Despesas Correntes – UG 170.512.....	73
Quadro 4.3.37 – Programação das Despesas de Capital – UG 170.512.....	74
Quadro 4.3.38 – Quadro Resumo da Programação das Despesas – UG 170.512.....	74
Quadro 4.3.39 – Quadro Resumo – LOA e Suplemento Orçamentário – UG 170.512.....	75
Quadro 4.3.40 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.512.....	76
Quadro 4.3.41 – Valores Previstos versus Recebidos por Programa – Exercício de 2015 – COAFI.....	78
Quadro 4.3.42 – Valores Previstos versus Recebidos por Fonte e Natureza de Receita em 2015.....	82
Quadro 4.3.43 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	83
Quadro 4.3.44 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	83
Quadro 4.3.45 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	84
Quadro 4.3.46 – Participação em Fundos Garantidores.....	84
Quadro 4.3.47 – Ação 00CZ – Integralização de Cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab.....	85
Quadro 4.3.48 – Metas e Resultados – Ação 00CZ.....	85
Quadro 4.3.49 – Ação 00EC – Integralização de Cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN.....	86
Quadro 4.3.50 – Metas e Resultados – Ação 00EC.....	86
Quadro 4.3.51 – Ação 00M2 – Integralização de Cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEduc.....	86

Quadro 4.3.52 – Metas e Resultados – Ação 00M2.....	87
Quadro 4.3.53 – Ação 00P3 – Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE.....	87
Quadro 4.3.54 – Metas e Resultados – Ação 00P3.....	88
Quadro 4.3.55 – Execução Orçamentária UG 170705.....	88
Quadro 4.3.56 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	89
Quadro 4.3.57 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	90
Quadro 4.3.58 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	90
Quadro 4.3.59 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	91
Quadro 4.3.60 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	91
Quadro 4.3.61 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores.....	92
Quadro 4.3.62 – Pagamentos junto aos Organismos Internacionais.....	92
Quadro 4.3.63 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	94
Quadro 4.3.64 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	95
Quadro 4.3.65 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	96
Quadro 4.3.66 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	97
Quadro 4.3.67 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	100
Quadro 4.3.68 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	101
Quadro 4.3.69 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	102
Quadro 4.3.70 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	104
Quadro 4.3.71 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	105
Quadro 4.3.72 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	106
Quadro 4.3.73 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	108
Quadro 4.3.74 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	109
Quadro 4.3.75 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	110
Quadro 4.3.76 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	112
Quadro 4.3.77 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	113
Quadro 4.3.78 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	114
Quadro 4.3.79 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	116
Quadro 4.3.80 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	117
Quadro 4.3.81 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	118
Quadro 4.3.82 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	120
Quadro 4.3.83 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	121
Quadro 4.3.84 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	123
Quadro 4.3.85 – Ações não Previstas LOA do exercício – Restos a Pagar – OFSS.....	125
Quadro 4.3.86 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores.....	125
Quadro 4.3.87 – Ações não Previstas LOA do exercício – Restos a Pagar – OFSS.....	126
Quadro 4.3.88 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores.....	127
Quadro 4.6.1 – Demandas Recebidas quanto a Ações Judiciais relacionadas ao CAUC, por Estado (2014-2015)	128
Quadro 4.6.2 – Gestão de Haveres – Indicadores de Eficácia – Execução da Receita.....	129
Quadro 4.6.3 – Gestão de Haveres – Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa.....	130
Quadro 4.6.4 – Ação 00M4 PO 000M – Carteira de Saneamento – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício.....	131
Quadro 4.6.5 – Ação 00M4 PO 0002 – PNAFE - Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício.....	132
Quadro 4.6.6 – Ação 0272 – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício.....	133
Quadro 4.11.1 – Recebimentos Realizados pela STN/COAFI - Exercício 2015.....	134
Quadro 4.11.2 – Resultado dos Indicadores de Eficácia no Exercício de 2015.....	135
Quadro 4.11.3 – Recebimentos em 2015.....	136
Quadro 4.12.1 – Indicadores de desempenho.....	138
Quadro 4.12.2 – Indicadores de desempenho.....	139
Quadro 4.13.1 – Análise de Pleitos.....	141
Quadro 4.13.2 – Análise de Concessão de Garantias.....	141
Quadro 4.13.3 – Créditos a receber – Exercício de 2014 versus Exercício de 2015.....	144
Quadro 4.13.4 – Ajuste de perdas para créditos de liquidação duvidosa – 2014 versus 2015.....	145
Quadro 4.13.5 – Ajuste de perdas de empréstimos e financiamentos concedidos – 2014 versus 2015.....	145
Quadro 4.13.6 – Ajustes da Dívida Ativa.....	149
Quadro 4.13.7 – Passivo Atuarial da União.....	149
Quadro 4.13.8 – Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens – 2015.....	165
Quadro 4.13.9 – Doações – 2015.....	166
Quadro 4.13.10 – Operações de Crédito Externo – 2004 a 2015.....	166
Quadro 4.13.11 – Concessão de Garantias Externas – 2004 a 2015.....	166
Quadro 4.13.12 – Contratos de Dívida Externa Assinados em 2015 com Garantia da União.....	167

Quadro 4.13.13 – Concessão de Garantias Internas – 2015.....	167
Quadro 4.13.14 – Contratos de Dívida Interna Assinados em 2015 com Garantia da União.....	167
Quadro 4.13.15 – Concessão de Contragarantias Internas – 2015.....	167
Quadro 4.13.16 – Saldo Devedor das Garantias Cconcedidas.....	168
Quadro 4.13.17 – Saldo das Contragarantias Recebidas.....	169
Quadro 4.13.18 - Evolução das Garantias Honradas pela União – 2004 a 2015.....	169
Quadro 6.1.1 – Protocolo.....	182
Quadro 6.1.2 – Quantidade de Mensagens.....	183
Quadro 7.1.1 – Valores Recebidos – Exercício de 2015 versus Exercício de 2014 – COAFI/STN.....	185
Quadro 7.1.2 – Haveres Financeiros Administrados Pela STN/COFIS – saldos devedores em 31.12.2015.....	189
Quadro 7.2.1 – Taxas Utilizadas – Depreciação.....	191
Quadro 7.4.1 – Conformidade Contábil.....	196
Quadro 7.4.2 – Ocorrências Contábeis.....	197
Quadro 7.5.1 – Declaração do Contador.....	199
Quadro 7.6.1 – Balanço Patrimonial.....	200
Quadro 7.6.2 – Compensações.....	202
Quadro 7.6.3 – Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial.....	202
Quadro 7.6.4 – Saldo da Dívida Pública Federal.....	217
Quadro 7.6.5 – Variações Patrimoniais.....	228
Quadro 7.6.6 – Variações Monetárias da Dívida Pública Federal.....	231
Quadro 7.6.7 – Aportes do Banco Central.....	231
Quadro 7.6.8 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras – Dívida Pública Federal.....	234
Quadro 7.6.9 – Variações Monetárias da Dívida Mobiliária.....	234
Quadro 7.6.10 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	235
Quadro 7.6.11 – Juros e Correção Monetária da Dívida Interna.....	240
Quadro 7.6.12 – Juros e Correção Monetária da Dívida Externa.....	241
Quadro 7.6.13 – Operações de Crédito.....	242
Quadro 7.6.14 – Amortização/Refinanciamento da Dívida Pública Federal.....	242
Quadro 7.6.15 – Balanço Financeiro.....	243
Quadro 7.6.16 – Balanço Orçamentário.....	244
Quadro 8.1.1.1 – Força de Trabalho.....	248
Quadro 8.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	248
Quadro 8.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....	248
Quadro 8.1.2.1 – Despesas com pessoal – Custos do Pessoal.....	250
Quadro 8.1.4.1 – Gratificações Temporárias.....	251
Quadro 8.1.6.1 – Evolução do Quantitativo de Estagiários – 2015.....	251
Quadro 8.1.7.1 – PREMEF.....	253
Quadro 8.1.7.2 – Metas Físicas PREMEF 2015.....	254
Quadro 8.1.7.3 – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica.....	256
Quadro 8.1.7.4 – Contratos de Consultoria.....	257
Quadro 8.2.1.1 – Principais Sistemas de Informações.....	270
Quadro 8.2.1.2 – Quadro de capacitações dos servidores da TI em 2015.....	273
Quadro 8.2.1.3 – Disponibilidade de Servidores em TI.....	274
Quadro 8.2.2.1 – Objetivos Estratégicos versus Iniciativas Propostas no PDTI.....	277
Quadro 8.2.2.2 – Ações do PDTI – 2014 a 2015.....	279
Quadro 8.2.2.3 – Projetos Autorizados pelo CDTI em 2015.....	281
Quadro 8.2.2.4 – Relação de outros assuntos deliberados pelo CDTI em 2015.....	281
Quadro 8.2.3.1 – Projetos de TI.....	283
Quadro 9.1.1 – Deliberações do TCU do julgamento de contas que permanecem pendentes de cumprimento.....	294
Quadro 9.2.1 – Recomendações CGU – Recebidas 2015.....	295
Quadro 10.1 – Declaração referente a contratos e convênios.....	297
Quadro 10.2 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	298

GRÁFICOS

Gráfico 4.2.1 – Percentual de Metas por Situação 1º Quadrimestre.....	41
Gráfico 4.2.2 - Percentual de Metas por Situação 2º Quadrimestre.....	41
Gráfico 4.2.3 - Percentual de Metas por Situação 3º Quadrimestre.....	42
Gráfico 4.3.1 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos até R\$ 120 milhões em 2015.....	80

Gráfico 4.3.2 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos de R\$ 120 milhões a R\$ 1 bilhão em 2015.....	80
Gráfico 4.3.3 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos de R\$ 1 bilhão a R\$ 10 bilhões em 2015.....	81
Gráfico 4.3.4 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos acima de R\$ 10 bilhões em 2015.....	81
Gráfico 4.13.1 – Volume Mensal – Plataforma Eletrônica.....	162
Gráfico 7.1.1 – Distribuição dos Recebimentos dos Haveres Geridos para o Exercício de 2015.....	187
Gráfico 7.1.2 – Composição dos Estoques dos Haveres Geridos em 31.12.2015.....	187
Gráfico 8.1.7.1 – Evolução da Execução dos Recursos – PREMEF BRA 06/024 (em US\$)	256
Gráfico 9.1.1 – Determinações TCU – Acórdãos 2015.....	293
Gráfico 9.1.2 – Recomendações TCU – Acórdãos 2015.....	294
Gráfico 9.2.1 – Deliberações CGU – Recebidas 2015.....	295

FIGURAS

Figura 3.5.1 – Estrutura Organizacional da STN.....	32
Figura 6.1.1 – Fale Conosco.....	180
Figura 6.1.2 – Fale Conosco.....	181
Figura 8.2.2.1 – Relação de Objetivos Estratégicos do Plano Estratégico de TI – PETI 2014-2017.....	278

SUMÁRIO

2. APRESENTAÇÃO.....	13
3. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	14
3.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE.....	14
3.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS.....	16
3.2.1 POLÍTICA FISCAL.....	18
3.2.2 DÍVIDA PÚBLICA.....	20
3.2.3 RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS.....	20
3.2.4 PLANEJAMENTO E ESTATÍSTICAS FISCAIS.....	20
3.2.5 CONTABILIDADE PÚBLICA.....	21
3.2.6 ASSUNTOS CORPORATIVOS.....	21
3.3 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.....	22
3.4 BREVE HISTÓRICO DA UNIDADE.....	29
3.5 ORGANOGRAMA.....	31
3.6 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	34
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	39
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	39
4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS.....	40
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	42
4.4 ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS RELACIONADAS AOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE 2016.....	128
4.5 RENÚNCIA DE RECEITAS.....	128
4.6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	128
4.7 ACOMPANHAMENTO E RESULTADOS DO PLANO BRASIL MAIOR.....	133
4.8 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO SIAFI NOS POSTOS DIPLOMÁTICOS.....	133
4.9 AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA A PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÕES.....	133
4.10 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	134
4.11 RESULTADOS DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES PLANEJADAS PARA O EXERCÍCIO.....	134
4.12 INDICADORES UTILIZADOS PELA UNIDADE PARA MONITORAR E AVALIAR A GESTÃO.....	137
4.13 PRINCIPAIS RESULTADOS RELACIONADOS AO AMBIENTE DE GESTÃO.....	140
5. GOVERNANÇA.....	175
5.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.....	175
5.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS.....	177
5.3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	177
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	179
6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO À UJ.....	179
6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO.....	184
6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	184
6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	184
6.5 AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PELOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	184
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	185
7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO.....	185
7.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA AMORTIZAÇÃO, DEPRECIAÇÃO E EXAUSTÃO E DE AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS DA UNIDADE.....	190
7.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.....	193
7.4 CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	196
7.5 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL - FIDELIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	199
7.6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI Nº 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS.....	200
8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	248
8.1 GESTÃO DE PESSOAS.....	248
8.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	248
8.1.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL.....	250
8.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTROLES PARA MITIGAR RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL.....	250
8.1.4 CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DAS UNIDADES DOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	251
8.1.5 PESSOAL REQUISITADO DOS QUADROS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	251
8.1.6 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS.....	251
8.1.7 CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES PARA PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	251
8.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	269
8.2.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES.....	269
8.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI).....	276
8.2.3 AÇÕES RELACIONADAS À RECUPERAÇÃO E À MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS.....	282
8.3 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS.....	291
9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	293
9.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	293
9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	295

<i>9.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.....</i>	<i>296</i>
<i>9.4 CRONOGRAMA DE SUBSTITUIÇÃO DE TRABALHADORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES.....</i>	<i>296</i>
<i>10. ANEXOS E APÊNDICES.....</i>	<i>297</i>

2. APRESENTAÇÃO

Este Relatório está estruturado de acordo com o Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e Anexo Único da Portaria TCU nº 321/2015, sendo que os poucos itens e/ou subitens que não se aplicam a esta UPC, ou em que não houve conteúdo a ser declarado, estão explicitados nos mesmos. As principais dificuldades e realizações do exercício estão devidamente descritas e comentadas nos itens próprios ao longo deste Relatório.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1 IDENTIFICAÇÃO

Quadro 3.1.1 – Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 001929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria do Tesouro Nacional			
Denominação abreviada: STN			
Código SIORG: 073665	Código LOA: Não há	Código SIAFI: 1701	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.460/0289-09	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6/00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3412 2222	(061) 3412 1717	--
Endereço eletrônico: assci@tesouro.gov.br			
Página da Internet: http:// www.stn.fazenda.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Ministério da Fazenda, 2º Andar – CEP 70.048-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986. Cria a Secretaria do Tesouro Nacional – DOU de 11/03/1986.			
Decreto nº 8.391, de 16 de janeiro de 2015 – Altera o Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas técnicas.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno da STN – Portaria MF 244, de 16 de julho de 2012 – Publicada no DOU de 20.julho de 2012.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual SIAFI.			

Fonte: SIAFI – Transações CONORGAO, CONSUBORG e CONUG

Quadro 3.1.2 – Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
170.007	COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – CODIN
170.403	UCP/STN – PACE – RECURSOS EXTERNOS
170.453	STN/COAPI – PPI – TAL
170.500	COORDENACAO-GERAL DE PROGRAMACAO FINANCEIRA
170.501	COORD.PROG.FINANCEIRA/SIST.PAGTO.BRASILEIRO
170.502	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL/COFIN/STN
170.503	SETORIAL DE CONTABILIDADE – COFIN/STN
170.504	COFIN EXTERIOR – DOLAR
170.505	COFIN EXTERIOR – EURO
170.506	COFIN EXTERIOR – IENE
170.508	STN/COAPI – DOAÇÃO BIRD TF55483
170.509	COORDENAÇÃO-GERAL ANÁLISE ECON.-FISC.PROJ.INV.PUBLICO
170.510	COORDENAÇÃO-GERAL DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
170.512	COORDENACAO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS
170.515	COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE DE EST.FISC.DE ESTADOS/MUNICIPIOS
170.518	COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONOMICOS E FISCAIS
170.519	COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJ. ESTRAT. DA DÍVIDA PUBLICA
170.521	COORDENAÇÃO-GERAL DE OPER. DE CRED. ESTADOS E MUNICIPIOS
170.526	COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNÇÃO DE PASSIVOS – PROJETO BIRD
170.528	COFIN EXTERIOR – FRANCO SUICO
170.539	SETORIAL DE CONTABILIDADE – CODIV/STN
170.556	SETORIAL DE CONTABILIDADE – COPAR STN

170.557	SETORIAL DE CONTABILIDADE – COAFI/STN
170.562	COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DO FUNDO SOBERANO DO BRASIL
170.600	COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DA DIVIDA PUBLICA
170.601	PROGER – GERENCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA
170.700	COORDENAÇÃO-GERAL DAS OPER. DE CRED. DO TESOIRO NACIONAL
170.701	COPEC/EQ.INV./GARSUSPT/CUSTEIO/EGF/AGF/PRONAF
170.702	COPEC – PROEX
170.703	COPEC – U.RURAI/INDUST/RECOOP/PROAGRO/PESA
170.704	COPEC – U.RURAI/CACAU/PAPP/PRODECER/PNDR
170.705	COORDENAÇÃO-GERAL DE GERENCIAM. DE FUNDOS E OPER FISCAIS
170.710	COPEC/PROGRAMA REVITALIZAÇÃO DE COOP. DE PROD. AGROP. RECOOP
170.716	COPEC/U. INDUSTRIAIS/ALCOOL/PNDA
170.722	COPEC – PRONAF
170.800	COORDENAÇÃO-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMATICA
170.802	COORDENAÇÃO-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMATICA – CONTROLE
170.803	REGISTRO AUTOMATICO PARA IMPORTACAO DE DADOS – STN
170.804	PROGRAMA DE CAPACITACAO DE USUARIOS/ED.
170.850	GABINETE DO SECRETARIO DA STN
170.860	COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE E INFORM. TRANSF. FIN. INTERGOV
170.998	COORDENAÇÃO-GERAL DE NORMAS CONTAB. APL. À FEDERACAO
170.999	COORDENACAO GERAL DE CONTABILIDADE DA UNIÃO
179.999	STN – EXTERIOR – DIFERENÇA CAMBIAL

Fonte: SIAFI – Transação CONSUBORG – Suborgão 1701 – Secretaria do Tesouro Nacional

Quadro 3.1.3 – Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional

Fonte: SIAFI – Transação CONGESTAO – Gestão 00001 – Tesouro Nacional

Quadro 3.1.4 – Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170.007	00001 – Tesouro Nacional
170.403	00001 – Tesouro Nacional
170.453	00001 – Tesouro Nacional
170.500	00001 – Tesouro Nacional
170.501	00001 – Tesouro Nacional
170.502	00001 – Tesouro Nacional
170.503	00001 – Tesouro Nacional
170.504	00001 – Tesouro Nacional
170.505	00001 – Tesouro Nacional
170.506	00001 – Tesouro Nacional
170.508	00001 – Tesouro Nacional
170.509	00001 – Tesouro Nacional
170.510	00001 – Tesouro Nacional
170.512	00001 – Tesouro Nacional
170.515	00001 – Tesouro Nacional
170.518	00001 – Tesouro Nacional
170.519	00001 – Tesouro Nacional
170.521	00001 – Tesouro Nacional
170.526	00001 – Tesouro Nacional
170.528	00001 – Tesouro Nacional
170.562	00001 – Tesouro Nacional
170.600	00001 – Tesouro Nacional
170.601	00001 – Tesouro Nacional
170.700	00001 – Tesouro Nacional
170.701	00001 – Tesouro Nacional

170.702	00001 – Tesouro Nacional
170.703	00001 – Tesouro Nacional
170.704	00001 – Tesouro Nacional
170.705	00001 – Tesouro Nacional
170.710	00001 – Tesouro Nacional
170.716	00001 – Tesouro Nacional
170.722	00001 – Tesouro Nacional
170.800	00001 – Tesouro Nacional
170.802	00001 – Tesouro Nacional
170.803	00001 – Tesouro Nacional
170.804	00001 – Tesouro Nacional
170.850	00001 – Tesouro Nacional
170.860	00001 – Tesouro Nacional
170.998	00001 – Tesouro Nacional
170.999	00001 – Tesouro Nacional
179.999	00001 – Tesouro Nacional

Fonte: SIAFI – Transação CONORGEST

3.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

- *Secretaria do Tesouro Nacional*

A STN é o órgão central da Administração Financeira Federal e do Sistema de Contabilidade Federal. Os principais grupos de atividades de relevância estratégica do Tesouro Nacional são:

- Realização do planejamento fiscal, orçamentário e financeiro
- Administração financeira
- Gestão das demandas de financiamento público e subvenções
- Gestão de ativos
- Gestão de passivos
- Transparência fiscal
- Acompanhamento da gestão fiscal e financeira dos estados e municípios
- Gestão da contabilidade e informações de custos do setor público
- Gestão do Programa de Educação Fiscal para a sociedade e governos

Conforme definido no Decreto nº 8.391, de 16/01/2015, o qual altera o Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas técnicas, à Secretaria do Tesouro Nacional, órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, compete:

- I - elaborar a programação financeira mensal e anual do Tesouro Nacional, gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional e subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública;
- II - zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional;
- III - administrar os haveres financeiros e mobiliários do Tesouro Nacional;
- IV - manter controle dos compromissos que onerem, direta ou indiretamente, a União junto a entidades ou a organismos internacionais, bem como o gerenciamento da conta em moeda estrangeira prevista em contratos de empréstimos e concessões de créditos especiais firmados pela União junto a organismos internacionais e entidades governamentais estrangeiras de crédito;
- V - administrar as dívidas públicas mobiliária e contratual, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional;
- VI - gerir os fundos e os programas oficiais que estejam sob responsabilidade do Tesouro Nacional, avaliando e acompanhando os eventuais riscos fiscais;

- VII - editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira, bem como promover o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública;
- VIII - implementar as ações necessárias à regularização de obrigações financeiras da União, inclusive daquelas assumidas em decorrência de lei;
- IX - editar normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública;
- X - coordenar a edição e manutenção de manuais e instruções de procedimentos contábeis, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e o processo de registro padronizado dos atos e fatos da Administração Pública;
- XI - supervisionar a contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União;
- XII - promover a harmonização com os demais Poderes da União e com as demais esferas de governo em assuntos de contabilidade;
- XIII - articular-se com os órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- XIV - definir, coordenar e acompanhar os procedimentos relacionados com a disponibilização de informações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fins de transparência, controle da gestão fiscal e aplicação de restrições;
- XV - manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- XVI - estabelecer normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração federal, promovendo o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução contábil;
- XVII - manter e aprimorar o Plano de Contas e o Manual de Procedimentos Contábeis da Administração Federal;
- XVIII - instituir, manter e aprimorar sistemas de registros contábeis para os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- XIX - instituir, manter e aprimorar sistemas de informação que permitam produzir informações gerenciais necessárias à tomada de decisão e à supervisão ministerial;
- XX - elaborar as demonstrações contábeis e relatórios destinados a compor a prestação de contas anual do Presidente da República;
- XXI - editar normas gerais para consolidação das contas públicas nacionais;
- XXII - consolidar as contas públicas nacionais, mediante a agregação dos dados dos balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- XXIII - promover a integração com os demais Poderes da União e das demais esferas de governo em assuntos contábeis relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- XXIV - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;
- XXV - elaborar e divulgar, no âmbito de sua competência, estatísticas fiscais, demonstrativos e relatórios, em atendimento a dispositivos legais e acordos, tratados e convênios celebrados pela União com organismos ou entidades internacionais;
- XXVI - estabelecer, acompanhar, monitorar e avaliar a execução dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados e avaliar o cumprimento dos compromissos fiscais dos Municípios que firmaram contrato de refinanciamento de dívida com a União, no âmbito da legislação vigente;
- XXVII - verificar o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendendo as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais;
- XXVIII - divulgar, mensalmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária, nos termos da legislação vigente;

XXIX - assessorar e subsidiar tecnicamente o Ministro de Estado em sua participação em instâncias deliberatórias sobre questões relacionadas a investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de investimento direto, parceria público-privada e concessão tradicional, em especial nos processos referentes às etapas de seleção, implementação, monitoramento e avaliação de projetos;

XXX - gerir o Fundo Soberano do Brasil de que trata a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, com vistas a promover os investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior, apoiando o Conselho Deliberativo, de que trata o art. 6º da referida Lei;

XXXI - verificar a adequação dos projetos de parceria público-privada aos requisitos fiscais estabelecidos na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e na Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos demais normativos correlatos;

XXXII - operacionalizar e acompanhar a gestão de Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, com vistas a zelar pela valorização dos recursos públicos lá depositados, e elaborar parecer prévio e fundamentado quanto à viabilidade da concessão de garantias e à sua forma, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, e ao cumprimento do limite de que trata o art. 22 da Lei nº 11.079, de 2004, para a contratação de parceria público-privada, consoante o inciso II do § 3º do art. 14 da citada Lei;

XXXIII - estruturar e articular o sistema federal de programação financeira, envolvendo os órgãos setoriais de programação financeira, com o objetivo de dar suporte à execução eficiente da despesa pública em geral, e dos projetos de investimento em particular;

XXXIV - promover estudos e pesquisas em matéria fiscal, em particular sobre gastos públicos, com vistas a viabilizar a melhoria das condições de sustentabilidade das contas públicas;

XXXV - promover avaliação periódica das estatísticas e indicadores fiscais, visando adequar o sistema brasileiro de estatísticas fiscais às melhores práticas internacionais e aos requisitos locais;

XXXVI - elaborar cenários de médio e longo prazo das finanças públicas com vistas à definição de diretrizes de política fiscal que orientem a formulação da programação financeira do Tesouro Nacional e a identificação de riscos fiscais; e

XXXVII - estabelecer normas e procedimentos sobre aspectos da gestão dos investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de parceria público-privada, no que tange à programação financeira, à execução orçamentária e financeira, à contabilidade e registro fiscal, ao cálculo e acompanhamento de limites de endividamento, à verificação de capacidade de pagamento, à ocorrência de compromissos contingentes; a sistema de informações gerenciais, à administração de haveres e obrigações sob a responsabilidade do Tesouro Nacional, bem como às demais competências atribuídas institucionalmente à Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 1º No que se refere à despesa pública, inclusive aspectos associados à programação orçamentária, monitoramento e avaliação, conforme mencionado nos incisos VII, XI, XX, XXI, XXII e XXIII, a Secretaria do Tesouro Nacional deverá executar suas atribuições em estreita colaboração com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando suprir eventuais lacunas e aprimorar os procedimentos usuais nessa área.

§ 2º Os produtos gerados em decorrência da atuação da Secretaria do Tesouro Nacional na área da despesa pública, em especial no que se refere às atividades de monitoramento e avaliação, deverão ser compartilhados com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de modo a permitir sua plena integração com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.

- Subsecretarias

Para o desempenho de suas atribuições regimentais, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central dos sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, está estruturada em seis subsecretarias, dezenove coordenações-gerais e uma assessoria econômica.

3.2.1 Política Fiscal

À Subsecretaria de Política Fiscal (SUPOF) compete:

- I - orientar e supervisionar o processo de programação financeira, de gerenciamento da Conta Única do Tesouro Nacional e de formulação da política de financiamento da despesa pública;
- II - zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional;
- III - orientar e supervisionar a elaboração de cenários de finanças públicas e estudos em matéria fiscal com vistas à definição de diretrizes de política fiscal e de orientadores para a formulação da programação financeira, identificação de riscos fiscais e melhoria das condições de sustentabilidade das contas públicas;
- IV - orientar a normatização, o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública;
- V - promover e administrar as ações relativas à integração do SIAFI ao Sistema de Pagamentos Brasileiro, bem como monitorar as movimentações financeiras realizadas por meio do Sistema de Transferência de Reservas que impliquem entradas ou saídas de recursos da Conta Única do Tesouro Nacional;
- VI - orientar o processo de gerenciamento da conta em moeda estrangeira prevista em contratos de empréstimos e concessões de créditos especiais firmados pela União junto a organismos internacionais, entidades governamentais estrangeiras de crédito e organização supranacional;
- VII - administrar os haveres financeiros cujos devedores não sejam entes federativos, bem como os haveres mobiliários do Tesouro Nacional e seus respectivos rendimentos e direitos;
- VIII - avaliar, orientar e manifestar-se acerca da adequação dos projetos de parceria público-privada aos requisitos fiscais estabelecidos na [Lei nº 11.079, de 2004](#), e na Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como nos demais normativos correlatos;
- IX - acompanhar a gestão do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, com vistas a zelar pela valorização dos recursos públicos lá depositados, e avaliar a viabilidade da concessão de garantias e a sua forma, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, e ao cumprimento do limite de que trata o [art. 22 da Lei nº 11.079, de 2004](#), para a contratação de parceria público-privada, consoante o [inciso II do § 3º do art. 14 da citada Lei](#);
- X - estabelecer normas e procedimentos sobre aspectos da gestão dos investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de parceria público-privada, no que tange à programação financeira, à execução orçamentária e financeira, à contabilidade e registro fiscal, ao cálculo e acompanhamento de limites de endividamento, bem como às demais competências atribuídas institucionalmente à Secretaria do Tesouro Nacional;
- XI - gerir os fundos e os programas oficiais que estejam sob responsabilidade do Tesouro Nacional, avaliando e acompanhando os eventuais riscos fiscais;
- XII - coordenar, acompanhar e avaliar a implementação das ações necessárias à regularização de obrigações financeiras da União, inclusive daquelas assumidas em decorrência de lei, incluindo operações de crédito e fomento agropecuários, agroindustriais, industriais, habitacionais, exportações e Operações Oficiais de Crédito;
- XIII - assessorar e subsidiar tecnicamente o Ministro de Estado em sua participação em instâncias deliberatórias sobre questões relacionadas a investimentos públicos, participações societárias da União, contratos de gestão e fundos que estejam sob responsabilidade do Tesouro Nacional;
- XIV - manifestar-se sobre as questões envolvendo planos de benefícios de aposentadoria complementar de empresas públicas e sociedades de economia mista federais, sob a ótica dos riscos fiscais e aportes de recursos da União;
- XV - propor e coordenar operações estruturadas e especiais envolvendo ativos e passivos do Tesouro Nacional, em conjunto com as demais áreas envolvidas, bem como propor programas de governo afetos ao Ministério da Fazenda;
- XVI - manifestar-se sobre matérias societárias relativas a empresas em que a União tenha participação direta ou indireta no capital social, inclusive na condição de acionista minoritário; e

XVII - propor a indicação de representantes do Tesouro Nacional em conselhos fiscais ou órgãos equivalentes de empresas estatais e outras entidades, assim como de representantes do Ministério da Fazenda em comissões de acompanhamento e avaliação de contratos de gestão celebrados pela União.

3.2.2 Dívida Pública

À Subsecretaria da Dívida Pública (SUDIP) compete:

- I - elaborar o planejamento de curto, médio e longo prazos da dívida pública federal, nele incluídos o gerenciamento de riscos e custos, a projeção dos limites de endividamento da União, a elaboração de análises macroeconômicas e a proposição de operações com ativos e passivos que possam melhorar o seu perfil;
- II - conduzir as estratégias de financiamento interno e externo da União, nelas incluídas as contratações de operações de crédito destinadas ao financiamento de projetos ou à aquisição de bens e serviços;
- III - coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e realizar as execuções orçamentária e financeira e os registros contábeis da dívida pública federal;
- IV - elaborar e divulgar informações acerca das operações da dívida pública federal, bem como outros temas a ela relacionados;
- V - coordenar o relacionamento institucional com participantes dos mercados financeiros nacional e internacional, formadores de opinião, imprensa, agências de classificação de risco e órgãos de governo no que se refere à dívida pública federal, bem como assessoramento às autoridades de Governo nesse tema;
- VI - fomentar o mercado de capitais, acompanhando e propondo, no âmbito de suas atribuições, normas reguladoras e disciplinadoras do mercado de títulos públicos;
- VII - articular com as Subsecretarias Fiscais sobre temas por elas coordenados que afetem direta ou indiretamente a gestão da dívida pública federal; e
- VIII - assistir o Secretário do Tesouro Nacional junto às instâncias colegiadas, fóruns de discussão e grupos de trabalho que envolvam matéria de responsabilidade da Subsecretaria.

3.2.3 Relações Financeiras Intergovernamentais

À Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN) compete:

- I - administrar os haveres financeiros do Tesouro Nacional junto aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;
- II - monitorar os Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados e demais compromissos fiscais assumidos por entes federados em contratos firmados com a União;
- III - verificar os limites e condições para a realização de operações de crédito por Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais;
- IV - analisar a concessão de garantias da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais;
- V - assistir ou representar o Secretário do Tesouro Nacional na Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX relativamente às operações de crédito externo de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;
- VI - subsidiar a posição da Secretaria do Tesouro Nacional na Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV; e
- VII - divulgar as informações relativas às operações de crédito analisadas, inclusive com a garantia da União, as informações financeiras de Estados e Municípios, bem como as transferências financeiras intergovernamentais.

3.2.4 Planejamento e Estatísticas Fiscais

À Subsecretaria de Planejamento e Estatísticas Fiscais (SUPEF) compete:

- I - coordenar a elaboração, edição e divulgação de estatísticas fiscais, demonstrativos e relatórios, em atendimento a dispositivos legais e acordos, tratados e convênios celebrados pela União com organismos ou entidades internacionais;
- II - gerir o Fundo Soberano do Brasil, com vistas a promover os investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior, apoiando o Conselho Deliberativo de que trata o art. 6º da Lei nº 11.887, de 2008;
- III - promover estudos e pesquisas em matéria fiscal, em particular sobre gastos públicos, com vistas a viabilizar a melhoria das condições de sustentabilidade das contas públicas;
- IV - promover avaliação periódica das estatísticas e indicadores fiscais, visando adequar o sistema brasileiro de estatísticas fiscais às melhores práticas internacionais e aos requisitos locais; e
- V - elaborar cenários de médio e longo prazo das finanças públicas com vistas à definição de diretrizes de política fiscal que orientem a formulação da programação financeira do Tesouro Nacional e a identificação de riscos fiscais.

3.2.5 Contabilidade Pública

À Subsecretaria de Contabilidade Pública (SUCON) compete:

- I - estabelecer normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública, promovendo o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução contábil;
- II - coordenar a edição e manutenção de manuais e instruções de procedimentos contábeis, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e o processo de registro padronizado dos atos e fatos da Administração Pública;
- III - supervisionar a contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União;
- IV - promover a harmonização com os demais Poderes da União e com as demais esferas de governo em assuntos de contabilidade;
- V - articular-se com os órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- VI - definir, coordenar e acompanhar os procedimentos relacionados com a disponibilização de informações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fins de transparência, controle da gestão fiscal e aplicação de restrições; e
- VII - manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

3.2.6 Assuntos Corporativos

À Subsecretaria de Assuntos Corporativos (SUCOP) compete:

- I - modernizar a gestão da Secretaria, no que tange a pessoas, projetos, processos, estrutura organizacional, informação e ferramentas de trabalho;
- II - gerenciar o planejamento estratégico da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como do plano plurianual, no que se refere aos programas de responsabilidade da Secretaria;
- III - realizar a gestão do orçamento, programação e execução financeira, aquisições, convênios e contratos referentes à manutenção administrativa e administração patrimonial;
- IV - promover a gestão de pessoas, abrangendo seleção, alocação, gestão do desempenho, movimentação, capacitação, desenvolvimento e administração de pessoal;

- V - zelar pela promoção da ética na Secretaria do Tesouro Nacional;
- VI - coordenar a gestão estratégica da informação no que tange a tecnologia e comunicação, bem como gerenciar os meios de comunicação institucionais;
- VII - coordenar, avaliar e aprovar a divulgação de produtos e serviços da Secretaria do Tesouro Nacional;
- VIII - planejar e coordenar as atividades relativas à tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional;
- IX - estabelecer diretrizes, normas e padrões técnicos para pesquisar, avaliar, adquirir, desenvolver, homologar e implantar metodologias, produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação para suporte às atividades da Secretaria do Tesouro Nacional, zelando pela sua aplicabilidade e cumprimento;
- X - gerenciar, manter e regulamentar o uso do SIAFI e dos demais sistemas sob responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, zelando por sua confiabilidade e disponibilidade;
- XI - definir, implementar e gerenciar a infraestrutura tecnológica necessária à operação dos sistemas e soluções informatizadas sob responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional; e
- XII - definir e implementar padrões e procedimentos de segurança relativos aos recursos de tecnologia de informação e comunicação e aos sistemas sob gestão da Secretaria do Tesouro Nacional.

3.3 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

A estrutura atual do Tesouro Nacional é expressa pelo Decreto nº 7.482/2011 e suas alterações. Diversas modificações estruturantes foram promovidas ao longo dos anos no sentido de atender às novas competências e atribuições incorporadas pelo TN e às necessidades institucionais decorrentes. A tabela abaixo compila as alterações estruturais pelas quais o Tesouro Nacional passou desde a sua criação até o momento atual.

Quadro 3.3.1 – Decretos de Estrutura Regimental - Secretaria do Tesouro Nacional			
Decreto	Link	Assunto	Comentário
8.391, de 16 de janeiro de 2015	Link	Altera o Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas técnicas.	Não houve modificações no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.
8.148, de 05 de dezembro de 2013	Link	Altera o Anexo II ao Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda.	Exclui 1 DAS 101.5, cargo de Secretário-Adjunto. Remaneja 1 cargo em comissão DAS 101.2 da COFIN para a COPAR e transforma 1 cargo DAS 101.1 de Gerente de Projeto da COPAR para 1 cargo de Chefe de Núcleo na COPAR.
8.029, de 20 de junho de 2013	Link	Altera o Decreto no 7.482, de 16 de maio de 2011, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e remaneja cargos em comissão.	Acréscimo de 1 DAS 101.4 para cargo de chefe da assessoria. Transformação de 1 DAS 101.3 para 1 DAS 102.3 na Assessoria Econômica do Gabinete da STN.

Quadro 3.3.1 – Decretos de Estrutura Regimental - Secretaria do Tesouro Nacional

Decreto	Link	Assunto	Comentário
7.800, de 12 de setembro de 2012	Link	Dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e altera o Anexo II ao Decreto no 7.482, de 16 de maio de 2011, referente à estrutura da Secretaria do Tesouro Nacional.	Remaneja cargos em comissão DAS do MPOG para o MF: dois DAS 101.2; três DAS 101.1; um DAS 102.4. Ficam revogados: o Decreto no 5.132, de 7 de julho de 2004; o inciso II do caput do art. 5º do Decreto nº 6.191, de 20 de agosto de 2007; a alínea “b” do inciso I do caput do art. 1º do Decreto no 6.521, de 30 de julho de 2008; e o art. 1º do Decreto no 7.771, de 29 de junho de 2012, na parte em que altera a alínea “b” do inciso I do caput do art. 1º do Decreto no 6.521, de 30 de julho de 2008, e o art. 2º, na parte em que altera o inciso II do caput do art. 5º, do Decreto no 6.191, de 20 de agosto de 2007.
7.771, de 29 de junho de 2012	Link	Altera o Decreto no 6.521, de 30 de julho de 2008, no 6.191, de 20 de agosto de 2007, no 6.280, de 3 de dezembro de 2007, no 5.551, de 26 de setembro de 2005, no 6.359, de 18 de janeiro de 2008 e no 7.659, de 23 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo de remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS.	Fica prorrogado, excepcionalmente, o prazo de remanejamento dos seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS alocados temporariamente até 31 de julho de 2012 no Ministério da Fazenda: dois DAS 101.2 e três DAS 101.1.
7.737, de 25 de maio de 2012	Link	Revoga o Decreto 4.434, de 21/10/2002 Dispõe sobre a apuração de antiguidade nas carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional, de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central.	Será apurada, exclusivamente, pelo tempo de serviço na respectiva carreira, contado em dias de efetivo exercício, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias. Era apurada por categoria e padrão da respectiva Carreira.
7.696, de 6 de março de 2012	Link	Altera o Decreto no 7.482, de 16 de maio de 2011, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e remaneja cargos em comissão.	a) Altera o Anexo II do Decreto 7482, de 16 de maio de 2011; b) Revoga o inciso IV do caput do art. 31 do Anexo I do Decreto 7.482/2011; c) Promove alterações no art. 31 do Anexo I do Decreto 7.482/2011.
7.659, de 23 de dezembro de 2011	Link	Altera os Decretos nos 6.521, de 30 de julho de 2008, 6.359, de 18 de janeiro de 2008, 6.280, de 3 de dezembro de 2007, 6.191, de 20 de agosto de 2007, 5.743, de 4 de abril de 2006, e 5.551, de 26 de setembro de 2005, para prorrogar o prazo de remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.	Fica prorrogado, excepcionalmente, até 2 de julho de 2012, o prazo de remanejamento dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS alocados no Ministério da Fazenda: dois DAS 101.2 e três DAS 101.1.
7.482, de 16 de maio de 2011	Link	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda	Houve a exclusão de três gerências de projeto, e a criação de uma Coordenação, uma Divisão e dois Serviços vinculados diretamente ao Secretário. Foi criado um cargo de assistente

Quadro 3.3.1 – Decretos de Estrutura Regimental - Secretaria do Tesouro Nacional

Decreto	Link	Assunto	Comentário
			e mais três cargos de assistente técnico vinculado ao Gabinete do Secretário.
7.410, de 29 de dezembro de 2010	Link	Altera os Decretos nos 6.521, de 30 de julho de 2008, 6.359, de 18 de janeiro de 2008, 6.280, de 3 de dezembro de 2007, 6.191, de 20 de agosto de 2007, 5.743, de 4 de abril de 2006, e 5.551, de 26 de setembro de 2005, para prorrogar, em caráter excepcional, o prazo de remanejamento dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.	Fica prorrogado, excepcionalmente, até 31 de dezembro de 2011, o prazo de remanejamento dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS alocados no Ministério da Fazenda: dois DAS 101.2 e três DAS 101.1
7.391, de 13 de dezembro de 2010	Link	Altera o início da vigência do Decreto nº 7.386, de 08/12/10	O Decreto nº 7.386, de 08/12/10 passa a vigorar a partir de 15/12/10, permanecendo em vigência até esta data o Decreto nº 7.301, de 14/09/10.
7.386, de 8 de dezembro de 2010	Link	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências	As principais mudanças nas secretarias e coordenações são: criação dos novos cargos de Diretor de Programa, Chefe de Divisão e três novas gerências de projeto. Criação da Subsecretaria de Contabilidade Pública, que abrange a CCONF e a CCONT, agora denominada Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União. A nova estrutura da CCONT passa a contar com mais uma coordenadoria, mais uma gerência, e o núcleo antes existente na área foi transformado em gerência de projeto. A subsecretaria cindida com o decreto passa a ser chamada Subsecretaria de Planejamento e Estatísticas Fiscais. A estrutura da COFSB passa a ter uma coordenadoria e um núcleo. A COAPI incorpora em sua estrutura duas gerências de projeto. E a estrutura da COINT passa a ter uma coordenadoria e uma nova gerência.
7.301, de 14 de setembro de 2010	Link	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências	As principais mudanças nas secretarias e coordenações são: criação de um núcleo na Coordenação-Geral de Contabilidade da União - CCONT e criação de um núcleo na Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT.
7.050, de 23 de dezembro de 2009	Link	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências	As principais mudanças nas secretarias e coordenações são: transformação dos 5 cargos de Secretários-Adjuntos do Tesouro Nacional existentes em cargos de Subsecretários. Criação da Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil – COFSB, que será responsável pela gestão do Fundo Soberano do Brasil – FSB. Cisão da Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT em duas coordenações Gerais:

Quadro 3.3.1 – Decretos de Estrutura Regimental - Secretaria do Tesouro Nacional

Decreto	Link	Assunto	Comentário
			<p>Coordenação Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação e Coordenação-Geral de Contabilidade da União.</p> <p>A Coordenação-Geral de Responsabilidades Financeiras e Haveres Mobiliários – COREF passará a se chamar Coordenação-Geral de Participações Societárias - COPAR, remanejando-se também para a COPEM todos os processos de trabalho referentes às garantias concedidas pela União a Estados e Municípios.</p> <p>Transformação da Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa – CONED na Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais, bem como da Assessoria de Gestão de Riscos Operacionais em Coordenação-Geral de Gestão de Riscos.</p>
6.764, de 10 de fevereiro de 2009	Link	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.	Criação das seguintes unidades na Secretaria do Tesouro Nacional: Assessoria de Gestão de Riscos Operacionais (AGERO), Assessoria Econômica (ASSEC), duas Gerências na CESEF, uma Gerência na COFIS, um Núcleo na CCONT, um Núcleo na COSIS e dois Núcleos na COFIN. Criação do Fundo Soberano do Brasil.
6.661, de 25 de novembro de 2008	Link	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.	Não houve modificações no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.
6.531, de 4 de agosto de 2008	Link	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.	Não houve modificações no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.
6.521, de 30 de julho de 2008	Link	Prorroga, em caráter excepcional, o prazo de remanejamento dos cargos em comissão que menciona, dispõe sobre o remanejamento de um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, dá nova redação ao Anexo II do Decreto no 6.188, de 17 de agosto de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Gabinete Pessoal do Presidente da República, e dá outras providências.	Fica prorrogado, excepcionalmente, até 31 de dezembro de 2010, o prazo de remanejamento dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS alocados no Ministério da Fazenda: dois DAS 101.2 e três DAS 101.1
6.313, de 19 de dezembro de 2007	Link	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Não houve modificações no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.

Quadro 3.3.1 – Decretos de Estrutura Regimental - Secretaria do Tesouro Nacional

Decreto	Link	Assunto	Comentário
		do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.	
6.222, de 4 de outubro de 2007	Link	Revigora Decretos concernentes à estrutura regimental dos Ministérios da Fazenda, Planejamento, Integração Nacional, Turismo e Previdência, e da EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, e revoga os atos hoje em vigor que tratam da matéria.	Revoga o decreto 6.193, de 22 de agosto de 2007 e volta a vigência do decreto 6.102, de 30 de abril de 2007. Mantém a mesma estrutura da STN.
6.193, de 22 de agosto de 2007	Link	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.	Não houve modificações no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.
6.102, de 30 de abril de 2007	Link	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.	Não houve modificações no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.
6.080, de 10 de abril de 2007	Link	Altera o anexo II, item a, do decreto nº5.949, de 31 de outubro de 2006, que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Fazenda.	Não houve modificações no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.
5.949, de 31 de outubro de 2006	Link	Aprova a Estrutura Regimental o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda e dá outras providências.	Revogou o Decretos nº 5.510, de 12 de agosto de 2005, e 5.585, de 19 de novembro de 2005. Não houve modificações no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.
5.585, de 19 novembro de 2005	Link	Dá nova redação a dispositivos do decreto nº 5.510, de 12 de agosto de 2005, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda.	Não houve modificações no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.
5.510, de 12 de agosto de 2005	Link	Aprova a Estrutura Regimental o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda e dá outras providências.	Revoga os Decretos nº 4.098, de 23 de janeiro de 2002, e 5.136, de 7 de julho de 2004. Publicada a portaria nº403, de 02 de dezembro de 2005, que aprova o Regimento Interno da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Cria a COAPI.
5.136, de 07 de julho de 2004	Link	Aprova a Estrutura Regimental o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda e dá outras providências.	Revoga os Decretos nº 4.643, de 24 de março de 2003, 4.825, de 2 de setembro de 2003, e o anexo ao Decreto nº 5.122, de 30 de junho de 2004, no que se refere ao Ministério da Fazenda. Cria a COPEM.
4.643, de 24 de março de 2003	Link	Aprova a Estrutura Regimental o Quadro Demonstrativo dos Cargos em	Revoga o Decreto nº 4.430, de 18 de outubro de 2002.

Quadro 3.3.1 – Decretos de Estrutura Regimental - Secretaria do Tesouro Nacional

Decreto	Link	Assunto	Comentário
		Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda e dá outras providências.	Transforma a COARP em COFIS. Muda o nome da COSIS de Coordenação Geral de Sistemas de informática para Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação.
4.430, de 18 de outubro de 2002	Link	Aprova a Estrutura Regimental o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda e dá outras providências.	Revoga os Decretos 3.782 de 05 de abril de 2001 e 3.876 de 24 de julho de 2001. Não houve modificações no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.
3.876, de 24 de julho de 2001	Link	Altera o anexo II do Decreto nº 3.782 de 05 de abril de 2001	Não houve modificações no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.
3.782, de 05 de abril de 2001	Link	Aprova a Estrutura Regimental o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda e dá outras providências.	Revoga o Decreto nº 3.366, de 16 de fevereiro de 2000. Transforma a COTEC em CODIN Estruturação da área da dívida transformada de CODIP e COREX em CODIV, COGEP e CODIP.
3.366, de 16 de fevereiro de 2000	Link	Aprova a Estrutura Regimental o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda e dá outras providências.	Revoga o DECRETO nº 1.745, de 13 de dezembro de 1995; 2.797, de 8 de outubro de 1998; e 3.028, de 15 de abril de 1999 Altera a estrutura regimental transformando a COACE e CEFEM em COREM.
2.797, de 08 de outubro de 1998	Link	Dispõe sobre o remanejamento dos cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e funções Gratificadas - FG que menciona, altera dispositivos do Decreto nº 1.745, de 13 de dezembro de 1995, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.	Revoga o Decreto nº 2.772, de 8 de setembro de 1998, o inciso II, art. 5º do Decreto nº 2.280, de 24 de julho de 1997, e o art. 6º do Decreto nº 2.258, de 20 de junho de 1997 Não houve modificações no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.
2.772, de 08 de setembro 1998	Link	Dispõe sobre o remanejamento de cargo do Grupo Direção e Assessoramento superiores - DAS entre o Ministério da Administração federal e reforma do estado e o Ministério da Fazenda e dá outras providências.	Revoga o Decreto nº 2.448 de 30 de dezembro de 1997 e altera o anexo do Decreto nº 1.745, de 13 de dezembro de 1995. Não houve modificações no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.
2.448, de 30 de dezembro de 1997	Link	Dispõe sobre o remanejamento de cargo do Grupo Direção e Assessoramento superiores - DAS entre o Ministério da Administração federal e reforma do estado e o ministério da Fazenda e dá outras providências	Altera o anexo II do decreto 1.745, de 13 de dezembro de 1995. Revoga o art.8º e o Anexo II do Decreto nº 2.331 de 01 de outubro de 1997. Não houve modificações no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.
2.282 de 24 de julho de 1997	Link	Dispõe sobre o remanejamento de cargo do Grupo Direção e Assessoramento superiores - DAS entre o Ministério da Administração federal e reforma do estado e o ministério da Fazenda e dá outras providências	Altera o Anexo II do Decreto nº 1.745, de 13, de dezembro de 1995. Foram criadas 4 coordenações: COACE, CEFEM, COAFI e COARP. Foi excluída a COFEM

Quadro 3.3.1 – Decretos de Estrutura Regimental - Secretaria do Tesouro Nacional

Decreto	Link	Assunto	Comentário
1.745, de 13 de dezembro de 1995	Link	Aprova a Estrutura Regimental o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda e dá outras providências	Publicado a portaria nº 71, de 8 de abril de 1996, que aprova o Regimento Interno da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Estrutura: GABIN; CESEF; COTEC; CCONT; CONED; COSIS; CODIP; COREX; COFIN; COREF; COFEM; COPEC.
80, de 05 de abril de 1991	Link	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e dá outras providências.	A Secretaria do Tesouro Nacional foi renomeada como Departamento do Tesouro Nacional, um órgão interno da Secretaria da Fazenda Nacional. Não há registro a respeito da composição do Departamento do Tesouro Nacional.
96.774, de 26 de setembro de 1988	Link	Altera o Decreto nº 93.874, de 23 de dezembro de 1986.	Foram extintas SECOF, SENOR, SECOF, SEFIC, SEDEP e a SERTE. Foi recriada SECON. Foram criadas SEREF, SEORC, SEGAP e SEAUD. Foram criadas duas coordenações: CODIP e CORAD (incorporando a DIDOC e a DIAPA). Estrutura: GABIN; ASTEC; SEREF; SEFIN; SEORC; SECON; SEGAP; SEAUD; SEINF; CODIP; CORAD; as DTN. Publicada Portaria nº 320, de 28 de setembro de 1988, que aprova o 1º Regimento Interno da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. O Regimento criou mais uma coordenação: a CONOR.
93.874, de 23 de dezembro de 1986	Link	Dispõe sobre os Sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, e de Programação Financeira, organiza o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, e dá outras providências.	Foram extintas: A SECON e as DECOF. Foram criadas as seguintes unidades: GABIN, SEFIC e as DTN, no Distrito Federal e nas capitais dos Estados. O nome da SEDAD foi alterado para SEINF. O nome da SDP foi alterado para SEDEP. Estrutura: GABIN, ASTEC; SEFIN; SEINF; SERTE; SECOF; SEFIC; SENOR; SEDEP; DIDOC; DIAPA; e as DTN, nas capitais dos Estados.
93.214, de 03 de setembro de 1986	Link	Altera o Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986, que criou a Secretaria do Tesouro Nacional, e dá outras providências.	Altera o artigo 3º do Decreto 92.452 criando a Secretaria da Despesa de Pessoal - SDP. Determina que o Regimento Interno da Secretaria do Tesouro Nacional, a ser editado pelo Ministro de Estado da Fazenda, disciplinará as novas competências e composição do órgão, bem assim a estrutura, as atribuições e o funcionamento da Secretaria da Despesa de Pessoal.
92.452, de 10 de março de 1986	Link	Cria, no Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), extingue a Secretaria Central de Controle Interno (SECIN), e dá outras providências.	O artigo 3º do Decreto 92.452 cria as unidades internas da STN, compondo sua estrutura organizacional. Estrutura: SEFIN; SERTE; SECOF; SECON; SENOR; SEDAD; ASTEC; DIDOC;

Quadro 3.3.1 – Decretos de Estrutura Regimental - Secretaria do Tesouro Nacional			
Decreto	Link	Assunto	Comentário
			DIAPA; e as DECOF, nas capitais dos Estados.

Fonte: STN/CODIN

3.4 BREVE HISTÓRICO DA UNIDADE

A Secretaria do Tesouro Nacional, criada em 10 de março de 1986, por meio do Decreto nº 92.452, veio assumir as atribuições da Comissão de Programação Financeira e da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda, incorporando também as funções fiscais até então desempenhadas pelo Banco Central e Banco do Brasil S/A. Pertencente à da estrutura do MF, torna-se órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Contabilidade Federal.

Sua criação representou um passo fundamental para o fortalecimento das finanças públicas do país, consolidando a modernização institucional e a sistematização da gestão responsável dos recursos públicos.

O desafio do Tesouro era, então, colocar em ordem as contas públicas do Brasil. Isso consistiu em substituir, em 1988, a conta Movimento do Governo no Banco do Brasil pela Conta Única do Tesouro no Banco Central (Bacen); permitir que a administração e o controle das finanças federais ficassem associados à execução financeira das unidades gestoras; unificar os orçamentos, atrelando os gastos governamentais à prévia autorização do Congresso Nacional, dentre outros.

• Marcos da trajetória da Secretaria do Tesouro Nacional

- Em março de 1986, é criada a Secretaria do Tesouro Nacional.
- Em 1987, implanta-se o SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
- Em 1987, é criada a carreira de Finanças e Controle, visando dar apoio profissional às atribuições do Tesouro Nacional.
- Em 1988, é criada a Conta Única do Tesouro Nacional junto ao Banco Central. Com sua implantação foram eliminadas mais de cinco mil contas bancárias governamentais, o que permitiu maior eficácia no controle do fluxo de caixa do Governo, por meio da execução financeira das unidades gestoras. Paralelamente, ocorre a unificação dos orçamentos, eliminando-se o orçamento monetário e, por conseguinte, atrelando os gastos governamentais à prévia autorização prévia do Congresso Nacional.
- No final dos anos 1980, o Tesouro assume a coordenação dos Programas de Fomento à Agricultura e às Exportações, que são transferidos do Bacen, bem como o planejamento e a administração da Dívida Mobiliária Interna.
- No início dos anos 1990, consolidam-se a transferência da administração da dívida externa e a inclusão integral deste serviço no Orçamento Geral da União; o processo de securitização de dívidas por meio de moedas de privatização e as operações de reestruturação da Carteira de Títulos do Tesouro no Banco Central.
- Em agosto de 1993, por meio do Decreto nº 890, a STN assume o controle e a movimentação das contas especiais em moeda estrangeira, decorrentes de acordos externos firmados junto a organismos multilaterais e agências de crédito internacional (dívida externa), passando a gerir a dívida pública federal mobiliária ou contratual, interna ou externa. Ao centralizar em uma única unidade governamental a responsabilidade pelo gerenciamento de todos os compromissos do Governo Federal obtem-se maior transparência orçamentária e financeira nas contas do Governo.
- Em 1993, com a publicação da lei de rolagem de dívidas, a STN promove o fortalecimento das relações financeiras entre a União e as unidades da Federação, permitindo condições de juros e prazos

mais favoráveis para a quitação dos débitos com a União. A iniciativa previa, ainda, vincular quotas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios em garantia às dívidas, visando evitar inadimplências futuras.

- No início de 1994, ocorreu a separação das funções de administração financeira das funções de controle e auditoria, ficando estas a cargo da Secretaria Federal de Controle Interno. A medida favoreceu a especialização das funções, solucionando questões de sobreposição de atividades. E neste ano, foi reformulado o sistema de remuneração da Carreira Finanças e Controle, atrelando a remuneração ao desempenho institucional e individual dos servidores.

- Em 1995, são transferidas para a STN as atribuições vinculadas aos Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Municípios, com vistas ao fortalecimento da relação União e Estados.

- Em 1996, é lançado o Prêmio Tesouro Nacional, como parte das comemorações dos dez anos da criação da STN, iniciativa voltada à promoção da pesquisa na área de finanças públicas com aplicabilidade no setor público.

- Em 1997, a STN assume as atividades de reestruturação das operações de administração e assunção de passivos contingentes.

- Em maio de 2000, é publicada a Lei de Responsabilidade Fiscal, cabendo ao Tesouro reforçar sua atuação no relacionamento com as esferas subnacionais com vistas ao gerenciamento do ajuste fiscal, dentro dos limites de endividamento público.

- Em 2002, é lançado o programa Tesouro Direto, sistema que permite a venda de títulos públicos a cidadãos, como incentivo à formação de poupança.

- Em abril de 2002, com a implantação do Sistema de Transferência de Reservas – STR, pertencente ao Bacen, o Tesouro Nacional, integrante desse Sistema, adota melhorias nas rotinas de movimentação financeira da Conta Única do Tesouro Nacional, no tocante à redução de prazos de ingresso e de saída de recursos na Conta Única, passando a creditar o beneficiário do pagamento diretamente por meio do STR. Ao reduzir o tempo entre a data de saída dos recursos da Conta Única e a data de crédito ao beneficiário, os recursos permanecem mais tempo à disposição do Tesouro e havendo remuneração durante o período.

- Em 2003, a STN assume a gestão total da dívida pública externa da União, até então conduzida pelo Bacen que passa a dedicar-se tão somente à política monetária, mediante a utilização de títulos do Tesouro.

- Em janeiro de 2004, mediante Acordo de Transição com o Bacen, a STN assume as atividades de emissões, colocações, recompras e reestruturações de títulos da República Federativa do Brasil no mercado internacional bem como a constituição do Bacen como agente do Tesouro Nacional, passo importante rumo ao aumento da transparência na condução da política monetária e fiscal.

- Em 2004, a área da contabilidade pública passa a normatizar os padrões contábeis, orçamentários e patrimoniais do Governo Federal, com vistas à consolidação das contas públicas.

- Em 2005, o Tesouro passa a integrar grupos técnicos voltados ao aprimoramento da qualidade do investimento público, por intermédio do acompanhamento do Programa Piloto de Investimento (PPI) e das Parcerias Público-Privadas (PPP).

- Em 2009, é implantado o Sistema de Operações do Tesouro Nacional – SOTN, sistema que visa monitorar e controlar a movimentação financeira da Conta Única.

- Em 2011 é criado o Sistema de Custos do Governo Federal que tem por objetivo subsidiar decisões governamentais e organizacionais que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público, pois o Sistema proporciona instrumentos de análise para a eficácia, a eficiência, a economicidade e a avaliação dos resultados do uso recursos públicos.

- Em 2012, é lançado o Novo SIAFI, em versão web, que passa a oferecer uma plataforma tecnológica mais moderna, flexível e econômica.

- Em 2014, é lançado o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, ferramenta destinada ao recebimento de informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais oriundas de um universo que compreende 5.564 Municípios, 26 Estados, o Distrito Federal e a União. O sistema certamente vem incrementar o intercâmbio de informações contábeis,

principalmente porque possibilita a confecção de demonstrativos gerenciais utilizados para alicerçar o processo de tomada de decisão dos gestores públicos.

- Em 01 de Janeiro de 2015, é implantado o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP que permite o registro da aprovação e execução do orçamento, resgatam o objeto da contabilidade – o patrimônio, e buscam a convergência aos padrões internacionais, tornando possível a consolidação das contas públicas nos três níveis de governo, com a elaboração do Balanço do Setor Público Nacional – BSPN.

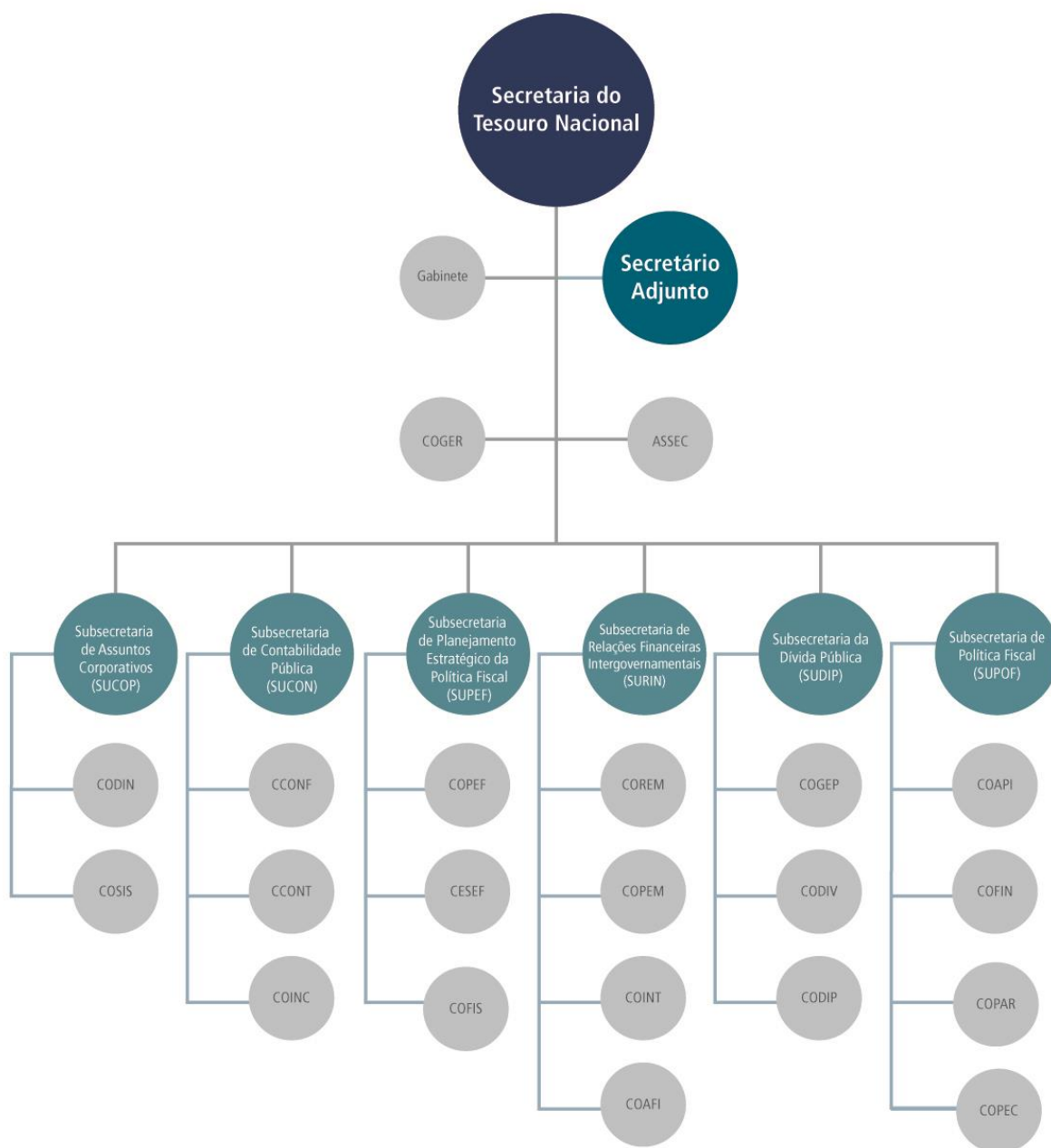
- Também em 2015, houve o relançamento do programa Tesouro Direto (TD) com a reformulação do site usando uma linguagem mais amigável ao investidor, novos nomes dos títulos públicos, orientador Financeiro (espécie de gerente virtual), novo ambiente de transações, implantação da liquidez diária, reformulação do Programa de Incentivos da BM&FBOVESPA junto às instituições financeiras e atualização da identidade visual do TD.

- Em dezembro de 2015 é lançado o portal Tesouro Transparente que proporciona a oferta de dados desagregados, na maior granularidade possível, atendendo a interesses diferentes dos diversos tipos de usuário, de modo a promover mais transparência, accountability, participação social e, em última análise, governança democrática.

3.5 ORGANOGRAMA

Para o desempenho de suas atribuições regimentais, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central dos sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, está estruturada da seguinte forma: Gabinete do Secretário do Tesouro Nacional, Assessoria Econômica, Coordenação-Geral de Gestão de Riscos Operacionais e seis subsecretarias, conforme organograma a seguir:

Figura 3.5.1 – Estrutura Organizacional da STN



Quadro 3.5.1 – Áreas Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Subsecretaria de Assuntos Cooperativos - SUCOP	Responsável por viabilizar e implementar as ações estratégicas da STN mediante a melhor adequação dos Recursos Humanos e Orçamentários, de soluções e serviços de TI, de Logística, e do aprimoramento contínuo dos processos organizacionais.	Lísicio Fábio de Brasil Camargo	Subsecretário de Assuntos Cooperativos	2015
Subsecretaria de Política Fiscal - SUPOF	Responsável pela gestão da despesa pública e da Conta Única, bem como pela formulação da política de financiamento da despesa pública e dos programas oficiais que estejam sob a responsabilidade do Tesouro Nacional. Efetua o acompanhamento das matérias societárias relativas às empresas estatais das quais a União tenha participação, das operações de crédito ao setor produtivo de fomento às exportações. Acompanha os investimentos da União e a gestão do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP).	Paulo Jose dos Reis Souza	Subsecretário de Política Fiscal	A partir de 20 de outubro de 2015
		Marcus Pereira Aucélio		Até 19 de outubro de 2015
Subsecretaria da Dívida Pública - SUDIP	Responsável pela elaboração do planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, conduz as estratégias de financiamento interno e externo da União, elabora sua proposta orçamentária atual e realiza sua execução financeira.	Paulo Fontoura Valle	Subsecretário de Dívida Pública	Até 30 de novembro de 2015
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais - SURIN	Responsável pela administração os haveres financeiros do Tesouro Nacional junto aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, monitorando os Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados e demais compromissos fiscais assumidos por entes federados em contratos firmados com a União. Verifica dos limites e condições para a execução de operações de crédito pelos entes federados, bem como a concessão de garantias da União a esses entes e realiza controle das transferências constitucionais e convênios firmados entre a União e os Estados, Distrito Federal e Municípios.	Pricilla Maria Santana	Subsecretário de Relações Financeiras Intergovernamentais	A partir de 06 de abril de 2015
		Eduardo Coutinho Guerra		Até 05 de abril de 2015
Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal - SUPEF	Responsável por coordenar a elaboração, edição e divulgação de estatística e indicadores fiscais, demonstrativos e relatórios, visando adequar o sistema brasileiro de estatísticas fiscais às melhores práticas internacionais. Promove estudos e pesquisas em matéria fiscal, em particular sobre gastos públicos, com vistas a viabilizar a melhoria das condições de sustentabilidade das contas públicas. Elaborar cenários de médio e longo prazo das finanças públicas com vistas à definição de diretrizes de política fiscal que orientem a formulação da programação financeira do Tesouro Nacional e a identificação de riscos	Otavio Ladeira de Medeiros	Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais	A partir de 06 de abril de 2015
		Cleber Ubiratan de Oliveira		Até 05 de abril de 2015

	fiscais. Gere fundos, avaliando e acompanhando os eventuais riscos fiscais.			
Subsecretaria de Contabilidade Pública - SUCON	Responsável por supervisionar, contabilizar e avaliar os atos e fatos da gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União. Coordena a edição do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP e MCASP, gerencia o sistema de Custos do Governo Federal e efetua o registro dos atos e fatos da Administração Pública.	Gildenora Batista Dantas Milhomem Gilvan da Silva Dantas	Subsecretário de Contabilidade Pública	A partir de 03 de junho de 2015 Até 31 de maio de 2015

Fonte: STN/CODIN

3.6 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O quadro a seguir foi atualizado com base na Cadeia de Valor Agregado (VAC) da STN, elaborada a partir das discussões no âmbito do PMIMF – Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda. A partir da construção da Cadeia de Valor integrada do Ministério da Fazenda, percebeu-se a oportunidade para a elaboração da VAC da Secretaria do Tesouro Nacional. No sentido de representar a transversalidade dos macroprocessos da STN e seguir incrementando a integração entre as diversas áreas do Tesouro, sua Cadeia de Valor foi desenvolvida com base em temas de atuação, não mais em Áreas funcionais.

Desta forma, a atualização dos macroprocessos, apresentada no quadro abaixo, foi efetuada conforme Cadeia de Valor da STN em anexo. Ressalta-se que, devido aos motivos anteriormente explanados, as Subsecretarias foram substituídas por temas.

Quadro 3.6.1 – Macroprocessos Finalísticos

Processos de 1º Nível (Temas da Cadeia de Valor)	Processos de 2º Nível (Macroprocessos da STN)	Descrição	Principais Produtos	Principais Parceiros	Subunidades Responsáveis
Planejamento Fiscal-Financeiro	Acompanhar e avaliar a evolução dos indicadores fiscais-financeiros	Atuar na elaboração, promoção e avaliação de estudos econômico-fiscais	Análise Financeira da União; Análise Financeira de Estados e Municípios; e Análise de Empresas Estatais e Entidades da Administração Pública Indireta		CESEF
	Definir estratégia para o gerenciamento dos ativos		Estratégia de negócio desenvolvida e acompanhada; política de gestão de riscos do Fundo Soberano formulada e implantada		COFSB; COPAR
	Desenvolver e monitorar a estratégia de administração da Dívida Pública Federal		Estratégia de financiamento elaborada		SUDIP
	Definir estratégia para as relações com Estados e Municípios				SURIN
Financiamento e Investimento Público	Receber e analisar pleitos e demandas		Seleção, avaliação e monitoramento de projetos de		COAPI; COPEC

	relacionadas ao financiamento público		investimento público e análise e acompanhamento dos projetos de PPPs (participação conjunta com outros órgãos)			
	Analisar alternativas para atendimento das necessidades					
	Elaborar proposta de ação, analisando aspectos técnicos, riscos e impactos relacionados					
	Contribuir na formulação das políticas de investimento, gastos setoriais e receitas não tributárias		Execução orçamentária e financeira apurada; valor previsto x realizado do PAC e do Investimento Total acompanhados			
Gestão de Ativos e Passivos	Gerir Fundos		Portfólio de investimento do Fundo Soberano gerido; prestação de contas de gestão do Fundo Soberano		COFIS; COFSB; COFIN; COAPI	
	Administrar os haveres mobiliários da União		Haveres Mobiliários Geridos		COPAR	
	Gerir haveres financeiros		Haveres Financeiros Geridos		COFIS	
	Administrar a execução orçamentária e financeira da Dívida Pública Federal	Assegurar dotações orçamentárias e disponibilidade financeira para honrar os compromissos da Dívida Pública Federal sob a responsabilidade do Tesouro Nacional. Processar as operações de dívida externa desde o registro até o pagamento e contabilização da operação. Processar as operações de dívida interna desde o registro até o pagamento e contabilização da operação. Comprar moeda estrangeira e negociar taxa de remuneração. Assegurar a disponibilidade de recursos orçamentários e disponibilidade financeira para honrar os compromissos da Dívida Pública Federal sob a responsabilidade desta CODIV		Operacionalização das Obrigações Relacionamento com Investidores		SUDIP
	Realizar operações de crédito e subvenções	Negociação, elaboração e formalização dos contratos que regem a relação entre a União e		Operações de Crédito		COPEC

		<p>as Instituições Financeiras contratadas para atuar no Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF e no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Subsidiar a programação financeira do mês seguinte e o acompanhamento de sua execução. Pagar as obrigações e liberar recursos decorrentes de programas sob responsabilidade da COPEC. Formalizar a posição da STN nos processos de renegociação de dívida soberana no âmbito do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).</p> <p>Acompanhar diariamente o ingresso de recursos efetuados pelas diversas Instituições Devedoras para amortização da dívida e recolhimentos dos encargos.</p>			
	Gerir concessão de avais e garantias	<p>Avaliar a viabilidade da concessão da garantia. Controlar montante e fluxo das garantias concedidas. Monitorar a inadimplência.</p>			COPEC; COAPI; SURIN; SUDIP
Relações Financeiras e Controle das Operações de Crédito de Estados e Municípios	Gerir haveres financeiros dos Estados e Municípios			<p>Advocacia-Geral da União – AGU; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN; Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEAIN/MP. Senado Federal</p>	SURIN
	Conceder garantias para Estados e Municípios				
	Gerir os Sistemas de Contabilidade e de Custos do Setor Público e a Elaboração dos Demonstrativos Fiscais				
Administração Financeira	Elaborar programação financeira	<p>Obter as informações e montar os documentos necessários para elaboração do Decreto e Portaria Interministerial para posterior aprovação e publicação. Avaliar e autorizar alterações nos limites de empenho e pagamento e acompanhar as alterações do Decreto e Portarias.</p>	Normas e análise da execução da despesa orçamentária		COFIN
	Executar programação financeira	Administrar os Ingressos de Recursos no caixa do Tesouro	Normas e análise da execução da		

		Nacional. Descentralizar Recursos aos Órgãos Setoriais. Realizar Transferências Constitucionais e Legais. Devolver recursos de contas não recadastradas e valores bloqueados dos fundos. Realizar Devolução de valores da GRU. Realizar Devolução de PASEP, de Suprimentos de Fundos ou Depósito de Bancos. Realizar Liberação de recursos de Incentivos Fiscais.	despesa orçamentária		
	Controlar a programação financeira	Apurar Resultado do Governo Central. Apurar resultado do Governo Central sob a ótica de liberação. Acompanhar e Analisar a Execução de Projetos Externos. Demonstrar o Superávit Financeiro por fonte de recursos e unidades vinculadas. Conciliar e dar Conformidade à Execução Financeira. Controlar saldos das contas contábeis de responsabilidade da COFIN. Controlar saldos de incentivos fiscais. Apurar DRU relativa à seguridade social. Controlar a execução orçamentária das transferências constitucionais e legais.	Gestão Financeira		
	Gerir a Conta Única	Realizar a Conciliação Financeira da Conta Única. Administrar os Processos de Remuneração da Conta Única. Monitorar o SPB no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional. Responder Demandas Relacionadas à movimentação de recursos da conta única. Atender Unidades Gestoras com relação a pagamentos d+0 e autorização de OB de reserva.			
Gestão da Contabilidade e Informações de Custos do Setor Público	Estabelecer normas de contabilidade pública, de custos e de elaboração dos demonstrativos fiscais	Propor normas gerais de Contabilidade Pública, de Custos e de Elaboração dos Demonstrativos Fiscais. Discutir as normas gerais de Contabilidade Pública, de Custos e de Elaboração dos Demonstrativos Fiscais. Aprovar e divulgar as normas gerais de Contabilidade Pública, de Custos e de Elaboração dos Demonstrativos Fiscais. Elaborar instruções de procedimentos contábeis, de	Contabilidade governamental		SUCON

		custos e de demonstrativos fiscais.			
	Coordenar a execução da contabilidade pública e de custos na União de acordo com normas e procedimentos	Atualizar e manter as rotinas e procedimentos contábeis no SIAFI. Monitorar e orientar os agentes do sistema de Contabilidade Federal. Definir e implementar os procedimentos de encerramento e abertura do exercício. Atualizar e manter Sistema de Custos do Governo Federal. Atualizar e manter o SIAFI gerencial.			
	Consolidar as contas públicas da Federação	Coletar e verificar a consistência de informações de contabilidade pública e de gestão fiscal da Federação. Analisar e disponibilizar informações de contabilidade pública e de gestão fiscal da Federação.			
Acompanhamento e Transparência Fiscal	Acompanhar a evolução financeira e a execução das ações de financiamento público				SUPOF
	Acompanhar a evolução da Dívida Pública	Realizar projeções e análise de sensibilidade da dívida. Monitorar os limites legais de endividamento, incluindo o limite de garantias. Monitorar os riscos da DPF	Avaliação da sustentabilidade da Dívida Pública		SUDIP
	Acompanhar e avaliar riscos fiscais				COGER; COPAR
	Consolidar e divulgar informações relacionadas com a administração dos recursos públicos	Atuar na Elaboração e divulgação das estatísticas de finanças públicas em conformidade com padrões internacionais e legais			CESEF; SUDIP; SUCON; COFIN

Fonte: STN/CODIN

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

- Assuntos Corporativos

Diferentemente dos ciclos de planejamento anteriores, nos quais a principal referência para elaboração dos objetivos estratégicos eram as competências das Subsecretarias, o ciclo de 2015 foi estruturado em sete temas estratégicos, que derivam da cadeia de valor do TN:

- (1) Relações Financeiras de Estados e Municípios;
- (2) Administração Financeira;
- (3) Planejamento Fiscal e Financeiro;
- (4) Gestão de Ativos e Passivos;
- (5) Financiamento Público, Investimentos e Medidas Fiscais-Financeiras;
- (6) Transparência Fiscal, Contábil e de Custos; e
- (7) Gestão Institucional.

Em oficinas de trabalho, com a participação de Coordenadores-Gerais, Coordenadores e Gerentes das seis Subsecretarias avaliaram os avanços obtidos e as dificuldades do TN enfrentadas no equacionamento dos principais problemas identificados no processo de planejamento. Subsequentemente a esse balanço e à luz de possíveis cenários para os anos vindouros, subgrupos heterogêneos (com representantes de diferentes subsecretarias), identificaram os principais Desafios do TN para os próximos anos, relacionados à temática da Oficina.

O produto do trabalho dos subgrupos foi compilado, agrupado e aperfeiçoado nas plenárias das oficinas, resultando nos objetivos estratégicos e metas do Plano Estratégico para o ciclo 2015-2018. Ao todo, foram propostos oito objetivos estratégicos distribuídos em sete temas estratégicos, conforme se apresenta no quadro abaixo.

Quadro 4.1.1 – Objetivos Estratégicos

Tema	Objetivo Estratégico
Planejamento Fiscal e Financeiro	Buscar o resultado fiscal sustentável e previsível, implementando um planejamento integrado da política fiscal de curto, médio e longo prazos, com vistas a fomentar o desenvolvimento econômico.
Financiamento e Investimento Público	Promover a efetividade na alocação dos recursos da União, implementando políticas integradas de investimento público, financiamento e garantias, e estimular a participação do investimento privado.
Administração Financeira	Aperfeiçoar o processo de programação orçamentária e financeira visando a maior eficiência na administração de caixa da União.
Gestão De Ativos e Passivos	Acompanhar, avaliar e mitigar os riscos fiscais dos ativos e passivos no Tesouro Nacional, de forma integrada e com vistas a aumentar a efetividade da política fiscal.
Relações Financeiras Com Estados e Municípios	Contribuir para a sustentabilidade fiscal de Estados e Municípios.
Transparência Fiscal, Contábil e de Custos	Fortalecer a imagem e a transparência do Tesouro Nacional e consolidar a instituição como a principal fonte de informações fiscais e contábeis do setor público brasileiro.

	Consolidar a função da contabilidade aplicada ao setor público como instrumento para a gestão eficiente e transparente dos recursos públicos.
Gestão Institucional	Garantir a eficiência e a efetividade das ações finalísticas do Tesouro Nacional por meio do aperfeiçoamento da governança institucional.

Fonte: STN/CODIN

4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

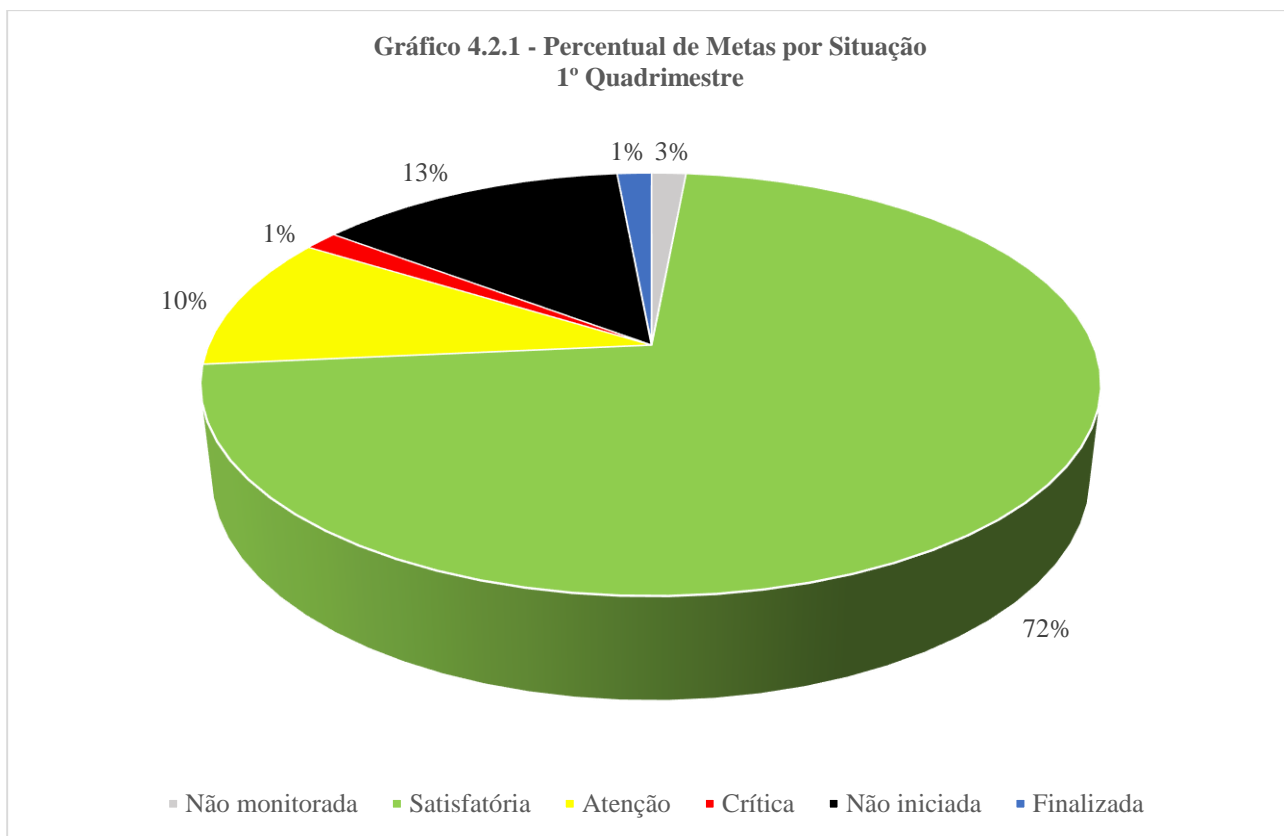
Para o alcance dos Objetivos Estratégicos, foram propostas pelos coordenadores-gerais e coordenadores 73 metas, sendo que 69 foram validadas, pelos subsecretários, e passaram a compor o rol de iniciativas institucionais para o ano de 2015.

Para o acompanhamento do progresso das metas no decurso de 2015, foram realizados três períodos de monitoramento. Foram feitas reuniões presenciais para compartilhamento e encaminhamento do que se fizesse necessário. Na ocasião, as Coordenações-Gerais informaram o status de execução de suas metas, compartilharam eventuais dificuldades com seus patrocinadores (Subsecretários) e pares, e propuseram encaminhamentos, quando necessário (planos de contingência). As metas não monitoradas tiveram seus status definidos e foram propostas exclusões, incorporações, fusões e alterações.

Para a oficina do segundo monitoramento, do rol de metas do Plano Estratégico de 2015, treze foram destacadas, em decorrência do alinhamento com os três eixos estratégicos definidos pelo então Ministro da Fazenda, Joaquim Levy: Equilíbrio Fiscal, Transparência e Avaliação Qualitativa dos Gastos.

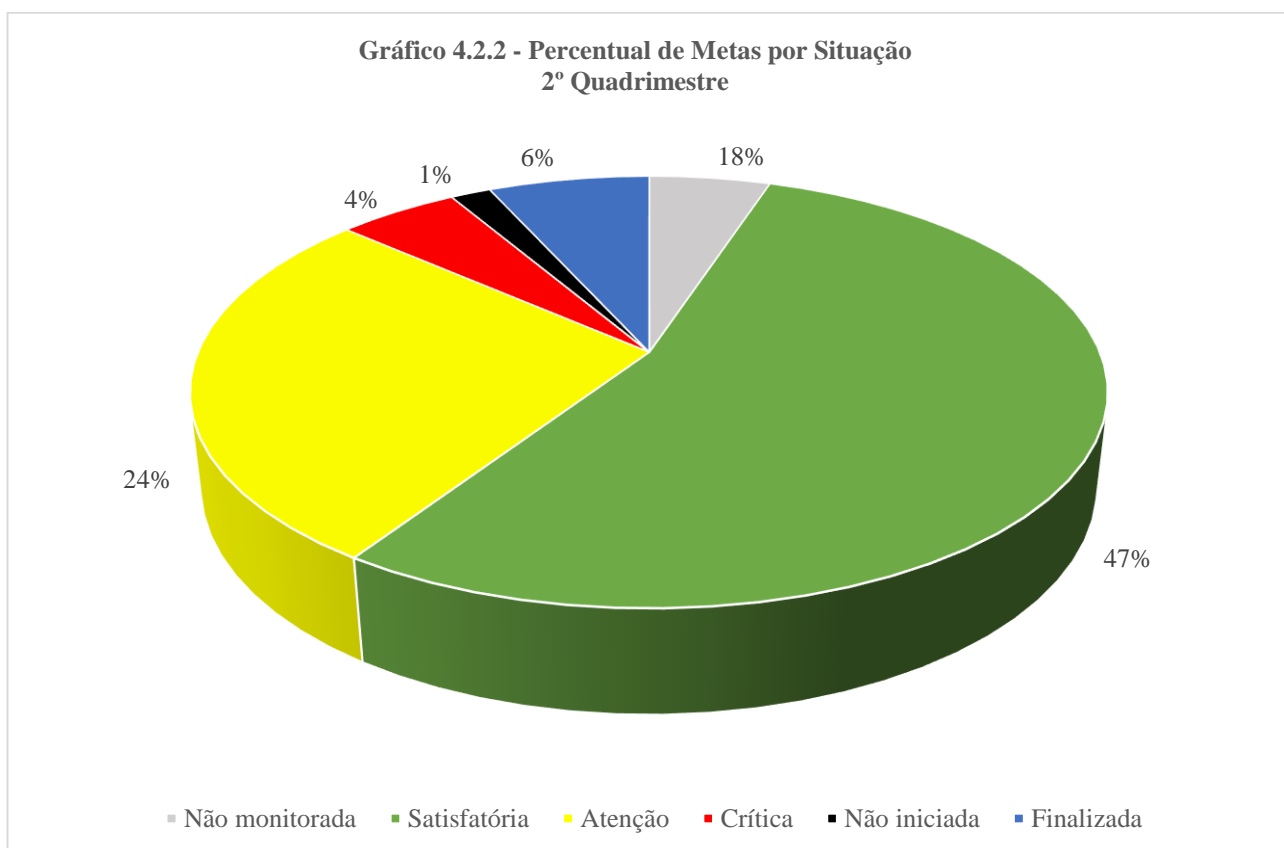
Os gráficos a seguir sintetizam o resultado alcançado pelo Tesouro Nacional quanto ao seu plano estratégico de 2015 e resume o resultado do monitoramento, em cada quadrimestre, das metas¹ definidas para o ano.

¹ 9 (nove) das 68 (sessenta e oito) metas estratégicas foram incorporadas a outras metas e conseqüentemente canceladas ao longo do ano.

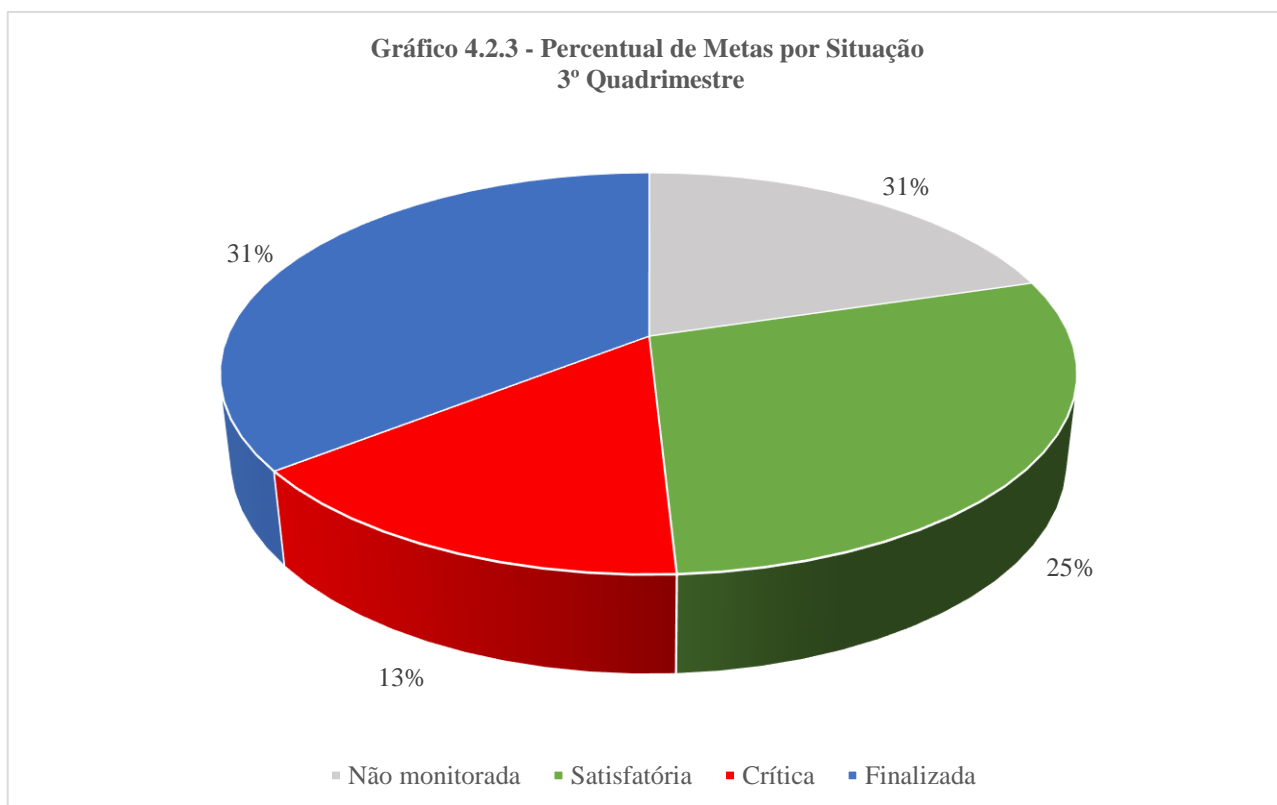


Fonte: STN/CODIN

Em relação ao segundo quadrimestre de 2015, observou-se um grande aumento de metas em situação crítica e em situação de atenção, devido aos cortes orçamentários realizados no Governo Federal. Esse fato justifica a grande diminuição de metas satisfatórias.



Fonte: STN/CODIN



Fonte: STN/CODIN

Da análise do gráfico acima, conclui-se que, apesar do esforço e envolvimento das diversas áreas do Tesouro Nacional, de maneira global, apenas 31% das metas pactuadas foram concluídas ao final de 2015. Porém, do total de metas, ressalta-se que 25% foram monitoradas com o status “satisfatória” e apenas 13% chegaram ao final do exercício em situação crítica. Observa-se ainda que, durante a definição do plano de ação de várias das metas, o escopo dos projetos foi ampliado, o que impactou no tempo necessário para o cumprimento das metas.

Algumas das limitações durante o exercício de 2015 que impactaram o cumprimento das metas propostas:

- Paralisação dos serviços de desenvolvimento pelo SERPRO em razão de questões orçamentárias;
- Restrição orçamentária provocou deslocamento de alguns cronogramas e não priorização de alguns projetos;
- Contingenciamento de recursos destinados ao desenvolvimento de sistemas;
- Reestruturação de algumas Coordenações com mudança no escopo do trabalho; e
- Mudança na alta direção da STN.

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

- Assuntos Corporativos

- **Objetivos estabelecidos pelo PPA de responsabilidade da UPC e resultados alcançados**

Quadro 4.3.1 – Objetivo fixado pelo PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União					
Código		Órgão				
Programa	2039		Código			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencia 1	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Assegurar o cumprimento da meta de superávit primário para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias	Bilhões de reais	-118,7	-116,7	-20,5 (meta não cumulativa. Valor realizado em 2014)	Não se aplica - meta não cumulativa
Obs.: a meta de resultado primário oficial é apurada pelo Banco Central pelo método abaixo-da-linha. A meta é definida anualmente e considera a possibilidade de abatimento indicada na LDO de cada ano.						
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
-	-					
-	-					

Fonte: STN/CODIN e PPA

Obs: publicação do Resultado em 29/01.

Comentários

A LOA-2015, Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, foi publicada no dia 22 de abril de 2015, data essa posterior ao prazo legal para o envio do Relatório de avaliação das receitas e despesas primárias relativo ao primeiro bimestre aos Demais Poderes, que é de vinte e dois dias após o encerramento do bimestre, conforme prescreve o § 4º do art. 52 da LDO- 2015. Dessa maneira, tal relatório não foi elaborado, uma vez que não havia como analisar a variação da nova estimativa em relação a uma lei que era inexistente e também que não havia medidas a serem tomadas na ocasião, já que o orçamento não podia ser executado, exceto as despesas autorizadas no art. 53 da LDO-2015.

Em 22 de maio de 2015, em cumprimento ao art. 9º da LRF, procedeu-se à revisão das estimativas das receitas e despesas primárias, considerando-se parâmetros macroeconômicos atualizados e dados realizados até abril de 2015, em sua maioria. O resultado dessa avaliação indicou a necessidade de redução dos limites de empenho e de movimentação financeira, no montante de R\$

70.881,1 milhões, para todos os Poderes. Os resultados dessa avaliação foram operacionalizados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015.

Em 22 de julho de 2015, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a reavaliação, com dados realizados até junho de 2015 e parâmetros macroeconômicos atualizados. Os resultados dessa reavaliação mostraram a necessidade de redução de R\$ 8,6 bilhões nos limites de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes, do MPU e da DPU, em relação aos limites apurados no bimestre anterior, considerando, à época, a meta de resultado primário proposta no PLN nº 5/2015, o que totalizou uma redução de R\$ 79,5 bilhões no ano. O PLN nº 5/2015, encaminhado ao Congresso Nacional em 22/07/2015, propôs a meta de superávit primário do governo central em R\$ 5.831,0 milhões. Nesse sentido, no âmbito do Poder Executivo, os resultados da avaliação do 3º bimestre foram operacionalizados pelo Decreto nº 8.496, de 30 de julho de 2015.

Em 22 de setembro de 2015, foi realizada reavaliação que mostra a possibilidade de manutenção dos limites de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes, do MPU e da DPU, em relação aos limites apurados no bimestre anterior. No âmbito do Poder Executivo, os resultados da avaliação do quarto bimestre foram operacionalizados pelo Decreto nº 8.532, de 30 de setembro de 2015.

Em 27 de outubro de 2015, diante de um cenário econômico desafiador para as contas públicas, os Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão encaminharam ao relator do PLN nº 5/2015 proposta de alteração do Projeto de Lei que alterava a LDO-2015 no sentido de reduzir a meta de resultado primário. Para o Governo Central, a proposta fixava um déficit de R\$ 51.824 milhões e a dedução dessa meta dos montantes relativos a pagamentos de passivos junto ao FGTS e valores devidos ao BNDES, Banco do Brasil e Caixa nela apresentados.

Em 20 de novembro de 2015, foi realizada a última reavaliação do exercício de 2015, que diante de nova revisão das receitas e despesas primárias, houve uma redução de R\$ 57,7 bilhões na estimativa de resultado primário frente à avaliação do 4º Bimestre de 2015, e com isso projetou-se um déficit de R\$ 51,8 bilhões para o resultado primário do Governo Central em 2015, em consonância com a proposta de alteração do PLN nº 5/2015 enviada em 27/10/2015.

Historicamente, os Relatórios de Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas Primárias são elaborados de uma forma prospectiva, inclusive considerando as alterações legislativas que possam afetar as receitas, as despesas e a meta de resultado primário a ser alcançada em cada ano.

Entretanto, o Tribunal de Contas da União (TCU), no pronunciamento prolatado no Parecer Prévio das Contas referentes ao exercício de 2014 – PCPR (TC nº. 005.335/2015-9, Acórdão do Plenário do TCU nº. 2.461, de 7 de outubro de 2015) avaliou como inadequado, para efeitos de contingenciamento, levar em consideração eventuais propostas legislativas de alteração das leis de diretrizes orçamentárias em tramitação, com vistas à modificação das metas de resultado primário, que só ocorreu em 3 de dezembro de 2015, por meio do Lei nº 13.199/2015.

Tendo em vista a projeção de déficit de R\$ 51,8 bilhões para o resultado primário do Governo Central em 2015, conforme cita o relatório bimestral supracitado de 20/11/2015, para o alcance da meta de superávit de R\$ 55,3 bilhões, a necessidade de contingenciamento de despesas discricionárias seria da ordem de R\$ 107,1 bilhões.

Ocorre que o contingenciamento dessa magnitude nas despesas discricionárias do Poder Executivo naquele momento não era factível levando-se em conta o montante de despesas orçamentárias já executadas. O montante de contingenciamento disponível das despesas do Poder Executivo, exceto emendas, era de R\$ 10,7 bilhões que, se efetivada, significaria o bloqueio total de todas as demais despesas discricionárias do Poder Executivo, levando a graves consequências para a sociedade, com a interrupção da prestação de importantes serviços públicos e da execução de investimentos necessários à manutenção da infraestrutura do País e à retomada do crescimento econômico.

Diante desse cenário, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 8.580, de 27 de novembro de 2015, no qual operacionalizou o contingenciamento provisório de R\$ 11,2 bilhões na despesas do órgãos do Poder Executivo, dispondo no parágrafo único de seu art. 1º que nos casos em que os

limites estabelecidos no Anexo II fossem insuficientes para o pagamento de despesas obrigatórias sujeitas à programação financeira de que trata o Anexo VII do Decreto nº 8.456, de 2015, os órgãos deveriam solicitar justificadamente ao Ministério da Fazenda a necessidade de limites adicionais com vistas ao pagamento dessas obrigações.

Entretanto, com a publicação da Lei nº 13.199, de 3 de dezembro de 2015, que alterou a Lei nº 13.080/2015 – LDO 2015, ficou estabelecido que a meta fiscal para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social poderá ser deficitária em R\$ 51.824 milhões. Além disso, ficou autorizado o abatimento dessa meta fiscal nos montantes definidos conforme dispositivo da Lei nº 13.199/2015, abaixo transcrito:

“Art. 2º ...

§ 4º A meta de superávit primário mencionada no caput considera a receita de concessões e permissões relativas aos leilões das Usinas Hidroelétricas - UHEs não renovadas estimadas em R\$ 11.050.000.000,00 (onze bilhões e cinquenta milhões de reais).

§ 5º A meta de resultado primário prevista no caput poderá ser reduzida nas seguintes hipóteses:

I - frustração da receita estimada no § 4º, no montante correspondente; e

II - pagamento, em 2015, até o montante de R\$ 57.013.000.000,00 (cinquenta e sete bilhões e treze milhões de reais), referente a passivos e valores devidos:

a) ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, em razão do que estabelece a Lei Complementar no 110/2001, limitado a R\$ 10.990.000.000,00 (dez bilhões, novecentos e noventa milhões de reais);

b) ao FGTS nos termos do que dispõe o art. 82-A da Lei nº 11.977/2009, limitado a R\$ 9.747.000.000,00 (nove bilhões, setecentos e quarenta e sete milhões de reais);

c) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES a título de equalização de taxa de juros de que trata a Lei nº 12.096/2009, apurados até o final do primeiro trimestre de 2014, correspondente aos períodos anteriores ao segundo trimestre de 2014, limitado a R\$ 22.438.000.000,00 (vinte e dois bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões de reais);

d) ao Banco do Brasil relativos aos itens “Tesouro Nacional - Equalização de Taxas - Safra Agrícola” e “Título e Créditos a Receber - Tesouro Nacional”, exclusive os valores devidos referentes ao segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015, limitado a R\$ 12.329.000.000,00 (doze bilhões, trezentos e vinte e nove milhões de reais); e

e) à Caixa Econômica Federal a título de remuneração bancária de serviços prestados, limitado a R\$ 1.509.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e nove milhões de reais).”

Diante disso, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 8.581, de 3 de dezembro de 2015, recompondo os limites dos órgãos em consonância com o 5º relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas de 20/11/2015.

A tabela abaixo mostra a evolução das propostas de programação de receitas e despesas do Governo Federal com base nos relatórios de avaliações bimestrais elaborados ao longo do exercício de 2015.

Tabela 4.3.1 – Evolução das Programações nos Relatórios de Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas de 2015

Discriminação	R\$ bilhões					
	1º Rel. Bim.	2º Rel. Bim.	3º Rel. Bim.	4º Rel. Bim.	5º Rel. Bim.	Realizado
1. Receita Total	1.007,0	975,3	964,2	909,9	909,9	898,4
1.1. Receita Administrada pela RFB/MF	848,3	818,9	811,0	764,2	764,2	765,1
1.2. Receitas não Administradas	158,7	156,5	153,2	145,7	145,7	133,2
2. Transferências a Estados e Municípios	213,4	213,7	206,7	203,6	203,6	204,9
2.1. FPE/FPM/IPI-EE	173,1	172,6	166,9	164,2	164,2	165,7
2.2. Demais	40,3	41,1	39,8	39,4	39,4	39,2

3. Receita Líquida (1-2)	793,6	761,6	757,5	706,2	706,2	693,4
4. Despesas	665,5	666,9	669,5	658,8	671,7	722,6
4.1. Pessoal e Encargos Sociais	235,6	236,2	236,2	237,2	237,2	238,5
4.2. Outras Despesas Correntes e de Capital	429,9	430,7	433,3	421,6	434,5	484,1
4.2.1 Não Discricionárias	174,4	183,8	186,4	187,6	187,6	230,8
4.2.2 Discricionárias - Todos os Poderes	255,5	246,9	246,9	234,1	247,0	253,3
5. Resultado da Previdência	-72,8	-88,9	-82,2	-86,4	-86,4	-85,8
5.1. Arrecadação Líquida INSS	364,7	350,0	354,1	350,4	350,4	350,3
5.2. Benefícios da Previdência	437,5	438,9	436,2	436,8	436,8	436,1
6. Ajuste Metodológico e Discrepância Estatística	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,5
7. Resultado Primário do OFSS (3-4+5+6)	55,3	5,8	5,8	-38,9	-51,8	-116,4
8. Resultado Primário das Empresas Estatais Federais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9. Resultado Primário do Governo Federal (7+8)	55,3	5,8	5,8	-38,9	-51,8	-116,4
10. Abatimento Meta - LDO 2015 (§5º do Art. 2º)	28,7	0,0	0,0	0,0	0,0	66,8
11. Resultado Primário do Governo Federal (9+10)	83,9	5,8	5,8	-38,9	-51,8	-49,7

Fonte: STN/COFIN

Com base na tabela acima, o resultado primário foi cumprido de acordo com a meta estabelecida na Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, LDO-2015, alterada pela Lei nº 13.199, de 3 de dezembro de 2015.

- Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade**

Programa **2039** – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

A seguir, as informações relativas ao Programa 2039, cujos valores foram executados na UG 170007 da CODIN.

Quadro 4.3.2 – Programa Temático

Em R\$

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2039				
Título	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações/ Posições 2014 e 2015	c) Dotação o/ Posição - 2015	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS					
Orçamento de Investimentos - OI					
Outras Fontes					
Total					
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2015					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2015					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2015)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
261.804.284,80	243.089.210,39	242.951.239,52		18.715.074,41	
Restos a Pagar – OFSS – Exercícios Anteriores					

Tipo	j) Posição em 1/01/2015	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	57.491.260,36	57.207.272,00	57.207.272,00		288.300,44
Processados	380,00				380,00
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS	340.620.336,00	Dotação OI		Outras Fontes	

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.:

1. Valores executados diretamente pela UG 170007 no Programa 2039 (não estão inclusos os valores descentralizados para outras UGs), nas Ações: 20Z6 (Planos Orçamentários 2 a 7); 20Z7 (Planos Orçamentários 1 a 4) e 0556 (FGV).
2. A UG 170007 executou, extraordinariamente, o valor de R\$ 34.645,47 fora do Programa 2039. Tal execução utilizou o orçamento alocado na UO 71902 (Fundo Soberano do Brasil), Programa 2110, Ação 20YC.

Quadro 4.3.3 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	2039.0556.0000			Tipo: Operação Especial		
Título	Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas					
Iniciativa	03N7 – Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União					
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional					
	Código: 2039		Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
38.000.000,00	38.000.000,00	15.500.000,00	15.500.000,00	15.500.000,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Operação Especial não possui meta						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Operação Especial não possui meta			

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.:

- 1) Valores executados diretamente pela UG 170007 (não inclui valores descentralizados para outras UGs).
- 2) Consideradas apenas Ações e Planos Orçamentários sob responsabilidade da STN, ou seja, excluiu-se Ação 20Z6 -PO 1 (SPE) e Ação 20Z7 - PO 5 (SEAE).

Quadro 4.3.4 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	203920Z60002 (Ação 20Z6 - Plano orçamentário 0002) Tipo: Atividade					
Título	Gestão Financeira e Contábil da União					
Iniciativa	03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas					
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Código: 2039 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.611.150,00	11.611.150,00	2.898.533,00	2.535.431,00	2.534.431,00	0,00	363.102,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Resultado Elaborado		unidade	12		12	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
509.293,00	260.258,00		Resultado elaborado	unidade	11	

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.:

1. Valores executados diretamente pela UG 170007 no Programa 2039 (não estão inclusos os valores descentralizados para outras UGs), nas Ações: 20Z6 (Planos Orçamentários 2 a 7); 20Z7 (Planos Orçamentários 1 a 4) e 0556 (FGV).
2. A UG 170007 executou, extraordinariamente, o valor de R\$ 34.645,47 fora do Programa 2039. Tal execução utilizou o orçamento alocado na UO 71902 (Fundo Soberano do Brasil), Programa 2110, Ação 20YC.

Quadro 4.3.5 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	203920Z60003 (Ação 20Z6 - Plano orçamentário 0003) Tipo: Atividade					
Título	Gestão de Obrigações da União					
Iniciativa	03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas					
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Código: 2039 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.361.462,00	3.361.462,00	166.289,00	140.973,00	135.566,00		25.316,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Leilão realizado		unidade	155		146	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
33.134,00	5.783,00		Leilão realizado	unidade	161	

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.:

- Valores executados diretamente pela UG 170007 no Programa 2039 (não estão inclusos os valores descentralizados para outras UGs), nas Ações: 20Z6 (Planos Orçamentários 2 a 7); 20Z7 (Planos Orçamentários 1 a 4) e 0556 (FGV).
- A UG 170007 executou, extraordinariamente, o valor de R\$ 34.645,47 fora do Programa 2039. Tal execução utilizou o orçamento alocado na UO 71902 (Fundo Soberano do Brasil), Programa 2110, Ação 20YC.

Quadro 4.3.6 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	203920Z60004 (Ação 20Z6 - Plano orçamentário 0004) Tipo: Atividade					
Título	Gestão de Haveres da União					
Iniciativa	03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas					
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Código: 2039 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.773.717,00	1.773.717,00	183.683,00	174.178,00	174.178,00		9.504,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Haver gerido		R\$ milhão	330.092	45.753	41.495	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
9.600,00	4.294,00		Haver gerido	milhão de reais	42.435	

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.:

1. Valores executados diretamente pela UG 170007 no Programa 2039 (não estão inclusos os valores descentralizados para outras UGs), nas Ações: 20Z6 (Planos Orçamentários 2 a 7); 20Z7 (Planos Orçamentários 1 a 4) e 0556 (FGV).
 2. A UG 170007 executou, extraordinariamente, o valor de R\$ 34.645,47 fora do Programa 2039. Tal execução utilizou o orçamento alocado na UO 71902 (Fundo Soberano do Brasil), Programa 2110, Ação 20YC.

Quadro 4.3.7 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	203920Z60005 (Ação 20Z6 - Plano orçamentário 0005) Tipo: Atividade					
Título	Gestão da Dívida Pública					
Iniciativa	03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas					
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Código: 2039 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.434.786,00	7.434.786,00	120.108,00	110.099,00	110.099,00		10.009,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Dívida gerida		unidade	75		162	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00		dívida gerida	unidade	67	

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.:

1. Valores executados diretamente pela UG 170007 no Programa 2039 (não estão inclusos os valores descentralizados para outras UGs), nas Ações: 20Z6 (Planos Orçamentários 2 a 7); 20Z7 (Planos Orçamentários 1 a 4) e 0556 (FGV).
 2. A UG 170007 executou, extraordinariamente, o valor de R\$ 34.645,47 fora do Programa 2039. Tal execução utilizou o orçamento alocado na UO 71902 (Fundo Soberano do Brasil), Programa 2110, Ação 20YC.

Quadro 4.3.8 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação	
Código	203920Z60006 (Ação 20Z6 - Plano orçamentário 0006) Tipo: Atividade
Título	Consolidação de Contas de Entes da Federação e Transparência da Gestão Fiscal
Iniciativa	03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas
Objetivo	Código:
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Código: 2039 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda

Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.145.279,00	1.145.279,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Relatório divulgado		unidade	75.298			66.015
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	relatório divulgado	unidade	37044	

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.:

1. Valores executados diretamente pela UG 170007 no Programa 2039 (não estão inclusos os valores descentralizados para outras UGs), nas Ações: 20Z6 (Planos Orçamentários 2 a 7); 20Z7 (Planos Orçamentários 1 a 4) e 0556 (FGV).
2. A UG 170007 executou, extraordinariamente, o valor de R\$ 34.645,47 fora do Programa 2039. Tal execução utilizou o orçamento alocado na UO 71902 (Fundo Soberano do Brasil), Programa 2110, Ação 20YC.

Quadro 4.3.9 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	203920Z60007 (Ação 20Z6 - Plano orçamentário 0007)					
Título	Remuneração pela Utilização do Sistema de Transferência de Reservas					
Iniciativa	03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas					
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
222.164,00	222.164,00	189.154,00	157.987,00	157.987,00		31.167,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
contrato remunerado		Reais	550.000	222.164		175.434
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
19.741,00	17.447,00	0,00	contrato remunerado	reais	162.236

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.:

1. Valores executados diretamente pela UG 170007 no Programa 2039 (não estão inclusos os valores descentralizados para outras UGs), nas Ações: 20Z6 (Planos Orçamentários 2 a 7); 20Z7 (Planos Orçamentários 1 a 4) e 0556 (FGV).
2. A UG 170007 executou, extraordinariamente, o valor de R\$ 34.645,47 fora do Programa 2039. Tal execução utilizou o orçamento alocado na UO 71902 (Fundo Soberano do Brasil), Programa 2110, Ação 20YC.

Quadro 4.3.10 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	203920Z70001 (Ação 20Z7 - Plano orçamentário 0001) Tipo: Atividade					
Título						
Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União. (STN)					
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Código: 2039 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
159.995.330,00	162.698.891,00	152.377.719,00	136.176.847,00	136.176.847,00		16.200.872,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema mantido		unidade	1		1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
26.464.630,00	26.464.630,00		sistema mantido	unidade	1	

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.:

1. Valores executados diretamente pela UG 170007 no Programa 2039 (não estão inclusos os valores descentralizados para outras UGs), nas Ações: 20Z6 (Planos Orçamentários 2 a 7); 20Z7 (Planos Orçamentários 1 a 4) e 0556 (FGV).
2. A UG 170007 executou, extraordinariamente, o valor de R\$ 34.645,47 fora do Programa 2039. Tal execução utilizou o orçamento alocado na UO 71902 (Fundo Soberano do Brasil), Programa 2110, Ação 20YC.

Quadro 4.3.11 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação					
Código	203920Z70002 (Ação 20Z7 - Plano orçamentário 0002) Tipo: Atividade				
Título					

Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União. (STN)					
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Código: 2039 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
52.620.204,00	53.002.108,00	31.816.428,00	29.741.324,00	29.609.760,00		2.075.104,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
sistema mantido		unidade	1		1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
12.112.991,00	12.112.991,00		sistema mantido	unidade	2	

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.:

1. Valores executados diretamente pela UG 170007 no Programa 2039 (não estão inclusos os valores descentralizados para outras UGs), nas Ações: 20Z6 (Planos Orçamentários 2 a 7); 20Z7 (Planos Orçamentários 1 a 4) e 0556 (FGV).
2. A UG 170007 executou, extraordinariamente, o valor de R\$ 34.645,47 fora do Programa 2039. Tal execução utilizou o orçamento alocado na UO 71902 (Fundo Soberano do Brasil), Programa 2110, Ação 20YC.

Quadro 4.3.12 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	203920Z70003 (Ação 20Z7 - Plano orçamentário 0003) Tipo: Atividade					
Título						
Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União. (STN)					
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Código: 2039 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
56.313.318,00	53.652.568,00	51.676.343,00	51.676.343,00	51.676.343,00		0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Montante			

		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
sistema mantido		% de execução física	100		100
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
17.842.322	17.842.322,00	0	sistema implantado	% de execução física	100

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.:

1. Valores executados diretamente pela UG 170007 no Programa 2039 (não estão inclusos os valores descentralizados para outras UGs), nas Ações: 20Z6 (Planos Orçamentários 2 a 7); 20Z7 (Planos Orçamentários 1 a 4) e 0556 (FGV).
2. A UG 170007 executou, extraordinariamente, o valor de R\$ 34.645,47 fora do Programa 2039. Tal execução utilizou o orçamento alocado na UO 71902 (Fundo Soberano do Brasil), Programa 2110, Ação 20YC.

Quadro 4.3.13 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	203920Z70004 (Ação 20Z7 - Plano orçamentário 0004)					
	Tipo: Atividade					
Título						
Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União. (STN)					
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional					
	Código: 2039 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.142.926,00	7.718.211,00	6.876.027,00	6.876.027,00	6.876.027,00		0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
sistema mantido		% de execução física	30		55%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
499.548,00	499.548,00	0,00	sistema implantado	% execução física	30	

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.:

1. Valores executados diretamente pela UG 170007 no Programa 2039 (não estão inclusos os valores descentralizados para outras UGs), nas Ações: 20Z6 (Planos Orçamentários 2 a 7); 20Z7 (Planos Orçamentários 1 a 4) e 0556 (FGV).

2. A UG 170007 executou, extraordinariamente, o valor de R\$ 34.645,47 fora do Programa 2039. Tal execução utilizou o orçamento alocado na UO 71902 (Fundo Soberano do Brasil), Programa 2110, Ação 20YC.

- **Informações sobre a execução das despesas.**

Quadro 4.3.14 – Programação de Despesas

Em R\$

Unidade Orçamentária:		Código UO: 25101		UGO: 170007	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL				307.055.334,00	
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2015 (A)				307.055.334,00	
Dotação final 2014(B)				297.761.389,00	
Variação (A/B-1)*100				3,12%	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		33.565.002,00			
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2015 (A)		33.565.002,00			
Dotação final 2014(B)		44.448.600,00			
Variação (A/B-1)*100		-24,49			

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.15 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa Em R\$ 1,00

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	170009		20Z6			-156.955
Recebidos		170007	20Z6			-156.955
Concedidos	170013		20Z6			8.375.345
Recebidos		170007	20Z6			8.375.345
Concedidos	170013		20Z7			218.570.227
Recebidos		170007	20Z7			218.570.227
Concedidos	170013		0556			15.500.000
Recebidos		170007	0556			15.500.000
Concedidos	170007		20Z6			136.931
Recebidos		170006	20Z6			136.931
Concedidos	170007		20Z6			806.655
Recebidos		170009	20Z6			806.655
Concedidos	170007					4.047.089
Recebidos		170531	Z0Z6			4.047.089
Concedidos	170007		20Z7			2.738.504
Recebidos		170531	20Z7			2.738.504
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	170013		20Z6	22.123		
Recebidos		170007	20Z6	22.123		
Concedidos	170013		20Z7	28.760.115		
Recebidos		170007	20Z7	28.760.115		
Concedidos	170007		20Z6	5.979		
Recebidos		170531	20Z6	5.979		
Concedidos	170007		20Z7	289.000		
Recebidos		170531	20Z7	289.000		
Concedidos	170007		20Z7	1.556.321		
Recebidos		170153	20Z7	1.556.321		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
	UG			Despesas Correntes		

Origem da Movimentação	Concedente	Recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Concedidos						
Recebidos						
Concedidos						
Recebidos						
Concedidos						
Recebidos						
Concedidos						
Recebidos						
Concedidos						
Recebidos						
Concedidos						
Recebidos						
Concedidos						
Recebidos						
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação				Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SIAFI e STN/CODIN

Quadro 4.3.16 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	0	0	0	0
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				

2. Contratações Diretas (h+i)	2.478.649	217.660.540	2.478.649	213.010.900
h) Dispensa	295.001	216.568.309	295.001	212.120.176
i) Inexigibilidade	2.183.648	1.092.231	2.183.648	890.724
3. Regime de Execução Especial	1.694	0	1.694	0
j) Suprimento de Fundos	1.694	0	1.694	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	166.068	164.689	159.661	164.689
k) Pagamento em Folha	0	0	0	0
l) Diárias	166.068	164.689	159.661	164.689
5. Outros	35.168.672	0	35.168.672	0
6. Total (1+2+3+4+5)	37.815.083	217.825.229	37.808.676	213.175.590

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.:

1. Valores executados diretamente pela UG 170007 no Programa 2039 (não estão inclusos os valores descentralizados para outras UGs), nas Ações: 20Z6 (Planos Orçamentários 2 a 7); 20Z7 (Planos Orçamentários 1 a 4) e 0556 (FGV).
2. A UG 170007 executou, extraordinariamente, o valor de R\$ 34.645,47 fora do Programa 2039. Tal execução utilizou o orçamento alocado na UO 71902 (Fundo Soberano do Brasil), Programa 2110, Ação 20YC.

Quadro 4.3.17 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Em R\$ 1,00								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
3. Outras Despesas Correntes	234.873.347	273.991.386	219.880.209	216.963.589	14.993.138	57.027.797	219.742.238	216.963.209
14 - Diárias	166.068	177.110	166.068	177.110	0	0	159.661	176.730
30 - Material de Consumo	13.850	8.596	6.918	8.596	6.932	0	6.918	8.596
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	229.101	294.323	221.097	249.589	8.005	44.733	221.097	249.589
36 - Serviços de Terceiros - Pessoa Física	863	414	863	414	0	0	863	414
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	218.864.847	238.490.672	203.963.076	181.521.539	14.901.770	56.969.133	203.831.513	181.521.539
41 - Contribuições	15.500.000	35.000.000	15.500.000	35.000.000	0	0	15.500.000	35.000.000
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	20.483	7.261	6.460	6.341	14.023	921	6.460	6.341
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0		0	
93 - Indenizações e Restituições	78.135	13.009	15.728	0	62.407	13.009	15.728	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	26.930.938	19.761.132	23.209.001	19.297.669	3.721.937	463.464	23.209.001	4.658.972
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	26.914.794	19.746.617	23.192.857	19.283.649	3.721.937	462.967	23.192.857	4.655.140
52 – Equipamentos e Material Permanente	16.144	14.516	16.144	14.019	0	496	16.144	3.832

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.:

1. Valores executados diretamente pela UG 170007 no Programa 2039 (não estão inclusos os valores descentralizados para outras UGs), nas Ações: 20Z6 (Planos Orçamentários 2 a 7); 20Z7 (Planos Orçamentários 1 a 4) e 0556 (FGV).
2. A UG 170007 executou, extraordinariamente, o valor de R\$ 34.645,47 fora do Programa 2039. Tal execução utilizou o orçamento alocado na UO 71902 (Fundo Soberano do Brasil), Programa 2110, Ação 20YC.

- **Restos a pagar de exercícios anteriores**

Quadro 4.3.18 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				Em R\$ 1,00
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	57.491.260	57.207.272		288.300
2013	12.918.575	11.901.180	699.795	317.600
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	380			380
2013	144.838	144.839	0	0
...				

Fonte: SIAFI e STN/CODIN

- **Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal**

Quadro 4.3.19 – Concessão de Suprimento de Fundos

Em R\$

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	170007	CODIN	0	0,00	3	5.000,00	2.000,00
2014	170007	CODIN	0	0,00	0	0,00	0,00
2013	170007	CODIN	0	0,00	0	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.20 – Utilização de suprimento de fundos

Em R\$

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	170007	CODIN	0	0,00	0	0,00	1.694,08	1.694,08
2014	170007	CODIN	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.21 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência Em R\$

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170007	CODIN	339030	33903016	1.087,40
			33903017	278,00
			33903024	256,85
			33903026	71,83

Fonte: SIAFI

Análise crítica

Em 2015 a UG 170007, STN/CODIN voltou a utilizar suprimento de fundos, após alguns anos, com o objetivo de fazer aquisições de baixo vulto de bens e materiais urgentes e que não estivessem previstos em nenhuma ata ou contrato do Ministério da Fazenda. Como o suprimento de fundos é tratado, nesta UG, apenas como última alternativa para aquisições e contratações, o valor total gasto no exercício de 2015 foi de R\$ 1.694,08, todos devidamente justificados com solicitação interna.

No que tange ao controle interno, esta UG mantém somente dois supridos, ambos integrantes de uma mesma unidade e que não abrem processos de suprimentos durante o mesmo período. Desta forma, controla-se melhor os gastos feitos pelo CPGF em um determinado período, já que todas as aquisições são efetuadas por um mesmo suprido, titular de um cartão. Além disto, esta UG presta contas também no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), em sistema específico para prestação de contas.

Por fim, cabe ressaltar que, como não houve utilização de suprimento de fundos em 2013 e 2014, não houve prestação de contas não aprovada, assim como não houve saque, uso de conta bancária e extrapolação de limites.

- Dívida Pública

- **Programação Orçamentária das Despesas**

Quadro 4.3.22 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Fazenda	25101	170600
Encargos Financeiros da União-Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	71.101	170600
Operações Oficiais de Crédito-Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional	74.101	170600
Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal-Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	75.101	170600

Fonte: SIAFI

a) Programação de Despesas Correntes e de Capital

Na Unidade Gestora 170.600 – Controle da Dívida Pública, a programação das despesas correntes e de capital apresentou os seguintes comportamentos:

Quadro 4.3.23 – Programação das Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupo de Despesas Correntes					
			2 – Juros e Encargos da Dívida (Proposta orçamentária)		2 – Juros e Encargos da Dívida (PLOA)		2 – Juros e Encargos da Dívida (LOA)	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
UO	PT	PO	2014	2015	2014	2015	2014	2015
25.101	04.123.2039.20Z6.0001	05	9.338.255	8.215.210	9.338.255	7.790.011	9.338.255	7.434.786
71.101	28.844.0906.0425.0001	01	8.156.275.955	7.250.561.878	8.156.275.955	7.250.561.878	8.156.275.955	7.250.561.878
		02	294.875.737	294.876.000	294.875.737	294.876.000	294.875.737	294.876.000
		03	736.472	450.710	736.472	450.710	736.472	450.710
		04	57.966	44.680	57.966	44.680	57.966	44.680
		05	140.401.853	115.403.491	140.401.853	115.403.491	140.401.853	115.403.491
	28.843.0905.0455.0001	01	166.711.550.939	210.402.955.605	166.275.942.674	209.999.999.999	166.275.942.674	209.999.999.999
		02	27.763.650	39.388.012	27.763.650	39.388.012	27.763.650	39.388.012
		03	930.000.000	930.000.000	930.000.000	930.000.000	930.000.000	930.000.000
		04	228.617.030	324.598.056	228.617.030	324.598.056	228.617.030	324.598.056
		05	10.691.614.934	57.590.604	10.691.614.934	57.590.604	10.691.614.934	57.590.604
	28.846.0909.0669.0001	01	1.090.000.000	5.000.000.000	1.090.000.000	5.000.000.000	1.090.000.000	5.000.000.000
	74.101	28.846.0909.0343.0001	01					
	75.101	28.842.0908.0243.0001	01					
02								
28.841.0907.0365.0001		01						
		02						
		03						
		04						
Total			188.281.232.791	224.424.084.246	187.845.624.526	224.020.703.441	187.845.624.526	224.020.348.216

observações: i) o quadro acima contempla as alterações promovidas no orçamento da UG 170.600 no exercício de 2015. O número de Programas de Trabalho (PT) foi reduzido e os PTs suprimidos foram remanejados para Planos Orçamentários (PO) nos PTs remanescentes.

Fonte: LOA e STN/CODIV(SEORFI)

Quadro 4.3.24 – Programação das Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupo de Despesas de Capital					
			6 – Amortização da Dívida (Proposta orçamentária)		6 – Amortização da Dívida (PLOA)		6 – Amortização da Dívida (LOA)	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
UO	PT	PO	2014	2015	2014	2015	2014	2015
25.101	04.123.2039.20Z6.0001	05						
71.101	28.844.0906.0425.0001	01	146.946.201		146.946.201		146.946.201	
		02	432.383.885	460.124.000	432.383.885	460.124.000	432.383.885	460.124.000
		03	9.756.632	9.372.005	9.756.632	9.372.005	9.756.632	9.372.005
		04						
		05	587.246.951	583.083.933	587.246.951	583.083.933	587.246.951	583.083.933
	28.843.0905.0455.0001	01	150.549.656.618	210.245.845.331	147.680.428.497	210.245.845.331	147.680.428.497	210.245.845.331
		02	51.574.435		51.574.435		51.574.435	
		03	205.000.000		205.000.000		205.000.000	

		04	334.856.705	475.441.152	334.856.705	475.441.152	334.856.705	475.441.152
		05	11.070.418.034		11.070.418.034		11.070.418.034	
	28.846.0909.0669.0001	01	9.901.000.000	51.500.000.000	9.901.000.000	51.500.000.000	9.901.000.000	51.500.000.000
74.101	28.846.0909.0343.0001	01	113.000.000	113.000.000	113.000.000	113.000.000	113.000.000	113.000.000
75.101	28.842.0908.0243.0001	01	4.379.871.880	18.138.485.354	4.379.871.880	18.138.485.354	4.379.871.880	18.138.485.354
		02	71.924	55.549	71.924	55.549	71.924	55.549
	28.841.0907.0365.0001	01	632.154.869.501	840.235.011.473	634.329.133.899	839.754.154.470	634.329.133.899	839.754.154.470
		02		108.816.991		108.816.991		108.816.991
		03		205.000.000		205.000.000		205.000.000
		04		5.382.286.839		5.382.286.839		5.382.286.839
Total			809.936.652.766	1.127.456.522.627	809.241.689.043	1.126.975.665.624	809.241.689.043	1.126.975.665.824

observações: i) o quadro acima contempla as alterações promovidas no orçamento da UG 170.600 no exercício de 2015. O número de Programas de Trabalho (PT) foi reduzido e os PTs suprimidos foram remanejados para Planos Orçamentários (PO) nos PTs remanescentes; ii) Na UO 71.101; PT28.843.0905.0455.0001, as dotações dos Planos Orçamentários 0 e 1 foram adicionadas e o resultado exibido no PO 1.

Fonte: LOA e STN/CODIV(SEORFI)

Quadro 4.3.25 – Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência		
			Exercícios		Exercícios		Exercícios		
UO	PT	PO	2014	2015	2014	2015	2014	2015	
25.101	04.123.2039.20Z6.0001	05	9.338.255	7.434.786					
71.101	28.844.0906.0425.0001	01	8.156.275.955	7.250.561.878	146.946.201				
		02	294.875.737	294.876.000	432.383.885	460.124.000			
		03	736.472	450.710	9.756.632	9.372.005			
		04	57.966	44.680					
		05	140.401.853	115.403.491	587.246.951	583.083.933			
	28.843.0905.0455.0001	01	166.275.942.674	209.999.999.999	147.680.428.497	210.245.845.531			
		02	27.763.650	39.388.012	51.574.435				
		03	930.000.000	930.000.000	205.000.000				
		04	228.617.030	324.598.056	334.856.705	475.441.152			
		05	10.691.614.934	57.590.604	11.070.418.034				
	28.846.0909.0669.0001	01	1.090.000.000	5.000.000.000	9.901.000.000	51.500.000.000			
74.101	28.846.0909.0343.0001	01			113.000.000	113.000.000			
75.101	28.842.0908.0243.0001	01			4.379.871.880	18.138.485.354			
		02			71.924	55.549			
	28.841.0907.0365.0001	01				634.329.133.899	839.754.154.470		
		02					108.816.991		
		03					205.000.000		
		04					5.382.286.839		
Total			187.845.624.526	224.020.348.216	809.241.689.043	1.126.975.665.824			

Fonte: LOA e STN/CODIV (SEORFI)

b) *Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa*

Quadro 4.3.26 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – UG 170.600

Valores em R\$ 1,00

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	*diversas			29.612.181	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	*diversas			81.491.484	

Fonte: SIAFI

Obs.: Movimentação orçamentária referente transferências dos contratos da Dívida Externa Contratual de outros Ministérios para a STN.

Quadro 4.3.27 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$1,00

Movimentação de Créditos Orçamentários para a UG 170600		
UO de Origem	Principal	Juros
02.103	572.153	156.996
25.101	0	10.944.895
33.101	0	1.465.130
36.901	25.462.443	5.316.953
44.101	2.558.561	242.444
44.205	0	171.527
47.101	0	419.888
49.101	0	297.020
52.111	51.784.249	10.257.143
54.101	1.114.078	214.363
66.101	0	125.822
Total	81.491.484	29.612.181

Fonte: SIAFI

- **Execução Orçamentária das Despesas**

- *Execução Orçamentária de Créditos Originários da Unidade*

Quadro 4.3.28 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
2 - Juros e Encargos da Dívida	169.591.461.343,30	207.642.606.990,95	169.591.461.343,30	207.642.606.990,95	-	-	169.591.461.343,30	207.642.606.990,95
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	3.587.545.797,46	164.042.448,83	3.587.545.797,46	164.042.448,83	-	-	3.587.545.797,46	164.042.448,83
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	-	474.280,60	-	474.280,60	-	-	-	474.280,60
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	165.968.757.740,44	207.478.090.261,52	65.968.757.740,44	207.478.090.261,52	-	-	165.968.757.740,44	207.478.090.261,52
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	35.157.805,40	-	35.157.805,40	-	-	-	35.157.805,40	-
3 - Outras Despesas Correntes	319.912.385,92	307.320.678,01	319.912.385,92	307.320.678,01	853.407.376,39	118.241,95	825.938.253,09	744.370.031,57
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	5.924.452,97	7.079.385,09	5.924.452,97	7.079.385,09	165.709,34	118.241,95	6.030.784,47	7.209.893,46
45 - Equalização de Preços e Taxas	289.218.746,15	278.883.914,91	289.218.746,15	278.883.914,91	853.241.667,05	-	795.138.281,82	715.802.760,10
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	24.769.186,80	21.357.378,01	24.769.186,80	21.357.378,01	-	-	24.769.186,80	21.357.378,01

Quadro 4.3.29 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
6 - Amortização da Dívida	804.809.896.672,03	751.068.425.776,73	804.809.896.672,03	751.068.425.776,73	-	-	804.809.896.672,03	751.068.425.776,73
71 - Principal da Dívida por Contrato	61.125.902.605,87	-	61.125.902.605,87	-	-	-	61.125.902.605,87	-
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	128.267.309.875,52	180.882.820.864,00	128.267.309.875,52	180.882.820.864,00	-	-	128.267.309.875,52	180.882.820.864,00
74 - Cor.Monet.e Cambial da Div.Mobil.Resgatada	-	-	-	-	-	-	-	-
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	614.854.065.632,00	569.374.792.009,70	614.854.065.632,00	569.374.792.009,70	-	-	614.854.065.632,00	569.374.792.009,70
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	562.618.558,64	810.812.903,03	562.618.558,64	810.812.903,03	-	-	562.618.558,64	810.812.903,03

Fonte: SIAFI Operacional e Tesouro Gerencial

Quadro 4.3.30 – Despesas por Programa

**04.123.2039.20Z6.0001 - GESTAO DE POLITICAS ECONOMICAS E FISCAIS - NACIONAL
PTRES 089281 PO 0005 - GESTAO DA DIVIDA PUBLICA**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
3 - Outras Despesas Correntes	7.196.435,76	7.079.385,09	117.050,67	2%
39 - Outros Servicos De Terceiros Pj - Op.Int.Orc.	7.196.435,76	7.079.385,09	117.050,67	2%

COMENTÁRIOS: Variações não significativas.

**23.693.2024.0267.0001 - SUBV ECONOMICA PARA PROMOCAO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI N. 10.184, DE 2001) - NACIONAL
PTRES 089191 PO 0000 - SUBVENCAO ECONOMICA PARA PROMOCAO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI N. 10.184, DE 2001) - DESPESAS DIVERSAS**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
3 - Outras Despesas Correntes	300.241.292,92	300.241.292,92	-	0%
45 - Subvenções Econômicas	278.883.914,91	278.883.914,91	-	0%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	21.357.378,01	21.357.378,01	-	0%

COMENTÁRIOS: Não houve variações

**28.841.0907.0365.0001 - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL
PTRES 089141 PO 0001 REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA (DPMFI)**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
6 - Amortização da Dívida	719.262.516.721,00	556.377.940.312,12	162.884.576.408,88	23%
76 - PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA MOBLIARIA REFINANCIADO	719.262.516.721,00	556.377.940.312,12	162.884.576.408,88	23%

COMENTÁRIOS: Melhoria no perfil da dívida (alongamento de prazo) tornou desnecessária a utilização de todo o orçamento estimado.

**28.841.0907.0365.0001 - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL
PTRES 089145 PO 0002 DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DECORRENTE DO PROGRAMA DE APOIO A REESTRUTURACAO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E DO INCENTIVO A REDUCAO DA PRESENCA DO SETOR PUBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE FINANCEIRA BANCARIA**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
6 - Amortização da Dívida	108.816.991,00	50.470.893,76	58.346.097,24	54%
76 - PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA MOBLIARIA REFINANCIADO	108.816.991,00	50.470.893,76	58.346.097,24	54%

COMENTÁRIOS: Havia uma expectativa de resgate antecipado o que não se concretizou.

**28.841.0907.0365.0001 - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL
PTRES 089149 PO 0003 - DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE PROGRAMAS DE APOIO AO SEGMENTO AGRICOLA**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
6 - Amortização da Dívida	205.000.000,00	-	205.000.000,00	100%

76 - PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA MOBILIARIA REFINANCIADO	205.000.000,00	-	205.000.000,00	100%
--	----------------	---	----------------	------

COMENTÁRIOS: Dotação orçamentária preventiva, visando permitir a regularização de valores não reconhecidos formalmente pela União.

28.841.0907.0365.0001 - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL

PTRES 089152 PO 0004 - DIVIDA INTERNA DECORRENTE DE NOVACAO DE DIVIDAS DO FUNDO DE COMPENSACAO DE VARIACOES SALARIAIS - FCVS (LEI N. 10.150, DE 2000)

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
6 - Amortização da Dívida	5.382.286.839,00	2.365.854.897,82	3.016.431.941,18	56%
76 - PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA MOBILIARIA REFINANCIADO	5.382.286.839,00	2.365.854.897,82	3.016.431.941,18	56%

COMENTÁRIOS: A previsão inicial de novas emissões, decorrente da novação de dívidas não se concretizou. Além disso, a previsão de resgate antecipado de títulos, para o pagamento de dividendos devidos à União não ocorreu, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário.

28.842.0908.0243.0001 - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL EXTERNA - NACIONAL

PTRES 089142 PO 0001 - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL EXTERNA (DPMFE)

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
6 - Amortização da Dívida	18.138.485.354,00	10.580.525.906,00	7.557.959.448,00	42%
76 - PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA MOBILIARIA REFINANCIADO	18.138.485.354,00	10.580.525.906,00	7.557.959.448,00	42%

COMENTÁRIOS: Havia a previsão de resgate antecipado dentro do programa de recompra de títulos, no entanto, devido as condições desfavoráveis no mercado internacional as recompras ocorreram em volume menor que o estimado.

28.842.0908.0243.0001 - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL EXTERNA - NACIONAL

PTRES 089146 PO 0002 - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA EXTERNA DECORRENTE DE ACORDOS DE REESTRUTURACAO

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
6 - Amortização da Dívida	55.549,00	-	55.549,00	100%
76 - PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA MOBILIARIA REFINANCIADO	55.549,00	-	55.549,00	100%

COMENTÁRIOS: Não houve execução orçamentária tendo em vista a existência de saldo suficiente nos agentes pagadores.

28.843.0905.0455.0001 - DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL

PTRES 089139 PO 0001 - SERVICOS DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA (DPMFI)

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	216.941.857.288,00	197.896.497.117,28	19.045.360.170,72	9%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	216.941.857.288,00	197.896.497.117,28	19.045.360.170,72	9%
6 - Amortização da Dívida	267.622.618.954,00	180.882.820.864,00	86.739.798.090,00	32%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	267.622.618.954,00	180.882.820.864,00	86.739.798.090,00	32%

COMENTÁRIOS: Melhoria no perfil da dívida (alongamento de prazo) tornou desnecessária a utilização de todo o orçamento estimado.

28.843.0905.0455.0001 - DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL

PTRES 089143 PO 0002 - DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DECORRENTE DO PROGRAMA DE APOIO A REESTRUTURACAO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E DO INCENTIVO A REDUCAO DA PRESENCA DO SETOR PUBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE FINANCEIRA BANCARIA

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	39.388.012,00	23.520.283,42	15.867.728,58	40%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	39.388.012,00	23.520.283,42	15.867.728,58	40%

COMENTÁRIOS: Havia uma expectativa de resgate antecipado o que não se concretizou.

28.843.0905.0455.0001 - DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL
PTRES 089147 PO 0003 - DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE PROGRAMAS DE APOIO AO SEGMENTO AGRICOLA

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	930.000.000,00	-	930.000.000,00	100%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	930.000.000,00	-	930.000.000,00	100%

COMENTÁRIOS: Dotação orçamentária preventiva, visando permitir a regularização de valores não reconhecidos formalmente pela União.

28.843.0905.0455.0001 - DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL
PTRES 089150 PO 0004 - HONRA DE COMPROMISSO INTERNO DECORRENTE DE AVAL CONCEDIDO PELA UNIAO (LEI COMPLEMENTAR N. 101, DE 2000)

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	324.598.056,00	-	324.598.056,00	100%
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato - LC 141/12	324.598.056,00	-	324.598.056,00	100%
6 - Amortização da Dívida	475.441.152,00	-	475.441.152,00	100%
77 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Resgatada	475.441.152,00	-	475.441.152,00	100%

COMENTÁRIOS: Dotações estimadas para permitir, quando necessário, o imediato pagamento de compromissos internos garantidos pela União, de forma a evitar os prejuízos que uma eventual inadimplência viria acarretar. A atuação pontual da STN junto aos diversos devedores do setor público possibilitou o pagamento das obrigações sem necessidade de utilização de tais dotações.

28.843.0905.0455.0001 - DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL
PTRES 089153 PO 0005 - DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DECORRENTE DE NOVACAO DE DIVIDAS DO FUNDO DE COMPENSACAO DE VARIACOES SALARIAIS - FCVS (LEI N. 10.150, DE 2000)

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	2.257.590.604,00	1.808.647.361,36	448.943.242,64	20%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	2.257.590.604,00	1.808.647.361,36	448.943.242,64	20%

COMENTÁRIOS: A previsão inicial de novas emissões, decorrente da novação de dívidas não se concretizou. Além disso, a previsão de resgate antecipado de títulos, para o pagamento de dividendos devidos à União não ocorreu, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário.

28.844.0906.0425.0001 - SERVIÇOS DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL EXTERNA - NACIONAL
PTRES 089140 PO 0001 - SERVICOS DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL EXTERNA

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	9.249.158.628,00	7.749.425.499,46	1.499.733.128,54	16%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	9.249.158.628,00	7.749.425.499,46	1.499.733.128,54	16%

COMENTÁRIOS: Variações não significativas.

**28.844.0906.0425.0001 - SERVIÇOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
FEDERAL EXTERNA - NACIONAL
PTRES 089144 PO 0002 - HONRA DE COMPROMISSO EXTERNO DECORRENTE DE AVAL CONCEDIDO PELA UNIÃO
(DECRETOS-LEIS N. 1.928, DE 1982 E 2.169, DE 1984)**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	230.646.000,00	-	230.646.000,00	100%
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato - LC 141/12	230.646.000,00	-	230.646.000,00	100%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	25.000.000,00	-	25.000.000,00	100%
6 - Amortização da Dívida	211.540.000,00	-	211.540.000,00	100%
77 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Resgatada	211.540.000,00	-	211.540.000,00	100%

COMENTÁRIOS: Dotações estimadas para permitir, quando necessário, o imediato pagamento de compromissos externos garantidos pela União, de forma a evitar os prejuízos que uma eventual inadimplência viria acarretar. A atuação pontual da STN junto aos diversos devedores do setor público possibilitou o pagamento das obrigações sem necessidade de utilização de tais dotações.

**28.844.0906.0425.0001 - SERVIÇOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
FEDERAL EXTERNA - NACIONAL
PTRES 089148 PO 0003 - DIVIDAS EXTERNAS DECORRENTES DE FINANCIAMENTOS PARA OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO (DECRETO N. 94.444, DE 1987)**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	455.710,00	455.182,73	527,27	0%
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato - LC 141/12	455.710,00	455.182,73	527,27	0%
6 - Amortização da Dívida	9.552.005,00	9.547.525,00	4.480,00	0%
77 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Resgatada	9.552.005,00	9.547.525,00	4.480,00	0%

COMENTÁRIOS: Variações não significativas.

**28.844.0906.0425.0001 - SERVIÇOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
FEDERAL EXTERNA - NACIONAL
PTRES 089151 PO 0004 - DÍVIDA EXTERNA DA UNIÃO DECORRENTE DE ACORDOS DE REESTRUTURAÇÃO**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	44.680,00	-	44.680,00	100%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	44.680,00	-	44.680,00	100%

COMENTÁRIOS: Não houve execução orçamentária tendo em vista a existência de saldo suficiente nos agentes pagadores.

**28.844.0906.0425.0001 - SERVIÇOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
FEDERAL EXTERNA - NACIONAL
PTRES 089154 PO 0005 - DÍVIDA EXTERNA DA UNIÃO DECORRENTE DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	193.665.672,00	163.587.266,10	30.078.405,90	16%
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato - LC 141/12	193.665.672,00	163.587.266,10	30.078.405,90	16%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	579.000,00	474.280,60	104.719,40	18%
6 - Amortização da Dívida	902.855.417,00	801.265.378,03	101.590.038,97	11%
77 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Resgatada	902.855.417,00	801.265.378,03	101.590.038,97	11%

COMENTÁRIOS: Variações não significativas.

**28.846.0909.0669.0001 - COBERTURA DO RESULTADO NEGATIVO APURADO NO BANCO CENTRAL DO BRASIL (LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000) - NACIONAL
PTRES 089128 PO 0000 - COBERTURA DO RESULTADO NEGATIVO APURADO NO BANCO CENTRAL DO BRASIL (LEI COMPLEMENTAR N. 101, DE 2000)**

	Dotação		Saldo	Variação
--	---------	--	-------	----------

Grupos de Despesa	Autorizada	Executado	Orçamentário	Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	3.000.000.000,00	-	3.000.000.000,00	100%
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato - LC 141/12	3.000.000.000,00	-	3.000.000.000,00	100%
6 - Amortização da Dívida	51.500.000.000,00	-	51.500.000.000,00	100%
71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	51.500.000.000,00	-	51.500.000.000,00	100%

COMENTÁRIOS: Não houve execução orçamentária, tendo em vista que o pagamento, inicialmente previsto para 2015, foi antecipado e realizado no segundo semestre de 2014 para atender as necessidades das autoridades monetárias.

TOTAL

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	233.192.983.650,00	207.642.606.990,95	25.550.376.659,05	11%
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato - LC 141/12	3.749.365.438,00	164.042.448,83	3.585.322.989,17	96%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	25.579.000,00	474.280,60	25.104.719,40	98%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	229.418.039.212,00	207.478.090.261,52	21.939.948.950,48	10%
3 - Outras Despesas Correntes	307.437.728,68	307.320.678,01	117.050,67	0%
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	7.196.435,76	7.079.385,09	117.050,67	2%
45 - Equalização de Preços e Taxas	278.883.914,91	278.883.914,91	-	0%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	21.357.378,01	21.357.378,01	-	0%
6 - Amortização da Dívida	1.063.819.168.982,00	751.068.425.776,73	312.750.743.205,27	29%
71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	51.500.000.000,00	-	51.500.000.000,00	100%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	267.622.618.954,00	180.882.820.864,00	86.739.798.090,00	32%
76 - PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA REFINANCIADO	743.097.161.454,00	569.374.792.009,70	173.722.369.444,30	23%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciada	1.599.388.574,00	810.812.903,03	788.575.670,97	49%
TOTAL GERAL	1.297.319.590.360,68	959.018.353.445,69	338.301.236.914,99	26%

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

Quadro 4.3.31 – Restos a Pagar

23.693.2024.0267.0001 - SUBV ECONOMICA PARA PROMOCAO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI N. 10.184, DE 2001) - NACIONAL
PTRES 089191 PO 0000 - SUBVENCAO ECONOMICA PARA PROMOCAO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI N. 10.184, DE 2001) - DESPESAS DIVERSAS

Grupos de Despesa	Restos a Pagar Inscrito	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar Saldo	Varição Percentual
3 - Outras Despesas Correntes	1.234.138.838,66	436.918.845,19	797.219.993,47	65%
45 - Equalização de Preços e Taxas (inscrito 2013)	380.897.171,61	143.217.860,77	237.679.310,84	62%
45 - Equalização de Preços e Taxas (inscrito 2014)	853.241.667,05	293.700.984,42	559.540.682,63	66%
45 - Equalização de Preços e Taxas (inscrito 2015)	-	-	-	0%

COMENTÁRIOS: A execução parcial dos valores inscritos de RP 2013 e 2014 decorre de demanda da STN/COPEC, responsável pelo gerenciamento do PROEX. Como não existem compromissos para os saldos verificados, a STN/COPEC solicitou a CODIV o cancelamento dos mesmos e não solicitou nenhuma inscrição de RP em 2015.

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

Quadro 4.3.32 – Restos a Pagar

04.123.2039.20Z6.0001 - GESTAO DE POLITICAS ECONOMICAS E FISCAIS - NACIONAL
PTRES 089281 PO 0005 - GESTAO DA DÍVIDA PUBLICA

Grupos de Despesa	Restos a Pagar Inscrito	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar Saldo	Varição Percentual
-------------------	-------------------------	----------------------	----------------------	--------------------

3 - Outras Despesas Correntes	283.951,29	130.508,37	153.442,92	54%
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ (inscrito 2014)	165.709,34	130.508,37	35.200,97	21%
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ (inscrito 2015)	118.241,95		118.241,95	N/A

COMENTÁRIOS: Como várias despesas deste programa de trabalho são efetuadas em dólares, os valores inscritos e RP consideram uma taxa cambial estimada. Assim não houve necessidade de utilização integral do montante inscrito em RP de 2014, cujo saldo foi cancelado.

Fonte: SIAFI Operacional e Tesouro Gerencial

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Haveres Financeiros

- *Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da UPC e resultados alcançados*

- Programa **2039** – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

A STN/COAFI participa da Ação **20Z6** – Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais, referente ao Programa **2039**, conforme demonstrado a seguir.

Quadro 4.3.33 – Quadro PPA

Identificação da Ação						
Código	203920Z60001					
Descrição	Controle dos haveres mobiliários referentes às participações acionárias em empresas estatais, bem como dos haveres financeiros concernentes aos dividendos, aqueles decorrentes da renegociação de débitos de Estados e Municípios e de entidades de suas administrações indiretas com o governo federal, de refinanciamento de dívidas do crédito rural, da assunção de créditos de empresas públicas extintas por força de lei, de operações estruturadas.					
Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Descrição da ação no âmbito da STN/ COAFI - UG 170.512	A COAFI não executa recursos financeiros nesta ação orçamentária no que se refere à despesa. Entretanto, ao arrecadar receitas de haveres decorrentes de refinanciamento de dívidas de Estados, Distrito Federal e Municípios, de entidades de suas administrações indiretas e de empresas privatizadas, contribui para o alcance da ação 20Z6 – Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (saldo)		Meta Financeira (recebimentos)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Previsto	R\$ mil	580.000.000	586.610.406	45.753.014	41.495.716

Fonte: STN/COAFI

Análise Crítica

A proposta orçamentária da STN/COAFI (UG 170.512) para o exercício de 2015 contemplou a estimativa de recebimentos de haveres financeiros da ordem de R\$ 45,75 bilhões. O exercício foi encerrado com o recebimento de R\$ 41,50 bilhões, ou seja, realização a menor de R\$ 4,26 bilhões (-9,30%) em relação ao volume orçado.

A frustração nos recebimentos ocorreu, em sua grande parte, nos programas Lei nº 8.727/93, Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/2001.

No caso da MP nº 2.185/01, a frustração se deve, principalmente, a decisões judiciais obtidas por alguns mutuários, como o Município do Rio de Janeiro e o Município de São Paulo, dentre outros,

com o objetivo de antecipar os efeitos da edição da Lei Complementar nº 148/14, lhes permitindo assim aplicar condições mais favoráveis à parcela mensal paga do programa.

No que se refere aos ativos da Lei nº 8.727/93, vale destacar que os recebimentos a menor ocorreram em decorrência de amortizações extraordinárias previstas para 2015, mas que não foram concretizadas no decorrer do exercício em questão.

Para os recebimentos da Lei nº 9.496/97, vale destacar que houve frustração significativa nos valores programados para pagamento em 30/12, de contratos com parcelas mensais expressivas, como dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, para os quais havia parcelas mensais pendentes em 31/12/2015.

Análise Gerencial – PPA 2012 a 2015

Quadro 4.3.34 – Quadro PPA – 2012 – 2015

R\$ mil

Metas dos Exercícios 2012-2015 para a Ação 2076 / 20Z6						
Exercício	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (saldo)		Meta Financeira (recebimentos)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2012	Haver gerido	R\$ mil	500.000.000	507.573.890	44.352.640	44.931.810
2013	Haver gerido	R\$ mil	520.000.000	523.748.975	46.021.078	44.156.601
2014	Haver gerido	R\$ mil	530.000.000	536.668.724	44.687.022	42.435.080
2015	Haver gerido	R\$ mil	560.000.000	586.610.406	45.753.014	41.495.716

Fonte: STN/COAFI

Somente no exercício de 2012, a meta financeira realizada ficou acima da meta prevista. A arrecadação a maior naquele exercício, equivalente a 1,31% do valor orçado, decorreu do crescimento da Receita Líquida Real – RLR, base para cálculo dos valores a serem pagos pelos Estados e Municípios (que se valem do limite de comprometimento) à União, acima dos valores projetados, e da variação entre as taxas de inflação, de juros e de câmbio projetadas e efetivas.

A partir de 2013 verificou-se frustração nos recebimentos em relação aos valores previstos. Em 2013 o recebimento abaixo do previsto foi causado, basicamente, pela expectativa de que o volume de amortizações extraordinárias no programa da Lei nº 8.727/93 aumentaria de forma significativa, diante da proximidade do encerramento das parcelas da dívida do programa em 2014, como já havia ocorrido em situações análogas de outros programas encerrados. Entretanto, o volume de amortizações extraordinárias esperado para o exercício não se concretizou. Ademais, verificou-se naquele exercício arrecadação a menor no programa da MP nº 2.185/01 (-11,33%), ocasionado principalmente pelo crédito gerado a favor do Município de São Paulo (maior devedor e responsável por mais de 80% do saldo devedor do programa) em virtude de recálculos de limite de comprometimento efetuado com base no comando da Medida Provisória nº 618, de 05/06/2013, utilizado para amortizar parcelas da dívida do Município nos meses de julho, agosto e setembro de 2013, num total de R\$ 762,9 milhões.

Em 2014 a frustração de receitas ocorreu nos programas Lei nº 8.727/93 e *royalties* do Estado do Mato Grosso do Sul. No caso da Lei nº 8.727/93 o volume de recebimentos para o programa, quando comparado com a previsão, ficou abaixo do esperado, tanto na rubrica “Demais Credores” (-49,68%), como na rubrica “Receitas da União” (-12,57%). Durante esse exercício verificou-se o encerramento da parcela de dívida vencida do programa, acarretando redução do volume de recebimentos, restando apenas a parcela de dívidas vincendas e o pagamento de resíduo

de limite de comprometimento acumulado, devido pelo Estado de Goiás. Entretanto, durante a elaboração da proposta orçamentária de 2014, em maio/2013, o pagamento de resíduo não foi considerado e o percentual de despesas relativas aos recebimentos das dívidas vincendas foi subestimado. Visando corrigir as distorções mencionadas, o Tesouro Nacional encaminhou pedido de suplementação orçamentária à MF/SPOA, no volume de R\$ 1,53 bilhão, conforme Nota Técnica no 11/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02.04.2014. O pedido em questão considerava ainda margem de segurança para eventuais quitações antecipadas por parte dos devedores restantes do programa. De forma a não haver incoerência entre as receitas e despesas previstas, o pedido de suplementação foi acompanhado de reestimativa em mesma medida das receitas previstas para o programa. A solicitação foi atendida e o repasse aos demais credores não sofreu interrupção ao longo do exercício. Contudo, o valor de suplementação recebido mostrou-se bem acima do realizado, tendo em vista que não ocorreram amortizações extraordinárias, o que explica a frustração nos recebimentos do programa.

Por sua vez, a frustração nos recebimentos dos *royalties* do Mato Grosso do Sul em 2014 pode ser explicada, principalmente, pela redução da quantidade de energia elétrica gerada pelas usinas vinculadas ao contrato.

Finalmente, para o exercício de 2015, conforme descrito anteriormente, os recebimentos de R\$ 41,50 bilhões, ou seja, realização a menor de R\$ 4,26 bilhões (-9,30%) em relação ao volume orçado, se deve aos menores recebimentos verificados nos programas Lei nº 8.727/93, Lei nº 9.496/97, MP nº 2.185/01 e *royalties* do Estado do Mato Grosso do Sul.

- **Programação das Despesas – STN/COAFI**

Quadro 4.3.35 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - Encargos Financeiros da União	71.101	170.512
Remuneração de Agentes Financeiros – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	71.104	170.512

Fonte: STN/COAFI

Na Unidade Gestora 170.512, a programação das despesas correntes e de capital apresentou o seguinte comportamento:

Quadro 4.3.36 - Programação das Despesas Correntes – UG 170.512

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2014	2015	2014	2015	2014	2015
LOA	Dotação proposta pela UO 71.104	-	-	-	-	1.984.097,15	2.879.660,34
	Dotação proposta pela UO 71.101	-	-	347.177.077,00	480.910.409,39	-	-
	PLOA - UO 71.104	-	-	-	-	1.984.097,15	2.879.660,34
	PLOA - UO 71.101	-	-	347.177.077,00	480.910.409,00	-	-

LOA - 71.104	-	-	-	-	1.984.097,15	2.807.637,00
LOA - UO 71.101	-	-	347.177.077,00	480.910.409,00	-	-

Fontes: STN/COAFI e Site da Câmara dos Deputados. Informações obtidas no endereço:

http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2015/red_final/vol4/71_enc_fin_uniao.pdf

Quadro 4.3.37 – Programação das Despesas de Capital – UG 170.512

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas de Capital					
		4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2014	2015	2014	2015	2014	2015
LOA	Dotação proposta pela UO 71.101	-	-	-	-	993.995.514,49	2.037.245.534,97
	PLOA - UO 71.101	-	-	-	-	993.995.515,00	2.037.245.535,00
	LOA - UO 71.101	-	-	-	-	993.995.515,00	2.037.245.535,00

Fontes: STN/COAFI e Site da Câmara dos Deputados. Informações obtidas no endereço:

http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2015/red_final/vol4/71_enc_fin_uniao.pdf

Quadro 4.3.38 – Quadro Resumo da Programação das Despesas – UG 170.512

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2014	2015	2014	2015	2014	2015
LOA	Dotação proposta pela UO 71.104	1.984.097,15	2.879.660,34	-	-	-	-
	Dotação proposta pela UO 71.101	347.177.077,00	480.910.409,39	993.995.514,49	2.037.245.534,97	-	-
	PLOA - UO 71.104	1.984.097,15	2.879.660,34	-	-	-	-
	PLOA - UO 71.101	347.177.077,00	480.910.409,00	993.995.515,00	2.037.245.535,00	-	-
	LOA - UO 71.104	1.984.097,15	2.807.637,00	-	-	-	-
	LOA - UO 71.101	347.177.077,00	480.910.409,00	993.995.515,00	2.037.245.535,00	-	-

Fontes: STN/COAFI e Site da Câmara dos Deputados. Informações obtidas no endereço:

http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2015/red_final/vol4/71_enc_fin_uniao.pdf

Quadro 4.3.39 – Quadro Resumo – LOA e Suplemento Orçamentário – UG 170.512

Em R\$ mil

Créditos Orçamentários								
Unidade Orçamentária	Despesas Correntes				Despesas de Capital			
	Exercícios				Exercícios			
	2014		2015		2014		2015	
	Dotação Inicial (LOA)	Dotação Final (LOA + Suplem.)	Dotação Inicial (LOA)	Dotação Final (LOA + Suplem.)	Dotação Inicial (LOA)	Dotação Final (LOA + Suplem.)	Dotação Inicial (LOA)	Dotação Final (LOA + Suplem.)
71.104	1.984,1	1.984,1	2.807,6	2.807,6	-	-	-	-
71.101	347.177,1	548.338,1	480.910,4	480.910,4	993.995,5	2.327.690,5	2.037.245,5	2.037.245,5

Fonte: LOA 2015

Análise Crítica

Do ponto de vista orçamentário, a COAFI (UG 170512) é responsável pelas despesas referentes aos Programas:

- PNAFE e Carteira de Saneamento - UO 71.104 – Despesa Corrente;
- Lei nº 8.727/93 – Juros - UO 71.101 – Despesa Corrente; e
- Lei nº 8.727/93 – Principal/Amortização – UO 71.101 – Despesa de Capital.

No que se refere às propostas orçamentárias e valores aprovados em LOA para despesas da UO 71.101, vale ressaltar que o aumento das despesas em 2015, comparado ao exercício 2014, se deve ao fato dos valores dispostos na LOA 2014 terem se mostrado abaixo do necessário para cobertura das despesas previstas no exercício. Em suma, na preparação da Proposta Orçamentária não foram considerados os recebimentos relativos ao pagamento de resíduo de limite de comprometimento do programa a partir de 2014, e foram subestimados os valores relativos às despesas relativas às dívidas vincendas do programa de refinanciamento.

A solução se deu mediante o pedido de suplementação orçamentária à MF/SPOA, consignado por meio do Memorando nº 46/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02.04.2014, e da Nota Técnica nº 11/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/04/14. Cabe ressaltar que o pedido mencionado foi atendido em julho/2014, sendo disponibilizados créditos de R\$ 1.534,8 milhões, sendo R\$ 1.333,6 milhões de despesas de capital (amortização) e R\$ 201,2 milhões de despesas correntes (juros).

Ou seja, considerando o crédito suplementar somado aos valores consignados na LOA 2015, o total de despesas de capital (amortização) para a UO 71.101 foi reduzido de R\$ 2.327,2 bilhões em 2014 para R\$ 2.037,2 bilhões em 2015. Por sua vez, o total de despesas correntes (juros) para a referida UO passou de R\$ 548,3 milhões em 2014 para R\$ 480,9 milhões em 2015. Esse comportamento está de acordo com o esperado, em vista do encerramento da parcela de dívidas vencidas da Lei nº 8.727/93 no 1º trimestre de 2014.

Já o aumento das previsões com gastos em 2015 da UO 71.104, comparados ao exercício 2014, é explicado pelo cenário de valorização do dólar projetado para 2015, o que impacta diretamente as despesas relacionadas ao Programa PNAFE, cujo saldo está indexado à cotação do dólar.

Além disso, quando da elaboração da proposta orçamentária para 2015, foram consideradas amortizações extraordinárias ao longo do exercício de 2015 para a Carteira de Saneamento (UO 71.104), representando, assim, um aumento em relação à previsão orçamentária de 2014.

- **Restos a pagar de exercícios anteriores – STN/COAFI**

Quadro 4.3.40 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.512

Em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2015 (a)	Pagamento (b)	Cancelamento (c)	Saldo a Pagar em 31.12.2015 (d = a - b - c)
2014	23.411.289,67	23.411.289,67	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2015 (a)	Pagamento (b)	Cancelamento (c)	Saldo a Pagar em 31.12.2015 (d = a - b - c)
2014	1.172.340.505,39	593.392,44	1.171.747.112,95	0,00

Fonte: SIAFI e STN/COAFI

Análise Crítica

Os valores inscritos em Restos a Pagar Processados de 2014 referem-se especificamente à Lei nº 8.727, de 1993, Ação 0272, cujos valores para pagamento em 2015 já eram conhecidos no final de dezembro de 2014, fato esse que permitiu proceder à liquidação da despesa dentro do próprio mês e efetuar o pagamento no início do mês de janeiro de 2015.

No total de Restos a Pagar não Processados de 2014, cujos empenhos foram indicados pelo gestor para serem inscritos pelo sistema, foram computados os valores referentes à Ação 00M4, PO 000M – Carteira de Saneamento e PO 0002 – PNAFE e parte da Ação 0272 – Lei nº 8.727, que não foram objeto de liquidação na forma acima descrita.

O valor de R\$ 593.392,44, informado na coluna de pagamentos efetuados, diz respeito à Ação 00M4, PO 000M e PO 0002, referente à remuneração, por parte da União, ao agente financeiro Caixa Econômica Federal pelos serviços prestados no exercício de 2014.

Ainda em relação ao exercício de 2014, registre-se que o saldo a pagar no valor de R\$ 1.171.747.112,95 foi cancelado no mês de janeiro de 2015, por meio das 2015NE000010/11/12 e 13.

- **Informações sobre a realização de receitas**

1) Gestão de Créditos da União juntos aos Estados e Municípios

Os haveres (créditos) financeiros da União perante Estados e Municípios, cujo controle e acompanhamento são da competência da STN/COAFI, decorrem de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas implementados em conformidade com legislações específicas e formalizados mediante a celebração de contratos entre as partes.

- *Descrição dos Créditos da União junto aos Estados e Municípios:*

a) Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas

- **Lei nº 8.727/93** – Refinanciamento, pela União, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios com a União e sua administração indireta. O prazo inicial de 240 meses já se encerrou em 2014, remanescendo os pagamentos dos devedores que apresentavam ainda resíduo de limite de comprometimento, o qual deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos. Os recursos recebidos dessa parcela de dívida remanescente são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade, que são destinados ao pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. Adicionalmente, restam vigentes os contratos das denominadas dívidas vincendas, cujos pagamentos são repassados integralmente para a Caixa Econômica Federal, com prazos de pagamento variados que vão até junho de 2027;

- **Lei nº 9.496/97** – Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, a ser pago no prazo de 30 anos. Integram-se a este refinanciamento os empréstimos concedidos pela União aos Estados que aderiram ao Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado nas Atividades Financeiras - PROES, amparado pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 24.08.2001, e suas edições anteriores. Programa com encerramento de contratos previsto para o período de maio/2027 a outubro/2029, com exceção dos mutuários que apresentarem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, cujo saldo deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos;
- **MP nº 2.185/2001** – Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito com instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios, a ser paga no prazo de 30 anos. A grande maioria das operações do Programa deverá se encerrar entre junho/2029 a maio/2030, com exceção dos mutuários que possuírem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, cujo saldo deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos;
- **MP nº 2.179/2001** – Crédito do Banco Central do Brasil adquirido pela União em 29.07.2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.– BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16.07.1998. Programa com encerramento previsto para julho/2028.

b) Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

- **DMLP – Dívida de Médio e Longo Prazos** – Acordo que reestruturou a dívida de médio e longo prazos - parcelas de principal vencidas e vincendas e juros devidos e não pagos no período de 01.01.1991 a 15.04.1994 - do setor público brasileiro junto a credores privados estrangeiros, mediante a emissão, em 15.04.1994, de sete tipos de bônus pela União, sendo seis de principal (*Debt Conversion Bond, New Money Bond, Flirb, C-Bond, Discount Bond e Par Bond*) e um de juros (*EI Bond*). Com exceção do *Par* e do *Discount Bond*, que possuem vencimento previsto para abril de 2024, todos os demais bônus já se encontram liquidados.

c) Retorno de Repasses de Recursos Externos

- **Acordo Brasil-França** – Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União perante a República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços. Os Acordos Brasil-França I e Brasil-França II têm finalização prevista para dezembro/2016, ao passo que o Acordo Brasil-França III se encerra em dezembro/2021; e
- **PNAFE** – Empréstimo concedido à União pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiar o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE, com repasse dos recursos mediante a celebração de contratos de subempréstimos com os Estados e o Distrito Federal, visando ao financiamento dos projetos integrantes do Programa. Seu encerramento é previsto para março/2017.

d) Saneamento de Instituições Financeiras Federais

- **Carteira de Saneamento** – Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, conforme disposto na MP nº 2.196, de 2001, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Companhias Estaduais e Municipais de Saneamento. O programa apresenta grande número de contratos vigentes (169 contratos, conforme posição de 31.12.2015), porém com a maior parte dos vencimentos previstos até o final de 2016. Por outro lado, o último vencimento de contrato da Carteira de Saneamento está previsto para agosto/2034.

e) Aquisição de Créditos Relativos a Participações Governamentais

- **Participações Governamentais** – Créditos originários de participações governamentais devidas ao Estado do Rio de Janeiro (originárias da exploração de petróleo e gás natural), e aos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul (decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica). Os créditos foram adquiridos pela União mediante autorização concedida pelo art. 16 da Medida Provisória nº 2.181, de 2001, alterada pela Lei nº 10.712, de 12.08.2003. No caso dos *royalties* e participações especiais devidos pelo Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos estão previstos até fevereiro/2021. Por sua vez, no caso dos *royalties* e compensações financeiras decorrentes de exploração de recursos hídricos, os Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná possuem pagamentos previstos até dezembro/2020.

f) Outros

- **BNDES** – Crédito contratual da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos. Conforme disposto no instrumento contratual, o saldo foi liquidado integralmente em 15.12.2015.

II) Proposta Orçamentária versus Recebimentos no exercício de 2015

A proposta orçamentária da STN/COAFI para o exercício de 2015 contemplou a estimativa de recebimentos de créditos financeiros da ordem de R\$ 45,75 bilhões. O exercício foi encerrado com o recebimento de R\$ 41,50 bilhões, ou seja, realização a menor de R\$ 4,26 bilhões (-9,30%) em relação ao volume orçado.

Quadro 4.3.41 – Valores Previstos versus Recebidos por Programa – Exercício de 2015 – COAFI
Em R\$ mil

PROGRAMA	PREVISTO	REALIZADO	Dif. %
ACORDO BRASIL-FRANÇA	3.477,79	4.333,90	24,62%
BNDES	1.949.097,49	1.968.070,82	0,97%
BACEN/BANERJ	1.435.564,17	1.434.906,76	-0,05%
Carteira de Saneamento - MP nº 2.196/01	205.749,20	185.350,42	-9,91%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - DMLP	215.519,52	488.508,02	126,67%
Lei nº 8.727/93 - Demais Credores	2.232.002,65	1.380.165,29	-38,16%
Lei nº 8.727/93 - Receitas da União	499.846,74	577.013,17	15,44%
Lei nº 9.496/97	33.171.782,97	30.581.184,84	-7,81%
MP nº 2.185/01	4.580.069,25	3.452.480,55	-24,62%
Royalties - Estado do Mato Grosso do Sul	34.949,25	28.303,54	-19,02%
Royalties - Estado do Paraná	271.759,19	277.615,85	2,16%
Royalties - Estado do Rio de Janeiro	1.065.016,81	1.004.631,08	-5,67%
PNAFE	88.179,37	113.151,75	28,32%
TOTAL	45.753.014,39	41.495.715,98	-9,30%

Fonte: COAFI/STN

Análise Crítica

No Quadro acima – Valores Previstos *versus* Recebidos – Exercício de 2015 – COAFI, e nos Gráficos a seguir podem ser verificadas as diferenças por crédito (ou grupo de créditos) entre a

previsão orçamentária e os valores efetivamente recebidos em 2015. Seguem as explicações para as variações maiores do que 10%, tanto positivas quanto negativas:

1) Critérios adotados nas propostas orçamentárias: As propostas orçamentárias são elaboradas segundo critérios conservadores, uma vez que a projeção de recebimentos é considerada pela Secretaria do Tesouro Nacional para fins de amortização de sua dívida pública mobiliária interna.

2) Grade de Parâmetros Econômicos: Os indicadores econômicos utilizados nas propostas orçamentárias são fornecidos pela Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/COGEP (projeções para indicadores de juros (Selic, TJLP e TR), moedas (dólar e euro) e índices de preços (IPCA, IGP-M).

3) Variações na Receita Líquida Real: Ao longo de 2015 foi verificado crescimento da Receita Líquida Real – RLR – dos Estados e Municípios, parâmetro utilizado como base para o cálculo do limite de comprometimento e para a cobrança, pela União, de parte das prestações mensais dos programas Lei nº 9.496/97, Lei nº 8.727/93 e MP nº 2.185/01. Verificou-se, no período de janeiro/15 a dezembro/15, aumento de 5,19% na RLR média mensal dos Estados, e acréscimo de 10,70% na RLR do Município de São Paulo.

4) Variação no câmbio para os programas indexados ao dólar: A taxa média de câmbio do dólar verificada ao longo de 2015 foi superior à taxa média projetada para o exercício na proposta orçamentária. A cotação média apurada para o dólar (1 US\$: R\$ 3,39) ficou 38,37% acima da cotação média prevista para 2015 (1 US\$: R\$ 2,45), acarretando maior receita para os programas DMLP e PNAFE, indexados àquela moeda.

5) Variação no câmbio para o programa indexado ao euro – Acordo Brasil-França: A taxa média de câmbio do euro verificada ao longo de 2015 foi superior à taxa média projetada para o exercício na proposta orçamentária. A cotação média apurada para o euro (1 EUR: R\$ 3,74) ficou 19,41% acima da cotação média prevista para 2015 (1 EUR: R\$ 3,13), acarretando maior receita para o programa Acordo Brasil-França, indexado àquela moeda.

6) Recebimentos abaixo do previsto – Lei nº 8.727/93: Para o exercício de 2015 estavam previstos recebimentos da ordem de R\$ 2.731.849 mil, enquanto o realizado somou R\$ 1.957.178 mil. Os recebimentos a menor ocorreram em decorrência de amortizações extraordinárias previstas e não concretizadas no decorrer do exercício.

7) Recebimentos abaixo do previsto – Lei nº 9.496/97: Durante o exercício de 2015, a União recebeu o total de R\$ 30.581.185 mil (fonte 173). Em relação ao previsto, os recebimentos foram frustrados em R\$ 2.590.598 mil. O motivo evidente para este comportamento foi o significativo aumento da inadimplência no período. Os contratos dos Estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul possuíam parcelas mensais expressivas que se encontravam pendentes de pagamento em 31.12.2015.

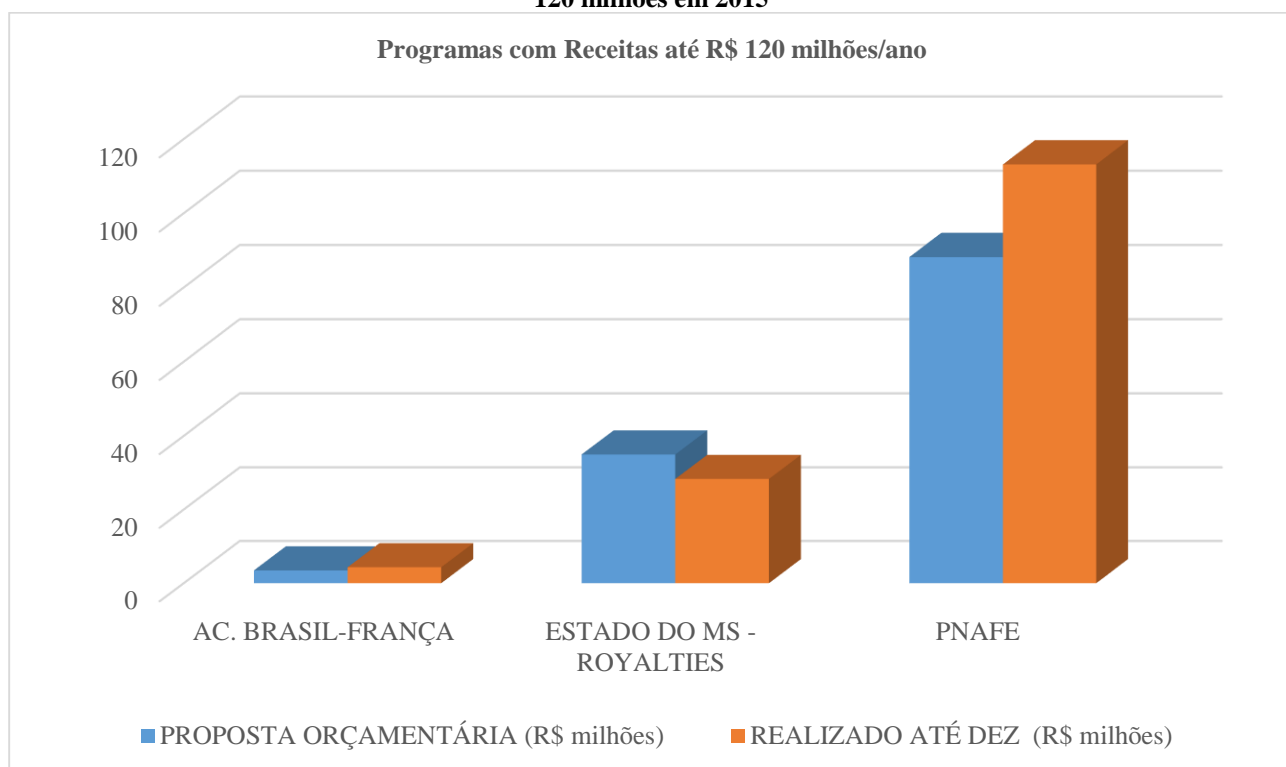
8) Recebimentos abaixo do previsto – Medida Provisória nº 2.185/01 (e edições anteriores): Ao longo do exercício de 2015, a União recebeu R\$ 3.452.481 mil (fonte 173), 24,62% abaixo do previsto para o exercício. Os recebimentos a menor se justificam pelo aumento em R\$ 2.353.055 mil do saldo das pendências judiciais no exercício relacionadas à aprovação, no ano anterior, da Lei Complementar nº 148/14. Essas pendências judiciais representam valores que deixaram de ser recebidos em 2015.

9) Recebimentos acima do previsto – DMLP – Dívida de Médio e Longo Prazos: Para esse programa foi ressarcido no exercício de 2015 ao Tesouro Nacional, pelos devedores originais, o montante de R\$ 488.508 mil. Os recebimentos muito superiores ao que estava previsto ocorreram, principalmente, em virtude da liquidação antecipada de diversos contratos ao longo do exercício. Também importa registrar a relevância da acentuada desvalorização do real em 2015 para o aumento no volume de recursos recebidos, uma vez que a dívida da DMLP é indexada ao dólar americano.

10) Recebimentos abaixo do previsto – Royalties do Mato Grosso do Sul: No exercício de 2015 foram transferidos ao Tesouro Nacional R\$ 28.304 mil a título de *royalties* do Mato Grosso do Sul, quando eram previstos recebimentos da ordem de R\$ 34.949 mil. Houve, portanto, frustração nos

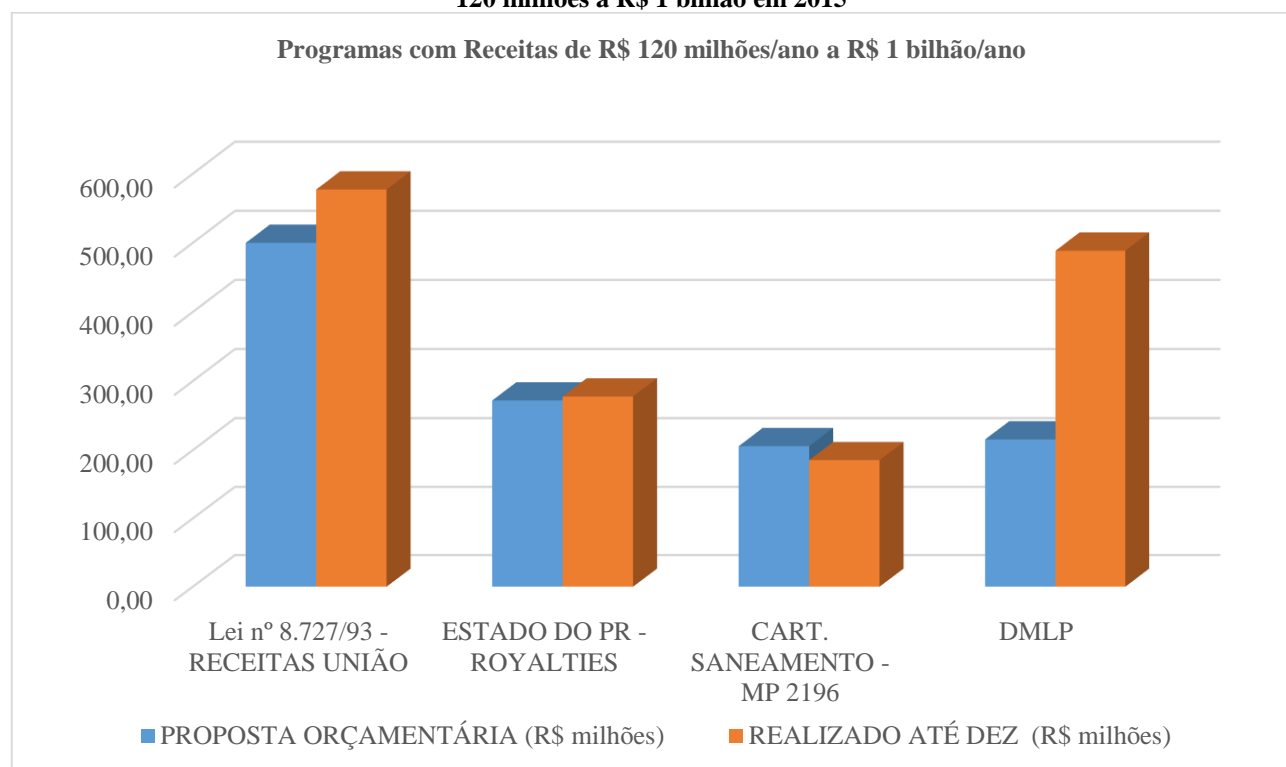
recebimentos previstos em função da redução das receitas advindas de Compensações Financeiras percebidas pelo Estado relativas a 2015.

Gráfico 4.3.1 – Comparativo das Receitas Previstas *versus* Realizadas para Programas com Orçamentos até R\$ 120 milhões em 2015



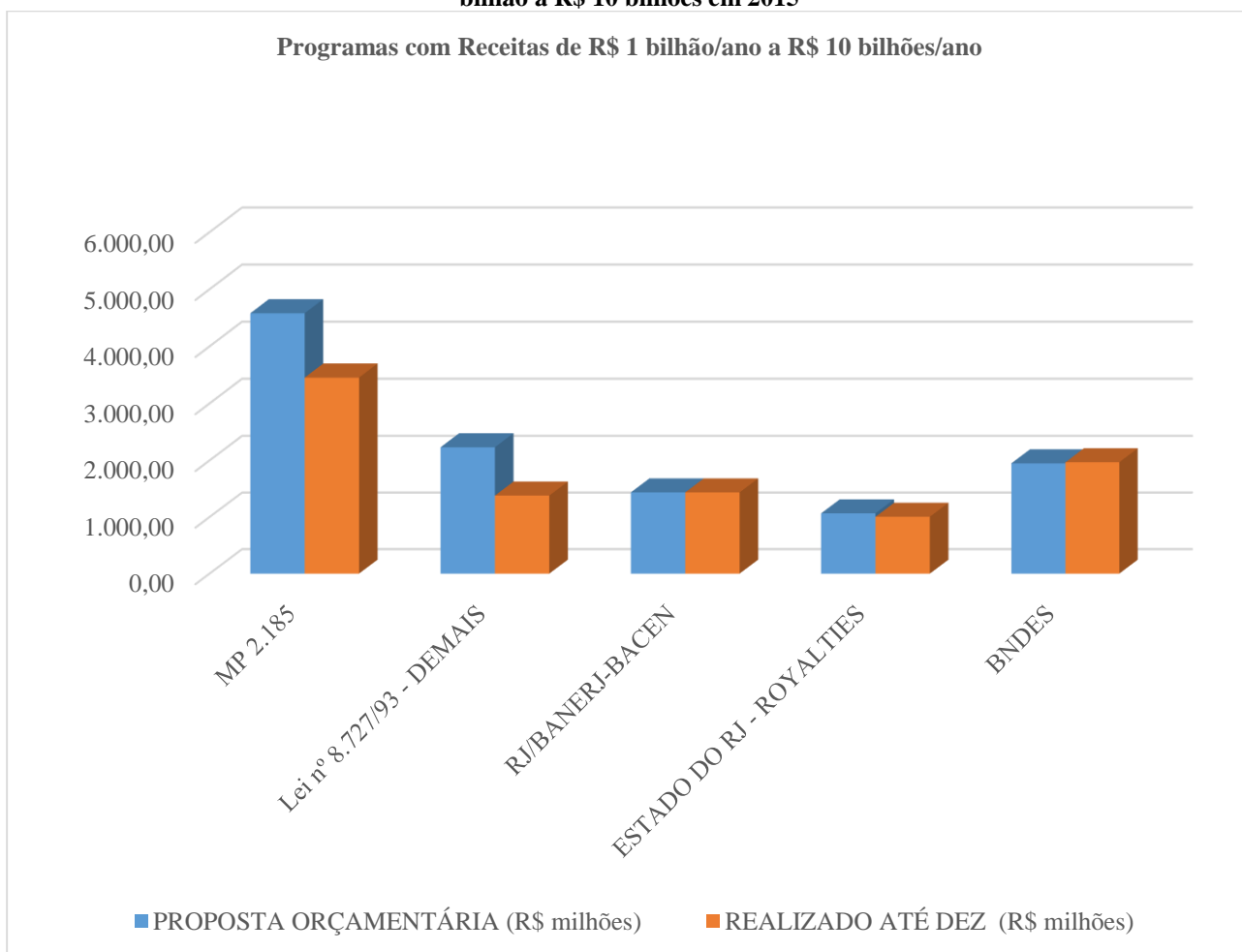
Fonte: COAFI/STN

Gráfico 4.3.2 – Comparativo das Receitas Previstas *versus* Realizadas para Programas com Orçamentos de R\$ 120 milhões a R\$ 1 bilhão em 2015



Fonte: COAFI/STN

Gráfico 4.3.3 – Comparativo das Receitas Previstas *versus* Realizadas para Programas com Orçamentos de R\$ 1 bilhão a R\$ 10 bilhões em 2015



Fonte: COAFI/STN

Gráfico 4.3.4 – Comparativo das Receitas Previstas *versus* Realizadas para Programas com Orçamentos acima de R\$ 10 bilhões em 2015



Fonte: COAFI/STN

III) Recebimentos no exercício de 2015 por Fonte e Natureza de Receita

Quadro 4.3.42 – Valores Previstos versus Recebidos por Fonte e Natureza de Receita em 2015

Em R\$ 1,00

Fonte	Natureza	Previsto	Realizado	Dif. %
159	16000201	238.203.434,94	345.238.265,71	44,93%
	23003000	1.839.483.705,85	1.728.130.215,19	-6,05%
	23007002	3.111.822,53	3.879.471,90	24,67%
171	16000201	215.519.523,47	262.813.544,25	21,94%
	23004000	1.949.097.487,71	2.193.765.291,73	12,55%
173	16000201	18.608.604.805,91	16.698.932.170,07	-10,26%
	23003000	22.898.993.605,48	20.262.957.017,96	-11,51%
TOTAL		45.753.014.385,89	41.495.715.976,81	-9,30%

Fonte: STN/COAFI

Análise Crítica

Fonte 159

No caso da fonte 159, cada Natureza de Receita que a integra no âmbito da COAFI/STN apresentou comportamento distinto, conforme descrito a seguir:

Natureza de Receita 16000201: esta NR, referente a juros, apresentou variação positiva de 44,93% em virtude de recebimentos acima do previsto para a parcela de juros da Lei nº 8.727/93 - Receitas da União, que foi parcialmente compensada por uma redução nos recebimentos de principal dessa mesma fonte para a Lei nº 8.727/93 - Receitas da União. Por conta deste desbalanceamento entre principal e juros da Lei nº 8.727/93, foi efetuada em outubro/2015, por recomendação da Secretaria de Orçamento Federal - SOF, uma reestimativa do orçamento para a referida fonte. Ademais, a NR 16000201 contempla também recebimentos de juros do Acordo Brasil-França que, em virtude da variação positiva do euro, também contribuiu para a variação positiva da natureza da receita (vide Quadro 4.3.41 e Explicação 5 do item anterior). Por outro lado, o impacto negativo dos recebimentos de juros a menor para a Carteira de Saneamento não foi significativo no resultado final para a referida natureza de receita.

Natureza de Receita 23003000: esta NR apresentou variação negativa em virtude da redução de recebimentos de principal para a Lei nº 8.727/93 - Receitas da União, conforme descrito acima, e também dos recebimentos a menor para os *royalties* do Mato Grosso do Sul (vide Quadro 4.3.41 e Explicação 10 do item anterior) e do Rio de Janeiro (vide Quadro 4.3.41). Cabe ressaltar que os recebimentos dos *royalties* são classificados como principal.

Natureza de Receita 23007002: esta NR reflete os recebimentos a maior de principal do Acordo Brasil-França, explicados em virtude da variação positiva do euro (vide Quadro 4.3.41 e Explicação 5 do item anterior).

Fonte 171

A variação positiva na comparação entre previsto e realizado para a fonte 171 se deve aos recebimentos acima do previsto da DMLP em decorrência da cotação do dólar (vide Quadro 4.3.41 do item anterior e explicação 9).

Fonte 173

Os recebimentos da fonte 173 são os mais representativos para a STN/COAFI, pois contemplam os recursos arrecadados no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da MP nº 2.185/01, programas que apresentam os maiores fluxos. Como ambos os programas apresentaram recebimentos abaixo do esperado no exercício (vide Quadro 4.3.41 e explicações 7 e 8 do item anterior), o total da fonte 173, tanto para juros como para principal, ficou abaixo do previsto. A fonte 173 contempla ainda recebimentos do Acordo BACEN-BANERJ e do PNAFE. Apesar do valor recebido do PNAFE ter ficado acima do previsto, seu valor é pouco expressivo face ao total arrecadado para a fonte 173 (R\$ 113 milhões contra R\$ 36,9 bilhões).

- **Informações sobre a realização de despesas**

No âmbito da Unidade Gestora 170.512, foram realizadas as seguintes despesas:

Quadro 4.3.43 – Despesas por Modalidade de Contratação

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2014	2015	2014	2015
Contratações Diretas	1.106.789,00	1.228.463,62	1.367.103,00	1.821.856,06
Inexigibilidade - Parágrafo 16 do Voto CMN nº 206, de 27.11.1996, e Art. 2º da Res. no 91, do Senado Federal, de 23.09.1997 – PNAFE - Ação 00M4 – PO 0002.	224.848,00	486.552,52	224.848,00	629.491,54
Inexigibilidade – Art. 16 da MP nº 2.196/2001 – Carteira de Saneamento - Ação 00M4 – PO 000M	881.941,00	741.911,10	1.142.255,00	1.192.364,52

Fonte: SIAFI

Obs.: As despesas pagas nos exercícios 2014 e 2015 foram acrescidas de Restos a Pagar não processados pagos referentes aos exercícios de 2013 e 2014, respectivamente.

Quadro 4.3.44 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
1-Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2-Juros e Encargos da Dívida	895.515.154,00	296.456.446,65	547.781.559,00	296.456.446,65	200.320.959,76	-	349.978.075,00	297.220.124,18
3290.21- Juros da dívida contr. c/ inst.financieiras	895.515.154,00	296.456.446,65	547.781.559,00	296.456.446,65	200.320.959,76	-	349.978.075,00	297.220.124,18
3 – Outras Despesas Correntes	3.669.324,00	1.346.920,43	1.106.789,00	1.228.463,62	2.562.535,00	118.456,81	1.367.103,00	1.821.856,06
3390.39 – Serviços bancários	3.669.324,00	1.346.920,43	1.106.789,00	1.228.463,62	2.562.535,00	118.456,81	1.367.103,00	1.821.856,06

Fonte: SIAFI

Obs.: Os valores pagos nos exercícios 2014 e 2015 foram acrescidos de Restos a Pagar processados e não processados pagos referentes aos anos de 2013 e 2014, respectivamente.

Quadro 4.3.45 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Em R\$ 1,00

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
4 – Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	3.321.686.030,00	1.083.708.841,52	2.221.524.570,14	1.083.708.841,52	969.457.010,63	-	1.385.612.491,00	1.086.107.659,16
4690.71 Amortiz. Da dívida contrat. c/ instituições Financeiras	3.321.686.030,00	1.083.708.841,52	2.221.524.570,14	1.083.708.841,52	969.457.010,63	-	1.385.612.491,00	1.086.107.659,16

Fonte: SIAFI

Obs.: Os valores pagos nos exercícios 2014 e 2015 foram acrescidos de Restos a Pagar processados e não processados pagos referentes aos anos de 2013 e 2014, respectivamente.

Análise Crítica

No que se refere às Despesas Correntes, cumpre destacar que o aumento dos gastos do grupo de despesa 339039 em 2015 quando comparado ao exercício de 2014 se deve principalmente aos seguintes fatores:

- I) PNAFE – Os gastos com este programa são vinculados aos seus recebimentos. Por sua vez, as parcelas recebidas estão diretamente atreladas à variação cambial do dólar, cuja taxa média verificada ao longo de 2015 foi superior àquela projetada para o exercício na proposta orçamentária. No caso, a cotação média apurada para o dólar (1 US\$: R\$ 3,39) ficou 38,37% acima da cotação média prevista para 2015 (1 US\$: R\$ 2,45), acarretando maior receita para o PNAFE e consequente aumento da despesa com esse programa (0,43% dos valores repassados);
- II) Carteira de Saneamento – Os gastos com este programa são diretamente vinculados aos seus recebimentos. Embora os recolhimentos da Carteira de saneamento em 2015 tenham sofrido uma redução da ordem de 40% em relação a 2014, as despesas aumentaram em 2015. Isto se deu em razão do pagamento de um elevado volume de restos a pagar de 2014 (referentes aos meses de setembro a dezembro).

Quanto aos Elementos de Despesa 21 e 71 (juros e principal da Lei nº 8.727/93, respectivamente), a redução dos gastos em 2015, quando comparados ao exercício de 2014, se deve principalmente ao encerramento de quase todos os contratos de dívida vencida ao longo de 2014, o que implicou na redução dos valores recebidos em 2015 e consequente diminuição de despesas.

- Política Fiscal – Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais

Quadro 4.3.46 – Participação em Fundos Garantidores

FUNDOS	TOTAL			PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO		%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	QUANTIDADE	VALOR DA QUOTA	VALOR TOTAL	QUANTIDADE	VALOR		
FGHab	895.955.678,19	1,97	1.768.800.179,65	435.430.162,07	1.245.606.515,93	70,42%	1.768.800.179,65

FGI	562.456.733,78	1,17	656.981.080,75	454.132.226,18	530.451.966,95	80,74%	656.981.080,75
FGCN	2.542.499.632	1,71	4.340.635.838,69	2.498.592.457	4.265.676.998,81	98,27%	4.340.635.838,69
FGO	17.130.471,01	30,58	523.773.415,86	3.675.334,04	112.375.325,91	21,45%	523.773.415,86
FGEduc	875.873.429,73	2,95	2.587.891.359,42	875.873.429,73	2.587.891.359,42	100%	2.587.891.359,42

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional (Administradores dos Fundos - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF)

FGHab - Fundo Garantidor da Habitação Popular (posição em 31/12/2015)

FGI - Fundo Garantidor para Investimento (posição em 30/11/2015)

FGCN - Fundo de Garantia para a Construção Naval (posição em 31/12/2015)

FGO - Fundo Garantidor de Operações (posição em 30/11/2015)

FGEduc – Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (posição em 30/11/2015)

• **Unidade Gestora 170705 – Recursos Geridos pela COFIS**

- Programa: 0909 – Operações Especiais – Outros Encargos Especiais

- Ação Orçamentária 00CZ – Integralização de Cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab

Quadro 4.3.47 – Ação 00CZ – Integralização de Cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab

-	Unidade de Medida:	UO: 25101 M. da Fazenda
---	---------------------------	--------------------------------

Finalidade:

Integralizar cotas do FGHab, que tem como finalidade garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda de até R\$ 5.000,00, bem como assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário em caso de morte e invalidez permanente e as despesas de recuperação relativas a danos físicos no imóvel, para mutuários com renda familiar de até R\$ 5.000,00.

Descrição:

A ação trata de repasse de recursos por meio da integralização de cotas do FGHab.

Unidade Administrativa Responsável:

Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais – COFIS

Implementação da Ação:

Tipo: Operação Especial

O Tesouro Nacional integralizará cotas do FGHab, de modo a permitir que o Fundo cumpra as suas finalidades.

Base Legal:

Leis nº 11.977, de 7 de julho de 2009, nº 12.249, de 11 de junho de 2010, nº 12.424, de 16 de junho de 2011, e nº 13.043, de 13 de novembro de 2014. Decretos nº 6.820, de 13 de abril de 2009, e nº 7.499, de 16 de junho de 2011. Portarias do MF nº 160, de 13 de abril de 2009, nº 562, de 2 de dezembro de 2010, e nº 284, de 15 de agosto de 2012.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	STN/MF
Unidades executoras	COFIS/STN/MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COFIS/STN/MF
Coordenador nacional da ação	Maria Carmozita Bessa Maia
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

Fonte: STN/COFIS

Quadro 4.3.48 – Metas e Resultados – Ação 00CZ

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
2.000.000 moradias ¹	80.000.000,00	1.992.939	-

Fonte: STN/COFIS

¹Meta total do programa, conforme a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

Quanto a meta física, até 31/12/2015, foram celebrados 1.992.939 financiamentos habitacionais com garantia do FGHab, sendo 1.789.773 pela CAIXA e 203.166 pelo Banco do Brasil,

o que representam um acréscimo de 334.313 operações em relação à quantidade verificada ao final de 2014.

No que tange à meta financeira, ao longo do exercício 2015 verificou-se que o FGHab não necessitava de novos aportes, tendo em vista a situação atuarial do fundo e seu fluxo de caixa projetado. Dessa maneira, o crédito orçamentário no valor de R\$ 80.000.000,00 consignado em 2015 para a ação 00CZ – Integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab, do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, não foi executado.

- *Ação Orçamentária 00EC – Integralização de Cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN*

Quadro 4.3.49 – Ação 00EC – Integralização de Cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN

-	Unidade de Medida:	UO: 71101 – recursos sobre supervisão do Ministério da Fazenda
---	---------------------------	---

Finalidade:

Integralizar cotas do FGCN, que tem como finalidade garantir o risco de crédito das operações de financiamento à construção ou à produção de embarcações e o risco decorrente de performance de estaleiro brasileiro.

Descrição:

A ação trata de repasse de recursos por meio da integralização de cotas do FGCN.

Unidade Administrativa Responsável:

Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais - COFIS

Implementação da Ação:

Tipo: Operação Especial

O Tesouro Nacional integralizará cotas do FGCN, de modo a permitir que o Fundo cumpra as suas finalidades.

Base Legal:

Leis nº 11.786, de 25 de setembro de 2008, e nº 12.058, de 13 de outubro de 2009. Decreto nº 7.070, de 26 de janeiro de 2010. Portarias do MF nº 171, de 11 de fevereiro de 2010, e nº 299, de 27 de agosto de 2012.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	STN/MF
Unidades executoras	COFIS/STN/MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COFIS/STN/MF
Coordenador nacional da ação	Maria Carmozita Bessa Maia
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

Fonte: STN/COFIS

Quadro 4.3.50 – Metas e Resultados – Ação 00EC

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
-	1.000.000,00	-	0,00

Fonte: STN/COFIS

A presente ação não dispõe de meta física. Relativamente à meta financeira, cumpre destacar que não houve integralização de cotas do FGCN em moeda corrente. Dessa forma, o crédito orçamentário no valor de R\$ 1.000.000,00 consignado em 2015 para a ação 00EC – Integralização de cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN, do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, não foi executado.

- *Ação Orçamentária 00M2 – Integralização de Cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEduc*

Quadro 4.3.51 – Ação 00M2 – Integralização de Cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEduc

-	Unidade de Medida:	UO: 71101 – recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda
---	---------------------------	---

Finalidade:

Garantir parte do risco em operações de crédito educativo, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, concedidas pelos agentes financeiros mandatários do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Descrição:

A ação trata de repasse de recursos da União por meio da integralização de cotas no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEduc.

Unidade Administrativa Responsável:

Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais - COFIS

Implementação da Ação:

Tipo: Operação Especial

O Tesouro Nacional integralizará cotas do FGEduc, de modo a permitir que o Fundo cumpra as suas finalidades.

Base Legal:

Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009. Decretos nº 6.889, de 29 de junho de 2009. Portarias do MF nº 573, de 14 de dezembro de 2010, nº 222, de 13 de junho de 2012, nº 195, de 15 de abril de 2014, e nº 644, de 17 de agosto de 2015.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	STN/MF
Unidades executoras	COFIS/STN/MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COFIS/STN/MF
Coordenador nacional da ação	Maria Carmozita Bessa Maia
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

Fonte: STN/COFIS

Quadro 4.3.52 – Metas e Resultados – Ação 00M2

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
-	1.000.000,00	-	0,00

Fonte: STN/COFIS

A presente ação não dispõe de meta física. Relativamente à meta financeira, cumpre destacar que não houve integralização de cotas do FGEduc em moeda corrente. Dessa forma, o crédito orçamentário no valor de R\$ 1.000.000,00 consignado em 2015 para a ação 00M2 – Integralização de cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC, do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, não foi executado.

Ademais, foi editada a Medida Provisória nº 686, de 30 de julho de 2015, que abriu crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação - MEC, de R\$ 400.000.000,00 para integralização de cotas do FGEDUC. O MEC realizou a descentralização do crédito orçamentário e do recurso financeiro para a Secretaria do Tesouro Nacional. O valor integral do crédito foi empenhado em dezembro de 2015 e inscrito em restos a pagar.

Ao longo do exercício de 2015 a necessidade de capital do FGEduc foi suprida com integralização de cotas mediante a transferência de ações de propriedade da União, conforme faculta a Lei nº 12.087/09. Já a efetiva transferência de ações, no valor de R\$ 464.021.460,93, foi autorizada pela Portaria MF nº 644, de 17 de agosto de 2015 e pelo Decreto nº 8.495, de 27 de julho de 2015.

*- Ação Orçamentária 00P3 – Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE
Dados Gerais*

Quadro 4.3.53 – Ação 00P3 – Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE

-	Unidade de Medida: -	UO: 71101 – recursos sobre supervisão do Ministério da Fazenda
---	----------------------	--

Finalidade:

Integralizar cotas do FGIE, que tem como finalidade oferecer, direta ou indiretamente, cobertura para riscos de operações relacionadas a projetos de infraestrutura de grande vulto constantes do Programa de Aceleração

do Crescimento - PAC ou de programas estratégicos definidos em ato do Poder Executivo, projetos de financiamento à construção naval, operações de crédito para o setor de aviação civil, projetos resultantes de parcerias público-privadas, projetos de construção de eclusas ou de outros dispositivos de transposição de níveis, entre outros previstos no §7º do Art. 33 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012.

Descrição:

A ação trata de repasse de recursos por meio da integralização de cotas do FGIE.

Unidade Administrativa Responsável:

Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais - COFIS

Implementação da Ação:

Tipo: Operação Especial

O Tesouro Nacional integralizará cotas do FGIE, de modo a permitir que o Fundo cumpra as suas finalidades.

Base Legal:

Leis nº 12.712, de 30 de agosto de 2012. Decretos nº 8.188, de 17 de janeiro de 2014, e nº 8.329, de 3 de novembro de 2014. Portaria do MF nº 637, de 6 de agosto de 2015.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	STN/MF
Unidades executoras	COFIS/STN/MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COFIS/STN/MF
Coordenador nacional da ação	Maria Carmozita Bessa Maia
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

Fonte: STN/COFIS

Quadro 4.3.54 – Metas e Resultados – Ação 00P3

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
-	1.000.000,00	-	1.000.000,00

Fonte: STN/COFIS

A presente ação não dispõe de meta física. Relativamente à meta financeira, cumpre destacar que houve integralização de cotas do FGIE em moeda corrente. Dessa forma, o crédito orçamentário no valor de R\$ 1.000.000,00 consignado em 2015 para a ação 00P3 – Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE, do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, foi executado. A integralização de cotas foi realizada por meio do empenho e execução desse crédito de R\$1.000.000,00, cuja autorização foi prevista no Decreto nº 8.329, de 3 de novembro de 2014, e autorizada pela Portaria MF nº 637, de 6 de agosto de 2015.

• **Execução das Despesas da STN/COFIS**

As despesas da UG 170705 estão compreendidas na Lei Orçamentária de 2015 na unidade 71000 – encargos financeiros da união, programa 0911-remuneração de agentes financeiros, ação 00M4. A execução desses créditos foi realizada mediante a celebração de contratos com as instituições financeiras, conforme tabela abaixo:

Quadro 4.3.55 – Execução Orçamentária UG 170705

TIPO DE DESPESA	CONTRATO	VALOR				INSCRITO EM RP NÃO PROCESSADO
		SOLICITADO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	
Remuneração MP nº 2.196/01	817/PGFN/CAF/2013	32.142.011,43	8.479.894,00	8.479.894,00	8.479.894,00	-
Equalização operações securitizadas BNDES	Diversos	13.439.779,00	13.439.779,00	-	-	13.439.779,00
EGF Especial	SN-PGFN/CAF/1198 e SN/PGFN/CAF/1199	103.707,89	90.571,00	57.539,75	57.539,75	-

Fonte: STN/COFIS/GERAT

Nota: Não houve inscrição em RP processado

Dentre as despesas orçamentárias realizadas por esta unidade, destacam-se as equalizações das operações securitizadas com fontes originárias do BNDES - Lei 9.138/95, bem como os gastos com os agentes financeiros para a administração dos haveres financeiros da União com a administração de programas como o de Securitização, Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Fase II) – PRODECER II, bem como despesas decorrentes dos Empréstimos do Governo Federal – EGF – ESPECIAL.

No primeiro caso, não houve nenhuma liquidação no exercício de 2015, de modo que o valor empenhado foi totalmente inscrito em restos a pagar não processados.

Já no segundo caso, a totalidade dos desembolsos foi realizada com o Banco do Brasil por intermédio do contrato 817-PGFN/CAF/2013. Tal instrumento tem por objetivo acompanhar, controlar e cobrar as operações de crédito rural alongadas com base na Lei nº 9.138/1995 e transferidas e/ou desoneradas de risco pela União, nos termos da Medida Provisória nº 2.196/2001.

Nesse sentido, haja vista a realização de pagamentos periódicos para esse contrato, foi previsto para a ação o montante de R\$ 32.142.011,43 na Lei orçamentária de 2015. Contudo, devido à situação fiscal do país no último exercício financeiro, esse valor foi contingenciado em 73,62%, de modo que restou para o pagamento das obrigações apenas R\$ 8.479.894,00.

Cabe destacar neste ponto que o contrato 817-PGFN/CAF/2013 é de difícil interrupção, uma vez que o pagamento dos contratos administrados pelo banco arrecadou para a União no último ano R\$ 347.392.829,34. Além disso, a suspensão do serviço causaria grande transtorno para os milhares de mutuários incluídos nas operações de alongamento de dívidas rurais que não saberiam mais a quem se dirigir e a quem enviar os pagamentos.

Assim, devido as limitações de empenho praticadas desde 2014 no âmbito federal, várias prestações desse contrato deixaram de ser quitadas pela União, o que gerou uma dívida com o Banco do Brasil no exercício de 2015 de R\$ 30.436.124,80, sem contar o mês de dezembro, ainda não faturado pelo banco. Importante salientar que o valor da dívida de 2015 com o Banco do Brasil foi devidamente registrado no SIAFI 2015, em conta de passivo.

- Política Fiscal – Participações Societárias

- **Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade**

Quadro 4.3.56 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Código	0809		Tipo: Operações Especiais			
Título	Ressarcimento ao Gestor do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais Código: 0909 Tipo: Operações especiais					
Unidade Orçamentária	Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
35.996	35.996	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Ressarcimento do Gestor			R\$	35.996	0	0
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			

Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0	0	0	0	0	0

Fonte: STN/COPAR e LOA

Quadro 4.3.57 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Código	0605		Tipo: Operações Especiais			
Título	Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (lei nº 9.491/97)					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais Código: 0909 Tipo: Operações especiais					
Unidade Orçamentária	Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.102.050	1.102.050	1.102.050	1.102.050	1.102.050	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Ressarcimento do Gestor			R\$	Previsto	Reprogramado	Realizado
				1.102.050	0	1.102.050
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0	0	0	

Fonte: STN/COPAR e LOA

Quadro 4.3.58 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Código	00OP		Tipo: Operações Especiais			
Título	Participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais Código: 0913 Tipo: Operações especiais					
Unidade Orçamentária	Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.500.000	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Integralização de Capital			R\$	Previsto	Reprogramado	Realizado
				0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0	0	0	

Fonte: STN/COPAR e LOA

- **Informações sobre a execução das despesas**

Quadro 4.3.59 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total Em R\$

Unidade Orçamentária: MINISTÉRIO DA FAZENDA		Código UO:25101		UGO:170013	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão					
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)					
h) Dispensa					
i) Inexigibilidade					
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros	1.102.050,00	0,00	449.880.537,50		
6. Total (1+2+3+4+5)	1.102.050,00	0,00	449.880.537,50		

Fonte: STN/COPAR e SIAFI

Análise Crítica

Em 17.03.2015, foi efetuado o pagamento referente à subscrição de ações no BIRD, referentes ao aumento seletivo de capital do referido organismo, no valor de R\$ 186.386.866,50 (cento e oitenta e seis, trezentos e oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos). Em 17.06.2015, foi realizado o pagamento referente à subscrição de ações na CFI, no valor de R\$ 49.206.200,00 (quarenta e nove milhões, duzentos e seis mil e duzentos reais). Em 15.09, 19.10 e 19.11.2015, foram realizados os pagamentos referentes as contribuições à Associação Internacional de Desenvolvimento – AID, no valor total de R\$ 213.185.421,00.

Quadro 4.3.60 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total Em R\$

Unidade Orçamentária: MINISTÉRIO DA FAZENDA		Código UO: 25101		UGO:170013				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	1.102.050,00		1.102.050,00		0,00	0,00	1.102.050,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	

4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	448.778.487,50	0,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: STN/COPAR e SIAFI

- Fatores intervenientes no desempenho orçamentário**

Em relação a ação Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização houve despesas incorridas no ano de 2015 no âmbito do processo de desestatização do IRB Brasil Resseguros, no valor de R\$ 1.102.050,00.

Não houve ressarcimento de despesas ao BNDES referente à alienação de ações depositadas no Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal – FAD uma vez que não houve alienações. A previsão de despesa no valor de R\$ 35.996,00 (aproximadamente 2% do total previsto de arrecadação com a venda de ações depositadas e a depositar no FAD em 2015) não se constitui necessariamente meta a ser atingida, em razão do fato de que a venda de ações depende de oportunidade de mercado e ação do agente gestor do FAD.

Foi consignado no Orçamento de 2015, o montante total de R\$ 19.500.000,00 referentes às despesas com a integralização de cotas em Organismos Financeiros Internacionais (BIRD, CFI, AID e NDB). Entretanto, também não houve nenhuma liberação referente a essa ação.

- Restos a pagar de exercícios anteriores**

Quadro 4.3.61 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Em R\$

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2013				
2012				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2013	180.194.386,00	180.194.386,00	0,00	0,00
2012	268.995.880,50	268.584.101,50	411.779,00	0,00

Fonte: SIAFI e STN/COPAR

Análise Crítica

Em relação a Ação 00OP referente à Integralização de Cotas ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento – AID e Integralização de Cotas da Corporação Financeira Internacional – CFI, o pagamento junto aos organismos internacionais está detalhado na tabela a seguir.

Quadro 4.3.62 – Pagamentos junto aos Organismos Internacionais

Em R\$

	RP 2012	RP 2013	Total
BIRD	93.210.080,50	93.176.786,00	186.386.866,50

CFI	24.603.100,00	24.603.100,00	49.206.200,00
AID	150.770.921,00	62.414.500,00	213.185.421,00
Total	268.584.101,50	180.194.386,00	448.778.487,50

Fonte: SIAFI

- Política Fiscal – Operações de Crédito do Tesouro Nacional

- **Execução das Despesas**

- Órgão **71000** – Encargos Financeiros da União

- Programa **0909** – Operações Especiais – Outros Encargos Especiais

Quadro 4.3.63 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação							
Código	28.846.0909.000K.0001			Tipo: Operações Especiais			
Título	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de que tratam as Leis nº 12.096/09 e nº 12.409/11						
Iniciativa	-						
Objetivo	-			Código:			
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais			Código: 0909		Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios	
Unidade Orçamentária	71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação			Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial		Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
LOA	Reabertura						
2.248.139.000,00	4.000.000.000,00	21.954.639.000,00	21.920.210.242,77	21.920.210.242,77	21.920.210.242,77		-
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro			Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
8.816.969.856,55			8.363.445.929,71	453.523.926,84			
FINALIDADE							
<p>O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES e à FINEP, sob a forma de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de grãos líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; a projetos e equipamentos de reciclagem e tratamento ambientalmente adequados de resíduos; e a investimentos no setor de armazenagem nacional de grãos e açúcar, nos termos da Lei nº 12.096, de 24.11.2009.</p>							

Além disso, a Lei nº 12.409, de 25.05.2011, autorizou a concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais que tiveram situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal. A regulamentação dessas medidas de apoio às regiões atingidas foi definida no contexto das normas relativas às operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e demais itens.

Análise Situacional

Em 2015, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 21,95 bilhões, já incluídos R\$ 19,7 bilhões referentes às suplementações orçamentárias oriundas da Lei nº 13.181/2015, no valor de R\$ 4,6 bilhões, e da Medida Provisória nº 702, de 17 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 15.1 bilhões de reais. Da dotação final, R\$ 21,92 bilhões foram executados ao longo do exercício. Não houve inscrição em Restos a Pagar/2015. O Valor de R\$ 4 bilhões, no campo reabertura, foi decorrente de abertura de crédito extraordinário do exercício de 2014. Este valor foi cancelado ao longo do exercício financeiro de 2015.

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.64 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	28.846.0909.00M3.0001		Tipo: Operações Especiais			
Título	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional (Lei nº 12.712, de 2012)					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		Código: 0909		Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios	
Unidade Orçamentária	71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
200.000.000,00	55.000.000,00	37.018.509,51	11.018.509,51	11.018.509,51		26.000.000,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
35.362.721,96	5.491.748,19	29.870.973,77			
FINALIDADE					
<p>Concessão de subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais para atuarem como agentes operadores em operações de investimento no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento Regional da Amazônia – FDA, do Nordeste - FDNE e do Centro-Oeste - FDCO. A subvenção econômica corresponde ao diferencial entre os encargos cobrados do tomador final do crédito e o custo da fonte de recursos acrescido da remuneração a que fazem jus os agentes financeiros.</p>					
Análise Situacional					
<p>Em 2015, a ação contou com dotação orçamentária de inicial de R\$ 200 milhões, dos quais R\$ 145 milhões foram cancelados para compensar a suplementação de outra ação orçamentária.</p> <p>Da dotação final de R\$ 55 milhões, R\$ 11,01 milhões foram executados ao longo do exercício. A inscrição em Restos a Pagar/2015 foi de R\$ 26 milhões, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016.</p>					

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.65 - Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	28.846.0909.0265.0000		Tipo: Operações Especiais			
Título	Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991)					
Iniciativa	-					
Objetivo	-		Código:			
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		Código: 0909	Tipo: Pagamento de indenizações, abonos, seguros, auxílios, benefícios previdenciários e de assistência social.		
Unidade Orçamentária	71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

859.000.000,00	728.000.000,00	490.000.000,00				490.000.000,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.070.000.000,00	1.070.000.000,00	-				
FINALIDADE						
<p>O PROAGRO foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11.12.73, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos naturais, pragas e doenças (Lei nº 8.171, de 14.1.91) e/ou queda em sua produção, além de prover cobertura de parte da receita esperada de agricultores familiares, a partir da Resolução CMN 3.237, de 29.09.04. Para a efetivação das indenizações e restituições devidas aos produtores rurais e suas cooperativas, a União complementa a receita proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores por meio da alocação de recursos adicionais no orçamento, conforme disposto na MP nº 2.162-72, de 23.08.2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil - BACEN, na condição de gestor do programa.</p>						
Análise Situacional						
<p>No exercício de 2015, foram alocados R\$ 859 milhões para esta ação orçamentária, dos quais R\$ 131 milhões foram cancelados para compensar a suplementação de outra ação orçamentária. Não houve execução durante o período. No entanto, foram inscritos R\$ 490 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo de 2016.</p>						

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.66 - Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação	
Código	28.846.0909.00P4.0001 Tipo: Operações Especiais
Título	Subvenções Econômica nas Operações de Crédito Rural para empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (Lei nº 12.844, de 2013)
Iniciativa	-
Objetivo	- Código:
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais Código: 0909 Tipo: Operações Especiais
Unidade Orçamentária	71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
135.600.000,00	135.600.000,00	44.000.000,00	-	-		44.000.000,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-				
FINALIDADE						
<p>Concessão de Subvenção Econômica, sob a forma de rebate, para liquidação de operações de crédito rural contratadas com recursos de fontes públicas, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, cujo ônus seja de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme previsto pelo art. 8º da Lei nº 12.844, de 2013.</p>						
Análise Situacional						
<p>No exercício de 2015, foram alocados inicial de R\$ 135,6 milhões para esta ação orçamentária. Entretanto, não houve execução durante o período, uma vez que ainda está pendente a regulamentação do ressarcimento dos rebates de que trata o artigo 8º da Lei 12.844. Foram inscritos R\$ 44 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo de 2016.</p>						

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

- Órgão **74000** – Operações Oficiais de Crédito

- Programa **0902** – Operações Especiais – Financiamentos com Retorno

Quadro 4.3.67 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	22.693.0902.009J.0001			Tipo: Operações Especiais		
Título	Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007)					
Iniciativa	-					
Objetivo	-			Código:		
Programa	Operações Especiais: Financiamentos com Retorno		Código: 0902	Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios		
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	1.115.330,39	1.115.330,39		8.884.669,61
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.478.024,68	1.247.761,36	2.230.263,32				

FINALIDADE

Concessão de subvenção, sob as modalidades de equalização de taxas de juros e de concessão de bônus de adimplência sobre os juros, em operações de financiamento, com recursos do BNDES, destinadas às empresas especificadas nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007. A subvenção de equalização de juros corresponde ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e do spread do agente financeiro.

Análise Situacional

No exercício de 2015, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 10 milhões, dos quais foi executado R\$ 1,1 milhão. A inscrição em Restos a Pagar/2015 foi de R\$ 8,88 milhões, com previsão de pagamento ao longo de 2016. Quanto aos RAP de Exercícios Anteriores, do saldo constante em valor cancelado, R\$ 1.312.024,68 estavam registrados como RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto.

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.68 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação		
Código	20.605.2012.00GW.0001	Tipo: Operações Especiais
Título	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)	
Iniciativa	01BB - Utilização de instrumentos de intervenção no mercado, garantindo o preço, a renda e o abastecimento dos produtos da agricultura familiar (público atendido pela Lei 11.326/2006, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades quilombolas), bem como formar estoques públicos reguladores e estratégicos	
Objetivo	Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. Código: 0411	
Programa	Agricultura Familiar	Código: 2012 Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Lei Orçamentária do exercício		
Execução Orçamentária e Financeira		
Dotação	Despesa	Restos a Pagar do exercício

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
150.000.000,00	150.000.000,00	4.958.225,16	4.958.225,16	4.759.695,84	198.529,32	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
FINALIDADE						
Subvenção econômica concedida sob a forma de equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.						
Análise Situacional						
A ação contou com dotação orçamentária de R\$ 150 milhões em 2015. Destaque-se que, a partir de 2014, passou a haver a descentralização e repasse de recursos dessa ação orçamentária para a UG 135100 – CONAB. O desempenho da ação depende, exclusivamente, da utilização dos instrumentos de Garantia e Sustentação de Preços especificamente para agricultores familiares, cuja execução está a cargo da CONAB. Desse modo, foram descentralizados R\$ 4,95 milhões e pago pela CONAB 4,759 milhões.						

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.69 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação	
Código	20.605.2012.00GZ.0001 Tipo: Operações Especiais
Título	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF- AF (Lei nº 8.427, de 1992)
Iniciativa	01BB - Utilização de instrumentos de intervenção no mercado, garantindo o preço, a renda e o abastecimento dos produtos da agricultura familiar (público atendido pela Lei 11.326/2006, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades quilombolas), bem como formar estoques públicos reguladores e estratégicos

Objetivo	Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. Código: 0411					
Programa	Agricultura Familiar		Código: 2012		Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios	
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.000.000,00	50.000.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-				
FINALIDADE						
Resguardar as operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB através do instrumento de Aquisição do Governo Federal - AGF, cuja produção seja feita por agricultores familiares, através da concessão de subsídio para pagamento da parcela do custo de aquisição de produto que exceder o valor obtido na sua venda, acrescida da despesa vinculada ao carregamento dos produtos em estoque.						

Análise Situacional

A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF contou com dotação orçamentária de R\$ 50 milhões. Não houve execução ao longo do exercício e nem inscrição em restos a pagar.

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.70 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	20.608.2012.0281.0000		Tipo: Operações Especiais			
Título	Subvenção Econômica para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)					
Iniciativa	01AQ - Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar					
Objetivo	Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.					Código: 0411
Programa	Agricultura Familiar		Código: 2012	Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios		
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.181.517.000,00	4.781.517.000,00	4.536.675.858,19	3.967.027.858,19	3.967.027.858,19		569.648.000,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		

Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
7.452.228.749,75	6.059.094.972,01	758.621.855,98			
FINALIDADE					
<p>Prestar apoio financeiro aos agricultores e produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como às suas associações e cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio e de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de subvenção econômica na forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, de concessão de rebates, de bônus de adimplência, garantia de preços de produtos agropecuários e outros benefícios e de remuneração às instituições financeiras federais que prestam serviço de contratar operações de crédito com recursos da ação orçamentária “0A81 Financiamento para Agricultura Familiar.</p>					
Análise Situacional					
<p>Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 4,18 bilhões, além de R\$ 600 milhões suplementados durante o exercício. Da dotação final de R\$ 4,78 bilhões, foram executados R\$ 3,96 bilhões em 2015. Houve inscrição de R\$ 569,6 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016. Quanto aos RAP de Exercícios Anteriores, do saldo constante em valor cancelado, R\$ 12.348.114,96 estavam registrados como RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto.</p>					

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.71 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação	
Código	20.608.2012.0A81.0001 Tipo: Operações Especiais
Título	Financiamento para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)
Iniciativa	01AQ - Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar
Objetivo	Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. Código: 0411
Programa	Agricultura Familiar Código: 2012 Tipo: Financiamento
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
160.000.000,00	160.000.000,00	120.226.540,73	100.126.540,73	100.126.540,73		20.100.000,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20.000.000,00	-	20.000.000,00				
FINALIDADE						
<p>O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. A ação busca conceder crédito aos beneficiários do PRONAF que dificilmente teriam acesso a outras fontes de recurso do crédito rural junto às instituições financeiras.</p>						
Análise Situacional						
<p>Em 2015, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R\$ 160 milhões, dos quais R\$ 100,13 milhões foram executados ao longo do exercício. Houve a inscrição de R\$ 20,1 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo de 2016.</p>						

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.72 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação	
Código	20.605.2014.0294.0001 Tipo: Operações Especiais
Título	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)
Iniciativa	02EP - Melhoria do acesso e aumento dos recursos do crédito rural oficial

Objetivo	Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário. Código: 0618					
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização Código: 2014			Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios		
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.708.518.000,00	2.468.518.000,00	2.179.618.636,34	2.179.496.636,34	2.179.496.636,34		122.000,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
3.332.266.572,35		2.997.871.581,83	334.394.990,52			
FINALIDADE						
Prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de custear as despesas normais: do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa; de exploração pecuária; e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários.						

Análise Situacional

Esta ação contou com dotação orçamentária final de R\$ 2,46 bilhões. Durante o exercício foram executados R\$ 2,18 bilhões. Houve a inscrição de R\$ 122 mil em Restos a Pagar 2015, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016. Quanto aos RAP de Exercícios Anteriores, do saldo constante em valor cancelado, R\$ 17.146.225,45 estavam registrados como RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto.

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.73 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	20.608.2014.0297.0001		Tipo: Operações Especiais			
Título	Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)					
Iniciativa	02EP - Melhoria do acesso e aumento dos recursos do crédito rural oficial					
Objetivo	Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário. Código: 0618					
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		Código: 2014		Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios	
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.100.000,00	7.100.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		

Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
9.234.081,14	-	9.234.081,14			
FINALIDADE					
Concessão de subvenção econômica a produtores de cacau em financiamentos no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacauera Baiana sob a forma de equalização de taxas de juros e bônus de adimplência. A subvenção de equalização de taxas de juros fica limitada ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais e os bancos cooperativos, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural.					
Análise Situacional					
No orçamento de 2015, foram previstos R\$ 7,1 milhões para atender a equalizações de juros do Programa. Contudo, esse valor não foi executado e nem inscrito em Restos a Pagar.					

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.74 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	20.605.2014.0298.0001		Tipo: Operações Especiais			
Título	Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)					
Iniciativa	02EP - Melhoria do acesso e aumento dos recursos do crédito rural oficial					
Objetivo	Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário. Código: 0618					
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		Código: 2014	Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios		
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
161.951.000,00	161.951.000,00	101.460.834,33	101.460.834,33	101.460.834,33	-	-

Execução Física					
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			
		Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
243.608.294,63	199.493.101,10	44.115.193,53			
FINALIDADE					
Concessão de subvenção econômica a produtores rurais e suas cooperativas em operações de crédito de comercialização rural para estocagem de produtos agropecuários constantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.					
Análise Situacional					
Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 161,9 milhões, dos quais foram executados R\$ 101,46 milhões. Não houve a inscrição em Restos a Pagar/2015. Quanto aos RAP de Exercícios Anteriores, do saldo constante em valor cancelado, R\$ 298.342,69 estavam registrados como RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto.					

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.75 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação	
Código	20.605.2014.0299.0001 Tipo: Operações Especiais
Título	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.427, de 1992)
Iniciativa	0113 - Aquisição de produtos agrícolas para a formação de estoques públicos
Objetivo	Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários para subsidiar a formulação de políticas públicas visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais. Código: 0350

Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização Código: 2014 Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios					
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
800.000.000,00	640.000.000,00	157.039.662,46	157.039.662,46	157.039.662,46	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-				
FINALIDADE						
<p>Esta ação representa a concessão de subvenção econômica, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de preços, equivalente à parcela do custo de aquisição do produto que exceder o valor obtido na sua venda, observada a legislação aplicável à formação e alienação de estoques públicos, e à cobertura das despesas vinculadas aos produtos em estoque. A ação visa evidenciar o subsídio econômico decorrente das operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da PGPM efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB através do instrumento de Aquisição do Governo Federal - AGF.</p>						
Análise Situacional						
<p>A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal – AGF contou com dotação orçamentária final de R\$ 640 milhões. Foram executados R\$ 157 milhões. Não houve inscrição em Restos a Pagar/2015.</p>						

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.76 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	20.605.2014.0300.0001		Tipo: Operações Especiais			
Título	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)					
Iniciativa	0118- Disponibilização de mecanismos de suporte de preços e apoio a comercialização de produtos agropecuários					
Objetivo	Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários para subsidiar a formulação de políticas públicas visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais. Código: 0350					
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		Código: 2014		Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios	
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.650.000.000,00	1.690.000.000,00	497.021.016,73	496.973.922,07	494.103.221,31	2.870.700,76	47.094,66
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
122.421.400,15		12.182.806,00	110.238.594,15			

FINALIDADE

Esta subvenção econômica é concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ou ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado.

Análise Situacional

Em 2015 a ação registrou a dotação orçamentária inicial de R\$ 2.650 milhões, dos quais R\$ 960 milhões foram cancelados. A partir do exercício de 2014 passou a haver a descentralização de crédito e o respectivo repasse de recursos dessa ação para a UG 135100 – Conab, que é a responsável pela operacionalização do programa, de modo que houve a descentralização de R\$ 497 milhões durante o período. Quanto aos RAP de Exercícios Anteriores, em dezembro de 2015, a CONAB devolveu R\$ 7.817.194,00, no entanto, em razão de problemas no SIAFI, não foi possível realizar o registro de estorno de despesa em 2015, sendo registrado em 2016 como receita de recuperação de despesas de exercícios anteriores. Esse valor está constante do campo valor cancelado.

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.77 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação		
Código	20.605.2014.0301.0001	Tipo: Operações Especiais
Título	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)	
Iniciativa	02EP - Melhoria do acesso e aumento dos recursos do crédito rural oficial	
Objetivo	Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário. Código: 0618	
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização Código: 2014	Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Lei Orçamentária do Exercício		
Execução Orçamentária e Financeira		
Dotação	Despesa	Restos a Pagar do exercício

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.391.952.000,00	2.051.952.000,00	1.854.287.573,12	1.419.263.478,52	1.419.263.478,52	-	435.024.094,60
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
3.144.739.371,28		1.080.132.312,18	1.552.227.553,58			
FINALIDADE						
<p>Prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de aplicar em bens ou serviços relacionados com a atividade agropecuária cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção, ainda que o orçamento consigne recursos para custeio.</p>						
Análise Situacional						
<p>Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1.392 milhões, montante que foi suplementado em R\$ 660.000 milhões. Do total de R\$ 2 bilhões ao final do exercício, foram executados R\$ 1,419 bilhões. Foram inscritos R\$ 435 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016. Quanto aos RAP de Exercícios Anteriores, do saldo constante em valor cancelado, R\$ 659.017,33 estavam registrados como RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto.</p>						

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.78 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação	
Código	20.605.2014.0611.0001 Tipo: Operações Especiais
Título	Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999)
Iniciativa	02EP - Melhoria do acesso e aumento dos recursos do crédito rural oficial

Objetivo	Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário. Código: 0618					
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização Código: 2014			Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios		
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
410.080.000,00	410.080.000,00	340.525.915,59	61.919.037,32	61.919.037,32		278.606.878,27
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
303.107.623,54	238.932.342,16	52.336.789,50				
FINALIDADE						
Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores com base na Resolução CMN nº 2.471/1998, desde que as parcelas de juros sejam pagas até o vencimento. Assim, quando aqueles produtores recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de até 5 pontos percentuais, conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto nas Leis nos. 9.866/1999 e 10.437/2002.						

Análise Situacional

No exercício de 2015, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 410 milhões, dos quais foram executados R\$ 62 milhões. Foram inscritos R\$ 278,6 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016. Quanto aos RAP de Exercícios Anteriores, do saldo constante em valor cancelado, R\$ 9.411.862,75 estavam registrados como RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto.

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.79 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	20.608.2014.00PF.0001		Tipo: Operações Especiais			
Título	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de Capital de Giro para Agroindústrias, Indústrias de Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Cooperativas Agropecuárias (Lei Nº 11.922/2009)					
Iniciativa	02EP - Melhoria do acesso e aumento dos recursos do crédito rural oficial					
Objetivo	Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.					Código: 0618
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		Código: 2014		Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios	
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	145.000.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-			
FINALIDADE					
Esta ação destina-se ao pagamento de subvenção econômica, na modalidade equalização de taxas de juros, em operações de financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias. A equalização de juros corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e dos seus agentes financeiros credenciados.					
Análise Situacional					
No orçamento de 2015, foram previstos R\$ 145 milhões para atender a equalizações de juros do Programa. Esta ação foi aberta por meio de crédito especial por meio da Lei nº 13.223, de 23.12.2015, publicada no DOU no dia 24.12.2015. Como não houve tempo hábil para realizar o processo de execução de despesa pública, optou-se por reabrir este crédito no exercício de 2016 com previsão de execução ao longo desse exercício.					

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.80 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação	
Código	25.754.2022.00EI.0001 Tipo: Operações Especiais
Título	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento para a Estocagem de Álcool Etílico Combustível e para Renovação e Implantação de Canaviais (Lei nº 12.666, de 2012)
Iniciativa	023X - Regular e fiscalizar o setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis
Objetivo	Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos Código: 0553
Programa	Combustível Código: 2022 Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orçamentária do Exercício	
Execução Orçamentária e Financeira	

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
43.778.000,00	43.778.000,00	35.617.018,57	35.617.018,57	35.617.018,57		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
16.543.000,00	13.298.106,75	3.244.893,25				
FINALIDADE						
Pagamento de subvenção econômica, na modalidade equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à estocagem de álcool etílico combustível e à renovação e implantação de canaviais, com os objetivos de reduzir a volatilidade de preço e de contribuir para a estabilidade da oferta de álcool. A subvenção de equalização de taxas de juros corresponde ao diferencial entre o encargo do mutuário e o custo da fonte, acrescido da remuneração dos agentes financeiros.						
Análise Situacional						
No exercício de 2015, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 43,77 milhões, dos quais foram executados R\$ 35,61 milhões. Não houve inscrição em Restos a Pagar/2015.						

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.81 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação	
Código	23.693.2024.0267.0001 Tipo: Operações Especiais
Título	Subvenção Econômica para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)
Iniciativa	039Y - Financiamentos oficiais à exportação

Objetivo	Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras. Código: 0807					
Programa	Comércio Exterior		Código: 2024		Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios	
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.594.691.000,00	1.594.691.000,00	1.409.636.821,12	337.391.440,82	337.391.440,82		1.072.245.380,30
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.263.148.829,88		440.969.974,87	822.178.855,01			
FINALIDADE						
<p>O Programa de Financiamento às Exportações - PROEX tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização em duas modalidades: Financiamento e Equalização. Na modalidade Equalização, a subvenção econômica acontece na forma de equalização de taxas de juros nos financiamentos às exportações. O crédito ao exportador é concedido diretamente por instituições financeiras nacionais ou estrangeiras e o PROEX arca com parte dos encargos financeiros, de forma que o exportador brasileiro obtenha as mesmas condições de financiamento, em termos de encargos financeiros, de seus concorrentes no mercado internacional. O spread de equalização do PROEX é limitado a até 2,5% a.a. e definido em função do prazo de financiamento. A equalização é paga ao financiador por meio da Nota do Tesouro Nacional da série I (NTN-I), emitida em função do spread de equalização definido para a operação e indexada à variação cambial.</p>						

Análise Situacional

No exercício de 2015, foram consignadas dotações orçamentárias de R\$ 1,5 bilhão para Equalização e R\$ 94,7 milhões para o pagamento de despesas operacionais do Programa, totalizando R\$ 1,59 bilhão. Foram executados R\$ 300,24 milhões para emissão de NTN-I (descentralizado para UG 170600), sendo R\$ 21,35 milhões referentes a Despesas de Exercícios Anteriores – DEA. Já para o pagamento de despesas operacionais foram executados R\$ 37,15 milhões. Em relação aos Restos a Pagar do exercício anterior, foram executados R\$ 436,91 milhões para emissão de NTN-I e R\$ 4,05 milhões para despesas operacionais. Ao final do exercício, foram cancelados R\$ 822,18 milhões em Restos a Pagar referentes a exercícios anteriores, adequando o modelo de contabilização do programa às orientações das normas internacionais (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS), em particular o IPSAS 19 (Provisions, Contingent, Liabilities na Contingent Liabilities Assets). Quanto aos Restos a Pagar/2015, foram inscritos R\$ 1.072,24 milhões, sendo R\$ 1.065,05 para emissão de NTN-I e R\$ 7,18 milhões para despesas operacionais.

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.82 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	23.693.2024.0A84.0001			Tipo: Operações Especiais		
Título	Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)					
Iniciativa	039Y - Financiamentos oficiais à exportação					
Objetivo	Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras. Código: 0807					
Programa	Comércio Exterior		Código: 2024		Tipo: Financiamento	
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.000.000.000,00	2.000.000.000,00	1.978.389.728,09	517.542.948,09	517.542.948,09	0,00	1.460.846.780,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.948.704.779,00	554.180.202,13	2.394.524.576,87			
FINALIDADE					
<p>O Programa de Financiamento às Exportações - PROEX tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização em duas modalidades: Financiamento e Equalização. Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos aos exportadores (supplier's credit) ou aos importadores (buyer's credit) por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do PROEX, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.</p>					
Análise Situacional					
<p>Para o exercício de 2015, foi consignada a dotação orçamentária de R\$ 2,0 bilhões. Houve execução durante o exercício de R\$ 517,54 milhões, além de R\$ 554,18 milhões relativos a Restos a Pagar do exercício anterior. Ao final do exercício, foram cancelados R\$ 2.394,52 milhões em Restos a Pagar referentes a exercícios anteriores, adequando o modelo de contabilização do programa às orientações das normas internacionais (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS), em particular o IPSAS 19 (Provisions, Contingent, Liabilities na Contingent Liabilities Assets). Foram inscritos R\$ 1,4 bilhão em Restos a Pagar/2015.</p>					

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.83 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação			
Código	08.242.2063.0E85.0001	Tipo: Operações Especiais	
Título	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva, destinados a Pessoas com Deficiência (Lei nº 12.613, de 2012)		
Iniciativa	0271 - Promoção do incremento da qualidade, produção e acesso à tecnologia assistiva, incluindo assistência humana ou animal e de mediadores, tornando-os disponíveis a custo acessível, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, instituições de pesquisas e entidades habilitadas para normalização e certificação, levando em conta todos os aspectos relativos à autonomia e segurança das pessoas com deficiência.		
Objetivo	Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.		Código: 0568
Programa	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Código: 2063	Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios

Unidade Orçamentária		74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda				
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.000.000,00	15.000.000,00	3.697.836,74	3.197.836,74	3.197.836,74		500.000,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.327.000,00	1.788.499,46	1.538.500,54				
FINALIDADE						
<p>Concessão de subvenção econômica em operações de financiamento para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros. Tais financiamentos têm como objetivo incluir socialmente e facilitar a equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência por meio do acesso a produtos e serviços assistivos, expandir o mercado consumidor e impulsionar a inovação tecnológica por meio da produção doméstica de produtos e serviços assistivos.</p>						
Análise Situacional						
<p>Para o exercício de 2015, foi consignada no orçamento a dotação de R\$ 15 milhões. As despesas pagas corresponderam a R\$ 3,197 milhões referentes ao orçamento de 2015. Foram inscritos R\$ 500 mil em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016. Quanto aos RAP de Exercícios Anteriores, do saldo constante em valor cancelado, R\$ 1.000.000,00 estavam registrados como RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto.</p>						

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.84 – Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação						
Código	11.334.2071.00JO.000		Tipo: Operações Especiais			
Título	Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (Lei nº 11.110, de 2005, e MP nº 543, de 2011)					
Iniciativa	04FT - Fomentar a concessão de financiamento de microcrédito produtivo orientado					
Objetivo	Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda					Código: 0289
Programa	Trabalho, Emprego e Renda		Código: 2071	Tipo: Subvenções Econômicas e Subsídios		
Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
347.000.000,00	278.000.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
485.799.112,00	392.297.829,73	93.501.282,27				

FINALIDADE

Concessão de subvenção sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado. A subvenção de equalização de parte dos custos corresponde a montante fixo por operação contratada e tem como objetivo fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito, por meio do apoio às instituições financeiras do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.

Análise Situacional

Para o exercício de 2015, não foi publicada Portaria que estabelece as condições para pagamento de equalização do Programa Crescer no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO para o exercício de 2015. Assim, não houve execução orçamentária para este exercício. Quanto aos RAP de Exercícios Anteriores, do saldo constante em valor cancelado, R\$ 930.708,11 estavam registrados como RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto.

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

- **Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

- Órgão **71000** – Encargos Financeiros da União

- Programa **0909** – Operações Especiais – Outros Encargos Especiais

Quadro 4.3.85 – Ações não Previstas LOA do exercício – Restos a Pagar – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação					
Código	28.846.0909.00DD.0001				
Título	Aquisição de Ativos de Instituições Financeiras Federais no Âmbito do PRONAF				
Iniciativa	-				
Objetivo	-				
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	Código: 0909	Tipo: Encargos Financeiros decorrentes da Aquisição de Ativos		
Unidade Orçamentária	71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
5.000.000,00		5.000.000,00			
Análise Situacional					
Do saldo constante em valor cancelado, R\$ 5.000.000,00 estavam registrados como RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto.					

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.86 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Em R\$

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/15
2014				
2013				
2012				
2011				
2010				
Restos a Pagar Não Processados				

Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/15
2014	3.010.597.216,23	2.975.756.694,83	34.840.521,40	-
2013	579.956.937,88	450.000.000,00	129.956.937,88	-
2012	2.947.053.321,78	2.628.455.880,45	318.597.441,33	-
2011	3.384.725.102,62	3.384.725.102,62	-	-
2010	-	-	-	-

Análise Situacional

Ao longo dos últimos exercícios houve inscrição de um volume expressivo de restos a pagar, devido às limitações impostas pela programação financeira do Tesouro Nacional, assim, vinha ocorrendo baixo fluxo de pagamentos das subvenções, frente aos valores orçados e já compromissados em exercícios anteriores. Ciente desta realidade, e com o objetivo de adequar o fluxo de pagamentos à efetiva demanda, o Tesouro Nacional envidou esforços no sentido reduzir o passivo e os montantes inscritos em restos a pagar. Essa postura adotada em 2015 vai, inclusive, ao encontro das determinações impostas pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão 825/2015.

Nesta esteira de procedimentos, os valores liquidados e consequentemente os pagamentos das ações orçamentárias de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional sofreram aumentos significativos no exercício de 2015.

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

- Órgão **74000** – Operações Oficiais de Crédito

- Programa **0902** – Operações Especiais – Financiamentos com Retorno

Quadro 4.3.87 – Ações não Previstas LOA do exercício – Restos a Pagar – OFSS

Em R\$

Identificação da Ação			
Código	28.601.0909.00GO.0001		
Título	Remissão de Dívidas decorrentes de operação de crédito rural (Lei nº 12.249/2012)		
Iniciativa	02EL - Concessão de crédito aos produtores rurais pelos Bancos Públicos		
Objetivo	Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário	Código: 0618	
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Código: 2014	Tipo: Coberturas de Garantia, complementação e compensação financeira, remuneração de instituição financeira e contraprestação da União com as PPP.

Unidade Orçamentária	74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
8.372.117,26	-	8.372.117,26			

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

Quadro 4.3.88 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Em R\$

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/15
2014	-	-	-	-
2013	-	-	-	-
2012	-	-	-	-
2011	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/15
2014	9.585.146.321,74	6.812.591.814,80	2.174.679.495,28	597.875.011,66
2013	7.020.937.647,89	3.697.876.549,93	2.762.206.190,46	560.854.907,50
2012	2.079.558.559,76	1.061.377.029,46	1.018.181.530,30	-
2011	649.572.268,90	427.461.289,39	222.110.979,51	-
2010	26.764.157,37		26.764.157,37	-

Análise Situacional

Ao longo dos últimos exercícios houve inscrição de um volume expressivo de restos a pagar, devido às limitações impostas pela programação financeira do Tesouro Nacional, assim, vinha ocorrendo baixo fluxo de pagamentos das subvenções, frente aos valores orçados e já comprometidos em exercícios anteriores. Ciente desta realidade, e com o objetivo de adequar o fluxo de pagamentos à efetiva demanda, o Tesouro Nacional envidou esforços no sentido reduzir o passivo e os montantes inscritos em restos a pagar. Essa postura adotada em 2015 vai, inclusive, ao encontro das determinações impostas pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão 825/2015.

Nesta esteira de procedimentos, os valores liquidados e conseqüentemente os pagamentos das ações orçamentárias de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional sofreram aumentos significativos no exercício de 2015. Do saldo constante em cancelamento, os seguintes valores estavam registrados como RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto: R\$ 5.000.000,00, em 2012; e R\$ 43.106.295,97, em 2013.

Fonte: STN/COPEC e SIAFI

4.4 INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS RELACIONADAS AOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE 2016

- Política Fiscal – Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público

A Secretaria do Tesouro Nacional participou, em 2015, juntamente com outros órgãos setoriais, do monitoramento dos empreendimentos vinculados aos Jogos Olímpicos Rio 2016, acompanhando especialmente as necessidades financeiras das obras relacionadas ao Parque Olímpico e à ampliação da capacidade energética para os jogos, financiados com recursos do Orçamento Geral da União.

4.5 RENÚNCIA DE RECEITAS

Não se Aplica.

4.6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Transferências Financeiras

- *Quantidade de ações por Ente Federativo relacionadas ao CAUC (Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias)*

A STN/COINT utiliza como indicador a quantidade de demandas recebidas sobre ações judiciais que debatem problemas encontrados no recebimento de recursos federais, transferidos voluntariamente, que envolvem o CAUC. A contagem é feita para cada unidade federativa a partir de relatório gerencial produzido no início do ano subsequente ao exercício base, utilizando-se para tal a planilha de controle alimentada ao longo do período.

No exercício de 2015, a STN/COINT recebeu 214 demandas sobre o CAUC, ao passo que em 2014 recepcionou 316. Na comparação entre os dois exercícios, houve diminuição do recebimento de ofícios com relação a quinze unidades federativas (AM, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PR, RN, RR, SP e TO); aumento com relação a oito (AC, AL, AP, ES, PI, RS, SC e SE), e quatro se mantiveram constantes (CE, MS, RJ e RO).

Quadro 4.6.1 – Demandas Recebidas quanto a Ações Judiciais relacionadas ao CAUC, por Estado (2014-2015)

Estado	2014	2015
AC	3	5
AL	5	10

AM	6	0
AP	6	9
BA	24	11
CE	3	3
DF	3	1
ES	3	4
GO	5	4
MA	44	26
MG	22	5
MS	2	2
MT	7	4
PA	33	12
PB	5	0
PE	35	25
PI	25	29
PR	10	3
RJ	9	9
RN	24	10
RO	1	1
RR	2	1
RS	10	13
SC	3	6
SE	2	8
SP	14	7
TO	10	5
Total	316	214

Fonte: STN/COINT

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Operações de Crédito dos Estados e Municípios

No momento estão sendo desenvolvidos indicadores de desempenho com base no SADIPEM - Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – novo sistema implantado no ano de 2015. Em princípio espera-se a conclusão dos indicadores até o final do ano de 2016.

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Haveres Financeiros

- **Indicadores específicos**

Quadro 4.6.2 – Gestão de Haveres – Indicadores de Eficácia – Execução da Receita

Denominação	Método de aferição	Fórmula de Cálculo Medição	Área responsável pelo cálculo
Recebimento Pontual no mês	Mede o volume de recursos recebidos pontualmente relativamente ao volume de recursos devidos apurados mensalmente	Recebimento Pontual no mês sobre o Valor Devido Gerenciável no Mês	STN/COAFI
Recebimento não Pontual no mês	Mede o volume de recursos recebidos com atraso dentro do mês relativamente ao volume de recursos devidos no próprio mês	Recebimento não Pontual no mês sobre o Valor Devido Gerenciável no Mês	STN/COAFI

Recebimento Pendente no mês	Mede o volume de recursos não recebidos no mês relativamente ao volume de recursos devidos no próprio mês	Recebimento Pendente no mês sobre o Valor Devido Gerenciável no Mês	STN/COAFI
Saldo Devedor Gerenciável	Mede o volume do saldo devedor não afetado por restrições ao seu recebimento.	Saldo devedor gerenciável sobre o saldo devedor total	STN/COAFI

Fonte: COAFI

- **Definição das variáveis envolvidas no cálculo dos Indicadores de Eficácia – Execução da Receita:**

Insumos:

Valor Devido no Mês: valores apurados pelo agente financeiro, de acordo com as condições contratuais, para pagamento no mês;

Valor Exigível no Mês Seguinte: valores cujos vencimentos ocorreram no final do mês, em dia não útil, sendo o pagamento exigido no primeiro dia útil do mês seguinte;

Inadimplemento Sistemático: fluxo mensal da dívida provisionada, composto por parcelas não amortizadas por insuficiência de garantias e/ou impedidas judicialmente de cobrança (vencidas há mais de seis meses);

Pendência Jurídica no Mês: fluxo mensal da dívida que possui decisões judiciais impedindo a cobrança;

Valor Devido Gerenciável no Mês: valores devidos no mês, deduzidos dos valores exigíveis no mês seguinte, dos inadimplementos sistemáticos e/ou das parcelas impedidas de cobrança em virtude de decisões judiciais;

Saldo Devedor Total: estoque da dívida;

Pendência Jurídica: parte do estoque da dívida que possui decisões judiciais impedindo a cobrança;

Inadimplência de difícil recebimento: saldo provisionado composto por dívidas que não têm garantias suficientes para amortizá-lo e dívidas decorrentes de decisões judiciais impedindo a cobrança.

Indicadores:

Recebimento Pontual no Mês: valores efetivamente recebidos no dia do seu vencimento;

Recebimento não Pontual no Mês: é a inadimplência do mês recebida dentro do próprio mês;

Recebimento Pendente: é a inadimplência do mês que passou para o mês seguinte;

Saldo Devedor Gerenciável: saldo devedor total deduzido dos valores **exigíveis no mês seguinte**, das inadimplências de difícil recebimento e/ou das pendências jurídicas, ou seja, excluídos os valores que fogem à gerência da Coordenação.

- **Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa**

Para a análise do desempenho operacional das Ações que envolvem a execução das despesas de responsabilidade da UG 170.512, foram utilizados os indicadores de eficácia abaixo representados. Tratam-se, especificamente, das Ações 00M4 – Plano Orçamentário 000M (referente à Carteira de Saneamento), 00M4 – Plano Orçamentário 0002 (ref. ao PNAFE) e 0272 (ref. Lei nº 8.727/93), descritas no item “Ações Orçamentárias”.

Quadro 4.6.3 – Gestão de Haveres – Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa

Denominação	Interpretação do Índice	Fórmula de Cálculo Medição	Área responsável pelo cálculo
-------------	-------------------------	-------------------------------	----------------------------------

Índice de execução orçamentária	Um elevado <i>índice de execução orçamentária</i> indica que as despesas foram executadas em consonância com o valor autorizado na LOA	Valor executado/ Valor Orçado (*)	STN/COAFI
Índice de inscrição de Restos a Pagar	Um baixo <i>índice de inscrição de restos a pagar</i> indica que os créditos orçamentários estão sendo utilizados no exercício de competência	Valor inscrito em Restos a Pagar/ Valor Orçado (*)	STN/COAFI
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	Um baixo <i>índice de restos a pagar inscritos e não pagos</i> indica uma elevada execução dos restos a pagar no exercício seguinte	Valor de Restos a Pagar cancelado/ Valor inscrito em Restos a Pagar	STN/COAFI

Fonte: COAFI/STN

(*) O valor orçado corresponde ao montante autorizado na LOA.

Cabe ressaltar que o valor inscrito em Restos a Pagar, no caso do “Índice de inscrição de Restos a Pagar”, trata do valor inscrito no final do exercício de 2015, ao passo que o valor de Restos a Pagar cancelado, para o “índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos” trata do número/valor inscrito ao final do exercício de 2015 e cancelado no exercício de 2016.

Os indicadores correspondem a medições envolvendo os valores apurados em relação à totalidade dos programas geridos pela STN/COAFI. Nesse contexto, são trabalhados os valores devidos, apurados pelos agentes financeiros, bem como os valores efetivamente recebidos e aqueles não recebidos.

A seguir, são apresentados alguns desses indicadores, com o registro de que a COAFI continuará analisando a elaboração de novos indicadores que possam contribuir para maior precisão do processo avaliativo.

Aplicação dos Indicadores

- Programa **0911** – Operações Especiais: Remuneração de Agentes Financeiros

- Ação **00M4** Plano Orçamentário **000M** – Encargos decorrentes da Aquisição de Ativos no Âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais – Carteira de Saneamento

Consiste na remuneração, por parte da União, a seu agente financeiro – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, de percentual sobre o valor total arrecadado no mês.

A meta física prevista foi de R\$ 2,084 milhões (valor orçado), enquanto foi executado o valor de R\$ 1,192 milhão (57,22% do orçado). Cabe ressaltar que neste montante incluem-se os restos a pagar executados em janeiro de 2015, relativos à competência de dezembro de 2014.

Quadro 4.6.4 – Ação 00M4 PO 000M – Carteira de Saneamento – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício

ÍNDICE	ANO				
	2011	2012	2013	2014	2015
Índice de execução orçamentária	95,12	91,26	65,12	37,49	57,22
Índice de inscrição de Restos a Pagar	12,9	17,44	41,15	71,05	5,68
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	79,36	60,4	74,29	79,19	53,91

Fonte: COAFI/STN

O *Índice de Execução Orçamentária* previsto no exercício é de 70% tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 30% na estimativa orçamentária da presente despesa devido à possibilidade de quitações antecipadas e também ao fato de que a remuneração ao agente financeiro

é variável, calculada sobre os valores efetivamente recebidos, não existindo, assim, medidas a serem implementadas por parte da STN/COAFI.

Diante disso, considerando a margem adicional de 30% para 2015, avalia-se que o *Índice de Execução Orçamentária*, na ordem de 57,22%, retrata uma execução significativa do orçamento.

O baixo *Índice de Inscrição de Restos a Pagar*, de 5,68%, reflete uma tendência de execução do orçamento dentro do próprio exercício. Por outro lado, do total de restos a pagar inscritos em 2015, mais da metade (53,91%) foi cancelado em janeiro de 2016, mês em que foram honradas as obrigações de 2015 relativas à Carteira de Saneamento.

- Ação **00M4** Plano Orçamentário **0002** – Remuneração do Agente Financeiro pela Gestão do Contrato do Programa de Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados – PNAFE

O Plano Orçamentário 0002 refere-se ao pagamento semestral de remuneração à CAIXA, como agente financeiro do PNAFE, por serviços prestados na execução dos contratos de sub empréstimos dos Estados e do Distrito Federal, o que corresponde a 0,43% dos valores efetivamente repassados à União pela CAIXA. Desde 2008, com o fim do desembolso do Programa, ocorrido em 2006, o pagamento se dá efetivamente pelos serviços de cobrança dos encargos e amortização dos contratos de sub empréstimos.

O PNAFE, cujo saldo é indexado ao dólar americano, tem execução semestral e se encerrará em março/2017, prazo previsto no contrato de empréstimo nº 980/OC-BR, celebrado entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O valor orçado foi de R\$ 723,76 mil em 2015, sendo que o valor realizado foi de R\$ 629,49 mil (86,97% do montante orçado).

Quadro 4.6.5 – Ação 00M4 PO 0002 – PNAFE - Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício
Em %

ÍNDICE	ANO				
	2011	2012	2013	2014	2015
Índice de execução orçamentária	75,51	84,75	88,63	36,12	86,97
Índice de inscrição de Restos a Pagar	24,49	0,00	11,37	63,88	0,00
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	100	n/a	100	64,06	n/a

Fonte: COAFI/STN

O *Índice de Execução Orçamentária* previsto no exercício é de 70% tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 30% na estimativa orçamentária da presente despesa devido à possibilidade de quitações antecipadas e também ao fato de que a remuneração ao agente financeiro é variável, calculada sobre os valores efetivamente recebidos.

Entretanto, a execução de 86,97% decorre da variação cambial do dólar, cuja taxa média verificada ao longo de 2015 foi superior àquela projetada para o exercício na proposta orçamentária. No caso, a cotação média apurada para o dólar (1 US\$: R\$ 3,39) ficou 38,37% acima da cotação média prevista para 2015 (1 US\$: R\$ 2,45), acarretando maior receita para o PNAFE e consequente aumento da despesa com esse programa (0,43% dos valores repassados).

Cumprir destacar que todos os créditos foram utilizados dentro do exercício de 2015 não havendo, portanto, inscrições em restos a pagar. Sendo assim, o *Índice de inscrição de Restos a Pagar* foi nulo, e, consequentemente, o *Índice de Restos a Pagar Inscritos e Não Pagos* não se aplica (n/a).

- Programa **0905** – Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)

- Ação **0272** – Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, refinanciadas pela União - Lei nº 8.727, de 1993.

O valor orçado para esta Ação foi de R\$ 2,518 bilhões, enquanto o montante executado alcançou a cifra de R\$ 1,383 bilhão.

A diferença de R\$ 1,134 bilhão entre o valor orçado e o executado, deve-se principalmente ao fato de que a previsão orçamentária foi realizada considerando-se os seguintes pontos:

- parte dos pagamentos varia de acordo com a Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios devedores, que têm as prestações correspondentes a 11% dessa Receita Líquida Real;
- não concretização de amortizações extraordinárias esperadas para o exercício, previstas em virtude da proximidade do encerramento do programa em 2015; e
- margem de segurança quanto às possíveis variações dos cenários oficiais.

Quadro 4.6.6 – Ação 0272 – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício

ÍNDICE	ANO				
	2011	2012	2013	2014	2015
Índice de execução orçamentária	93,47	60,28	57,91	40,46	54,93
Índice de inscrição de Restos a Pagar	8,12	41,13	1,02	28,29	0,80
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	93,14	96,31	18,52	98,04	0,00

Fonte: COAFI/STN

O *Índice de Execução Orçamentária* previsto no exercício é de 70% tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 20% na estimativa orçamentária da presente despesa, acrescida da margem extra de 10% para despesas decorrentes de eventuais quitações antecipadas pelos mutuários em 2015.

Diante disso, considerando a margem adicional de 30% para 2015, avalia-se que o *Índice de Execução Orçamentária*, na ordem de 54,93%, retrata uma execução significativa do orçamento.

O baixo *Índice de Inscrição de Restos a Pagar*, de 0,80%, reflete uma tendência de execução do orçamento dentro do próprio exercício. Considerando que todo o resto a pagar inscrito foi pago em janeiro de 2016, o *Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos* é nulo.

4.7 ACOMPANHAMENTO E RESULTADOS DO PLANO BRASIL MAIOR

Não se aplica.

4.8 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO SIAFI NOS POSTOS DIPLOMÁTICOS

Não se aplica.

4.9 AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA A PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÕES

- Política Fiscal – Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público

Visando contribuir para o incremento do investimento privado nos setores de infraestrutura, a Secretaria do Tesouro participou das discussões interministeriais das novas rodadas de concessões, no âmbito do Programa de Investimentos em Logística – PIL 2. Nesse contexto, foram licitados em 2015 a renovação da concessão da Ponte Rio-Niterói e a outorga de três arrendamentos no Porto de Santos, além da realização de estudos para novas concessões de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias em 2016. Como forma de contribuir para a melhora dos indicadores fiscais da União, a COAPI monitorou em conjunto com as demais coordenações da STN as ações desenvolvidas que poderiam gerar impacto nas receitas extraordinárias de 2015.

No setor de energia elétrica, a STN participou ativamente de todas as etapas do Leilão de 29 usinas hidrelétricas existentes, realizado no dia 30/11/2015, que resultou na arrecadação de R\$ 17,0 bilhões a título de outorga de concessão, com impacto na arrecadação de 2016. Além disso, a Secretaria participou do Grupo de Trabalho destinado a avaliar as despesas da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, visando a otimização de custos e a modicidade tarifária do setor elétrico. Adicionalmente, foi dado apoio ao processo de desestatização da distribuidora CELG-D, cujo leilão está previsto para 2016.

No setor de petróleo, a STN participou do Grupo de Trabalho criado para discutir possíveis modelos de comercialização do óleo e gás da União oriundos dos campos sob o regime de partilha. Além disso, também participou de discussões referentes à revisão do Contrato de Cessão Onerosa.

Por fim, a Secretaria atuou no estudo de novas possibilidades de concessões e venda de participações de empresas estatais, com vistas à elevação de receitas da União nos setores de portos, aeroportos, energia elétrica e petróleo.

4.10 PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

A execução foi por contratação de Pessoa Física, conforme descrito no item 8.1.7 deste Relatório.

4.11 RESULTADOS DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES PLANEJADAS PARA O EXERCÍCIO

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Haveres Financeiros

- *Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional*

Iniciativa **03N7** – Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União

Ação **20Z6** – Gestão de Haveres da União

Meta física: 45,753 bilhões (valor orçado para 2015).

Valor Realizado: 41,496 bilhões (valor recebido em 2015).

Quadro 4.11.1 – Recebimentos Realizados pela STN/COAFI - Exercício 2015

PROGRAMAS	SALDO DEVEDOR 31/12/2014	INCORPORAÇÕES e BAIXAS	RECEBIMENTOS			SALDO DEVEDOR 31/12/2015
			PRINCIPAL	JUROS	TOTAL	
AC. BRASIL-FRANÇA	19.860	6.365	3.879	454	4.334	21.891
BNDES	1.789.503	178.568	1.968.071	0	1.968.071	0
CARTEIRA DE SANEAMENTO	1.190.520	-282.709	117.249	68.102	185.350	722.461
ROYALTIES	5.250.220	525.545	1.310.550	0	1.310.550	4.465.214
DMLP	5.225.072	1.547.469	225.694	262.814	488.508	6.284.033
EMPRÉSTIMO BACEN/BANERJ	12.707.415	2.092.863	654.558	780.349	1.434.907	13.365.372
LEI Nº 8.727/93	12.813.401	1.125.566	1.384.040	573.138	1.957.178	11.981.789
LEI Nº 9.496/97	422.366.811	71.050.318	17.412.897	13.168.288	30.581.185	462.835.944
MP 2.185	75.087.346	15.106.043	1.004.309	2.448.171	3.452.481	86.740.909
PNAFE	218.576	87.369	107.484	5.668	113.152	192.793
TOTAL	536.668.724	91.437.397	24.188.732	17.306.984	41.495.716	586.610.406

Fonte: COAFI/STN

A STN/COAFI não executa recursos financeiros relativos a despesa nesta ação orçamentária. A contribuição da Coordenação para o alcance da meta física da ação 20Z6 – Gestão

de Haveres da União – se dá pela arrecadação das receitas dos haveres decorrentes de refinanciamentos de dívidas de Estados, Distrito Federal e Municípios, de entidades de suas administrações indiretas e de empresas privatizadas.

O Quadro acima evidencia os recebimentos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional dos haveres geridos pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI no exercício de 2015. No período foram recebidos R\$ 41,50 bilhões, contra a previsão de R\$ 45,75 bilhões orçados para todo o exercício, houve, portanto, arrecadação a menor no montante de R\$ 4,26 bilhões (-9,30%) em relação ao volume orçado.

O menor volume de recebimentos realizados em 2015, quando comparado ao previsto, foi ocasionado, principalmente, pelo comportamento dos recebimentos dos programas de refinanciamento Lei nº 9.496/97, MP nº 2.185/01 e Lei nº 8.727/93. Tratam-se dos programas com volumes de recebimentos mais expressivos e que possuem, portanto, maior influência no valor total dos recebimentos do exercício.

Quanto ao refinanciamento no âmbito da Lei nº 9.496/97, no exercício de 2015, a União recebeu o total de R\$ 30.581.185 mil (fonte 173). Em relação ao previsto, isto representa uma frustração nos recebimentos de R\$ 2.590.598 mil. Um dos motivos evidentes para este comportamento foi o não pagamento de valores programados para 30/12. Os contratos dos Estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul possuíam parcelas mensais expressivas que se encontravam pendentes em 31.12.2015. Além disso, o baixo crescimento da Receita Líquida Real dos Estados e do DF no exercício produziu, conseqüentemente, menores Limites de Comprometimento aplicados ao pagamento das parcelas do programa.

No que tange ao programa da MP 2.185/01, ao longo do exercício de 2015, a União recebeu R\$ 3.452.481 mil (fonte 173), 24,62% abaixo do previsto para o ano. Os recebimentos a menor se justificam pelo aumento em R\$ 2.353.055 mil do saldo das pendências judiciais no período, resultantes de ações judiciais impetradas pelos dois principais devedores relacionadas à aprovação, no ano anterior, da Lei Complementar nº 148/14. Essas pendências judiciais representam valores que deixaram de ser recebidos no decorrer do ano.

Já para o programa da Lei nº 8.727/93, estavam previstos recebimentos da ordem de R\$ 2.731.849 mil, em 2015, enquanto o realizado somou R\$ 1.957.178 mil. Os recebimentos a menor ocorreram em decorrência de amortizações extraordinárias previstas e não concretizadas no decorrer do exercício.

Os haveres descritos no quadro anterior são decorrentes de operações de crédito entre a União e os Estados, Distrito Federal, Municípios, entidades de suas administrações indiretas e empresas privatizadas, caracterizados por diversos programas de empréstimos, financiamentos, refinanciamentos, reestruturação de dívidas, repasse de recursos externos, honra de avais e aquisições de participações governamentais.

Quadro 4.11.2 – Resultado dos Indicadores de Eficácia no Exercício de 2015

Em %

ÍNDICES	ANUAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Recebimento Pontual no mês	89,01	99,74	99,86	99,84	91,91	99,91	83,94	87,00	86,83	91,51	82,91	75,41	69,23
Recebimento não Pontual no mês	1,12	0,23	0,13	0,13	0,30	0,05	6,88	2,32	2,31	0,24	0,43	0,24	0,15
Recebimento Pendente no mês	9,87	0,03	0,01	0,04	7,78	0,04	9,18	10,65	10,86	8,25	16,66	24,35	30,61
Saldo Devedor Gerenciável	98,42	98,70	98,68	98,65	98,55	98,46	98,37	98,42	98,42	98,30	98,24	98,18	98,11

Fonte: COAFI/STN

No exercício de 2015, os valores recebidos pontualmente dentro do próprio mês alcançaram, em média, o percentual de 89,01%, enquanto os valores dos pagamentos recebidos com atraso dentro do próprio mês registraram a média de 1,12%, conforme Quadro acima.

Já a inadimplência do mês que restou para o mês seguinte, no exercício de 2015, foi, em média, da ordem de 9,87%. Vale destacar que a maior parte do percentual não recebido dentro do mês de competência decorre da concentração de vencimentos nos últimos dias úteis de cada mês, cujos recebimentos se dão, em sua grande maioria, até o dia dez do mês subsequente mediante pagamentos voluntários ou execução de garantias.

Em comparação com os exercícios anteriores, houve forte aumento dos indicadores de Recebimento Não Pontual e de Recebimento Pendente, principalmente no segundo semestre de 2015. Os programas que mais contribuíram para a deterioração dos indicadores foram a MP nº 2.185/01 e a Lei nº 9.496/97.

No caso da MP nº 2.185/01, decisões judiciais obtidas por alguns mutuários, como o Município do Rio de Janeiro e o Município de São Paulo, dentre outros, com o objetivo de antecipar os efeitos da edição da Lei Complementar nº 148/14, ainda não regulamentada à época, permitiram aplicar condições mais favoráveis às parcelas mensais pagas do programa. Como os recebimentos do Município de São Paulo representavam, até março de 2015, cerca de 90% dos recebimentos mensais do programa, o montante do Recebimento Pontual no Mês foi reduzido na mesma medida em que houve aumento do Recebimento Pendente.

No que diz respeito ao programa da Lei nº 9.496/97, houve aumento da ocorrência de inadimplência paga no próprio mês, ou seja, de Recebimento Não Pontual, a partir de junho. E ainda, verificamos forte aumento da inadimplência não paga no próprio mês, qualificada como Recebimento Pendente, nos 3 meses finais do exercício de 2015. Ambos os fatores contribuíram para a deterioração do indicador Recebimento Pontual no Mês e para a piora dos demais indicadores de recebimento, especialmente considerando a representatividade que este programa possui no total dos recebimentos da COAFI/STN.

A parcela do Saldo Devedor dos haveres administrados pela COAFI/STN que não possuem restrições ao seu recebimento regular – saldo devedor gerenciável – foi de 98,42% em 2015.

- Política Fiscal – Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais

- Recebimento de Créditos

No que tange à Gestão dos Haveres Financeiros da União, não relacionados a Estados e Municípios, foram cobradas e recebidas prestações mensais, trimestrais, semestrais e anuais. No total, foi recebido, até dezembro/2015, o valor de R\$ 29.827.638.494,21 para uma previsão inicial de R\$ 14.144.859.392,35 orçados para todo o exercício.

Tal diferença entre o fluxo de recursos previsto e realizado deve-se, fundamentalmente, à liquidação antecipada de contratos do BNDES com o Tesouro Nacional, no contexto do esforço fiscal realizado pelo governo. O Banco liquidou antecipadamente o Contrato de Cessão de Crédito - CT 390/PGFN/CAF, indexado à SELIC, com um pagamento de R\$ 1.698.225.524,19, em 24.12.2015, e amortizou antecipadamente R\$ 14.068.320.000,00 do Contrato de Renegociação de Dívida - CT 895/PGFN/CAF, indexado ao Dólar mais 4,47%, com quatro pagamentos entre 24.12.2015 e 31.12.2015. Essa ação resultou numa receita de R\$ 15.766.545.524,19, não previstas no exercício anterior.

Quadro 4.11.3 – Recebimentos em 2015

Em R\$	
Origem do Crédito	Recebimentos em 2015
ALONGAMENTO LEI 9.138/95	20.318.812,38
ALONGAMENTO MP 2.196	357.776.540,02

Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB	87.242.050,96
Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. - BNCC	1.606.462,41
BNDES - BNDESPAR	22.699.008.208,54
CAIXA - INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL	1.503.077.521,32
CIA. DOCAS - CESSÃO DE CRÉDITO	41.218.881,42
EGF ESPECIAL	231.913,39
ELETROBRÁS - ITAIPU - CT Nº 424 e 425.	3.888.434.734,64
ELETROBRÁS - ITAIPU - CT Nº 424 e 425. - Reajuste	692.792.495,97
REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A	348.535.461,00
VOTO CMN - ANDE - MUTUÁRIO ITAIPU/BINACIONAL	18.700.800,00
COMERCIALIZADORA BRASILEIRA DE ENERGIA EMERGENCIAL - CBEE	13.204.576,97
BB - INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL	152.363.562,79
BASA - INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL	3.126.472,40
Total	29.827.638.494,21

Fonte: STN/COFIS

4.12 INDICADORES UTILIZADOS PARA MONITORAR E AVALIAR A GESTÃO

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Transferências Financeiras

- Quantidade de ações por Ente Federativo relacionadas ao CAUC (Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias)

A justificativa sobre o uso do indicador é de avaliar o conhecimento dos usuários sobre o CAUC. Desde a instituição do Serviço Auxiliar, com a Instrução Normativa (IN) STN nº 2, de 2 de fevereiro de 2012, a STN/COINT desenvolve o trabalho de esclarecer dúvidas dos usuários do Serviço Auxiliar. O CAUC apenas disponibiliza informações de cadastros ou sistemas de registro de adimplência mantidos por órgãos ou entidades federais ou de sistemas subsidiários de informações do Governo Federal. No que se refere aos 12 sequenciais do Serviço Auxiliar, a STN se encarrega apenas de controlar o cumprimento das obrigações fiscais associadas aos sequenciais 1.4 – Regularidade em Relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos Concedidos pela União, e 3.3 – Encaminhamento das Contas Anuais.

Disso resulta que, não sendo a STN o órgão federal responsável pelo controle do cumprimento dos demais requisitos fiscais, à exceção dos dois citados, a STN não é a destinatária mais apropriada para os expedientes da Advocacia-Geral da União que solicitam informações e subsídios para a defesa processual da União ou dão ciência de decisões judiciais, para cumprimento, relativas a ações ajuizadas pelos entes federativos nas quais são debatidos problemas relacionados àqueles requisitos fiscais. Somente os questionamentos a respeito de requisitos de controle de sua competência institucional é que devem ser direcionados à STN. Dessa forma, o indicador “Quantidade de ações relacionadas ao Ente Federativo relacionadas ao CAUC” possibilita verificar se os usuários do CAUC, no caso, principalmente a Advocacia-Geral da União, conhecem o papel da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão gestor desse sistema, que não possui a competência de controlar a maior parte dos registros nele refletidos.

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Análise Financeira dos Estados e Municípios

- Elaboração e avaliação de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Estados

A Lei nº 9.496/97 estabeleceu critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, de diversas dívidas financeiras de responsabilidade de Estados e do Distrito Federal,

inclusive dívida mobiliária, tendo como condição a assinatura de Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, que passou a ser parte integrante do contrato de assunção e renegociação da dívida. Neste documento, o governo estadual se propõe a adotar ações que possibilitem alcançar metas ou compromissos anuais relativos a:

- relação dívida financeira / receita líquida real;
- resultado primário;
- despesas com funcionalismo público;
- receitas de arrecadação própria;
- reforma do estado, ajuste patrimonial e alienação de ativos; e
- despesas com investimento / receita líquida real.

No apoio e acompanhamento do processo de ajuste fiscal dos entes federativos, coube à Secretaria do Tesouro Nacional participar da elaboração dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal assinados pelos governadores dos 24 Estados e do Distrito Federal que refinanciaram suas dívidas (Amapá e Tocantins não o fizeram e os Estados do Piauí e Rio Grande do Norte já quitaram as dívidas referentes ao refinanciamento e, portanto, não possuem mais Programa), assim como avaliar o cumprimento das metas anuais, por parte daqueles entes. A critério das partes, o Programa poderá deixar de ser renovado no ano, permanecendo em vigor as metas e compromissos já pactuados no Programa trienal vigente. Esses procedimentos deverão ser observados enquanto perdurar o contrato de refinanciamento.

Em linhas gerais, a Lei nº 9.496/97 propiciou a redução do saldo devedor da dívida financeira dos Estados e do Distrito Federal por meio do alongamento do prazo de pagamento, redução dos encargos financeiros incidentes e/ou concessão de subsídio. Em contrapartida a estes benefícios, os Estados e o Distrito Federal comprometeram-se a observar o adimplemento no pagamento das prestações da dívida refinanciada e a estabelecer e cumprir os Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

Quadro 4.12.1 – Indicadores de desempenho

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição	TIPO	Resultado
Índice de avaliação dos Programas de reestruturação e ajuste fiscal (Programa).	Mede o percentual anual de Programas avaliados em relação ao total de estados que têm Programa.	$(\text{número de Programas avaliados no ano} / \text{número de estados que têm Programas}) * 100$	COREM	EFICÁCIA	$(23/23)*100=100\%$
Índice de revisão dos Programas.	Mede o percentual anual de Programas revisados em relação ao total de estados que têm Programa.	$(\text{número de Programas elaborados no ano} / \text{número de estados que têm Programa}) * 100$	COREM	EFICÁCIA	$(14/23)*100=61\%$
Índice de realização das missões técnicas (missões)	Mede o percentual anual de missões realizadas em relação ao total de missões Programadas para o ano	$(\text{número de missões realizadas no ano} / \text{número de missões Programadas}) * 100$	COREM	EFICÁCIA	$(16/23)*100=70\%$

Fonte: STN/COREM

No decorrer do ano de 2015, os técnicos da STN realizaram missões técnicas com o intuito de conhecer em detalhes a situação fiscal dos Estados e do Distrito Federal, de forma a reunir informações que possibilitassem a avaliação do cumprimento das metas dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal e a realização de projeções que servissem de base para a sua revisão para o próximo triênio. Em razão do contingenciamento das despesas, algumas missões técnicas foram suspensas, totalizando apenas 16.

Como resultado das análises fiscais, missões técnicas e negociações com representantes dos governos estaduais foram revisados 14 Programas. Os Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte não revisaram os Programas em razão de quitação antecipada da dívida e término do contrato, respectivamente.

- Cálculo e publicação, mensal, da Receita Líquida Real (RLR) dos Estados e Municípios cujas dívidas foram renegociadas junto ao Tesouro Nacional

O conceito de Receita Líquida Real – RLR para os Estados está expresso na Lei nº 9.496/97, em seu Artigo 2º, Parágrafo Único. Para os municípios, encontra-se na Medida Provisória nº 2.185/01, instrumento legal referente ao refinanciamento das dívidas dos Municípios.

A RLR é apurada a partir das receitas orçamentárias extraídas dos balancetes enviados pelos Estados e Municípios, das quais são deduzidos os valores permitidos pela legislação. Os valores calculados são divulgados mensalmente por meio de Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional.

A RLR é utilizada para apurar o limite de pagamento do serviço da dívida de Estados e Municípios renegociada com o Tesouro Nacional e para o cálculo da relação dívida financeira/receita líquida real. É também parâmetro dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Estados.

Quadro 4.12.2 – Indicadores de desempenho

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição	TIPO	Resultado
Índice de cálculo da receita líquida real (RLR) para estados com refinanciamento	Mede o percentual mensal das RLR calculadas para de estados com refinanciamento em relação ao total de estados com refinanciamento.	(número de RLR calculadas para de estados com refinanciamento / número total de estados que têm refinanciamento) * 100	COREM	EFICÁCIA	(23/23)*100= 100% (*)
Índice de cálculo da RLR para municípios com refinanciamento da MP 2.185/01 (*)	Mede o percentual mensal das RLR calculadas para municípios com refinanciamento da MP 2.185/01 em relação ao total de municípios com refinanciamento da MP 2.185/01	(número de RLR calculadas para municípios com refinanciamento da MP 2.185/01* / número total de municípios com refinanciamento da MP 2.185/01*	COREM	EFICÁCIA	(10/17)*100= 59% (**)

Fonte: STN/COREM

(*) A partir de dezembro de 2010, nos termos da Lei nº 12.348, de 15/12/2010, regulamentada pela Portaria STN nº 693, de 20/12/2010 passou-se a calcular a Receita Líquida Real apenas dos Municípios com dívidas refinanciadas com fundamento na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24/08/2001 e que utilizam do limite de pagamento previsto naquele normativo, assim como daqueles que apresentam pendências financeiras decorrentes de ação judicial que tenha como litúgio o refinanciamento de dívidas.

(**) Para os Municípios que não encaminharam todos os balancetes necessários ao cálculo houve a divulgação em Portarias com a seguinte situação: “FALTAM DADOS”.

4.13 PRINCIPAIS RESULTADOS RELACIONADOS AO AMBIENTE DE GESTÃO

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Análise Financeira dos Estados e Municípios

Foi realizada a apuração mensal da Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios que renegociaram suas dívidas com a União, cujas portarias divulgando os valores encontram-se disponíveis na Internet na página da Secretaria do Tesouro Nacional.

O processamento das informações necessárias para a implementação dos Programas de Ajuste Fiscal, análise da capacidade de pagamento, cálculo da RLR e monitoramento dos municípios cujas dívidas foram refinanciadas pela União é realizado por meio do Sistema de Monitoramento de Estados e Municípios - SIMEM.

- Aprovação e Regulamentação do Programas de Acompanhamento Fiscal com os Municípios das capitais e com os Estados que não estão obrigados a manter Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal.

A Lei Complementar nº 148/2014 dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências. Pela Lei Complementar, a União é autorizada a firmar Programas de Acompanhamento Fiscal, sob a gestão do Ministério da Fazenda, com os Municípios das capitais e com os Estados que não estão obrigados a manter Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal nos termos do § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. Os Programas de Acompanhamento Fiscal conterão, obrigatoriamente, além de objetivos específicos para cada unidade da Federação, metas ou compromissos quanto:

- I - à dívida financeira em relação à Receita Líquida Real (RLR);
- II - ao resultado primário, entendido como a diferença entre as receitas e as despesas não financeiras;
- III - às despesas com funcionalismo público;
- IV - às receitas de arrecadação próprias;
- V - à gestão pública; e
- VI - ao investimento.

A regulamentação dos Programas de Acompanhamento Fiscal dos entes federativos coube à Secretaria do Tesouro Nacional, por intermédio do Decreto Presidencial nº 8.616 de 29 de dezembro de 2015, com o objetivo de definir procedimentos para a formalização dos competentes termos aditivos, e dá outras providências. Além disso, são estabelecidos os procedimentos necessários para a operacionalização da autorização para firmar Programas de Acompanhamento Fiscal com os Municípios das capitais e com os Estados que não estão obrigados a manter Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal nos termos do § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Operações de Crédito dos Estados e Municípios

As principais atribuições da STN/COPEM são:

- Verificar o cumprimento de limites e condições para a contratação de operações de crédito interno e externo de interesse de Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Analisar a concessão de garantias da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes; e
- Analisar a concessão de garantia de Estados, Distrito Federal e Município a empresas estatais.

Conforme quadro abaixo, a STN concluiu a análise, entre janeiro e dezembro de 2015, de 622 processos relativos a pleitos estaduais e municipais para contratação de operações de crédito. O valor das operações de crédito interno e externo sem concessão de garantia da União para as quais o ente cumpriu os limites determinados pelo Senado Federal totalizou R\$ 3.711.774.355,89 (três bilhões, setecentos e onze milhões, setecentos e setenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) ¹.

Quadro 4.13.1 – Análise de Pleitos

	Cumprimento de limites e condições	Encaminhamento para análise de concessão de garantia	Processos Arquivados	Processos Indeferidos	Total
Estados	1	8	10	0	19
Municípios	504	2	97	0	603
Empresas	0	0	0	0	0
Total	505	10	107	0	622

Fonte: STN/COPEM

Para cada pleito, foi emitido Parecer da Coordenação-Geral com vistas a evidenciar a existência ou não da capacidade de endividamento do ente público pleiteante e sua adequação aos limites e condições estabelecidos nos diplomas legais. As informações relativas a essas análises foram encaminhadas mensalmente ao Senado Federal, no mês subsequente à análise.

Especificamente no que tange à análise de concessão da garantia da União, foram analisadas e autorizadas 10 operações de crédito, totalizando R\$ 4.498.003.913,64 (quatro bilhões, quatrocentos e noventa e oito milhões, três mil, novecentos e treze reais e sessenta e quatro centavos), distribuídos da seguinte forma:

Quadro 4.13.2 – Análise de Concessão de Garantias

Operação de Crédito	Interessado	Quant.	Montante Autorizado ¹
Operações de crédito INTERNO analisadas e autorizadas a receber a garantia da União	Pleitos de interesse de Estados	6	R\$ 2.031.154.248,72
	Pleitos de interesse de Municípios	1	R\$ 482.540.014,92
	Pleitos de interesse de Empresas	0	
Operações de crédito EXTERNO analisadas e autorizadas a receber a garantia da União	Pleitos de interesse de Estados	2	R\$ 1.659.285.000,00
	Pleitos de interesse de Municípios	1	R\$ 325.024.650,00
	Pleitos de interesse de Empresas	0	
TOTAIS		10	R\$ 4.498.003.913,64

Fonte: SADIPEM

Observação:

- As operações de crédito externo analisadas foram ou serão contratadas em moeda estrangeira. Os valores apresentados são resultantes da conversão dos montantes autorizados em moeda estrangeira para reais, pela cotação do dia 31/12/2015.

No exercício de 2015 a meta da STN/COPEM estava relacionada ao “Objetivo Estratégico 4 - Contribuir para a sustentabilidade fiscal de Estados e Municípios”, conforme registrado no Estratégia.

Tal meta foi atribuída a STN/COPEM, tendo em vista que no âmbito da análise fiscal de Estados, Distrito Federal e Municípios, a Lei Complementar nº 101/2000, e as Resoluções do Senado Federal - RSF nºs 40 e 43, ambas de 2001, atribuíram ao Ministério da Fazenda - MF funções inerentes à verificação do cumprimento das condições relativas à realização de operações de crédito de

interesse dos entes federativos, bem como do cumprimento dos limites de endividamento desses entes, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional a execução dessas atribuições, mais especificamente à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM, cujos procedimentos são regulamentados pela Portaria STN nº 396/2009, alterada pela Portaria STN nº 138/2010.

Ademais, o Decreto 7.482, de 16 de maio de 2011, inseriu nas atribuições da Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais - SURIN, a análise da concessão de garantias da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, nos termos da RSF nº 48, de 21/12/2007.

Para o cumprimento do objetivo estratégico supracitado, ficaram sob responsabilidade da COPEM as metas e macroações listadas a seguir:

- Meta 4.10 - Aprimorar a sistemática de análise de operações de crédito de Estados e Municípios;
- Macroação 4.10.1 - Desenvolver e implantar o SADIPEM;
O sistema foi desenvolvido e implantado, porém é imprescindível o aperfeiçoamento e execução de melhorias para torna-lo mais eficiente e rápido.
- Macroação 4.10.2 - Integrar o CDP no SADIPEM;
Segundo o novo cronograma, o Cadastro da Dívida Pública – CDP estará disponível para consulta aos analistas da STN dentro do próprio SADIPEM a partir de 01/03/2016. Esta etapa não contempla a consulta pública do CDP através do SADIPEM.
- Macroação 4.10.3 - Desenvolver sistemática para geração automatizada de relatórios gerenciais. A classificação das finalidades das operações de crédito desta macroação será utilizada também no Tesouro Transparente, desta forma requer a aprovação de outras áreas da STN, dentre elas CESEF, ASSEC e Secretaria Adjunta que utilizam a classificação.

Com vistas ao atingimento dos objetivos foram realizadas algumas ações que culminaram no Painel Federativo. Se trata de um sistema de informação e controle gerencial, integrando todas as áreas da Subsecretaria e ainda Coordenações de outras Subsecretarias, como COSIS no desenvolvimento e CESEF como provedora de informação. A ação teve grande impacto na forma como as informações são divulgadas e na tomada de decisão, a ferramenta foi tão bem recebida que teve alcance até mesmo fora do Tesouro, sendo requisitada para auxiliar a tomada de decisão pelo Sr. Ministro da Fazenda e também o Sr. Secretário-Executivo.

Como resultado das ações referentes ao Objetivo Estratégico, foram melhorados os processos de trabalho e alcançou-se uma maior efetividade na análise dos pleitos, ocasionando uma diminuição do tempo de análise e redução dos erros cometidos pelos pleiteantes. Ainda com a implementação das ferramentas de controle, conseguiu-se levar ao grupo de gestão informações mais fidedignas e de forma mais rápida e eficiente, possibilitando inclusive consultas de informações gerenciais por meio de internet e dispositivos móveis.

A edição da Portaria da STN nº 199, de 13/4/2015, estabeleceu que o envio de pedidos de verificação de limites e condições relativos à contratação de operação de crédito e de concessão de garantias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios deve ser efetuado por meio do SADIPEM, conforme orientações contidas no Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível no endereço eletrônico <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mip-manual-para-instrucao-de-pleitos>.

A STN mantém, em sistema informatizado, banco de dados com informações detalhadas de todas as operações de crédito analisadas por esta Secretaria, não só para acompanhamento da situação e localização de cada processo, mas também para manutenção do histórico estatístico do volume e das condições financeiras das operações de crédito aprovadas. No sítio da STN, há uma área específica para divulgação de informações sobre o endividamento de Estados e Municípios referentes

às operações de crédito analisadas e em tramitação (sadipem.tesouro.gov.br, na opção “Consultar Operações de Crédito”). A STN, por meio da COPEM, trabalhou na manutenção e no aperfeiçoamento do sistema próprio que auxilia a análise dos pleitos de operação de crédito de Estados e Municípios.

Os principais riscos levantados foram os seguintes:

- Vulnerabilidades relacionadas à Segurança da informação e Sistemas;
- Fluxo operacional do processo;
- Eventos externos; e
- Contrapartes, Fornecedores e Contratos.

Com objetivo de avaliação e mitigação dos riscos acima apontados, foi criada a GDATA, gerência subdividida em dois núcleos, o primeiro centrado na gestão da informação e de sistemas, e o segundo cuidando de controles gerenciais, estudos econômicos e estatísticas de operações de crédito.

Esforços no desenvolvimento de novo sistema de TI para auxiliar na análise de processos de operações de crédito que foi lançado no ano com o nome de SADIPEM, além de um esforço conjunto no âmbito da Subsecretaria para criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais e de gestão do negócio, resultando em dois produtos finais, a “consulta avançada de processos” e o “Painel Federativo”.

Além disso, foram realizados treinamentos para os analistas com objetivo de aperfeiçoar e trocar experiências no âmbito das gerências da Coordenação, pois apesar dos trabalhos serem distintos estão interligados e compõem o processo como um todo.

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Haveres Financeiros

Os créditos financeiros relativos aos programas de financiamento e refinanciamento geridos pela COAFI/STN, todos detalhados no item 4.3 – Desempenho Orçamentário, estão registrados contabilmente em no ativo circulante e não circulante de acordo com o prazo de recebimento previsto. A parcela dos créditos com previsão de recebimento nos próximos 12 meses é registrada no ativo circulante. Já os créditos com previsão de recebimento posterior aos próximos 12 meses são registrados no ativo não circulante. Até dezembro de 2015, a COAFI/STN recompunha o saldo do ativo circulante a cada 12 meses, antes do encerramento contábil de cada exercício. A fim de melhor adequar os procedimentos da coordenação às melhores práticas contábeis, e em conformidade com orientações da área de contabilidade da STN, a partir de 2016 os saldos de curto prazo serão atualizados trimestralmente, em linha com a previsão de recebimentos para os 12 meses subsequentes ao mês da atualização.

Tendo em vista as modificações ocorridas no Plano de Contas, os quadros abaixo apresentam a coluna “Conta” com o número da conta contábil no SIAFI 2014 (quando existente) ao lado do número de sua respectiva conta no SIAFI 2015.

Para adequação ao novo PCASP, os saldos das contas contábeis do Balanço Patrimonial foram divididos em 3 contas de acordo com a esfera do devedor. Por exemplo, os créditos contra Estados e entidades assumidas de suas respectivas Administrações Indiretas, antes registrados na 112410100, foram transferidos para a conta 112440100, e os créditos contra Municípios e entidades assumidas de suas respectivas Administrações Indiretas, antes registrados na 112410100, foram transferidos para a conta 112450100. Os créditos cujos mutuários são Entidades da Administração Indireta Federal participantes do Orçamento de Investimento da União, assim como Entidades não assumidas da Administração Indireta Estadual e Municipal, foram mantidos na 112410100. Esse mesmo padrão, vinculado ao quinto dígito da conta, é repetido para as demais contas de Ativo. Assim, para fins de simplificação de relatório, as contas que possuem essa abertura estão consolidadas e indicadas com um asterisco no quinto dígito.

Embora a COAFI/STN tivesse como objetivo concluir todo esse processo de transferência ainda em 2015, ele não foi totalmente finalizado, uma vez que a transferência dos saldos exige a participação de outras áreas do Tesouro e dos Agentes Financeiros dos programas geridos pela COAFI/STN, sobretudo quanto às mudanças nas parametrizações das Guias de Recolhimento da União – GRUs – utilizadas. Nesse sentido, foram feitas transferências de todos os programas, com exceções da Lei nº 8.727/93 e da Carteira de Saneamento, cujos saldos correspondem a 2,17% do estoque dos créditos geridos pela Coordenação.

Quadro 4.13.3 – Créditos a receber – Exercício de 2014 versus Exercício de 2015

Em R\$ 1,00

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CIRCULANTE –				
Dezembro 2014 / Dezembro 2015				
Conta		31.12.2014	31.12.2015	Variação %
112310000 – 1124*0100	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	47.473.517.642,17	36.111.394.928,23	-23,9%
112380000 – 1124*0600	RESIDUO DE EMPRESTIMOS	9.257.188.399,98	7.876.624.357,03	-14,9%
112192100 – 1124*0401	JUROS A RECEBER	3.232.505,76	13.757.124,23	325,6%
TOTAL		56.733.938.547,91	44.001.776.409,49	-22,4%

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – NÃO CIRCULANTE –				
Dezembro 2014 / Dezembro 2015				
Conta		31.12.2014	31.12.2015	Variação %
122310000 - 1211*0301	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	259.991.741.137,14	287.810.068.656,85	10,7%
122380000 - 1211*0318	RESÍDUO DE EMPRÉSTIMOS	219.943.044.774,12	254.798.560.667,57	15,8%
TOTAL		479.934.785.911,26	542.608.629.324,42	13,1%

Fonte: COAFI/STN

Ao final de cada exercício, a STN/COAFI verifica os saldos remanescentes no circulante e os compara com a previsão de recebimentos da proposta orçamentária para o exercício subsequente. Caso haja a necessidade de recomposição dos saldos do circulante para fazer frente aos recebimentos previstos para os próximos 12 meses, são realizadas transferências dos saldos das contas do não circulante.

O Quadro acima evidencia a variação negativa de 23,9% na rubrica “EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS”, contas 112410100, 112440100 e 112450100 de acordo com o novo PCASP, na comparação entre os dados de 31.12.2014 e de 31.12.2015. O menor volume de recursos mantidos no ativo circulante justifica-se pelas transferências de saldos das contas do não circulante para as contas do circulante estritamente alinhadas com as previsões de recebimentos para os próximos 12 meses. Em 2014, as transferências de saldos das contas do não circulante para as contas do circulante levavam em consideração um valor adicional à previsão de recebimentos para o ano subsequente – chamado de margem de segurança. A margem tinha a função de minimizar o risco de eventuais inversões dos saldos das contas correntes (contas do tipo inscrição genérica, denominadas internamente “contas PF”) da conta contábil do ativo circulante. Conforme informado, a partir de 2016, a COAFI/STN passará a atualizar trimestralmente os saldos a serem amortizados ao longo dos 12 meses subsequentes.

Importa ressaltar que, devido ao mecanismo dos programas amparados pelas Leis nº 9.496/97 e pela MP nº 2.185/2001, os Estados e Municípios que possuem tais dívidas com a União podem acumular resíduo de limite de comprometimento durante a vigência dos refinanciamentos. Os saldos desses resíduos foram discriminados nas contas patrimoniais 112440600 e 112450600 – circulante, e 121140318 e 121150318 – não circulante (Quadro acima).

A variação negativa de 14,9% entre os saldos de resíduo de empréstimo do ativo circulante, observada na comparação entre os saldos de encerramento de 2014 e o de 2015, deve-se às transferências de saldos do não circulante para o circulante realizadas na medida necessária para fazer frente aos recebimentos previstos para o exercício seguinte, sem margem de segurança adicional.

A variação positiva de 15,8% apresentada para o saldo de resíduo na conta do ativo não circulante, conforme Quadro acima, se deve ao acúmulo, até 31.12.2015, do estoque de resíduo observado para os programas da Lei nº 9.496/97 e da MP nº 2.185/2001. Mesmo com o gradual aumento das amortizações de saldo de resíduo pelos devedores, o efeito da atualização monetária sobre o estoque ainda foi dominante, resultando em um saldo total crescente embora de maneira menos acentuada do que nos períodos anteriores.

A conta “Juros a Receber” do ativo circulante apresenta os registros de valores dos juros incidentes sobre os contratos administrados pela COAFI/STN não quitados na data de vencimento e que não possuam qualquer amparo contratual para seu não pagamento. Por este motivo, os juros a receber são classificados como juros de inadimplência, sendo contabilizados *pro rata temporis*, em razão do princípio da competência. Portanto, por refletir inadimplências de caráter temporário, o saldo desta conta apresenta grande oscilação. A variação de 325,6%, na comparação entre os saldos de dezembro/2014 com os de dezembro/2015, deve-se, em sua maior parte, à contabilização de juros não pagos no âmbito do programa Lei nº 8.727/93 como consequência da inadimplência do mutuário COHAB/Campinas.

Quadro 4.13.4 – Ajuste de perdas para créditos de liquidação duvidosa – 2014 versus 2015

Em R\$ 1,00

AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO - Dezembro 2014/Dezembro 2015				
Conta		31.12.2014	31.12.2015	Variação %
122800000 - 121119902	AJUSTE PERDA PARA CREDITO LIQUIDACAO DUVIDOSA	7.294.962.998,28	11.162.005.372,69	53,0%

Fonte: COAFI/STN

A conta Ajuste de Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa é atualizada semestralmente, em atenção à recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU, mediante o Acórdão nº 1.800/2003/TCU-Plenário, que indicou à STN a constituição da provisão, e de acordo com a Coordenação de Contabilidade da STN – CCONT, que no Memorando nº 3554-CCONT/GENOC, de 30/08/2004, orientou o provisionamento dos créditos de difícil recebimento na conta contábil 122800000. Atualmente, os valores encontram-se provisionados na conta patrimonial 121119902.

A variação positiva de 53,0% evidenciada no Quadro acima, na comparação com o saldo existente em 2014, deve-se, primeiramente, ao avanço de 9,16% do IGP-DI em 2015. Este aumento impacta diretamente os saldos dos programas atualizados pelo índice. Outro motivo não menos relevante para o aumento de saldo em análise foi o provisionamento de cerca de R\$ 1,7 bilhão para o Município de São Paulo e cerca de R\$ 600 milhões para o Município do Rio de Janeiro, relativos ao refinanciamento ao amparo da MP nº 2.185/01. Ambos os municípios obtiveram decisões judiciais que lhes permitiram realizar seus pagamentos já sob as novas condições definidas pela Lei Complementar nº 148, ainda não regulamentada à época. A diferença entre o que eles pagariam nas condições atuais e o que passaram a pagar nas novas condições, caracterizada como saldo de pendência jurídica, tem sido provisionada.

Quadro 4.13.5 – Ajuste de perdas de empréstimos e financiamentos concedidos – 2014 versus 2015

Em R\$ 1,00

AJUSTE DE PERDAS EMPRESTIMO/FINANC CONCEDIDOS LONGO PRAZO - Dezembro 2014/Dezembro 2015				
Conta		31.12.2014	31.12.2015	Variação %
xxxxxxxxx - 121149904	AJUSTE PERDAS EMPREST/FINANC CONCEDIDOS – INTER ESTADOS	-	34.226.659.019,63	-
xxxxxxxxx - 121159904	AJUSTE DE PERDAS EMPRESTIMO/FINANC CONCEDIDOS – MUNICÍPIOS	-	55.179.046.051,94	-
TOTAL		-	89.405.705.071,57	

Fonte: COAFI/STN

A Lei Complementar nº 148/2014 prevê a alteração retroativa dos indexadores das dívidas de Estados e Municípios com a União, no âmbito da Lei no 9.496/97 e da MP no 2.185/01, de forma que o estoque de ativos gerido pela STN/COAFI sofrerá significativa redução. A baixa de estoques de ativos ocorrerá na medida em que os Estados e Municípios satisfizerem todas as condições e procedimentos apresentados no Decreto no 8.616/2015, que normatiza a referida Lei Complementar, e assinarem os respectivos aditivos contratuais.

Por não ser possível precisar o momento exato em que os aditivos serão assinados, o Grupo de Trabalho do Tesouro Nacional – GT-TN, constituído pela Portaria nº 389, de 27.07.2015, recomendou à COAFI/STN a constituição de provisão para a baixa de estoque, de acordo com o disposto na Nota Técnica-Conjunta Nº 23/2015/CCONF/CCONT/COAFI/STN/MF-DF, de 10.09.2015. Adicionalmente, a COAFI/STN elaborou a Nota Técnica Nº 1/2016/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 07.01.2016, na qual detalhou os lançamentos contábeis necessários, em linha com as recomendações do GT-TN e conforme orientações fornecidas pela CCONT/STN.

Neste sentido, foram efetuados lançamentos de provisão a crédito de duas contas (uma para Estados e outra para municípios) denominadas “Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Outros Ajustes de Perda em Empréstimos Concedidos” nos valores de R\$ 34,2 bilhões e R\$ 55,2 bilhões, respectivamente, em linha com o padrão do novo Plano de Contas – PCASP. Posteriormente, a CCONT/STN reclassificou os valores para contas retificadoras do Ativo Não Circulante, 121149904 (Estados) e 121159904 (Municípios), uma vez que constatou a impossibilidade de previsão exata da realização dessas baixas de ativos ao longo do exercício de 2016. Ademais, a redução será aplicada primeiramente sobre os estoques de principal e resíduo alocados no não circulante. Caso a redução para determinados Estados ou Municípios implique em cancelamento total de suas dívidas de longo prazo, então será aplicada a redução para seus respectivos estoques de curto prazo. As estimativas realizadas pela COAFI/STN foram feitas com base em informações financeiras fornecidas pelo agente financeiro – Banco do Brasil.

- Contabilidade Pública – Contabilidade da União

- Implantação do Programa PCASP

A Secretaria do Tesouro Nacional, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, continua o processo de reforma da contabilidade pública federal rumo à convergência da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais de comparabilidade das nossas demonstrações com as de outros países.

Os trabalhos desenvolvidos em 2014 foram cruciais para a exitosa implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público em janeiro de 2015 e um grande avanço para a Administração Pública Brasileira, pois representa uma ferramenta que corroborará para a consolidação das contas nacionais e também instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade. O Projeto PCASP teve seu desenvolvimento e implantação estruturados em três grandes módulos:

- (i) PCASP – implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público com enfoque para os registros das operações contábeis no Siafi Operacional;
- (ii) DCASP – implantação de novos demonstrativos contábeis, elaborados com base no novo Plano de Contas, e simultânea utilização de auditores contábeis e auditores de balanços; e
- (iii) TESOIRO GERENCIAL – com a geração de consultas gerenciais e de demonstrativos fiscais em plataforma Data Warehouse – DW.

A implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, das novas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP e o uso do Tesouro Gerencial

ocorreu em 1º de janeiro de 2015 e encontram-se em plena utilização no âmbito da União, conforme abaixo:

a) *DCASP* – As demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes saídas de informações geradas pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público, promovendo transparência dos resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial do setor público. A implantação de novas demonstrações contábeis também visam padronizar conceitos, regras e procedimentos permitindo a evidenciação e a consolidação das contas públicas, conforme dispõe o MCASP.

O uso de plataforma baixa para as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP favoreceu a alteração de regras e layouts, com vistas à padronização contábil e a melhoria do processo de consolidação das contas públicas.

b) *Tesouro Gerencial* – Essa ferramenta é utilizada para armazenar informações, de forma consolidada, e gerar informações estratégicas para a tomada de decisões, a partir de grandes volumes de dados coletados nos vários sistemas transacionais do Tesouro Nacional.

A implantação do Tesouro Gerencial em substituição ao SIAFI Gerencial tornou premente a necessidade de capacitar seus usuários para navegar com segurança pelo novo Sistema, conhecer suas funcionalidades, extrair dados, emitir relatórios e consultar documentos. Nesse sentido, e diante da forte demanda de diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, a CCONT estabeleceu uma programação de treinamentos que proporcionasse a máxima abrangência possível. Assim, adotou a estratégia de priorizar eventos abertos e disponibilizar na Internet materiais de apoio (apresentações PowerPoint, tutoriais e vídeos), no sítio www.tesouro.gov.br. Para tanto, e em parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF, promoveu um vasto cronograma de treinamentos realizados em várias regiões do país. Além desses, realizou também alguns eventos fechados para órgãos específicos, a exemplo do Quartel General do Exército, contemplado com treinamentos realizados em fevereiro e setembro.

O Tesouro Gerencial – TG utiliza uma plataforma tecnológica moderna e de alto desempenho, que permite processar os dados, em tempo mínimo de resposta, gerando também gráficos e painéis gerenciais para auxiliar as análises.

Além disso, foi integrado ao TG, num Ambiente Analítico exclusivo para a STN, as demais soluções de Inteligência de Negócio atualmente existentes, tais como o Sistema de Informações de Custos - SIC, o Pagamento Efetivo - PAGEF e os demonstrativos definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e pelo Manual de Estatísticas de Finanças Públicas – GFSM.

O TG abre um horizonte para construção de relatórios interativos com entrega programada, de painéis de atualização diária e automática e visualização por meio de dispositivos móveis, e simplificação da produção de séries históricas. É uma gama de possibilidades que se abre no universo de informações produzidas na administração pública federal.

O TG contemplará também o **Consultas Públicas**, por meio do qual serão disponibilizadas diversas consultas de interesse geral, com livre acesso via Internet. Tal módulo poderá ainda compor uma futura solução mais abrangente para ampliação da transparência das informações da STN para a sociedade.

- Registros Patrimoniais

Grandes avanços foram verificados nos registros contábeis do governo federal, mas destaca-se a publicação do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP (Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015), cujos prazos para implantação dos procedimentos contábeis desde a aplicação imediata até o ano de 2019.

Para o ano de 2015 os procedimentos patrimoniais com aplicação imediata para a União foram:

- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas;
- Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas;
- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura);
- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias;
- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.);
- Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis;
- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;
- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.

- Depreciação de bens imóveis de uso especial

A contabilização da depreciação dos bens imóveis encontra-se a cargo da Secretaria do Patrimônio da União. Considerando que a SPU está promovendo alterações sistêmicas no SPIUNet, o envio das informações referentes à depreciação dos bens imóveis de uso especial continuou ocorrendo por manuseio por envio de arquivo. A implantação do novo Sistema que substituirá o SPIUNet deverá estar preparado para o envio dessas informações de forma automática e on-line.

- Créditos Tributários a receber

Com o objetivo de atender aos Relatórios e Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União sobre as Contas do Governo da República, exercício de 2014, que recomenda a adoção de metodologia para mensuração do ajuste para perdas de créditos tributários a receber que melhor reflita a realidade de recebimento desses créditos, foi constituído um Grupo de Trabalho, por meio da Portaria GMF nº 571, de 20.07.2015. Esse Grupo, formado por integrantes da STN, SRFB, PGFN e SPOA, sob a coordenação da CCONT/STN, realizou suas análises a partir do conhecimento da realidade técnica e operacional do macroprocesso da gestão dos créditos tributários e da dívida ativa, de maneira a refletir nas demonstrações contábeis da União a adoção das normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público. Diante disso, constatou a necessidade de estabelecer recomendações referentes aos créditos tributários registrados na SRFB e aos créditos da dívida ativa registrados na PGFN.

- Créditos e Débitos do Tesouro Nacional

Com o intuito de formular propostas para o aprimoramento das rotinas e procedimentos internos voltados ao levantamento de direitos e obrigações da STN junto a instituições financeiras oficiais e fundos e proposição de encaminhamentos, foi instituído um grupo de Trabalho, por meio da Portaria STN nº 389, de 23.07.2015, que contou com a participação do Coordenador-Geral da CCONT. Em seus trabalhos, o GT averiguou diversas ações e programas sob responsabilidade ou coordenação da STN tratados por diferentes setores de forma isolada. Nesse contexto, realizou uma análise multifacetada e em conjunto, integrando as diversas áreas da STN. Foram identificados vários pontos para ajuste, o que levou as áreas envolvidas a compreenderem, entre outros aspectos, a necessidade de evidenciação do patrimônio de modo desvinculado do orçamento. A adoção das ações

propostas pelo GT poderão resultar no fortalecimento da Instituição, bem como gerar maior credibilidade e confiabilidade à gestão das contas públicas federais.

- Créditos Inscritos em Dívida Ativa no Banco Central do Brasil

Com vistas à manutenção da recomendação exarada por meio do Acórdão nº 1.388/2014-TCU/Plenário, item VI, foi efetuado registro dos créditos inscritos em dívida ativa no órgão 25201 – Banco Central do Brasil (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social):

O BCB efetuou os seguintes registros de AJUSTES DE DÍVIDA ATIVA, nas contas contábeis:

Quadro 4.13.6 – Ajustes da Dívida Ativa

Conta contábil	Valor
1.2.1.1.1.05.00– Dívida Ativa Não Tributária	34.138.721.867,90
1.2.1.1.1.99.00 – Ajuste para Perdas de Créditos a Longo Prazo	(-)34.138.721.867,90

Fonte: SIAFI

- Avaliação do Passivo Atuarial da União

Considerando a recomendação constante do Acórdão nº 2.461/20154-TCU/Plenário, o Ministério da Previdência Social encaminhou à STN as informações sobre os valores das provisões matemáticas previdenciárias apurados na avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores civis da União – RPPS, para compor o Balanço Geral da União – BGU/2015.

Em reconhecimento do passivo atuarial do RPPS e sua evidenciação no Balanço Patrimonial, o Ministério da Fazenda efetuou os registros na Unidade Gestora 170579 – STN – RPPS – Atuarial, nas contas do subgrupo 2.2.7.2.0.00.00 – Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, cujos valores encontram-se identificados a seguir:

Quadro 4.13.7 – Passivo Atuarial da União

2.2.7.2.0.00.00 PROVISÕES MATEMÁTICAS A LONGO PRAZO	1.243.685.997.472,07
2.2.7.2.1.00.00 PROVISÕES MATEMÁTICAS A LONGO PRAZ	1.243.685.997.472,07
2.2.7.2.1.03.00 PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROV DE BEN	557.547.172.333,31
2.2.7.2.1.03.01 APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENE	588.207.131.800,00
2.2.7.2.1.03.03 CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO P/ O PLAN	-24.314.613.791,99
2.2.7.2.1.03.04 CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA P/ O	-6.345.345.674,70
2.2.7.2.1.04.00 PLANO PREVIDENCIÁRIO-PROV DE BENEF	686.138.825.138,76
2.2.7.2.1.04.01 APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENE	1.062.874.093.240,88
2.2.7.2.1.04.02 CONTRIBUIÇÕES DO ENTE P/ O PLANO P	-221.914.711.155,73
2.2.7.2.1.04.03 CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO P/ O PLANO	-154.820.556.946,39

Fonte: SIAFI

Conforme informação do MPS, tais registros estão em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e com a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, e atendem à Portaria MPS nº 509, de 12.12.2013.

- Participação em Eventos

- Seminário Internacional de Contabilidade Pública

A STN/CCONT participou do Seminário Internacional de Contabilidade Pública na cidade Belo Horizonte- MG, no período de 25 a 27 de março de 2015, proferindo Palestra “A STN e a Avaliação do Processo de Convergência no Brasil”.

O objeto era dar conhecimento do atual estágio do processo de convergência no Brasil e também apresentar a experiências e desafios enfrentados pela STN na implantação do PCASP para intercâmbio de ideias principalmente aos profissionais de contabilidade que atuam na área pública brasileira e de outros países.

- Foro de Contadores Gubernamentales de América Latina (FOCAL)

A STN/CCONT participou do Foro de Contadores Governamentais de América Latina, na cidade de Cartagena de Índias - Colômbia, no período de 13 a 15 de julho de 2015, proferindo Palestra “*Implementación de las Normas Internacionales de Contabilidad del Sector Público y adopción por primera vez*”.

Como país-membro do Foro dos Contadores da América Latina, o Brasil, representado pela STN, participou do evento com o objetivo de fortalecer as instituições responsáveis pela contabilidade governamental, por meio do intercâmbio de ideias e experiências e também para apresentar o processo de implantação das normas internacionais de contabilidade.

- Primeiro Encontro com as Setoriais de Contabilidade sobre a Elaboração do BGU

A implantação, em 2015, do novo plano de contas e de novas demonstrações de acordo com Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público gerou a necessidade de revisão de muitos processos realizados ou controlados pelo Sistema de Contabilidade Federal. Tais alterações conduziram a STN, por intermédio da SUCON e da CCONT, a realizar maior gestão junto às entidades federais para aprimoramentos das práticas contábeis utilizadas na União. Nesse sentido, em 29.09.2015, a CCONT realizou o Primeiro Encontro com as Setoriais de Contabilidade sobre a Elaboração do BGU.

O evento, que teve a participação de 125 pessoas, objetivou o alinhamento técnico com as Setoriais de Contabilidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário durante todo o exercício, de forma a atender tempestivamente às determinações e recomendações do TCU. Para tanto, foram abordadas as seguintes temáticas: recomendações do TCU contidas no Relatório de 2013 e o Relatório Preliminar das Contas de Governo do exercício de 2014; conformidade contábil x auditores; balanço orçamentário; e revisão analítica.

A STN/CCONT tem a intenção de que eventos como estes ocorram com a periodicidade trimestral, a partir de 2016, visando atualizar órgãos da União com informações que ajudem a melhorar a execução orçamentária e financeira e o controle patrimonial, bem como, a elaboração e a análise das demonstrações contábeis. A ideia é estreitar a relação com as Setoriais Contábeis e subsidiar o processo de elaboração de notas explicativas, tanto no âmbito de órgão subordinados e superiores, quanto no âmbito do Balanço Geral da União.

- Encontro sobre Normas de Encerramento de 2015 e Abertura do Exercício de 2016

Com o objetivo de divulgar as orientações traçadas pelo Órgão Central de Contabilidade sobre os procedimentos contábeis a serem observados no processo de encerramento do exercício de 2015 e ainda, as ações necessárias para a abertura do exercício de 2016, a CCONT realizou, em 11.11.2015, o Encontro sobre Normas de Encerramento do Exercício de 2015 e Abertura do Exercício de 2016.

O evento, que é anual, faz parte de uma das diretrizes adotadas pela STN/SUCON/CCONT, que é prover as Unidades Setoriais de Contabilidade das orientações necessárias para a correta elaboração e análise das informações constantes das Demonstrações Contábeis que compõem o Balanço Geral da União – BGU, que representa uma das peças que compõem a Prestação de Contas do Presidente da República.

O Encontro, direcionado principalmente às Setoriais Contábeis dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contou com a participação de aproximadamente 500 pessoas e teve transmissão simultânea pela Internet, com mais de 300 acessos.

- Contabilidade Pública – Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação

- Coleta de Dados de Entes da Federação – SICONFI

Em 2015, a STN/CCONF seguiu com a implantação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, ferramenta destinada ao recebimento de informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais de todos os poderes públicos e esferas de governo. Esse sistema substituiu o antigo Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios – SISTN e propiciou à Federação um mecanismo mais acessível para a coleta de dados e mais transparente para a publicação e disponibilização dos relatórios fiscais e demonstrações contábeis.

A troca de informações por meio da linguagem XBRL (*eXtensible Business Reporting Language*), na qual se baseia o Siconfi, propicia a padronização, classificação e intercâmbio das informações coletadas. As estatísticas relacionadas ao sistema mostraram uma alta adesão dos entes à ferramenta com mais de 32.000 declarações homologadas em 2015, o que representou um aumento de 80% em relação a 2014. O atendimento efetuado por meio do canal “Fale Conosco” do Siconfi contribuiu de maneira extremamente relevante para que tal adesão fosse atingida, visto que, foram respondidas mais de 20.000 mensagens durante o ano, sendo a grande maioria respondida no mesmo dia.

Além de consolidar os objetivos alcançados, o projeto Siconfi deu início ao desenvolvimento da Matriz de Saldos Contábeis – MSC, uma iniciativa arrojada e inovadora que pretende revolucionar a prestação de contas e poderá fornecer informações com um grau de detalhe inédito no Brasil. Em 2016, a meta é finalizar o desenvolvimento da MSC e imediatamente dar início aos testes-piloto, caminhando assim em direção à geração automática das demonstrações contábeis e fiscais.

A MSC é uma estrutura padronizada de coleta de informações contábeis e fiscais dos entes da Federação para fins de consolidação das contas nacionais, da geração de estatísticas fiscais em conformidade com acordos internacionais firmados pelo Brasil, além da elaboração das declarações do setor público (Demonstrações Contábeis e Demonstrativos Fiscais). Essa estrutura reúne uma relação de contas contábeis e de informações complementares e será elaborada a partir do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP. Trata-se de um projeto pioneiro em termos internacionais, em que o principal objetivo da coleta de dados e informações é automatizar a elaboração das declarações por parte dos entes federados, facilitando o trabalho de preenchimento e envio de informações à Secretaria do Tesouro Nacional.

Além disso, a MSC visa melhorar a qualidade da informação pública disponível, uma vez que, por coletar a informação detalhada, permite a elaboração de análises mais eficazes e transparentes. Em 2015, a MSC entrou em consulta pública para auxiliar na elaboração e coleta de sugestões da Federação, intensificando a representatividade dos entes na definição do modelo. A consulta pública vem legitimar a MSC como instrumento de transparência de gestão fiscal de toda a Federação.

- Consolidação das Contas Públicas

Em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, no que se refere à consolidação das Contas Nacionais, foi apresentado o Balanço do Setor Público Nacional – BSPN, referente ao exercício financeiro de 2014. O BSPN é o documento oficial que apresenta a consolidação anual, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação, constituindo, ainda, importante instrumento de transparência da gestão fiscal. Como parte das ações estratégicas para posicionar o Brasil entre os países que apresentam estágio mais avançado de práticas contábeis, a edição do BSPN

publicada em 2015 traz, juntamente com demonstrativos e notas explicativas, a análise das demonstrações contábeis, com o intuito de fornecer ao usuário da informação contábil subsídios para avaliação das contas nacionais, tomada de decisões e contribuir para a *accountability*.

- Orientações Contábeis para a Federação

Além disso, normativos e orientações para o adequado registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Federação Brasileira, bem como para o fortalecimento da transparência da gestão fiscal foram aprimorados, mediante a publicação das Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC, com vistas a auxiliar os entes da federação na contabilização de temas relevantes, como consórcios e rendimentos de aplicações financeiras; e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, válido para 2016, com vistas à consolidação das contas públicas para a elaboração do Balanço do Setor Público Nacional – BSPN.

- Grupo de Trabalho do Tesouro Nacional – GT TN

Ainda tratando de orientações aos entes da Federação, foram publicadas notas técnicas de caráter elucidativo, dando transparência e fundamentando o tratamento de operações complexas, como a concessão de subvenções, o registro de programas de políticas públicas e de operações de reestruturação de dívidas de estados e municípios. Neste sentido, foram instituídos grupos de trabalho interno a fim de estudar e aperfeiçoar a contabilização de transações específicas em âmbito da União. Como resultado, foi publicado relatório final contendo notas técnicas conjuntas com diversas áreas da STN, refletindo adequadamente a situação patrimonial da União nas Demonstrações Contábeis e apoiando a STN/CCONT no processo de orientação às áreas responsáveis pelo registro destas operações.

- Convergência aos Padrões Contábeis Internacionais

No que diz respeito à consolidação das contas públicas, é importante destacar que o artigo 13 da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, foi regulamentado por meio da edição do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP. O referido plano dispõe sobre a adoção gradual dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP, os quais são estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBT TSP editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Os prazos estabelecidos no PIPCP consideraram as restrições operacionais e de recursos materiais e humanos dos diversos entes da federação, aos quais foi dado amplo acesso a opinar e contribuir diretamente para elaboração da minuta final do documento, por meio de consulta pública disponibilizada no site da STN. Após o período da consulta pública, as contribuições foram consolidadas na minuta do PIPCP, gerando o documento final que foi formalizado por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015.

- Orientações Contábeis e Fiscais no Âmbito da LRF

Neste ano, com a adoção do PCASP por todos os entes da Federação, consolidou-se o trabalho de identificação dos registros contábeis que representam as informações publicadas nos Demonstrativos Fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade fiscal – LRF e disciplinados no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF. Esse trabalho foi realizado com o objetivo de desenvolver a MSC no Siconfi e de aprimorar as orientações de elaboração dos demonstrativos dispostas no MDF, e contou com discussões realizadas nas reuniões do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios e Demonstrativos Fiscais – GTREL visando ao alinhamento de conceitos estabelecidos na LRF em relação à Dívida Consolidada Líquida, às Operações de Crédito, à Receita Corrente Líquida, dentre outros.

Também foi dado enfoque às discussões contábeis referentes ao registro dos Direitos Creditórios, da apropriação de recursos oriundos de depósitos judiciais e do tratamento contábil dado aos precatórios em regime especial. Tais ações foram realizadas em conjunto com o Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON e contaram com a participação de representantes da União, estados e municípios, além de representantes da academia, associações de classes e órgãos de controle, dentre outros.

- Representações Internacionais e Participações em Eventos

- IPSASB e Focal

Destaca-se também que a STN/CCONF representa o Brasil no *International Public Sector Accounting Standards Board* – IPSASB, comitê composto por 18 (dezoito) membros voluntários de todo o mundo e responsável pela elaboração das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS). As normas emitidas pelo IPSASB são observadas pelas entidades do setor público, incluindo os governos centrais, regionais e locais, dentre outros. Destaca-se que tal representação proporciona ao país não somente adoção das IPSAS, mas, sobretudo, a participação na elaboração destas instruções, além do direito a voz e voto no processo de convergência contábil internacional.

A STN também foi representada no II Foro de *Contadurías Gubernamentales* de América Latina – FOCAL. Tal fórum proporciona o compartilhamento de experiências, conhecimentos e boas práticas contábeis, com vistas ao fortalecimento da contabilidade pública dos países da América Latina.

- Treinamentos e Eventos em Âmbito Nacional

No que se refere ao apoio a Federação para o fortalecimento da gestão contábil e transparência da gestão fiscal, foram realizados eventos voltados à reciclagem, aperfeiçoamento e geração de conhecimentos relativos à Contabilidade Aplicada ao Setor Público e em Demonstrativos Fiscais no âmbito Estadual e Municipal, atingindo presencialmente 1959 pessoas, distribuídas nas seguintes oportunidades: 1) Grupos Técnicos de Padronização de Procedimentos Contábeis e de Padronização de Relatórios e Demonstrativos Fiscais com 661 participantes; 2) I Encontro de Gestores Públicos/CASP com 200 participantes; e 3) Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios – SECOFEM com 1298 participantes (I SECOFEM: BSB/DF, 211 participantes; II SECOFEM: Maceió/AL, 469 participantes; III SECOFEM: Rio de Janeiro/RJ, 361 participantes e IV SECOFEM: Cuiabá/MT, 257 participantes). Ademais foram realizados mais de 22.000 atendimentos via ouvidoria, sendo, em sua maioria, referentes ao Siconfi.

- Planejamento e Estatísticas Fiscais – Estudos Econômico-Fiscais

No que diz respeito às atividades desenvolvidas no âmbito de estudos, planejamento e estatísticas fiscais, podemos destacar em 2015 as atividades vinculadas a três grandes objetivos estratégicos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN:

- i) Implementação do planejamento integrado da política fiscal de curto, médio e longo prazos, com vistas a fomentar o desenvolvimento econômico – **Objetivo Estratégico 1;**
- ii) Contribuição para a sustentabilidade fiscal de Estados e Municípios – **Objetivo Estratégico 4;**
- iii) Fortalecimento da imagem, da credibilidade e da transparência do Tesouro Nacional – **Objetivo Estratégico 7;** e

iv) Garantir a eficiência e a efetividade das ações finalísticas do Tesouro Nacional por meio de políticas integradas de gestão institucional – **Objetivo Estratégico 8.**

a) Objetivo Estratégico 1: *Buscar o resultado fiscal sustentável e previsível, implementando um planejamento integrado da política fiscal de curto, médio e longo prazos, com vistas a fomentar o desenvolvimento econômico.*

Com o objetivo de “**Buscar o resultado fiscal sustentável e previsível, implementando um planejamento integrado da política fiscal de curto, médio e longo prazos**”, a STN tem contribuído para um sólido debate sobre a institucionalização de sistema de Monitoramento & Avaliação (M&A) de políticas públicas no governo federal, no âmbito da **Meta 1.6 – Definido o papel e a prioridade do TN na avaliação de Programas e Políticas Públicas do governo federal.** Nesse sentido, atuação de destaque tem se dado dentro do Ministério da Fazenda, com a proposição de minuta de decreto presidencial que formate um sistema permanente de M&A. A ideia subjacente é promover uma avaliação de políticas públicas, considerando aspectos de planejamento, orçamento, eficiência e aprimoramento dos programas. O objetivo é impulsionar a cultura de avaliação para qualidade do gasto público, que inclui, por exemplo, monitoramento e mensuração dos resultados e impactos das políticas públicas na economia.

Outro campo de atuação tem se dado no diálogo e proposição de texto normativo regulamentando a criação desse sistema no Governo Federal, e incentivando os demais entes a fazerem o mesmo, dentro do Projeto de Lei Complementar do Senado nº 229, de 2009, também conhecido como Projeto de Lei da Qualidade Fiscal. Com essas contribuições, a STN está legitimando a sua importância na articulação desse sistema no âmbito do Governo Federal.

Visando contribuir para a formulação da política fiscal do setor público consolidado, o Tesouro Nacional elaborou diagnóstico da situação fiscal consolidada dos Governos Regionais, através da **Meta 1.3 – O TN aperfeiçoou a política de financiamento de Estados e Municípios com relação a funding e impacto fiscal.** As principais conclusões do diagnóstico é de que a União deve repensar a concessão de garantias para os entes subnacionais, limitando a contratação de novas operações de crédito. Idealmente, a concessão de garantias deveria ser voltada para projetos prioritários de governo que gerem retornos para o país inteiro. Também é bom lembrar que a concessão de garantias expõe a União ao risco de crédito dos entes, que deve ser suportado por toda a sociedade brasileira.

b) Objetivo Estratégico 4: *Contribuir para a sustentabilidade fiscal de Estados e Municípios.*

Com foco na responsabilidade fiscal, através da **Meta 4.4 – Realizado acompanhamento periódico do resultado primário dos governos regionais visando a sustentabilidade fiscal do setor público,** o Tesouro Nacional identificou a possibilidade de limitar o volume de contratações de operações de crédito externo por Governos Regionais através da atuação da Comissão de Financiamento Externo (COFIEEX).

O decreto Nº 3.502/00, que dispõe sobre a reorganização da COFIEEX, em seu art. 7º estabelece que: “Por proposta do Secretário do Tesouro Nacional, a COFIEEX aprovará limite global consolidado para as operações com financiamento externo.” Para a definição do limite que será aplicado para os Governos Regionais (e suas empresas estatais), desenvolveu-se uma metodologia baseada no conceito de “espaço fiscal disponível” (diferença entre uma projeção de resultado primário e o resultado primário desejado, compatível com a solvência fiscal dos entes subnacionais), que foi apresentada na reunião de novembro de 2015 da COFIEEX.

A Comissão aceitou metodologia proposta, mas pediu que fosse criado um grupo técnico (GTEC Metodologia) para aprimorar alguns parâmetros utilizados. O GTEC foi criado em dezembro, e suas atividades continuarão no começo de 2016. Uma vez que o GTEC tenha terminado de refinar os parâmetros do modelo, o Tesouro Nacional calculará o limite, que será apresentado à COFIEEX para aprovação, como proposta do Secretário do Tesouro.

c) Objetivo Estratégico 7: Fortalecer a imagem, a credibilidade e a transparência do Tesouro Nacional.

Dentro desse objetivo, em setembro de 2015, a STN, em conjunto com o IBGE, divulgou o documento intitulado “**Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo**”, onde foram apresentados os resultados para os anos de 2010 a 2013 para o setor institucional governo geral, composto pelo governo central, estados e municípios. Esta publicação foi elaborada com o objetivo de fortalecer e aprimorar a metodologia de apuração de estatísticas de governo, conforme estabelecido no Planejamento Estratégico 2015, **Meta 7.4 – Produzidas e disseminadas, em 2015, estatísticas patrimoniais anuais de Governo Geral conciliadas com o Sistema de Contas Nacionais e aperfeiçoado processo de compilação de estatísticas de finanças públicas acima da linha trimestrais de Governo Geral (conceito caixa) conciliadas com a ótica abaixo da linha.**

As estatísticas apresentadas foram elaboradas de acordo com a metodologia definida pelo Manual de Estatísticas de Finanças Públicas (MEFP 2014), em inglês *Government Finance Statistics Manual* (GFSM 2014), elaborado pelo Departamento de Estatísticas do Fundo Monetário Internacional - FMI. A publicação foi fruto do trabalho conjunto entre STN e IBGE, iniciado em 2013, para avaliação e aprimoramento da metodologia de apuração das estatísticas fiscais. As considerações de natureza metodológica sobre os dois sistemas estatísticos destacam as similaridades entre ambos e as maneiras de reconciliação das diferenças, nos casos em que ocasionalmente existam, de modo a garantir a consistência dos dados macroeconômicos.

Visando a sustentabilidade fiscal do setor público, em 2015 foi dado prosseguimento aos trabalhos relativos ao Acordo de Cooperação Técnica entre a STN e o IPEA (Acordo de Cooperação Técnica STN/IPEA nº 17/2013) para aperfeiçoamento das estatísticas fiscais “acima da linha” de governos regionais com o objetivo de consolidar o processo de apuração do resultado primário no critério caixa, conforme o Manual de Estatísticas de Finanças Públicas 2014 (MEFP 2014) do Fundo Monetário Internacional (FMI). Foram aperfeiçoadas as metodologias de (i) extrapolação; (ii) desagregação temporal; e (iii) previsão contemporânea de dados. A base de dados foi estruturada e o relatório do trabalho está em processo de divulgação.

De acordo com a evolução do trabalho citado na **macroação 7.4.3 – Disponibilizar, para estudos internos, base de dados dos governos estaduais, de 2006 ao último mês de referência, estruturada a partir dos demonstrativos bimestrais do RREO**, a base de dados foi estruturada e encontra-se disponível para estudos internos, bem como para os trabalhos relativos à publicação de estatísticas de finanças públicas de Governo Geral.

d) Objetivo Estratégico 8: Garantir a eficiência e a efetividade das ações finalísticas do Tesouro Nacional por meio de políticas integradas de gestão institucional.

Em 2015, com o objetivo promover a educação fiscal junto à população brasileira, por meio da capacitação de professores de ensino médio, onde se objetiva a mudança de comportamento do cidadão e a prática efetiva da sua cidadania, a Secretaria do Tesouro Nacional elaborou em parceria com a ESAF, por meio do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, o curso de educação fiscal, estruturado em quatro módulos. Considera-se que os conhecimentos sobre a função social dos gastos públicos são fundamentais para o exercício da cidadania vinculada ao desenvolvimento econômico do Estado e a distribuição justa dos recursos públicos para todos.

Relativamente aos esforços de melhoria da qualidade do gasto público, o Tesouro Nacional divulgou em 2015 o livro "**Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência**", sobre técnicas de mensuração da eficiência e da qualidade do gasto público, com foco na capacitação de gestores públicos e estudantes universitários, buscando disseminar ferramentas, experiências internacionais e promover o debate sobre o tema. Em linha com esse movimento, foram realizados estudos sobre temas como gasto público em áreas finalísticas – Educação, Mercado de Trabalho e Programa Bolsa Família. Nesse contexto, foram elaborados boletins de avaliação de

políticas públicas com foco na avaliação de programas públicos, buscando contribuir para o equilíbrio fiscal de médio prazo.

Ademais, foram desenvolvidos estudos com proposta de avaliação dos fatores determinantes da eficiência de municípios que estão na fronteira de produção do setor educação. Tais pesquisas têm o papel de identificar tanto as melhores práticas como os problemas na estrutura fiscal, fornecer elementos úteis à gestão das políticas públicas e gerir riscos ao equilíbrio fiscal.

No âmbito do programa de seminários em 2015, destaca-se que a STN contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para a realização do **Ciclo de Debates de Finanças Públicas**. Os Seminários de Política Fiscal visam desenvolver a capacidade técnica dos servidores da Secretaria do Tesouro Nacional, permitindo o acesso a informações, novas teorias e técnicas utilizadas na fronteira do conhecimento, passíveis de serem aplicadas à administração das finanças públicas. Assim, com o apoio de especialistas, foram realizados, em 2015, pesquisas e seminários com foco em temas relacionados à **Política Fiscal e Qualidade do Gasto Público**.

Ainda como forma de promover o debate sobre temas de interesse da Secretaria, estimulando a produção e a disseminação do conhecimento científico do corpo funcional, a STN vem consolidando o processo administrativo de seleção e avaliação dos artigos submetidos à **Série de Textos para Discussão**. Em 2015, seis textos foram aprovados para publicação (em breve, estarão disponíveis para consulta na internet do Tesouro Nacional) e mais seis novos artigos foram submetidos à Série e encontram-se em fase de avaliação por Pareceristas.

- Planejamento e Estatísticas Fiscais – Fundo Soberano do Brasil

Para o exercício de 2015, a STN/COFSB teve participação em dois dos objetivos estratégicos definidos pela STN: o objetivo 1 “buscar o resultado fiscal sustentável e previsível, implementando um planejamento integrado da política fiscal de curto, médio e longo prazos, com vistas a fomentar o desenvolvimento econômico” e o objetivo 3 “acompanhar, avaliar e mitigar os riscos fiscais e regulatórios dos ativos e passivos no Tesouro Nacional, de forma integrada e com vistas a aumentar a efetividade da política fiscal”.

No contexto do Objetivo Estratégico nº 1, a STN/COFSB ficou responsável pelas duas metas institucionais abaixo relacionadas:

Meta 1.1: Elaborar o Planejamento anual da política fiscal para o horizonte de cinco anos; e

Meta 1.4: Formalizar o Comitê de Política Fiscal e iniciar seu funcionamento.

Já no contexto do Objetivo Estratégico nº 3, a STN/COFSB ficou responsável pelas seguintes metas institucionais, abaixo relacionadas:

Meta 3.3: Consolidar o papel do FSB no âmbito do Governo Federal;

Meta 3.4: Consolidar o papel estratégico do Fundo Social, no âmbito do Governo Federal, com orientação prévia do Ministro da Fazenda; e

Meta 3.5: Instituir processo de trabalho integrado relacionado ao mapeamento, mensuração, monitoramento e mitigação de riscos fiscais do setor público.

- Estratégias de atuação

Meta 1.1: Para o atingimento da meta 1.1, foram definidas as seguintes macroações:

1.1.1 Elaborar o Mapa de Planejamento Fiscal de receitas e despesas do Setor Público para os próximos 5 anos.

1.1.2 Definir estrutura de governança e consolidar no âmbito da STN os aspectos institucionais do planejamento fiscal de médio e longo prazo do Setor Público.

1.1.3 Submeter ao Secretário do Tesouro Nacional proposta de aperfeiçoamento do Anexo de Metas Fiscais para PLDO 2017.

1.1.4 Realizar ações institucionais de estruturação do Planejamento Fiscal e dos processos de trabalho.

1.1.5 Estruturar análises de cenários de Política Fiscal e implicações macroeconômicas de medidas fiscais.

A macroação **1.1.1** foi realizada por meio da elaboração do PEF 2015-2019, documento construído com a contribuição de diversas áreas da STN afetas ao tema do planejamento fiscal, que tem como principal objetivo ancorar expectativas dos agentes econômicos, e evidenciar a preocupação da STN com o planejamento fiscal de médio e longo prazos.

A macroação **1.1.2** foi atingida por meio da instituição, pela Portaria STN nº 508, de 15 de setembro de 2015, do Comitê de Política Fiscal (COPOF) e pela elaboração do Plano Estratégico Fiscal (PEF) 2015 – 2019. A Nota Técnica nº 16/2015/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF detalha as características do COPOF e do PEF e explicita a relação deles com a macroação 1.1.2.

A macroação **1.1.3** foi realizada por meio da Nota Técnica nº 19/2015/COFSB/STN/SUPEF/MF-DF, que apresentou ao Secretário do Tesouro Nacional uma série de propostas com o objetivo de aperfeiçoar o Anexo de Metas Fiscais do PLDO – AMF. Dentre as propostas, destacam-se a sugestão de que a versão inicial do documento seja realizada pela STN e posteriormente encaminhada ao MPOG e a sugestão de que no AMF sejam definidas premissas e objetivos claros para a política econômica nacional, não apenas no que diz respeito ao curto prazo, mas também ao médio e longo prazos.

O tratamento dado à macroação **1.1.4** encontra-se detalhado na Nota Técnica nº 14/2015/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF, que aponta as medidas tomadas para o seu cumprimento, como por exemplo a necessidade de se trazer para a norma legal e/ou infra legal (Regimento Interno) dispositivos específicos que estabeleçam formalmente e regulamentem a participação efetiva da STN nos processos de Planejamento Fiscal de médio e longo prazos e da Gestão Integrada de Riscos Fiscais.

Por fim, a macroação **1.1.5** foi cumprida por meio de três estratégias: (i) a elaboração de documentos (Memoriais de Política Fiscal) preparados com a contribuição de de outras Coordenações-Gerais da STN com atribuições relacionadas aos processos de planejamento e execução da Política Fiscal e que apresentaram diagnósticos, perspectivas e propostas para o panorama fiscal brasileiro, (ii) a criação de modelos quantitativos para previsão de receitas e monitoramento de ciclos econômicos, e (iii) a proposta de criação de um núcleo de estudos sobre assuntos previdenciários, com intuito de analisar a trajetória dos déficits da previdência e propor medidas para correção. Essas medidas estão detalhadas na Nota Técnica 18/2015/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF.

Meta 1.4: No caso da meta 1.4, foram definidas as macroações abaixo:

1.4.1 Criar o COPOF (Comitê de Política Fiscal) e iniciar suas atividades.

1.4.2 Elaborar e aprovar o Regimento Interno e o Plano de Trabalho 2015/2016 do Comitê de Política Fiscal.

1.4.3 Elaborar e instituir estrutura institucional que defina os processos de trabalho e a inter-relação entre o Comitê de Programação Financeira e o Comitê de Política Fiscal.

A macroação **1.4.1** foi cumprida por meio da publicação da Portaria STN nº 508, de 15 de setembro de 2015, que criou o COPOF, e da realização de sua primeira reunião em 22 de outubro de 2015.

A macroação **1.4.2** foi cumprida por meio da aprovação do Regimento Interno do COPOF e do seu Plano de Trabalho para 2015/2016, na segunda reunião daquele colegiado, realizada em 14 de dezembro de 2015.

A aprovação do Regimento Interno do COPOF também tornou possível a conclusão da macroação **1.4.3**, pois nele foi detalhada a sua estrutura e processos de trabalho, e foi determinada a necessidade de coordenação dos trabalhos do COPOF e do Comitê de Programação Financeira (CPF).

Meta 3.3: Com relação à meta 3.3, foi definida a seguinte macroação:

3.3.1 Estruturar a atuação do FSB no framework fiscal dado seu papel estratégico como instrumento auxiliar de política econômica.

A materialização da macroação está detalhada em Nota Técnica nº 2/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF, de 22 de janeiro de 2016 desta Coordenação, que concluiu que o FSB possui relevantes funções estratégicas como instrumento de política econômica anticíclica a ser inserido num apropriado *framework* com regras fiscais bem estruturadas.

No entanto, dado o contexto atual de política fiscal e as necessidades de reequilíbrio fiscal das finanças públicas, a citada nota orienta a necessidade de efetuar o resgate total das disponibilidades do FSB à Conta Única do Tesouro em consonância com as suas funções precípuas. A nota propõe ainda como redirecionamento estratégico que o FSB permaneça inativo até que as condições fiscais e macroeconômicas do país permitam a sua reativação e/ou as novas diretrizes de política econômica reavaliem o seu papel estratégico no arranjo de política fiscal desejado.

Meta 3.4: Para esta meta, não houve definição de macroações para seu cumprimento.

Para esta meta, não houve definição de macroações específicas para seu cumprimento, sendo o tópico sobre o papel estratégico do Fundo Social discutido em conjunto com o Fundo Soberano do Brasil no âmbito de Nota Técnica emitida por esta Coordenação. A nota destaca a necessidade de regulamentação do Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social – CGFFS para operacionalização do fundo em conformidade com os ditames da Lei nº 12.351/2010. Faz parte do escopo da nota a importante rediscussão estratégica do Fundo Social no atual contexto fiscal doméstico e de conjuntura dos preços do petróleo no mercado mundial.

Meta 3.5: Para esta meta foram estabelecidas as seguintes macroações:

3.5.1. Elaborar e submeter ao Secretário do Tesouro Nacional proposta de aperfeiçoamento do Anexo de Riscos Fiscais do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017.

3.5.2. Consolidar, no âmbito da STN, os processos de trabalho e a estrutura de governança relativa à gestão de riscos fiscais do setor público.

3.5.3. Elaborar o Mapa de Riscos Fiscais, Passivos Contingentes e Passivos Diferidos da União.

3.5.4. Elaborar e submeter ao Secretário do Tesouro Nacional primeira versão do Mapa de Riscos Fiscais do Setor Público.

3.5.5. Consolidar a estruturação institucional da COFSB no que diz respeito aos processos de mapeamento, mensuração, monitoramento e mitigação de riscos fiscais do Setor Público.

Com relação à macroação **3.5.1**, foi feito estudo do tema “riscos fiscais” abordando, inclusive, avaliação das melhores práticas internacionais. Após análise detalhada do Anexo de Riscos Fiscais da LDO 2015, propostas de aperfeiçoamento foram elaboradas, as quais constam da Nota Técnica nº 15/2015/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF, de 09/11/2015.

Neste sentido, a partir do estudo feito do Anexo de Riscos Fiscais da LDO 2015, realizado sob a ótica do conteúdo e estrutura ideais para esse importante instrumento de transparência fiscal, e considerados os elementos relevantes trazidos da experiência internacional e da literatura especializada sobre o tema, foram apresentadas propostas de aperfeiçoamento. São elas: a modificação da estrutura de classificação de riscos fiscais contida na introdução do anexo de riscos fiscais, o refinamento e padronização de metodologias de mensuração de riscos fiscais, ampliação do

horizonte de avaliação de riscos fiscais e do universo de riscos mapeados, avaliação dos riscos fiscais provenientes da ação do Banco Central, inclusão de ações de mitigação de riscos fiscais, a incorporação ao anexo de riscos fiscais e recente revisão dos critérios de contabilização de direitos e obrigações da União no contexto da convergência da contabilidade pública brasileira às normas contábeis internacionais.

O estudo concluiu que, apesar dos avanços alcançados com o advento da LRF, o arcabouço fiscal brasileiro permanece carente de uma sistemática de planejamento fiscal de médio e longo prazo e de gerenciamento de riscos fiscais condizentes com as melhores práticas internacionais. Diante de tal constatação e do atual contexto macroeconômico e fiscal, demanda-se melhoria da transparência e previsibilidade das ações governamentais. E é neste contexto que se insere a meta de aperfeiçoamento do anexo de riscos fiscais da LDO.

No caso da macroação 3.5.2, a Nota Técnica nº 14/2015/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF aponta as medidas tomadas para seu atingimento. Por exemplo, é identificada a “necessidade de se trazer para a norma legal e/ou infra legal (Regimento Interno) dispositivos específicos que estabeleçam formalmente e regulamentem a participação efetiva da STN nos processos de Planejamento Fiscal de médio e longo prazos e da Gestão Integrada de Riscos Fiscais. Neste sentido, e também com o objetivo claro de fortalecer a governança da STN, na formulação e condução da política fiscal, foram criadas estruturas auxiliares de governança, representadas por comitês multidisciplinares voltados a deliberações e orientações afetas à programação financeira de curto prazo, o que inclui as discussões sobre os decretos bimestrais, bem como sobre temas relevantes de impacto no médio prazo, com enfoque especial para as discussões anuais sobre PLDO e PLOA, e também no longo prazo”. São eles: Comitê de Programação Financeira (CPF), Comitê de Política Fiscal (COPOF), Comitê de Análise de Garantias (CG).

A Nota Técnica nº 22/2015/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF trata da implementação das macroações 3.5.3 e 3.5.4. O desenvolvimento de um mapa analítico de riscos fiscais emerge como proposta inicial do corpo técnico da COFSB, bem como o aprimoramento do arcabouço fiscal brasileiro no que tange à gestão de riscos fiscais. Por meio da Portaria STN nº 389, foi criado um Grupo de Trabalho com o objetivo de formular propostas para o aprimoramento de rotinas e procedimentos internos voltados ao levantamento de direitos e obrigações administradas pelo Tesouro junto a instituições financeiras e fundos, posteriormente ampliada para todos os ativos e passivos da União sob a responsabilidade da STN. Num primeiro momento, foram identificadas pouco mais de 50 fontes de riscos fiscais, além da incorporação das recomendações de aperfeiçoamentos constantes na já mencionada Nota Técnica nº 15/2015/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF. Para efeitos de mitigação dos riscos fiscais mapeados, foram indicadas as ações mais pertinentes para tal função, de acordo com a natureza intrínseca de cada risco. Foi utilizada estimativa ou análise de sensibilidade conforme literatura especializada. A íntegra do mapa de riscos fiscais pode ser visualizada no anexo da Nota Técnica nº 22/2015/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF.

Por fim, a macroação 3.5.5 teve seu cumprimento descrito na Nota Técnica nº 23/2015/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF. Novamente a literatura norteou a adoção das medidas vistas como necessárias à implementação da macroação em destaque. A já referida Portaria STN nº 389 trata da ampliação do escopo do trabalho de mapeamento de todos os direitos e obrigações da União sob responsabilidade da STN. Na referida nota técnica, há o detalhamento das premissas e metodologias utilizadas na gestão de riscos fiscais.

- Dívida Pública

Na gestão de obrigações, para cada objetivo estratégico foram definidas metas que refletissem os esforços do Tesouro Nacional em buscar uma gestão eficiente da Dívida Pública Federal, tendo por referência o objetivo maior de minimizar seu custo de longo prazo, concomitante com a manutenção de seus riscos em níveis prudentes. Em 2015, as atividades foram guiadas pelas metas listadas a seguir:

a) Objetivo Estratégico: Promover a efetividade na alocação dos recursos da União, implementando políticas integradas de investimento público, financiamento e garantias, e estimular a participação do investimento privado.

Meta: Implantada política de concessão de garantias e aceite de contragarantias oferecidas, contemplando o aprimoramento da governança do processo.

No intuito de aperfeiçoar o processo de concessão de garantias, a Secretaria do Tesouro Nacional-STN instituiu em dezembro de 2015, por meio da Portaria nº 763, de 21/12/2015, o Comitê de Análise de Garantias cujo objetivo é promover a realização planejada e transparente da política de concessão de garantias pela União.

A criação deste Comitê visa, a partir da estruturação de procedimentos, minimizar a subjetividade, ampliando a relevância das decisões balizadas em aspectos técnicos. Ainda que a discricionariedade necessária ao processo seja preservada, a institucionalização trará maior previsibilidade e celeridade às concessões de garantias da União, além de mitigar riscos relacionados.

Encontra-se em elaboração, o Regimento Interno do Comitê de Análise de Garantias que regulamentará, entre as áreas internas da STN, as atribuições e suas responsabilidades.

b) Objetivo Estratégico: Acompanhar, avaliar e mitigar os riscos fiscais e regulatórios dos ativos e passivos no Tesouro Nacional, de forma integrada e com vistas a aumentar a efetividade da política fiscal.

Meta: Mapa Integrado de ativos e passivos do TN elaborado.

Tendo como finalidade acompanhar e mitigar os riscos fiscais e regulatórios no Tesouro Nacional, foi estabelecida uma meta de consolidação de informações sobre os ativos e passivos do Governo Federal, que constitua instrumento gerencial de referência para análises de riscos e oportunidades, bem como permita identificar ações para otimizar o Balanço da União.

Foi feito o levantamento dos ativos e passivos do Governo Federal e apresentada proposta de um novo modelo de Mapa Integrado de Ativos e Passivos – MAPA, representando o primeiro estágio na direção de uma Gestão Integrada de Ativos e Passivos (uma visão mais conceitual). Além disso, com essa primeira versão foram propostas ações para otimização de balanço. Uma das vantagens de sua análise é a possibilidade de trazer uma visão econômica do Balanço da União. Com isso, pode-se ter uma idéia ampla dos haveres e obrigações, e ao mesmo tempo obter relações mais analíticas para que oportunidades sejam identificadas e riscos mitigados.

Os próximos passos serão a agregação de mais dados, como prazos e indexadores dos ativos e passivos, para que se avance no caminho de uma gestão mais eficiente.

Meta: Processos de gestão da dívida pública consolidados no Sistema Integrado da Dívida.

No contexto do aprimoramento da gestão moderna e eficaz da Dívida Pública Federal – DPF, insere-se a continuidade do processo de desenvolvimento e implantação do Sistema Integrado da Dívida - SID que se destina a reunir, em uma única base de dados, as dívidas contratuais e mobiliárias, internas e externas, possibilitando integrar o ciclo completo das principais atividades relacionadas à administração da Dívida. O Sistema, concebido de forma modular com interface web e banco de dados relacional, elimina redundâncias de cálculos, simplifica a extração de dados e a geração de informações consolidadas, contribuindo para reduzir riscos operacionais.

Os principais avanços obtidos foram:

- Projeto integração DIVEX – permitiu a sincronização de contratos da Dívida Pública Federal entre o SID e o SIAFI Operacional, com a utilização de dados cadastrais em rotinas no SIAFI, tais como número da obrigação, do Índice de Operações de Crédito – IDOC, dentre outros;

- Projeto CCM – Custo Médio de Emissão - viabilizou a utilização de uma nova metodologia para cálculo do custo médio de emissão dos títulos públicos;
- Projeto Novo TDA – simplificou os processos de codificação, registro e controle dos Títulos da Dívida Agrária – TDA;
- Performance – houve ganho de *performance* nas rotinas de cálculo de estoque e de maturação;
- Implantação do módulo de controle de processo – permitiu o monitoramento, por parte do usuário, de ações em processamento, tempo de progresso, fila e prioridade de execução, conforme precedência negocial;
- Inserção de dados – foi concluída a inserção no SID de todos os dados da Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi, inclusive TDA e, também, a conciliação com as centrais de custódia (SELIC, CETIP) e com o sistema Dívida Pública Interna – DPI; e
- Integração SID/SEORFI – possibilitou a transferência, via integração de sistemas, de informações referentes a operações e registros de controle da DPF.

Em junho/2015, foi atingida a meta de inserção e homologação no SID de todos os dados da DPMFi. Em seguida, para viabilizar comparações de resultados, iniciou-se o processamento em paralelo no SID e no DPI de operações, tais como: maturação, estoque, pagamentos, emissões e resgates, dentre outros. O propósito foi assegurar a estabilidade e confiabilidade do SID para posterior desligamento do Sistema DPI. A partir de dezembro de 2015, todas as informações financeiras e estatísticas relativas à DPF passaram a ser extraídas do SID.

A integração do SID com o Sistema de Execução Orçamentária e Financeira – SEORFI foi concluída em 31/12/2015 e consistiu na criação de diversas *views* no SID para leitura do interbanco de dados pelo SEORFI. O SEORFI busca, diretamente da base de dados do SID, as informações referentes a eventos de pagamentos, emissões, leilões, maturação, transferência de carteira, alteração contábil de curto para longo prazo, apropriação de juros, variação cambial da dívida externa contratual e mobiliária, conciliação de estoques da dívida pública (interna e externa).

O projeto de geração automática de documentos no SIAFI, a partir de eventos contábeis registrados no SEORFI (integração SEORFI/SIAFI), e o projeto de geração de estatísticas da DPF pelo SID sofreram atraso em seus cronogramas, devido a cortes orçamentários e movimento grevista dos servidores do SERPRO. A data para conclusão do módulo de geração de estatísticas da DPF foi revista e está programada para 30 de junho de 2016.

O projeto de integração SEORFI/SIAFI mantém-se em andamento e sua continuidade está sob a responsabilidade do SERPRO.

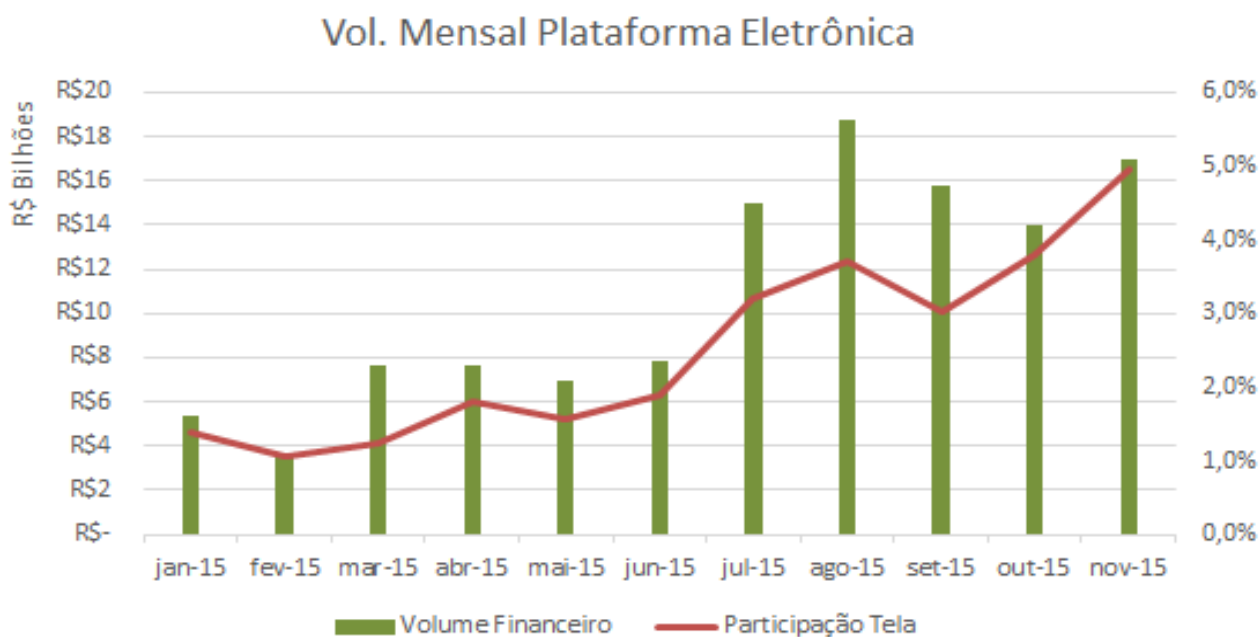
O planejamento do projeto de assunção da evolução tecnológica do SEORFI pelo SERPRO iniciou em janeiro de 2016 e sua conclusão está prevista para dezembro de 2017.

Meta: Liquidez dos títulos públicos elevada por meio do aperfeiçoamento do mercado secundário.

Em fevereiro de 2015, entrou em vigor a Portaria STN nº 74 que aprimorou o sistema de *Dealers* do Tesouro Nacional, ao priorizar o mercado primário e secundário de títulos públicos e buscar a criação de liquidez em sistemas eletrônicos de negociação. Esta norma resultou em maior competição entre os bancos que negociam títulos públicos e não apenas operações compromissadas. Deste modo, essas instituições perceberam o valor de participar do sistema de *Dealers* e se mostraram mais atuantes no mercado secundário.

O crescimento da parcela desse mercado operada em sistema eletrônico saltou de uma média de 1,4% do volume negociado total no mês anterior à alteração da norma, para 3,2%, no último mês do 1º semestre da nova regra. Em novembro, no 2º período de avaliação com essa nova regra, a participação dos sistemas eletrônicos chegou a 5,0%. Esse crescimento amplia a transparência do mercado de títulos públicos e representa uma convergência aos padrões internacionais.

Gráfico 4.13.1 – Volume Mensal – Plataforma Eletrônica



Fonte: STN/SUDIP

O Tesouro Nacional também deu continuidade ao projeto de lançamento de ETF de Renda Fixa vinculado a índices de títulos públicos prefixados ou corrigidos por índices de preços. Estão em andamento a normatização do decreto e do processo seletivo para a contratação do Gestor de Fundo de Índice que contará com o apoio do Tesouro Nacional, bem como o detalhamento da aplicação das normas tributárias do ETF por portaria do Ministério da Fazenda.

Meta: Distorções tributárias e regulatórias entre títulos públicos e outros ativos de renda fixa reduzidas.

Dada a multiplicidade de alíquotas em vigor para os diversos instrumentos financeiros e a necessidade de reduzir os desequilíbrios existentes, foi encaminhada ao Congresso Nacional nova proposta tributária por meio de emenda a MP 694, a entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017. A proposta deverá ser analisada por uma comissão mista em fevereiro de 2016, e, se aprovada, seguirá para votação na Câmara dos Deputados e no Senado.

A proposta tem como objetivo reduzir as distorções tributárias entre os instrumentos de captação de recursos disponíveis, de forma a garantir que a decisão de investimento pelas pessoas físicas residentes se dê pela adequação do produto ao perfil do investidor e não por eventual vantagem fiscal, compatibilizando assim o retorno esperado ao efetivo risco incorrido.

A proposta busca ainda restringir o benefício tributário àqueles instrumentos de dívida mais adequados à gestão integrada de ativos e passivos de seus emissores, tanto em termos de prazo como de indexador. Além disso, o projeto apresentado tem o intuito de elevar a arrecadação de impostos, alinhando a tributação dos instrumentos de renda fixa ao cenário atual de política de ajuste fiscal.

Meta: Base de investidores cadastrados no Tesouro Direto ampliada.

O Programa Tesouro Direto apresentou uma série de aprimoramentos no ano de 2015, aliado ao alcance de recordes em vários indicadores: volume de vendas brutas e líquidas, quantidade de novos investidores com posição e cadastrados e número de operações de vendas. Esse sucesso foi resultado de um conjunto de novidades introduzidas no Programa em março de 2015 e marcaram a concretização da terceira fase do Projeto de Reavaliação e Reformulação do Tesouro Direto, iniciado em 2013.

Entre as principais novidades destacam-se: novos nomes dos títulos; Orientador Financeiro – espécie de gerente virtual; novo ambiente de transações; introdução do Tesouro Prefixado de longo prazo no rol das opções de investimento; reformulação do *site* com uma linguagem mais amigável ao investidor; implantação da liquidez diária; reformulação do Programa de Incentivos da BM&FBOVESPA junto às instituições financeiras; atualização da identidade visual do Tesouro Direto.

Em 2015, mais 170.232 pessoas se cadastraram no Tesouro Direto, elevando para 624.358 o número total de investidores cadastrados, valor 37,4% superior ao total acumulado no final de 2014. O número de investidores com posição no Programa aumentou 1717% em 2015, alcançando 13.263 investidores em dezembro.

Meta: Análise de sustentabilidade das dívidas bruta e líquida do setor público realizada regularmente, incluindo análise de sensibilidade e de estresse.

O objetivo desta meta era aperfeiçoar o modelo de projeções de indicadores de dívida, especificamente a Dívida Líquida do Setor Público – DLSP e a Dívida Bruta do Governo Geral – DBGC. O horizonte de projeções foi ampliado para 10 anos, foram incluídas análises dos fatores de variação dos indicadores de endividamento e incluídas análises de sensibilidade e estresse às principais variáveis do modelo.

Como resultado, foi elaborado um informe de projeções de indicadores de dívida. O informe é divulgado regularmente e apresenta análises de risco da DBGC e DLSP, com base nas informações de risco fiscais e diferentes cenários macroeconômicos. As projeções e análises também são utilizadas para subsidiar discussões de política fiscal do âmbito do COPOF – Comitê de Política Fiscal.

c) Objetivo Estratégico: Contribuir para a sustentabilidade fiscal dos Estados e Municípios.

Meta: Diferencial entre custos dos títulos públicos e das dívidas garantidas pela União reduzido.

Em geral, os modelos de financiamento atualmente praticados pelos estados, DF ou municípios, consistem em uma contratação de recursos junto a instituições financeiras, contando com a Garantia da União e Contragarantia por parte do devedor.

Entretanto, ocorre que a maior parte dos empréstimos que contam com a garantia da União possui um custo superior ao custo de captação da República (títulos emitidos nos mercados interno e externo), apesar de terem, em teoria, o mesmo risco de crédito. Assim, não obstante os empréstimos sejam garantidos pelo Tesouro Nacional, o que faria com que a referência de “devedor” deixasse de ser vinculada ao estado/município e passasse a ser “Governo Federal”, as operações de crédito não se tornam, no geral, substancialmente mais baratas para os entes.

Nesse contexto, foram mapeados os fatores que, a princípio, justificariam, por parte dos credores e dos investidores, o diferencial de custos (*spread*) mencionado e, para tanto, as instituições financeiras foram abordadas para que os componentes do referido *spread* fossem esclarecidos.

O levantamento realizado indica que, para precificarem os empréstimos em questão, os bancos adicionam um prêmio sobre o custo de captação soberano, levando em conta não somente a possibilidade de securitizarem as operações em mercado, mas também os seguintes fatores: liquidez e estrutura, formato do Contrato de Garantia e particularidades dos *Request for Proposals (RfP's)* dos estados.

Assim, é atribuído uma maior taxa pelo fato de as operações securitizadas apresentarem menor liquidez do que os títulos da República nos mercados secundários, além de ser precificada também a estrutura necessária para transformar um empréstimo em uma nota que possa ser vendida a mercado, diferentemente de um título soberano que já se constitui inicialmente nesse formato. No caso em que as operações não são repassadas a investidores em mercado, as instituições financeiras adicionam um componente de preço pelo carregamento das operações em seus respectivos balanços.

Já no formato do Contrato de Garantia, do ponto de vista do credor e dos investidores, existem incertezas com relação à sua execução, o que resulta em dificuldades para associar o “devedor” ao “Governo Federal”. Para diminuir os riscos de execução da Garantia, as instituições financeiras exigem que a União renuncie ao Benefício de Ordem fundamentado em previsão legal. Algumas instituições apontaram, também, que a ausência de uma cláusula de previsão de *Cross Default* com a curva soberana no Contrato de Garantia torna as operações de empréstimo mais caras.

Finalmente, as solicitações de propostas dos estados (RfP’s) muitas vezes não refletem as práticas e os padrões de mercado, encarecendo, assim, o custo final da operação. Entre os principais pontos dos documentos, está a necessidade de uma garantia firme por parte dos bancos (*Firm Commitment*), que permanecem expostos às variações de mercado no período entre a precificação e a aprovação da operação. Além disso, existe a previsão de solidariedade na garantia firme de emissão entre os bancos coordenadores, bem como para contratação de prestadores de serviços.

Assim, este mapeamento identificou os fatores que têm justificado o diferencial de custo entre estados/municípios e o custo de captação da República, e, conseqüentemente, aponta questões a serem estudadas e endereçadas, para que se alcance a efetiva redução do diferencial entre custos dos títulos públicos e das dívidas garantidas pela União. Portanto, as conclusões deste estudo servirão de subsídio fundamental para os trabalhos pertinentes à sustentabilidade fiscal destes entes que serão realizados a partir de 2016.

d) Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar o processo de programação orçamentária e financeira visando a maior eficiência na administração de caixa da União

Meta: Aprimorado mecanismo para reduzir a exposição cambial dos recursos de caixa destinados à Dívida Pública.

Ao longo de 2015, CODIV e CODIP promoveram reuniões internas visando uma maior integração entre as duas coordenações sobre as operações de recompra da Dívida Mobiliária Externa (*buyback*) e de compra e alocação de moeda estrangeira. Foram realizadas também, reuniões externas com o Banco Central e o Banco do Brasil, relacionadas diretamente a estes processos. Procedimentos foram criados, acordados e distribuídos entre essas coordenações, buscando o aumento de eficiência e a redução dos riscos operacionais, dentre eles:

- Foi realizado levantamento de toda legislação pertinente às operações de compra e contratação de câmbio e operações de *buyback*;
- Com relação à alocação de moeda estrangeira entre os pagamentos de liquidação futura e de *buybacks*, foram levantadas as regras e prioridades envolvidas no processo, resultando na inclusão no SEORFI da funcionalidade que possibilitou a alocação automática de moeda nos pagamentos, sem a perda da flexibilidade necessária para o operador;
- Quanto às operações de recompra (*buyback*), foram realizadas reuniões entre CODIV e CODIP para mapeamento de melhorias, acerto de ações necessárias, definição de regras e de horários dos procedimentos;
- Para fins de registro dos termos acordados e de disseminação das regras, as coordenações elaboraram manual conjunto, descrevendo os padrões adotados e dirimindo questões acerca de pontos específicos de interesse das duas áreas;
- No âmbito do relacionamento entre a STN e o Banco do Brasil, foi promovida reunião com a equipe da Gerência de Comércio Exterior – GECEX, devido à transferência da infraestrutura dessa área do Banco para Curitiba/PR. Na ocasião, foram tratados os procedimentos a serem observados nas operações com a STN, definida a estrutura de atendimento do Tesouro Nacional, os prazos e os planos de contingência;
- A respeito da sistemática de compra e registro de moeda estrangeira pelo Tesouro Nacional, foram iniciadas as tratativas com o Banco Central que terão continuidade no ano de 2016; e

- Em relação ao processo de unificação dos ROF's – Registro de Operações Financeiras, 44% já foram unificados pelo Banco do Brasil e os demais estão previstos para o próximo exercício.

As ações desenvolvidas resultaram no aumento de eficiência, na redução dos riscos operacionais e no desenvolvimento de novas funcionalidades. Com base nos termos acordados e na disseminação das regras dos procedimentos, as coordenações elaboraram manual conjunto, descrevendo os padrões adotados e dirimindo questões acerca de pontos específicos, cujo processo de aprimoramento deverá ser contínuo.

Em 2015, foi elaborada e enviada proposta orçamentária da Dívida Pública Federal (interna e externa), para o exercício de 2016, com respectivos anexos, dentro dos prazos estabelecidos, de forma a integrar o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA.

No decorrer do exercício de 2015, foi feito o acompanhamento da execução orçamentária, o que demandou a solicitação de diversos créditos adicionais e a formalização de utilização do superávit financeiro de 2014 junto à SPOA.

A eficiência na gestão da Dívida Pública tem permitido a redução do risco orçamentário. Devido à maior integração das áreas envolvidas na elaboração da proposta orçamentária e a melhor qualidade dos dados, verifica-se uma redução da variação percentual entre o valor executado e o valor orçado, observada uma margem de segurança prudencial. Além disso, observa-se também a aderência da peça orçamentária às diretrizes do Plano Anual de Financiamento da Dívida – PAF, permitindo clareza e facilidade de acompanhamento da proposta e da execução orçamentária por parte dos órgãos de controle, pelo Poder Legislativo, imprensa especializada e a sociedade civil em geral.

Foi também realizado o monitoramento dos pagamentos da dívida externa relativos a compromissos decorrentes de empréstimos garantidos pela União, evitando a inadimplência, que resulta na aplicação de sanções financeiras por parte dos credores, e na elevação do custo Brasil. Com o Banco Mundial, há a obtenção de desconto na taxa de juros e na taxa de comissão de compromisso para mutuários que não registram atrasos superiores a 30 dias. Por parte do BID, há a possibilidade de isenção da taxa FIV – Fundo de Inspeção e Vigilância, além de se evitar a aplicação de sanções, como a suspensão de desembolsos dos contratos em vigor. No caso dos demais credores, evita-se a aplicação de juros de mora e declaração de inadimplência por parte da União, na qualidade de garantidora.

O pontual acompanhamento da liquidação de todos os compromissos decorrentes de empréstimos com a garantia da União no exercício de 2015 evitou a ocorrência de atrasos superiores a 30 dias, não havendo necessidade do Tesouro Nacional, na qualidade de garantidor, honrar qualquer compromisso.

- Demonstrativo de Garantias e Contragarantias da União**

- *Contratação Direta (Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens)*

A União contratou, durante o exercício de 2015, operações de crédito externo no valor total de US\$ 245,3 milhões e SEK 39,9 bilhões (Coroa Sueca), firmado com o Swedish Export Credit Corporation – AB SEK (AB SVENSK EXPORTKREDIT).

Quadro 4.13.8 – Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens – 2015			
Credor	Data de Assinatura	Projetos / Programas	Valor correspondente em (US\$)
Swedish Export Credit Corporation AB SEK (AB SVENSK EXPORTKREDIT)	25/08/2015	Programa Aeronave de Combate F-X2	4.722.766.460,71

Swedish Export Credit Corporation AB USD (AB SVENSK EXPORTKREDIT)	25/08/2015	Programa Aeronave de Combate F- X2	245.325.000,00
TOTAL			4.968.091.460,71

Fonte: Relação de Contratos da PGFN /COF em 31.12.2015

As doações recebidas no ano de 2015 foram:

Quadro 4.13.9 – Doações – 2015			
Credor	Data de Assinatura	Projetos / Programas	Valor (US\$)
BID	17/09/2015	Convênio de Cooperação Técnica não-reembolsável nº ATN/SX-14218-BR – Implantar o Inventário Florestal Nacional no Bioma Cerrado	16.450.000,00
TOTAL			16.450.000,00

Fonte: STN/CODIV

A evolução das contratações de operações de crédito externo firmadas pela União de 2004 até 2015, separadas entre financiamento de projetos e doações é a seguinte:

Quadro 4.13.10 – Operações de Crédito Externo – 2004 a 2015												
	US\$ Milhões											
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Financiamento de Projetos	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732,00	5,00	3.125,08	1.315,00	415,40	93,10	18,00	32,05	4.968,10
Doações	1,39	8,76	11,56	0,44	3,44	0,38	0,00	1,27	0,45	0,00	0,00	16,45
TOTAL	1.190,97	2.355,76	1.310,38	732,44	8,44	3.125,46	1.315,00	416,67	93,55	18,00	32,05	4.984,55

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31.12.2015

- *Concessão de Garantias*

1. Concessão de Garantias Externas

No ano de 2015, foram concedidas garantias externas no montante de US\$ 225,00 milhões, destinados aos estados, municípios e entidades controladas, junto a organismos multilaterais e instituições financeiras.

Quadro 4.13.11 – Concessão de Garantias Externas – 2004 a 2015							
	US\$ Milhões						
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004 a 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
GARANTIAS CONCEDIDAS	12.496,23	7.401,63	2.188,93	11.266,72	6.297,71	4.432,59	225,00
- GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	3.078,47	1.060,00	673,66	-	-	-	-
- GARANTIAS A ESTADOS, MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONTROLADAS	9.417,76	6.341,63	1.515,27	11.266,72	6.297,71	4.432,59	225,00

Fonte: STN/CODIV

A discriminação individualizada dos contratos de garantias externas formalizados pela União no ano de 2015, com os respectivos mutuários, incluindo o valor contratado e a descrição de cada projeto é a seguinte:

Quadro 4.13.12 – Contratos de Dívida Externa Assinados em 2015 com Garantia da União						US\$ Milhões
Contrato	Mutuário	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado	Descrição	
BIRD 8353-BR	Governo do Estado do ES	28/09/2015	USD	225.000.000,00	Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem do Espírito Santo	

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31.12.2015.

2. Concessão de Garantias Internas

Quanto às garantias e contra garantias internas, foram concedidas (formalizadas) no ano de 2015, o montante de R\$ 6.850,33 milhões, sendo que, desse valor, 8,3% foram destinados a estados, 7,0% a municípios e 84,7% a entidades controladas.

Quadro 4.13.13 – Concessão de Garantias Internas – 2015		R\$
Milhões		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO	2015	
GARANTIAS CONCEDIDAS	6.850,33	
- GARANTIAS A ESTADOS	567,79	
- GARANTIAS A MUNICÍPIOS	482,54	
- GARANTIAS A ENTIDADES CONTROLADAS	5.800,00	

Fonte: STN/CODIV

Quadro 4.13.14 – Contratos de Dívida Interna Assinados em 2015 com Garantia da União					
Contrato de Garantia	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R\$)	Descrição
001 PGFN-CAF	Governo do Distrito Federal - DF	30/01/2015	BB	500.000.000,00	Contrato de Financiamento - Lei Distrital nº 5.391/2014
003 PGFN-CAF	Governo do Distrito Federal - DF	30/01/2015	BB	67.786.728,82	Contrato de Financiamento - Lei Distrital nº 5.001/2012 e 5.282/2013
005 PGFN-CAF	Município de Mauá - SP	30/01/2015	CAIXA	482.540.014,92	Contrato de Confissão e Reneg. de Dívida - Lei Municipal nº 4.880/2013
010 PGFN-CAF	ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A	17/07/2015	CAIXA	3.800.000.000,00	Aquisição de equipamentos importados e pagamento de serviços internacionais para a Usina Termonuclear Angra 3
016 PGFN-CAF	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	29/12/2015	BNDES	2.000.000.000,00	Financiamento de Projetos de Inovação Tecnológica - Resolução CMN 4300/2013; Lei 12.096/2009
TOTAL				6.850.326.743,74	

Fonte: STN/CODIV. Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31.12.2015.

Quadro 4.13.15 – Concessão de Contragarantias Internas – 2015					
Contrato de Contra garantia	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R\$)	Descrição
002 PGFN-CAF	Governo do Distrito Federal - DF	30/01/2015	BB e BRB	500.000.000,00	Contrato de Vinculação de Receitas e Cessão de Crédito em Contra garantia
004 PGFN-CAF	Governo do Distrito Federal - DF	30/01/2015	BB e BRB	67.786.728,82	Contrato de Vinculação de Receitas e Cessão de Crédito em Contra garantia
006 PGFN-CAF	Município de Mauá - SP	30/01/2015	BB	482.540.014,92	Contrato de Vinculação de Receitas e Cessão de Crédito em Contra garantia
009 PGFN-CAF	ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A	13/07/2015	CAIXA	3.800.000.000,00	Contrato de Penhor em Contra garantia
TOTAL				4.850.326.743,74	

Fonte: STN/CODIV. Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31.12.2015.

3. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias

Os quadros a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional no ano de 2015, e as respectivas contra garantias vinculadas, assim agrupadas:

- Operações Externas; e
- Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em:
 - a) Fiança ou aval em operações de crédito; e
 - b) Outras Garantias nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

São registradas garantias concedidas por fundos ou outras entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação – FGE, o Seguro de Crédito à Exportação – IRB, o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade – FGPC, o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - Funproger e o Excedente Único de Riscos Extraordinários – EURE/IRB.

Os saldos das Garantias e das Contra garantias a seguir relacionadas se encontram na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente. Para maiores informações e esclarecimentos a respeito do seu conteúdo, sugerimos a consulta ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015, disponível no seguinte endereço:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoes-de-credito-contratacao-direta-e-concessao-de-garantias>

Quadro 4.13.16 – Saldo Devedor das Garantias Concedidas

R\$ 1,00

Posição: 31/12/2015

Externa	110.609.454.703,35
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	110.609.454.703,35
Agências Governamentais	6.988.611.923,83
Banco Federal	456.062.481,11
Empresas Privatizadas	2.048.224,36
Estados e Municípios e Entidades Controladas	6.120.740.608,57
Estatais Federais	409.760.609,79
Bancos Privados	7.839.082.826,24
Banco Federal	357.010.285,60
Estados e Municípios e Entidades Controladas	7.443.024.540,64
Estatais Federais	39.048.000,00
Organismos Multilaterais	95.781.759.953,28
Banco Federal	15.729.851.857,40
Estados e Municípios e Entidades Controladas	78.671.696.035,79
Estatais Federais	1.380.212.060,09
Interna	194.878.972.142,84
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	120.622.062.707,75
Banco Federal	111.360.409.614,21
Banco Federal	7.467.368.877,20
Estados e Municípios e Entidades Controladas	86.121.306.262,65
Estatais Federais	17.771.734.474,36
Bancos Privados	1.201.639.525,30
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.201.639.525,30
Fundos Credores	8.060.013.568,24
Banco Federal	8.060.013.568,24
Outras Garantias nos Termos da LRF	74.256.909.435,09
Exportadores	46.466.238.210,11
Estatais Federais	1.142.135.334,94
Fundos Devedores	45.324.102.875,17
Fundos Credores	23.550.327.080,18
Estatais Federais	4.424.990.407,91
Fundos Devedores	56.532.316,08
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	18.274.232.615,00
Seguros Garantias	794.571.741,19

Outros Países	4.240.344.144,80
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)	4.240.344.144,80
Total geral	305.488.426.846,19

Fonte: STN/CODIV

Quadro 4.13.17 – Saldo das Contragarantias Recebidas

R\$ 1,00

Posição: 31/12/2015

Externa	98.748.873.213,23
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	98.748.873.213,23
Agências Governamentais	6.602.451.683,61
Banco Federal	69.902.240,89
Empresas Privatizadas	2.048.224,36
Estados e Municípios e Entidades Controladas	6.120.740.608,57
Estatais Federais	409.760.609,79
Bancos Privados	7.638.264.540,64
Banco Federal	156.192.000,00
Estados e Municípios e Entidades Controladas	7.443.024.540,64
Estatais Federais	39.048.000,00
Organismos Multilaterais	84.508.156.988,98
Banco Federal	4.456.248.893,10
Estados e Municípios e Entidades Controladas	78.671.696.035,79
Estatais Federais	1.380.212.060,09
Interna	135.892.430.882,35
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	112.562.049.139,51
Banco Federal	111.360.409.614,21
Banco Federal	7.467.368.877,20
Estados e Municípios e Entidades Controladas	86.121.306.262,65
Estatais Federais	17.771.734.474,36
Bancos Privados	1.201.639.525,30
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.201.639.525,30
Outras Garantias nos Termos da LRF	23.330.381.742,84
Fundos Credores	19.090.037.598,04
Fundos Devedores	21.233.241,85
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	18.274.232.615,00
Seguros Garantias	794.571.741,19
Outros Países	4.240.344.144,80
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)	4.240.344.144,80
Total Geral	234.641.304.095,58

Fonte: STN/CODIV

4. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Em 2015, não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta, tendo em vista o controle e acompanhamento das operações, intervenções junto aos devedores pela Secretaria do Tesouro Nacional, monitorando os eventuais atrasos, estabelecendo prazos para regularização das pendências e alertando para as sanções, penalidades e consequências previstas nos contratos e na legislação pertinente.

Quadro 4.13.18 - Evolução das Garantias Honradas pela União – 2004 a 2015			
Mutuário	US\$ milhões		
	Garantias Honradas pela União		Evolução (%)
	2004	2005 a 2015	2004/2015
Administração Estadual	11,86	-	-

- Adm Est. Direta	2,25	-	-
- Adm Est. Indireta	9,61	-	-
Administração Municipal	-	-	-
Administração Federal Indireta	-	-	-
Total	11,86	-	-

Fonte: STN/CODIV

- Política Fiscal – Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público

A STN/COAPI tem como função institucional a análise dos investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de investimento direto, parceria público-privada (PPP) e concessão tradicional, em especial nos processos referentes às etapas de seleção, implementação, monitoramento e avaliação de projetos.

Em 2015, a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da COAPI, acompanhou a execução dos principais investimentos do Governo Federal na área de infraestrutura, com foco na programação orçamentária e financeira. Nesse sentido, destaca-se o monitoramento das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC executadas com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, que totalizaram R\$ 47,3 bilhões no exercício de 2015, contabilizado neste valor o pagamento do crédito extraordinário de R\$ 8,989 bilhões oriundo da Medida Provisória nº 702, de 2014, relativo às obrigações junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em decorrência do Programa Minha Casa, Minha Vida. Os principais setores em 2015 foram o Programa Minha Casa Minha Vida, com pagamento de R\$ 11,72 bilhões (descontado o pagamento do crédito extraordinário citado), e o Ministério dos Transportes, com desembolso de R\$ 8,8 bilhões.

Em relação ao ano de 2014, o PAC teve um decréscimo de 18,1%, uma vez que as despesas inicialmente previstas para o programa foram objeto de limitação de empenho e pagamento, processo necessário para a implementação do ajuste fiscal.

A STN continuou a acompanhar as receitas e despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e propôs medidas para redução de despesas, adotadas em parte por meio da Lei 13.134/2015, nos dois principais programas do fundo: Abono Salarial e Seguro Desemprego, e medidas relacionadas ao seguro ao pescador artesanal. Também se avançou no monitoramento das políticas públicas relativas aos segmentos de educação, saúde, previdência e outros, visando otimizar a alocação de recursos.

- Política Fiscal – Programação Financeira

A Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, organizou sob a forma de sistemas as atividades de planejamento e de orçamento federal, de administração financeira federal, de contabilidade federal e de controle interno do Poder Executivo Federal.

O Sistema de Administração Financeira Federal visa o equilíbrio financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas, e compreendem as atividades de programação financeira da União, de administração de direitos e haveres, garantias e obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional e de orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira.

As atividades de programação financeira compreendem a formulação de diretrizes para descentralização de recursos financeiros aos órgãos setoriais de programação financeira e destes para as unidades gestoras a eles vinculadas/subordinadas e a gestão da Conta Única do Tesouro Nacional, objetivando o equilíbrio financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas.

A orientação técnico-normativa visa à eficiência e eficácia da gestão da execução orçamentária e financeira.

Integram o Sistema de Administração Financeira Federal:

- como órgão central, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; e
- como órgãos setoriais, as unidades de programação financeira dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.

Nesse contexto, a STN, para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), que dispõe sobre o estabelecimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, juntamente com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), subsidiou a edição do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira do Poder Executivo Federal.

O exercício financeiro de 2015 iniciou-se sem a publicação da Lei Orçamentária Anual, o que só ocorreu no mês de abril. Essa situação atípica foi prevista pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015), que em seu Art. 53 estabeleceu que se o Projeto de Lei Orçamentária de 2015 não fosse sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2014, a programação dele constante poderia ser executada para o atendimento de algumas despesas nele elencadas.

Com base nesse dispositivo legal, editaram-se o Decreto nº 8.389, de 07 de janeiro de 2015, o Decreto nº 8.412, de 26 de fevereiro de 2015, e o Decreto nº 8.434, de 22 de abril de 2015, que dispuseram sobre o empenho de despesas pelos órgãos do Poder Executivo federal e o de pagamento até a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Dessa forma, após a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, a STN, juntamente com a SOF, atuou com vistas à edição do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, em atendimento aos artigos 8º e 9º da LRF, que definiu as regras para a execução das despesas, bem como estabeleceu a respectiva programação orçamentária e financeira do exercício. Ao longo do exercício de 2015, em face de reavaliações bimestrais de receitas e despesas, o Decreto nº 8.456/2015 foi alterado pelos decretos abaixo relacionados:

- Decreto nº 8.496, de 30 de julho de 2015;
- Decreto nº 8.532, de 30 de setembro de 2015;
- Decreto nº 8.580, de 27 de novembro de 2015; e
- Decreto nº 8.581, de 03 de dezembro de 2015.

As principais características do decreto de programação orçamentária e financeira foram as seguintes:

- a)** a necessidade de garantir o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias que determinou o nível de execução das despesas de custeio e investimento dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da Lei Orçamentária Anual;
- b)** os valores globais autorizados para empenho das despesas de custeio e investimento corresponderam ao Anexo I do Decreto nº 8.456/2015. Já os autorizados para pagamento corresponderam aos Anexos II e III do Decreto nº 8.456/2015;
- c)** os valores autorizados para empenho e pagamento englobaram as fontes de recursos do Tesouro Nacional e próprias dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal;
- d)** os valores estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.456/2015 foram detalhados pela Portaria MPOG nº 168, de 22 de maio de 2015, alterado pela Portaria MPOG nº 12, de 3 de agosto de 2015;
- e)** os valores estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 8.456/2015 foram detalhados pela Portaria MF nº 340, de 3 de junho de 2015, alterado pela Portaria MF nº 642, de 11 de agosto de 2015;
- f)** as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram incluídas nos Anexos I e II do Decreto nº 8.456/2015, com R\$ 39.290.605 mil e R\$ 40.491.611 mil, respectivamente; e
- g)** as ações decorrentes de emendas individuais (com marcação de resultado primário 6) também foram incluídas no valor de R\$ 4.933.090 mil.

Ao longo do exercício de 2015, foram efetuados vários remanejamentos nos valores disponibilizados para movimentação e empenho e várias ampliações e remanejamentos nos valores disponibilizados para pagamento. Essas alterações foram efetivadas com o intuito de evitar prejuízos ao desenvolvimento das ações prioritárias do Governo e atender as necessidades e peculiaridades de cada órgão sem, contudo, comprometer as metas fiscais e limites anuais estabelecidos. Para esse fim, foram editados decretos, portarias interministeriais e portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É importante destacar que em 27 de outubro de 2015, diante de um cenário econômico desafiador para as contas públicas, os Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão encaminharam ao relator do PLN nº 5/2015 proposta de alteração do Projeto de Lei que alterava a LDO-2015 no sentido de reduzir a meta de resultado primário. Para o Governo Central, a proposta fixava um déficit de R\$ 51.824 milhões e a dedução dessa meta dos montantes relativos a pagamentos de passivos junto ao FGTS e valores devidos ao BNDES, Banco do Brasil e Caixa nela apresentados.

Em 20 de novembro de 2015, foi realizada a última reavaliação de receitas e despesas do exercício de 2015, que diante de nova revisão das receitas e despesas primárias, houve uma redução de R\$ 57,7 bilhões na estimativa de resultado primário frente à avaliação do 4º Bimestre de 2015, e com isso projetou-se um déficit de R\$ 51,8 bilhões para o resultado primário do Governo Central em 2015, em consonância com a proposta de alteração do PLN nº 5/2015 enviada em 27/10/2015.

Historicamente, os Relatórios de Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas Primárias são elaborados de uma forma prospectiva, inclusive considerando as alterações legislativas que possam afetar as receitas, as despesas e a meta de resultado primário a ser alcançada em cada ano.

Entretanto, o Tribunal de Contas da União (TCU), no pronunciamento prolatado no Parecer Prévio das Contas referentes ao exercício de 2014 – PCPR (TC nº. 005.335/2015-9, Acórdão do Plenário do TCU nº. 2.461, de 7 de outubro de 2015) avaliou como inadequado, para efeitos de contingenciamento, levar em consideração eventuais propostas legislativas de alteração das leis de diretrizes orçamentárias em tramitação, com vistas à modificação das metas de resultado primário, o que só ocorreu em 3 de dezembro de 2015, por meio do Lei nº 13.199/2015.

Tendo em vista a projeção de déficit de R\$ 51,8 bilhões para o resultado primário do Governo Central em 2015, conforme cita o relatório bimestral supracitado de 20/11/2015, para o alcance da meta de superávit de R\$ 55,3 bilhões, a necessidade de contingenciamento de despesas discricionárias seria da ordem de R\$ 107,1 bilhões.

Ocorre que o contingenciamento dessa magnitude nas despesas discricionárias do Poder Executivo naquele momento não era factível levando-se em conta o montante de despesas orçamentárias já executadas. O montante de contingenciamento disponível das despesas do Poder Executivo, exceto emendas, era de R\$ 10,7 bilhões que, se efetivado, significaria o bloqueio total de todas as demais despesas discricionárias do Poder Executivo, levando a graves consequências para a sociedade, com a interrupção da prestação de importantes serviços públicos e da execução de investimentos necessários à manutenção da infraestrutura do País e à retomada do crescimento econômico.

Diante desse cenário, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 8.580, de 27 de novembro de 2015, no qual operacionalizou o contingenciamento provisório de R\$ 11,2 bilhões nas despesas dos órgãos do Poder Executivo, dispondo no parágrafo único de seu art. 1º que nos casos em que os limites estabelecidos no Anexo II fossem insuficientes para o pagamento de despesas obrigatórias sujeitas à programação financeira de que trata o Anexo VII do Decreto nº 8.456, de 2015, os órgãos deveriam solicitar justificadamente ao Ministério da Fazenda a necessidade de limites adicionais com vistas ao pagamento dessas obrigações.

Entretanto, com a publicação da Lei nº 13.199, de 3 de dezembro de 2015, que alterou a Lei nº 13.080/2015 – LDO 2015, ficou estabelecido que a meta fiscal para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social poderia ser deficitária em R\$ 51.824 milhões. Além disso, ficou autorizado o

abatimento dessa meta fiscal nos montantes definidos conforme dispositivo da Lei nº 13.199/2015, abaixo transcrito:

“Art. 2º ...

§ 4º A meta de superávit primário mencionada no caput considera a receita de concessões e permissões relativas aos leilões das Usinas Hidroelétricas - UHEs não renovadas estimadas em R\$ 11.050.000.000,00 (onze bilhões e cinquenta milhões de reais).

§ 5º A meta de resultado primário prevista no caput poderá ser reduzida nas seguintes hipóteses:

I - frustração da receita estimada no § 4º, no montante correspondente; e

II - pagamento, em 2015, até o montante de R\$ 57.013.000.000,00 (cinquenta e sete bilhões e treze milhões de reais), referente a passivos e valores devidos:

a) ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, em razão do que estabelece a Lei Complementar no 110/2001, limitado a R\$ 10.990.000.000,00 (dez bilhões, novecentos e noventa milhões de reais);

b) ao FGTS nos termos do que dispõe o art. 82-A da Lei nº 11.977/2009, limitado a R\$ 9.747.000.000,00 (nove bilhões, setecentos e quarenta e sete milhões de reais);

c) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES a título de equalização de taxa de juros de que trata a Lei nº 12.096/2009, apurados até o final do primeiro trimestre de 2014, correspondente aos períodos anteriores ao segundo trimestre de 2014, limitado a R\$ 22.438.000.000,00 (vinte e dois bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões de reais);

d) ao Banco do Brasil relativos aos itens “Tesouro Nacional - Equalização de Taxas - Safra Agrícola” e “Título e Créditos a Receber - Tesouro Nacional”, exclusive os valores devidos referentes ao segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015, limitado a R\$ 12.329.000.000,00 (doze bilhões, trezentos e vinte e nove milhões de reais); e

e) à Caixa Econômica Federal a título de remuneração bancária de serviços prestados, limitado a R\$ 1.509.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e nove milhões de reais).”

Diante disso, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 8.581, de 3 de dezembro de 2015, recompondo os limites dos órgãos em consonância com o 5º relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas de 20/11/2015.

Outro fato relevante a se destacar foi a criação, por meio da Portaria STN nº 212, de 29 de abril de 2015, do Comitê de Programação Financeira – CPF. O comitê tem por objetivos assegurar a realização planejada e transparente da programação e da execução financeira do Governo Central, com vistas ao cumprimento das metas fiscais estabelecidas; prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o cumprimento da meta fiscal estabelecida nas Leis de Diretrizes Orçamentárias; e institucionalizar atividades e rotinas, de modo a contribuir para a governança e a conformidade da instituição.

Em relação à execução financeira, cabe lembrar que a STN é responsável pelo acompanhamento, análise e programação das liberações de recursos financeiros aos órgãos setoriais, bem como pela execução destas liberações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Assim, cabe à STN, no que se refere à liberação de recursos para despesas de custeio e investimento, tendo por base os valores autorizados pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, acompanhar o pagamento efetivo dos órgãos do Poder Executivo. Cabe registrar que tais

atividades foram tempestivamente desempenhadas no decorrer do exercício de 2015, em observância às normas aplicáveis à matéria.

Em cumprimento aos dispositivos constitucionais e legais, a STN realizou as liberações de recursos para as transferências aos entes federados. Dentre as principais Transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, destacam-se o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), os Royalties da exploração e produção de petróleo e gás natural, a Participação Especial na exploração e produção de petróleo e gás natural, as compensações financeiras pela exploração de Recursos Minerais e as Compensações Financeiras pela utilização de recursos hídricos.

A STN monitorou as movimentações financeiras realizadas na Conta Única do Tesouro Nacional por meio do Sistema de Transferência de Reservas (STR) e analisou os pedidos de abertura de contas correntes dos órgãos federais no País e no exterior.

A STN coordenou a abertura e a manutenção das Contas Especiais, em moeda estrangeira, do Tesouro Nacional decorrentes de operações de crédito externo e contribuições financeiras não-reembolsáveis firmadas entre a União e organismos internacionais, organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras, nas instituições federais autorizadas.

Ainda por intermédio da STN/COFIN, a Secretaria atendeu a diversas demandas encaminhadas pelos órgãos públicos e cidadãos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados, dentre os quais listamos o FALE CONOSCO, COMPROTDOC e Caixas Institucionais das Gerências da COFIN e do Gabinete da Coordenação-Geral de Programação Financeira.

5. GOVERNANÇA

5.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A Secretaria do Tesouro Nacional está dotada de estruturas de gestão com comitês internos que dão suporte à tomada de decisão com a participação dos seus servidores. Estão em funcionamento onze comitês, a saber:

1. **O Comitê de Capacitação** do Tesouro foi criado pela Portaria STN nº 430, de 17/07/2009. É composto pelos subsecretários, o coordenador-geral da CODIN, o chefe de gabinete e um representante dos servidores e seu respectivo suplente, escolhidos em eleição específica para esta finalidade. Compete ao Comitê de Capacitação propor ao Secretário do Tesouro:
 - diretrizes gerais sobre as atividades de capacitação;
 - autorização aos candidatos indicados para participar nos cursos de pós-graduação;
 - concessão de autorização aos candidatos indicados para participar nos eventos de capacitação no exterior com duração superior a 30 dias; e
 - áreas de estudo de interesse estratégico para o Tesouro Nacional, até o fim de cada exercício para o ano subsequente, com vistas à autorização da participação dos servidores em eventos de capacitação nas modalidades de pós-graduação *stricto sensu*.
2. **O Comitê de Cessão** foi criado pela Portaria STN nº 118, de 01/03/2007, alterada pela Portaria nº 379, de 07/06/2011. Atualmente, é composto pelo secretário-adjunto, pelos subsecretários, pelo chefe de gabinete do secretário, pelo coordenador-geral da CODIN e por dois representantes dos servidores e seus respectivos suplentes, escolhidos em eleição específica para essa finalidade. O Comitê reúne-se por convocação de seu presidente (subsecretário de assuntos corporativos), para deliberação sobre os pedidos de requisição, cessão, de exercício em outros órgãos do Ministério da Fazenda, de exercício em áreas de programação financeira e contábil dos ministérios civis, de afastamento superior a seis meses, bem como as respectivas prorrogações e outros assuntos correlatos. Toda e qualquer movimentação de servidor entre órgãos ou entidades depende de prévia anuência do Comitê de Cessão.
3. **O Comitê de Ética** do Tesouro Nacional foi criado pela Portaria STN nº 602, de 05/09/2005, revogada pela Portaria STN nº 27, de 18/01/2008, com a missão de zelar pela divulgação e cumprimento do Código de Ética e de Padrões de Conduta Profissional dos Servidores da Secretaria do Tesouro Nacional, orientando sobre a prática ética no compromisso com o serviço público e avaliando eventuais desvios dos servidores do Tesouro. A imagem da instituição é construída a partir da conduta de cada um de seus agentes públicos, servindo os preceitos explicitados por meio de código de ética como instrumento de proteção à entidade e, principalmente, a seu corpo funcional.
4. **O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações** foi criado pela Portaria STN nº 65 de 07/02/2014. É composto por um representante de cada subsecretaria que compõe a estrutura organizacional da STN e seus respectivos suplentes, o coordenador-geral da COGER, tendo como suplente seu coordenador de suporte. A subsecretaria de assuntos corporativos (SUCOP) será representada pelos coordenadores-gerais da COSIS e da CODIN, tendo como suplentes seus respectivos coordenadores de suporte. Compete ao Comitê de Segurança da Informação e Comunicações da Secretaria do Tesouro Nacional as seguintes responsabilidades:
 - assessorar a STN na implementação e aperfeiçoamento das ações de segurança da informação e comunicações;

- constituir grupos de trabalho para tratar de temas, propor e implantar soluções específicas sobre segurança da informação e comunicações; e
- propor normas e procedimentos internos relativos à segurança da informação e comunicações, em conformidade com as legislações existentes sobre o tema.

5. O **Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação** da Secretaria do Tesouro Nacional foi criado pela Portaria STN nº 481, de 03/09/2004 para estabelecer diretrizes e prioridades relacionadas à Tecnologia da Informação no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional. Compete ao Comitê:

- garantir o alinhamento entre as ações relacionadas à tecnologia da informação e os objetivos estratégicos da STN;
- estabelecer prioridades relativas à tecnologia da informação para toda a STN;
- aprovar o e revisar periodicamente o plano de ações de TI da STN; e
- aprovar as metas conjuntas da coordenação-geral de sistemas e tecnologia de informação (COSIS) com as demais áreas da STN.

6. O **Comitê Educacional** foi criado pela Portaria STN nº 416, de 18/07/2014 com o objetivo de promover e fortalecer a imagem institucional do Tesouro Nacional por meio da sistematização e integração de suas iniciativas educacionais, fomentando a participação da sociedade no acompanhamento e controle do gasto fiscal do Estado através de ações de educação fiscal, estimulando o pleno exercício da cidadania. É composto por representante e suplente de cada subsecretaria, indicados pelos respectivos subsecretários e representante do gabinete do Secretário do Tesouro Nacional.

7. A STN instituiu o **comitê de análise de demandas do SIAFI** com vistas a alinhar as ações relacionadas à tecnologia da informação aos objetivos estratégicos da Secretaria do Tesouro Nacional, aperfeiçoando o processo de desenvolvimento e manutenção do SIAFI. Constituído pelos coordenadores-gerais da COSIS, CCONT e COFIN e pelo subsecretário de assuntos corporativos, esse comitê tem a competência de analisar as demandas de alterações do sistema que:

- afetem o processo de abertura de um novo exercício;
- afetem o exercício corrente e excedam a um esforço de trabalho equivalente a 25 pontos de função;
- sejam decorrentes de propostas de alterações em legislação vigente;
- atendam às determinações e recomendações dos órgãos de controle; e
- importem em risco ao projeto do Novo SIAFI.

8. O **Comitê de Política Fiscal** (COPOF) foi instituído em 2010 com o objetivo de discutir cenários, perspectivas e questões da conjuntura econômico-fiscal, com ênfase em questões fiscais do governo federal, dos governos regionais e empresas estatais federais que repercutam nas trajetórias fiscais de curto e médio prazo do setor público. Atualmente, a periodicidade do Comitê é mensal e conta com a participação dos subsecretários do Tesouro Nacional. Em 2015 foi publicada a Portaria nº 508 formalizando o Comitê e atribuindo o objetivo de subsidiar a atuação da STN quanto ao planejamento fiscal de médio e longo prazo, especialmente no que se refere à elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

9. O **Comitê de Programação Financeira** (CPF) foi criado pela Portaria STN nº 212, de 22 de abril de 2015, Participam do Comitê todos os subsecretários – com exceção do SUCOP, o diretor de programa e algumas coordenações-gerais, com a finalidade de propor ao Secretário do Tesouro Nacional, para sua deliberação, políticas, diretrizes e procedimentos para elaboração, formulação

e ajustes da programação e execução financeira do governo central. Também cabe ao Comitê a manifestação prévia sobre as propostas de Projetos de Lei e decretos de natureza orçamentária e financeira, em especial as que alterem a LDO, a LOA, os decretos de programação orçamentária e financeira e os instrumentos de avaliação do cumprimento da legislação orçamentária e financeira, particularmente os previstos na LRF. Objetivos do CPF:

- assegurar a realização planejada e transparente da programação e da execução financeira do Governo Central, com vistas ao cumprimento das metas fiscais estabelecidas;
- prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o cumprimento da meta fiscal estabelecida nas Leis de Diretrizes Orçamentárias; e
- institucionalizar atividades e rotinas, de modo a contribuir para a governança e a conformidade da instituição.

10. O **Comitê de Garantias** é um fórum colegiado interno à Secretaria do Tesouro Nacional que tem como objetivo subsidiar a atuação da Secretaria no que se refere à concessão de garantias pela União. Foi criado pela Portaria nº 763, de 21 de dezembro de 2015, com os seguintes objetivos:

- definir diretrizes para concessão de garantias pela União;
- definir diretrizes para análise das contragarantias oferecidas à União;
- definir procedimentos operacionais de análise dos pleitos de garantia da União;
- avaliar tecnicamente os pleitos de concessão de garantias da União;
- avaliar tecnicamente as contragarantias oferecidas à União;
- analisar a concessão de garantias sob a ótica da gestão integrada de riscos fiscais e do planejamento fiscal de médio e longo prazos; e
- acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento dos limites de concessão de garantias da União.

11. O **Comitê de Gerenciamento da Dívida Pública** foi instituído em 2001 com o objetivo de elaborar e monitorar o Plano Anual de Financiamento (PAF), mediante a análise dos cenários econômicos, estrutura de vencimento da dívida e das condições do mercado financeiro. Atualmente a periodicidade do Comitê é mensal e conta com a participação dos comissionados e analistas da dívida pública e, posteriormente, a proposta de estratégia de gerenciamento da dívida é apresentada ao Secretário do Tesouro. O PAF é aprovado no início do ano pelo Ministro da Fazenda e posteriormente divulgado ao mercado e a outros analistas formadores de opinião.

5.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Não se aplica.

5.3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

- AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DOS CONTROLES INTERNOS

Conforme disposto no art. 7º do Regimento Interno da STN, aprovado mediante Portaria MF nº 244, de 16 de julho de 2012, compete à Coordenação-Geral de Gestão de Riscos Operacionais – COGER:

(...)

II- identificar, analisar, avaliar riscos operacionais e controles internos e consolidar as informações pertinentes;

III - monitorar a execução das ações de prevenção e mitigação de riscos operacionais e vulnerabilidades sob responsabilidade das unidades da Secretaria;

A STN adota, para a avaliação do Risco Operacional, metodologia baseada em autoavaliação, na qual o gestor de cada processo verifica a qualidade e suficiência dos controles existentes. A referida metodologia leva em consideração os possíveis impactos financeiros (perdas), a frequência com que o evento de risco se materializa na área e a frequência com que se espera que o evento de risco possa ocorrer vis-à-vis o histórico de operacionalização do processo.

Além disso, a metodologia adotada considera o conceito de risco operacional, segundo o Comitê de Basiléia, a saber: “o risco de perda resultante de pessoas, sistemas, eventos externos ou processos internos inadequados ou deficientes”.

O objetivo principal do trabalho de avaliação do Risco Operacional é proporcionar segurança na operacionalização dos processos, evitando a possibilidade de perda financeira, bem como disseminar a cultura da gestão de riscos na STN e auxiliar na definição de ações que mitiguem os riscos operacionais identificados. Conhecer o valor do risco em termos monetários é importante para subsidiar as decisões dos gestores, com vistas a otimizar os resultados da Instituição e, conseqüentemente, definir as ações de mitigação a serem desenvolvidas, sempre considerando o custo de implementação envolvido e o grau de criticidade do risco associado.

Adicionalmente, é um importante mecanismo no fornecimento de subsídios para elaboração de planos de contingência para os processos críticos nas diferentes áreas da STN, garantindo a continuidade dos negócios quando os processos sofrerem algum tipo de descontinuidade, quer seja por interrupção de alguns dos canais institucionais utilizados na operacionalização dos processos de trabalho, quer seja motivado por algum evento externo (greves, invasões, catástrofes, etc.).

Em 2015, foram inseridas as informações dos processos de 19 (dezenove) Coordenações-Gerais da STN no Sistema de Gestão Integrada de Riscos Operacionais, tendo representado um incremento de 10 (dez) Coordenações em relação à amostra considerada, de 9 (nove) Coordenações, na Avaliação de 2014. Dessa forma, houve um aprimoramento da pesquisa, na medida em que a Avaliação de Riscos de 2015 considerou uma amostra mais representativa das Coordenações-Gerais do Tesouro Nacional.

Por fim, vale ressaltar que, conforme planejamento estratégico da STN, pretende-se apresentar, em 2016, em complemento às medidas de aperfeiçoamento da metodologia de gestão de riscos operacionais, dentre outras: metodologia e estrutura para a atividade de conformidade (*compliance*) na STN e planos de contingência, com prioridade para a validação daqueles referentes aos processos críticos da STN.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO À UPC

As informações acerca da atuação da Secretaria do Tesouro Nacional podem ser obtidas no portal www.tesouro.fazenda.gov.br, sendo que aquelas relacionadas à prestação de contas são visualizadas no endereço www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorios-de-gestao.

- Assuntos Corporativos

- Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

As informações solicitadas pelo e-SIC que se referem a assuntos da STN chegam ao órgão por meio do COMPROT.

Caso o usuário necessite informações sobre o Ministério da Fazenda ou deseje realizar reclamações, denúncias, críticas e/ou sugestões, ele é conduzido para a **Ouvidoria do MF** (http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/Meu-de-relevancia/copy_of_formas-de-contato).

E se a dúvida envolve informações de outros sítios governamentais é apresentado o contato falecomogoverno@brasil.gov.br.

- Fale Conosco

A STN fornece canais de acesso ao cidadão na página <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/fale-conosco>

Figura 6.1.1 – Fale Conosco

The screenshot shows the 'Fale Conosco' page on the Tesouro Nacional website. At the top, there is a navigation bar with 'BRASIL' and 'Acesso à Informação'. Below this, there are links for 'Ministério da Fazenda', 'Perguntas Frequentes', 'Glossário', and 'Fale conosco', along with social media icons for Twitter and YouTube. The main header features the 'TESOURO NACIONAL' logo, a search bar with the text 'pesquisar...' and a 'BUSCA' button, and a language selector for 'English (United States)'. Below the header, there are sections for 'RESPONSABILIDADE FISCAL', 'DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL', and 'INSTITUCIONAL | NOTÍCIAS'. The main content area is titled 'Fale Conosco' and includes social media sharing buttons for Facebook (Curtir) and Twitter (Tweetar). A paragraph explains that the page is a communication channel for questions and concerns. Below this, there is a section 'Deseja falar sobre:' with a list of email addresses for different areas: Tesouro Direto, GRU, CAUC, Siconfi, and Siafi Gerencial. There is also a section 'Ou entre em contato com a Ouvidoria:' with a link to send a message. At the bottom, there is a section 'Nosso endereço' with the physical address of the Ministry of Finance.

BRASIL Acesso à Informação Participe Serviços Legislação Canais

Ministério da Fazenda Perguntas Frequentes Glossário Fale conosco TWITTER YOUTUBE

TESOURO NACIONAL

pesquisar... BUSCA

Aumentar fonte: A A English (United States)

RESPONSABILIDADE FISCAL DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INSTITUCIONAL | NOTÍCIAS

STN Secretaria do Tesouro Nacional-stn Fale Conosco

Fale Conosco

Curtir 1 Tweetar

A Secretaria do Tesouro Nacional coloca à sua disposição um canal de comunicação para que você obtenha informações sobre os nossos serviços. Selecione na lista de assuntos aquele ao qual se refere o seu questionamento e teremos satisfação em atendê-lo. Antes de enviar a mensagem, verifique se o seu endereço eletrônico foi digitado corretamente para que o recebimento da sua resposta não seja prejudicado.

Deseja falar sobre:

- **Tesouro Direto:** tesourodireto.df.stn@tesouro.gov.br
- **GRU:** geare.cofin.df.stn@tesouro.gov.br
- **CAUC:** coint.df.stn@tesouro.gov.br
- **Siconfi:** siconfi@tesouro.gov.br
- **Siafi Gerencial:** ti.stn@tesouro.gov.br

Ou entre em contato com a Ouvidoria:

Clique aqui para enviar sua mensagem para a Ouvidoria/STN

Para encaminhar pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Executivo Federal, baseados na Lei de Acesso à Informação (LAI), acesse aqui o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

Nosso endereço

Espladada dos Ministérios,
Ed. Sede do Ministério da Fazenda,
Bloco P | CEP 70.040-900 Brasília-DF

Fonte: STN/CODIN

Nela ele é direcionado a:

-Tirar dúvidas sobre assuntos específicos diretamente com determinadas áreas através de **endereços de e-mail**; ou

-Entrar em contato com a **Ouvidoria da STN** pela página http://www3.tesouro.gov.br/servicos/fale_conosco/fale_conosco_novosite.asp ou

Figura 6.1.2 – Fale Conosco

FALE CONOSCO

A Secretaria do Tesouro Nacional coloca à sua disposição um canal de comunicação para que você obtenha informações sobre os nossos serviços. Selecione na lista de assuntos aquele ao qual se refere o seu questionamento e teremos satisfação em atendê-lo. Antes de enviar a mensagem, verifique se o endereço eletrônico foi digitado corretamente para que o recebimento da sua resposta não seja prejudicado.

Se você tem reclamações, denúncias, críticas e/ou sugestões a fazer, envie sua mensagem diretamente para a [Ouvidoria do Ministério da Fazenda](#).

Verifique, ainda, se a sua dúvida envolve informações de outros sites governamentais e, neste caso, efetue a pesquisa diretamente pelo endereço falecomogoverno@brasil.gov.br.

Assuntos:
seleciono os assuntos

Nome:

Empresa / organização:

E-mail:

Mensagem:

Informe o código ao lado *

6783

Enviar

VOLTAR

Fonte: STN/CODIN

- Ouvidoria da STN

Em 2015 = 1796 mensagens recebidas, das quais 1187 foram respondidas no mesmo ano (66,10%).

Em 2014 = 2294 mensagens recebidas, das quais 2260 foram respondidas no mesmo ano (98,52%).

- Protocolo

No ano de 2015 o Protocolo recebeu mais de 54.000 itens, incluindo-se documentos, processos e outros.

Dentre os itens recebidos, foram cadastrados e tramitados mais de 11.000 documentos com a utilização do sistema Comprotdoc, essa quantidade manteve-se praticamente constante quando comparada ao ano de 2014.

Foram autuados e tramitados 835 processos, representando uma queda de aproximadamente 60% com relação ao quantitativo de 2014. Essa diferença é decorrente, principalmente, da redução da quantidade de operações de crédito realizadas pela STN, que impactam diretamente na tramitação de processos.

Além das atividades relacionadas à tramitação e ao cadastramento de documentos, o protocolo realiza a atividade de envio de matérias para publicação na Imprensa Nacional e no Boletim de Pessoal, e atividades relacionadas à expedição de documentos.

No ano de 2015, mais de 781 matérias foram enviadas, dentre Portarias, Resoluções, Retificações e Extratos para a Imprensa Nacional e para o Boletim Pessoal, quantitativo manteve-se praticamente constante quando comparado ao ano de 2014.

Quanto à expedição de documentos, foram enviados, via malote e correios 13.720 documentos, redução de 20% com relação ao quantitativo de 2014. Essa redução é explicada pelo envio dos Manuais de Contabilidade, que ocorreu apenas em 2014.

Quadro 6.1.1 – Protocolo

Atividade	Quantidade
Recebimento de documentos, processos e outros	54.521
Tramitação de documentos	11.021
Autuação e Tramitação de processos	835
Envio de matérias para a Imprensa Nacional e o Boletim de Pessoal	781
Expedição de documentos via malote e correios	13.720

Fonte: STN/CODIN

- Dívida Pública

Durante o exercício de 2015, foi dado prosseguimento a atendimentos de consultas a respeito da Dívida Pública Federal, em sua maioria, referentes a apólices e títulos antigos, visando esclarecer majoritariamente dúvidas sobre autenticidade desses ativos e sobre os procedimentos a serem observados para sua aquisição de forma correta e segura.

As consultas recebidas no período foram respondidas, conforme registro a seguir:

Quadro 6.1.2 – Quantidade de Mensagens

Classificação das Mensagens	Quantidade
OUVIDORIA do MF/STN	Total
Fale Conosco do Tesouro	98
OUVIDORIA - e-mail Institucional	216
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão	46
Questionamentos recebidos via Protocolo STN	
Títulos Antigos da Dívida Interna e Externa, LTN, DL. 6.019-43	1147
Respostas através de correspondências oficiais	
PFN/PGFN/AGU/CGU/PF/TRT - demandas judiciais	31
Total Geral	1538

Fonte: STN/CODIV – Posição em 31/12/2015

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Transferências Financeiras

O principal canal de acesso às informações é o seguinte: transferencias.stn.df@tesouro.gov.br

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Operações de Crédito dos Estados e Municípios

Os canais de acesso ao cidadão são por meio do e-mail mip.stn@tesouro.gov.br, do endereço <http://www.tesouro.gov.br/fale-conosco-sadipem> ou também pela ouvidoria do Ministério da Fazenda no endereço <http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/>

- Contabilidade Pública – Contabilidade da União

Os canais e formas que o cidadão dispõe para acesso às informações de seu interesse e para relacionar-se com a STN/CCONT são:

- **Sistema FALE CONOSCO** – é um canal de comunicação que o Tesouro Nacional disponibiliza ao cidadão, para obtenção de informações sobre os seus serviços. O Sistema é gerenciado pela Ouvidoria da STN, que distribui as mensagens às demais unidades. O endereço de acesso é <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/fale-conosco>;
- **SIC-COMPROTDOC** – é um canal vinculado ao Serviço de Informações ao Cidadão – SIC-MF, no âmbito da Ouvidoria da Fazenda, em atendimento ao disposto na Lei nº 12.527/2011 e no Decreto nº 7.724/2012. Seu intuito é assegurar ao usuário o direito fundamental de acesso à informação de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- **SISOUVIDOR** – é um canal para atendimento às demandas do cidadão, gerenciado pela Ouvidoria da STN/MF; e
- **E-mail ccont.df.stn@tesouro.gov.br** – aqui designada como Caixa CCONT, é uma conta institucional criada para contato direto entre o cidadão e a Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União.

Nesse contexto, em 2015, a STN/CCONT recebeu mais de 330 demandas, das quais 185 entraram pelo canal FALE CONOSCO; 30 pelo canal SIC-COMPROTDOC; 16 pelo canal SISOUVIDOR; e 102 pela Caixa CCONT. Pronta e satisfatoriamente, a STN/CCONT respondeu às

demandas sob sua responsabilidade institucional, e procedeu a devolução ou correta tramitação das demais. Em destaque, a baixa incidência de recursos ocorridos no período, sendo 4 no total.

Com o intuito de otimizar o atendimento à busca de informações pelo cidadão, a STN/CCONT pode, a partir de 2016, iniciar metodologia de registros futuros que favoreça uma análise comparativa de resultados. Entretanto, no que se refere a parâmetros estabelecidos com registros em exercícios anteriores, a Ouvidoria-STN pode, se necessário, emitir relatórios gerenciais, considerando que é a Unidade responsável pela gestão dos Sistemas.

6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A STN disponibiliza a Carta de Serviços ao Cidadão dentro da Carta de Serviços do Ministério da Fazenda. Endereço na Internet onde pode ser acessada:

<https://www1.fazenda.gov.br/carta/carta-stn.asp>

6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Não houve conteúdo a ser declarado.

6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UPC

- Assuntos Corporativos

- **Projeto Tesouro Transparente**

O Portal Tesouro Transparente foi construído em cima dos pilares do conceito de dados abertos governamentais. Dados abertos governamentais são dados produzidos pelo governo e colocados à disposição das pessoas de forma a tornar possível não apenas sua leitura e acompanhamento, mas também sua reutilização em novos projetos, sítios e aplicativos; seu cruzamento com outros dados de diferentes fontes; e sua disposição em visualizações interessantes e esclarecedoras.

O projeto Tesouro Transparente tem como objetivo divulgar informações geradas ou consolidadas pelo Tesouro Nacional permitindo seu reuso e ressignificação, de modo a proporcionar à sociedade o amplo uso desses insumos com o objetivo de aumentar a fiscalização dos recursos públicos e melhorar a sua gestão, o que promove a participação social, transparência pública, accountability, qualidade do gasto público e governança democrática.

O Portal contribui para o cumprimento da missão do Tesouro, que é gerir as contas públicas de forma eficiente e transparente, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade do gasto público, elementos necessários à promoção do desenvolvimento econômico sustentável. Ao divulgar as informações que gere por meio do Portal, o Tesouro pretende ser a principal fonte de informações fiscais e contábeis do setor público brasileiro, fornecendo-as de forma tempestiva e contínua.

O Portal já disponibiliza os dados sobre responsabilidade fiscal, execução orçamentária, haveres da União, contabilidade pública, dívida pública federal, transferências para estados e municípios, dentre outras. Entre elas, por exemplo, séries históricas de gastos sociais do Governo Central entre 2002 e 2015, como os relativos à previdência, educação, saúde, e trabalho e emprego.

6.5 AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PELOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Não houve conteúdo a ser declarado.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Haveres Financeiros

1) *Recebimentos: Comparação do exercício de 2015 com o exercício de 2014*

Na comparação da execução financeira do exercício de 2014 com o exercício de 2015, os recebimentos das receitas no ano ficaram 2% abaixo daqueles obtidos em 2014, vide Quadro a seguir.

Quadro 7.1.1 – Valores Recebidos – Exercício de 2015 versus Exercício de 2014 – COAFI/STN
Em R\$ mil

PROGRAMA	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	DIFERENÇA (%)
ACORDO BRASIL-FRANÇA	3.603,90	4.333,90	20,3%
<i>BNDES</i>	-	1.968.070,82	100%
Carteira de Saneamento - MP nº 2.196/01	308.164,96	185.350,42	-39,9%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - DMLP	429.187,31	488.508,02	13,8%
<i>Royalties</i> - Estado do Mato Grosso do Sul	28.360,76	28.303,54	-0,2%
<i>Royalties</i> - Estado do Paraná	320.032,48	277.615,85	-13,3%
<i>Royalties</i> - Estado do Rio de Janeiro	1.200.345,84	1.004.631,08	-16,3%
Lei nº 8.727/93 - Demais Credores	1.664.627,89	1.380.165,29	-17,1%
Lei nº 8.727/93 - Receitas da União	1.119.753,83	577.013,17	-48,5%
Lei nº 9.496/97	30.912.518,26	30.581.184,84	-1,1%
MP nº 2.185/01	5.025.425,30	3.452.480,55	-31,3%
PNAFE	84.365,47	113.151,75	34,1%
BACEN/BANERJ	1.338.693,54	1.434.906,76	7,2%
TOTAL	42.435.079,54	41.495.715,98	-2,2%

Fonte: COAFI/STN

Análise Crítica – Variações maiores do que 10%, tanto positivas quanto negativas:

- 1) Acordo Brasil-França (20,3%):** A variação positiva foi influenciada pela forte desvalorização, em 2015, do Real frente ao Euro, indexador do programa. No período, a moeda europeia teve valorização de 20,07%, quando comparadas as cotações médias de 2014 com as de 2015;
- 2) BNDES (Liquidado):** Conforme disposto no instrumento contratual, o saldo foi integralmente liquidado em 15.12.2015, em parcela única;
- 3) Carteira de Saneamento (-39,9%):** A redução de 39,9% nos recebimentos da Carteira de Saneamentos se deve ao encerramento de muitos contratos ao longo do exercício conforme o programado;
- 4) Dívidas de Médio e Longo Prazo – DMLP (13,8%) e PNAFE (34,1%):** As variações positivas foram influenciadas pela forte desvalorização, em 2015, do Real frente ao dólar americano, indexador dos programas. No período, a moeda americana teve valorização de 43,67%, no comparativo entre a cotação média de 2014 com a de 2015;
- 5) Royalties do Estado do Paraná (-13,3%):** o volume menor de recebimentos em 2015, quando comparado com o exercício de 2014, foi devido à redução de receitas advindas de Compensações Financeiras percebidas pelo Estado no período;
- 6) Royalties do Estado do Rio de Janeiro (-16,3%):** a redução dos valores recebidos em 2015, quando comparados com o exercício de 2014, justifica-se pelo fato de que o contrato apresenta curva decrescente de recebimentos reais até o seu encerramento. Assim, para os períodos

futuros, já são esperadas reduções nos recebimentos quando comparados àqueles já realizados;

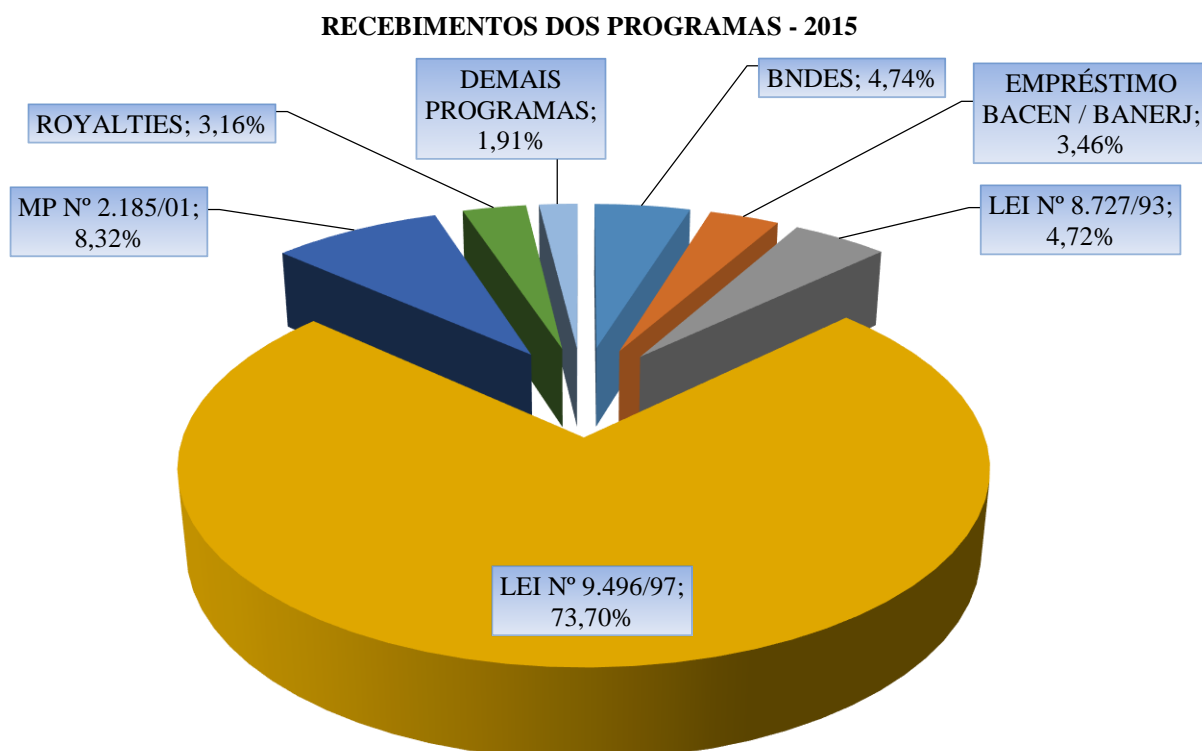
- 7) **Lei nº 8.727/93 (-29,7%) – Demais Credores e Receitas da União:** a redução verificada nos recebimentos do programa ocorreu em virtude do encerramento de grande parte dos contratos da parcela de sua dívida vencida em 2014. Resta, então, a parcela vincenda e os mutuários da parcela vencida que acumularam resíduo ou que possuem pendências judiciais;
- 8) **MP 2.185/01 (-31,3%):** a redução de 31,3% nos recebimentos, na comparação de 2015 com 2014, deve-se, principalmente, a decisões judiciais obtidas por mutuários como o Município do Rio de Janeiro e o Município de São Paulo, dentre outros, com o objetivo de antecipar os efeitos da Lei Complementar nº 148/14, ainda não regulamentada à época. Isto lhes permitiu aplicar condições mais favoráveis à parcela mensal do programa. Como os recebimentos oriundos dos contratos dos Municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro, juntos, representavam, até março de 2015, mais de 90% do total de recebimentos mensais do programa, os recebimentos acumulados ficaram significativamente menores no período.

II) Composição dos Recebimentos e do Estoque de Créditos geridos pela STN/COAFI

Conforme pode ser observado no Gráfico abaixo, 73,70% dos recebimentos relacionados aos créditos geridos pela COAFI/STN se referem à Lei nº 9.496/97. Além disso, observa-se que os 3 principais programas (Lei nº 9.496/97, Lei nº 8.727/93 e MP nº 2.185) corresponderam a 86,74% do total dos recebimentos verificados no exercício de 2015.

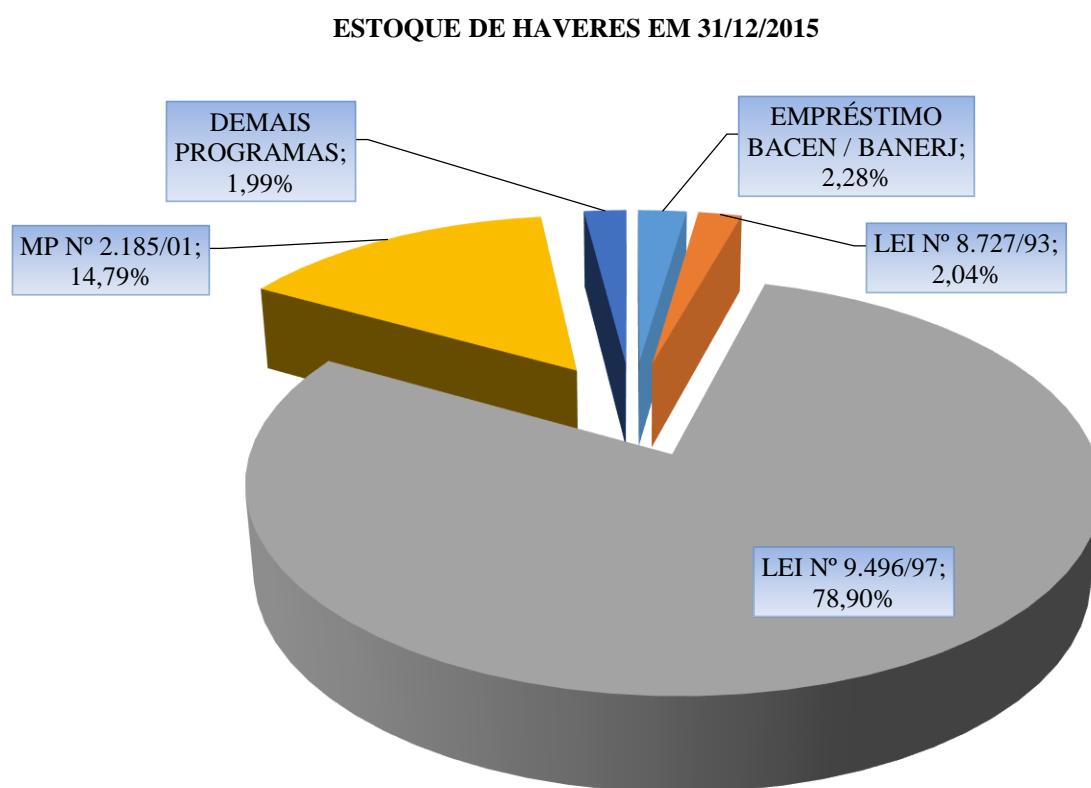
Por sua vez, os créditos ao amparo da Lei nº 9.496/97 correspondem a 78,90% do total do estoque de haveres geridos pela COAFI/STN (valores de 31.12.2015), ao passo que os haveres no âmbito da MP nº 2.185/01 correspondem a 14,79% dos haveres, conforme apresentado no Gráfico 7.1.2. Por outro lado, apesar de os haveres ao amparo da Lei nº 8.727/93 terem correspondido a 4,72% dos recebimentos em 2015 (Gráfico 7.1.1), seu estoque corresponde a apenas 2,04% do total dos haveres (Gráfico 7.1.2). Isso se deve ao encerramento de boa parte dos contratos da parcela da dívida vencida desse Programa em 2014. No total, os saldos dos 3 (três) principais programas (Lei nº 9.496/97, MP nº 2.185/01 e Lei nº 8.727/93) correspondem a 95,73% do estoque dos haveres geridos pela COAFI/STN.

Gráfico 7.1.1 – Distribuição dos Recebimentos dos Haveres Geridos para o Exercício de 2015



Fonte: COAFI/STN

Gráfico 7.1.2 – Composição dos Estoques dos Haveres Geridos em 31.12.2015



Fonte: COAFI/STN

III) Recuperação de Haveres relativos a Pendências Judiciais

As operações controladas pela STN/COAFI estão distribuídas num total de 560 contratos, existindo, em janeiro de 2016, 198 ações judiciais, principais e subsidiárias, que podem implicar em frustração parcial ou total de recebimentos, conforme o caso, dos créditos da União envolvidos nas lides.

Em condições de normalidade, a recuperação desses haveres – prazos, periodicidade, encargos, garantias, etc. – atende estritamente ao que a legislação específica determina, e está claramente definida nos competentes instrumentos contratuais. Alterações dessas condições são atualmente vedadas pelo art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual dispõe:

“Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.”

Esses créditos contam com garantias dos devedores constituídas por receitas próprias e cotas dos Fundos de Participação, no caso de Estados, Municípios e Distrito Federal. No que se refere às administrações indiretas desses entes, as operações com a União são garantidas pelas respectivas receitas próprias complementadas pelas garantias do ente controlador – Estado ou Município.

Portanto, no caso dos contratos em situação de normalidade de execução, os pagamentos são realizados regularmente conforme as condições contratadas e previsão legal. Inadimplências eventualmente ocorridas são solucionadas em curto prazo mediante a execução das garantias contratuais, não se registrando inadimplência persistente ou prolongada.

A administração desses contratos encontra-se a cargo de agentes financeiros da União designados legal e/ou contratualmente para tanto. São eles o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Esses agentes são responsáveis pelo cálculo das prestações devidas, cobrança e execução das garantias contratuais em caso de inadimplência.

Contudo, como dito, a COAFI/STN registra alguns débitos/inadimplências decorrentes de decisões liminares deferidas no âmbito de ações judiciais que suspendem, parcial ou integralmente, os pagamentos à União ou a impedem de executar as garantias contratuais. Nestes casos, não há solução ou providência administrativa para a cobrança, uma vez que existem impedimentos judiciais. A solução será alcançada pela via judicial com o apoio da AGU.

Nesse sentido, a COAFI/STN tem intensificado o relacionamento com a AGU e suas procuradorias regionais e seccionais, adotando, inclusive, uma postura mais atuante em relação ao acompanhamento das ações judiciais. Esse procedimento tem permitido, em diversos casos, que, ao verificar movimentações processuais importantes, a COAFI antecipe para a AGU os subsídios e/ou questionamentos cabíveis sem precisar aguardar o demorado trâmite das notificações judiciais.

IV) Conciliação Mensal dos Haveres

A COAFI/STN realiza mensalmente a conciliação dos saldos devedores dos Programas sob seu controle. Para essa conferência são confrontadas as informações contidas nos relatórios dos agentes financeiros com os recebimentos registrados no SIAFI, sendo geradas planilhas com informações para atualização do saldo devedor naquele sistema.

Além disso, é verificada por amostragem a consistência dos recebimentos a cargo dos agentes financeiros em planilhas de conferência, conforme orientação do Tribunal de Contas da União – TCU.

- Política Fiscal – Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais

- Gestão de Outros Haveres do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios

No que tange à Gestão dos Outros Haveres da União, não relacionados a Estados e Municípios, foram cobradas e recebidas prestações mensais e semestrais. No total, foi recebido, até dezembro/2015, o valor de R\$ 29.827.638.494,21 para uma previsão inicial de R\$ 14.144.859.392,35 orçados para todo o exercício.

Tal diferença entre o fluxo de recursos previsto e realizado deve-se, fundamentalmente, a um acordo entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para liquidação antecipada de contratos de financiamento. Desse modo, o Banco liquidou, em dezembro de 2015, o Contrato de Cessão de Crédito - CT 390/PGFN/CAF, indexado à SELIC, com um pagamento antecipado de R\$ 1.698.225.524,19, em 24/12/2015, e amortizou antecipadamente R\$ 14.068.320.000,00 do Contrato de Renegociação de Dívida - CT 895/PGFN/CAF, indexado ao Dólar mais 4,47%, com quatro pagamentos entre 24/12/2015 e 31/12/2015.

Os Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se classificados em cinco grupos, conforme quadro a seguir, que apresenta também o saldo devedor desses créditos, com posição de 31/12/2015.

Quadro 7.1.2 – Haveres Financeiros Administrados Pela STN/COFIS – saldos devedores em 31.12.2015

GRUPO DE HAVERES	SALDO (R\$)		
	dez/14	dez/15	Varição (%)
Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.825.770.690,71	5.896.134.242,76	1,21%
Haveres Originários de Operações Estruturadas	72.318.646.740,62	80.919.803.395,29	11,89%
Haveres Originários de Privatizações	-	-	-
Haveres Originários de Legislação Específica	583.071.331.301,28	610.982.207.095,57	4,79%
Haveres Originários do Crédito Rural	15.497.681.077,19	17.274.475.974,91	11,46%
TOTAL	676.713.429.809,80	715.072.620.708,53	5,67%

Fonte: STN/COFIS

Nota 1: durante o ano de 2014 os haveres do Grupo de Privatizações foram totalmente quitados;

Nota 2: para apurar-se o valor líquido de haveres financeiros da União, deve-se deduzir os valores intra-orçamentários relativos ao INSS nos valores de R\$ 28.114.411.869,79 em dez/14 e de R\$ 31.841.884.600,51 em dez/15, para os Haveres Originários de Operações Estruturadas; para os Haveres Originários de Legislação Específica, deve-se deduzir os valores de R\$ 33.870.633.974,00 em dez/14 e de R\$ 38.361.279.735,85 em dez/15.

A variação percentual total no período foi de 5,67%, atualizando o saldo total dos haveres administrados por esta Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais – COFIS para aproximadamente R\$ 715.072.620.708,53. Em 2015 não foram realizadas novas operações de crédito, não sendo incluídos novos haveres no controle da STN/COFIS.

A variação nos Haveres Originários de Operações Estruturadas, de 11,89%, se deu pela atualização prevista nos saldos, indexados à Selic, Dólar, IGP-DI ou IGP-M, e pagamentos contratuais. Os Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas subiu 1,21%, devido à atualização dos saldos contratuais, indexados à Taxa Referencial – TR, IGP-DI ou IGP-M e pagamentos realizados. Por último, os Haveres Originários do Crédito Rural, que são em sua maioria

administrados pelo Banco do Brasil, valorizaram 11,46%, em sua maior parte devido à atualização pelo IGP-M.

- Política Fiscal – Participações Societárias

- **Informações sobre a realização das receitas**

A UPC é responsável pela arrecadação de receitas referentes às participações societárias da União, representada basicamente por dividendos e juros sobre o capital próprio. Essa arrecadação pelo Tesouro Nacional, pelo critério de caixa em 2015, atingiu o montante de R\$ 12.044.356.718,55 (doze bilhões, quarenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, setecentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos), com destaque para os pagamentos realizados pelas instituições financeiras federais, que contribuíram com 97% do total arrecadado.

7.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA AMORTIZAÇÃO, DEPRECIÇÃO E EXAUSTÃO E DE AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS DA UNIDADE

a) Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

O Órgão atende, em sua maior parte, as NBC T acima indicadas. Os procedimentos de adoção da NBC T 16.10 estão descritos no item “F” (a metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido). No que tange à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, adotam-se as rotinas de mensuração subsequentes relativas ao ativo imobilizado, especialmente a depreciação. No entanto, as relativas ao intangível (reconhecimento inicial, amortização e redução ao valor recuperável) estão com implantação em andamento.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima

Quanto ao reconhecimento e mensuração do intangível, encontra-se em fase de levantamento dos itens que o compõem, principalmente os sistemas corporativos do Ministério, e de negociação com o órgão gestor do sistema de controle patrimonial para aplicação ao caso. Esse aprimoramento também está ocorrendo com a reformulação do Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

No âmbito deste Ministério da Fazenda não há itens patrimoniais sujeitos à exaustão.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

- Ativo Imobilizado – Bens Imóveis

Consiste no disposto no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações. Além disso, é utilizada metodologia constante da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais.

- Ativo Imobilizado – Bens Móveis

É utilizada metodologia constante do Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, além da definida na Instrução Normativa RFB/MF nº 162/1998, alterada

pela IN nº 130/1999, para os títulos contábeis 123110505 - Aeronaves e 123110506 - Embarcações, não previstos na referida macrofunção.

d) Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

- Ativo Imobilizado – Bens Imóveis

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da aquisição
x = vida útil transcorrida da aquisição

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis.

Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN/MF e comunicado à SPU/MPOG.

- Ativo Imobilizado – Bens Móveis

A metodologia é a definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações – Método das Cotas Constantes.

e) Taxas utilizadas para os cálculos

Para a depreciação, são utilizadas as seguintes taxas:

Quadro 7.2.1 – Taxas Utilizadas – Depreciação

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (10%)
123110505	Aeronaves	10	10
123110101	Aparelhos de medição e orientação	15	10
123110102	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20
123110103	Aparelhos, equip. e utens. med., Odont., laborat. e hospitalares	15	20
123110104	Aparelhos e equipamentos para esporte e diversões	10	10
123110301	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10
123110900	Armamentos	20	15
123110402	Coleções e materiais bibliográficos	10	0
123110403	Discotecas e filmotecas	5	10
123110506	Embarcações	20	10
123110118	Equipamentos de manobra e patrulhamento	20	10
123110105	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10
123110404	Instrumentos musicais e artísticos	20	10
123110106	Máquinas e equipamentos de natureza industrial	20	10
123110107	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10
123110108	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10
123110405	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10
123110125	Máquinas, utensílios e equip. diversos	10	10
123110201	Equipamentos de processamento de dados	5	10

123110302	Máquinas, instal. e utens. de escritório	10	10
123110109	Máquinas, ferram. e utens. de oficina	10	10
123110121	Equipamentos hidrául. E elétricos	10	10
123110120	Máquinas, equipam. e utensílios. agric./agrop. e rodoviários	10	10
123110303	Mobiliário em geral	10	10
123110110	Semoventes e equipamentos de montaria	10	10
123110501	Veículos diversos	15	10
123119909	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10
123110503	Veículos de tração mecânica	15	10
123110114	Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	30	10
123110112	Acessórios para automóveis	5	10
123110116	Equip. de mergulho e salvamento	15	10
123110113	Equip., peças e acessórios marítimos	15	10

Fonte: SPOA/MF

f) Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Abaixo são descritas as principais metodologias adotadas no âmbito do Ministério da Fazenda para avaliação e mensuração das contas descritas neste item.

f.1) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo. A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata têm seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial.

f.2) Créditos e Dívidas

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. Destaca-se que a dívida pública federal é atualizada até o dia 31.12.2015, pelos índices oficiais do IGP-DI, divulgado pela FGV, e do IPCA, divulgado pelo IBGE.

Além disso, destacam-se os haveres financeiros juntos a Estados e Municípios e os créditos de fundos e operações fiscais, além de outros créditos como os por cessão de pessoal e diversos responsáveis, os quais são atualizados até a data do balanço.

Os ajustes para perdas são constituídos com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado periodicamente.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

f.3) Investimentos

Os investimentos são avaliados, em sua maioria, pelo método da equivalência patrimonial. Os investimentos que não sejam de coligadas ou controladas, ou aqueles investimentos em coligadas, porém não considerados relevantes, bem como as participações em organismos internacionais, são avaliados pelo método de custo. Considerando a defasagem na publicação das demonstrações contábeis das empresas controladas e o Balanço-Geral da União, a maior parte do saldo das empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial foi registrada com posição de 30/09/2015.

f.4) Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido.

Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f.5) Intangível

O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de custo. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido.

Ressalta-se que alguns itens não estão reconhecidos contabilmente, principalmente relacionados a sistemas corporativos do Ministério, estando em fase de levantamento por parte dos órgãos. Ainda não está em prática o registro da amortização do intangível e redução ao valor recuperável.

f.6) Diferido

O ativo diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. Este Ministério não dispõe de registros contábeis neste item.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício

O primeiro impacto corresponde ao reconhecimento de fatos anteriormente não apurados a exemplo da constituição de ajustes para perdas no ativo e da constituição das provisões, dentre outros. O segundo impacto diz respeito à aproximação entre as informações dispostas nas demonstrações contábeis geradas no setor público e as do setor privado, contribuindo, inclusive, com a implantação do sistema de custos previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

7.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

- Contabilidade Pública – Informações de Custos

O sistema utilizado no Ministério da Fazenda é o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC. Conforme definição da Secretaria do Tesouro Nacional, o SIC é um Data Warehouse que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da administração pública federal, tal como SIAPE, SIAFI e SIGPlan (SIOP), para a geração de informações.

A informação de custo surge a partir de ajustes efetuados na informação inicial obtida do SIAFI. O estágio da despesa orçamentária que mais se aproxima da informação de custo é o da liquidação, sendo, portanto, a despesa liquidada o ponto de partida da informação que deve alimentar o sistema de custos.

Os ajustes contábeis são efetuados em duas etapas. Na primeira, o ajuste inicial consiste na identificação e carregamento de informações baseadas em contas contábeis que trazem a informação orçamentária e não orçamentária, ajustando-se por acréscimo ou exclusão dos valores, conforme

conceitos de contabilidade de custos. A segunda etapa do ajuste consiste na exclusão de informações que estejam nas contas acima, mas que não compõem a informação de custo.

Sua existência atende ao art. 50, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que obriga a Administração Pública a manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. E, conforme a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo, compete à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) tratar de assuntos relacionados à área de custos na Administração Pública Federal.

Em 2015, a Subsecretaria de Contabilidade Pública deu continuidade ao processo de desenvolvimento da temática de custos no Setor Público com a realização de congressos, seminários, *workshops*, palestras, reuniões estratégicas e técnicas com órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Entre esses eventos, evidenciam-se:

- Em março, abril, maio, junho e agosto, foram realizados **Seminários Regionais de Contabilidade, Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público** nas regiões sudeste, sul nordeste, norte e centro-oeste, respectivamente. Entre outros objetivos se buscou estimular a criação e a consolidação de um ambiente de debate focado no desenvolvimento e implantação de um modelo inovador e ousado de Sistema de Informação de Custos - SIC para Estados e Municípios, divulgar o SIC do Governo Federal destacando sua interação com seus sistemas estruturantes e a necessidade de implantar setoriais como fator agregador de valor no que se refere à informação de custos para o setor público. Foram ministradas palestras por técnicos da STN, da CGU e representantes do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O público-alvo constituiu-se de gestores públicos municipais, servidores públicos, administradores, contadores, pesquisadores, professores, alunos, representantes da sociedade civil e demais interessados no tema Custos e Qualidade do Gasto Público. Destaca-se a disponibilização de participação virtual, com os recursos da Internet, sítio <http://assiste.serpro.gov.br/semregcq/>, por meio do Núcleos de Retransmissão da Rede CQ ou individualmente.
- Em setembro, foi realizado o **III Encontro de Gestão de Custos do Setor Público: Uso da informação de custos e relatos de experiências**, com o objetivo de fortalecer a temática de custos como ferramenta de gestão, demonstrar os mecanismos para detalhamento dos custos nos Órgãos Setoriais, bem como apresentar experiências na utilização de informação de custos no âmbito do Governo Federal, promovendo a melhoria da qualidade do gasto público. Além dos técnicos da STN e da SPI, foram ministradas palestras por representantes da AGU, Comando da Aeronáutica, CONAB e MF, demonstrando os ganhos advindos da prática de gestão de custos em suas respectivas instituições.
- Em outubro, foi realizado o **V Congresso Internacional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público**, com o objetivo de sistematizar e ampliar as discussões iniciadas nos quatro congressos anteriores, realizados respectivamente em 2010, 2012, 2013 e 2014 – assim, deu sequência à discussão sobre mensuração de custos, potencialidades, dificuldades e possibilidades de uso da informação e adequação de sistemas para gerar a informação de custos na administração pública, destacando sua importância para a melhoria da qualidade do gasto no setor público. Foram ministradas palestras por técnicos da STN, por acadêmicos da FGV, UFRN, USP, UnB e Academia Brasileira de Ciências Contábeis, e, também, por representantes do Banco Mundial, Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), Instituto Ayrton Senna, ESAF, IPSASB, governos do Chile e da França. O público-alvo constituiu-se de integrantes dos órgãos setoriais e gestores públicos. Destaca-se a disponibilização de participação virtual, com os recursos da Internet, sítio www.congressocq.net, por meio Núcleos de Retransmissão da Rede CQ ou individualmente.

- Em novembro, foi realizado o **II Simpósio SIADS**, com o objetivo de disseminar o uso do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, enquanto solução tecnológica para gestão dos bens móveis no âmbito do Governo Federal, bem como apresentar estratégias para o seu aperfeiçoamento e integração com os sistemas de contabilidade e de custos da União. Foram ministradas palestras por técnicos da STN, SERPRO e ANTT e o público-alvo constituiu-se de integrantes dos órgãos setoriais, gestores públicos, membros de comitês de análise e avaliação que atuam nas áreas de gestão patrimonial, contabilidade, custos, logística e contrato.

A STN disponibilizou em fevereiro demonstrativos de custos para aplicação pelos órgãos responsáveis pelos programas temáticos que compuseram a Prestação de Contas da Presidente da República (PCPR) referente ao ano de 2014. Além disso, ao longo de 2015, várias reuniões foram feitas com TCU, CGU, SOF e SPI para proposições sobre as informações de custos das contas ordinárias e da PCPR 2015. Em conjunto com estes Órgãos, o Tesouro Nacional auxiliou os Ministérios sobre a elaboração dos referidos relatórios. A Coordenação elaborou a Orientação Normativa nº 1, de 17 de dezembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos para elaboração dos relatórios de custos que compõem a Prestação de Contas do Presidente da República para o exercício de 2015 – PCPR 2015.

Destaca-se a iniciação de execução do projeto de modernização do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, cujo objetivo é oferecer aos órgãos e entidades públicos uma solução tecnológica mais intuitiva, em ambiente Web e integrada ao SIASG, ao SIAFI e ao SIC, e que auxilie, de maneira eficaz, eficiente e econômica, a execução dos procedimentos de gestão patrimonial de bens móveis. Considerado o preço relativamente menor do que o que se paga para aquisição de outros programas similares no mercado, espera-se expandir o número de órgãos usuários, o que contribuirá para redução dos gastos públicos.

Foram realizadas apresentações sobre o SIADS a alguns órgãos e entidades; assim, Anvisa, DNPM e IPHAN aderiram a esse sistema estruturante em 2015, o que aumentou o número de órgãos e entidades usuárias para treze. Outros órgãos, AGU, ANAC e SAC/PR, firmaram contrato para implantação do SIADS a partir de 2016.

A produção normativa sobre a matéria custos no setor público constituiu-se de: minuta do **Manual de Informações de Custos** (objetiva permitir que os leitores tenham um direcionador e um arcabouço de conceitos básicos de custos, a fim de proporcionar aplicações adequadas, diante das especificidades de um sistema de apuração de custos dentro da área da Administração Pública Federal); minuta do **Manual de Orientação para as Setoriais de Custos** (objetiva orientar os órgãos do Governo Federal no processo de implantação e desenvolvimento das Setoriais de Custos, resultado da experiência adquirida com o processo de implantação das Setoriais de Custos já ocorridos, bem como abordar aspectos operacionais sobre custos no Setor Público, explorando as peculiaridades da área); minuta do **Guia Rápido do SIC** (objetiva transmitir aos usuários do SIC informações resumidas sobre sua metodologia de concepção, desenvolvimento e implantação, assim como sua usabilidade); revisão da Cartilha **Sistema de Custos do Governo Federal: O que é? Para que serve? E como isso afeta o meu dia?** (Objetiva apresentar de forma introdutória ao leitor não especializado o tema da gestão de custos na administração pública).

A partir de janeiro de 2015, o SIC foi incorporado pelo Tesouro Gerencial, o que exigiu a homologação das métricas e atributos de custos, considerando a implantação do Plano de Contas do Setor Público – PCASP na União, para se garantir que o sistema de custos continuasse a evidenciar adequadamente os dados oriundos dos sistemas estruturantes.

No mês de dezembro, foram publicados no Tesouro Transparente conjuntos de dados, a fim de divulgar os custos da Administração Pública Federal sob as óticas funcional, programática e institucional, bem como a metodologia de apuração aplicada na mensuração desses custos.

Ademais, foram realizadas reuniões específicas com alguns órgãos e entidades sobre a implantação e aperfeiçoamento da utilização da informação de custos. Cita-se, por exemplo: AGU, CNJ, Ministério da Cultura, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda,

Ministério da Saúde, Ministério dos Transportes, Departamento de Polícia Federal, STJ, além de representações internacionais dos Ministérios da Saúde e da Economia e Finanças do Uruguai e do Ministério das Finanças do México.

Por fim, ao longo do ano de 2015, além de participação em instrutorias de algumas oficinas da 12ª Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas, promovida pela ESAF, foram ministrados treinamentos sobre o SIC, com 120 gestores treinados, e sobre o SIADS, com 46 gestores treinados.

7.4 CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

a) Processo de verificação da conformidade contábil

O processo de análise da conformidade contábil se inicia a partir da verificação da consistência dos itens que compõem as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), tendo por base a Lei nº 4.320/1964 e as demais normas de contabilidade. Após isso, são verificadas ocorrências na transação >CONDESAUD relativas aos dados contábeis da UG em análise. São verificadas também a ocorrência de saldos invertidos, indevidos e saldos alongados em contas transitórias no balancete contábil, além dos registros de conformidade de gestão.

A seguir é apresentada a instância responsável pela realização da conformidade e as respectivas unidades gestoras executoras analisadas.

a.1) Conformidade Contábil de UG:

Quadro 7.4.1 – Conformidade Contábil

Unidades Setorial e Seccional Contábil	Unidade Gestora / Estrutura Administrativa	Quantidade de UGs (Função: Executora)	Unidades Gestoras Executoras
170003- Setorial do MF	STN	16	170007; 170403; 170453; 170500; 170502; 170504; 170505; 170506; 170508; 170526; 170528; 170579; 170700; 170705; 170804; 170860
170999 – CCONT/SUCON	STN	02	170999; 179999
170501 – COFIN/Sist.Pagto.Brasil.	STN	01	170501
170556 - Seccional da COPAR	STN	01	170510
170557 - Seccional da COAFI	STN	01	170512
170539 - Seccional da CODIV	STN	01	170600

Fonte: SIAFI

No que tange à segregação de função no registro da conformidade, o processo ocorre em observância às seguintes normas:

- Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011 (Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Fazenda)

Art. 5º À Secretaria-Executiva compete:

(...)

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISF, de Serviços Gerais - SISG, Nacional de Arquivos - SINAR, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira do Governo Federal, de Organização e Inovação Institucional e de Contabilidade Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

- Portaria GM/MF nº 81, de 27 de março de 2012 (Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda)

Art. 24. À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

(...)

Art. 31. À Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil compete:

(...)

Art. 40. À Coordenação de Análise Contábil compete:

(...)

IV - proceder à conformidade contábil dos registros dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras da administração direta do Ministério da Fazenda;

- Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009 (Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências)

Art. 9º As competências de órgão setorial de contabilidade, previstas no art. 8º, poderão ser delegadas a órgão ou unidade que comprove ter condições de assumir as obrigações pertinentes, de acordo com normas emitidas pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

b) Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício.

A seguir são apresentadas as ocorrências observadas durante o exercício, desdobradas por unidade gestora.

Quadro 7.4.2 – Ocorrências Contábeis

170007-CODIN	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Total	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
170403-UCP/STN PACE	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
170453-COAPI PPI TAL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
170500-COFIN	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	1
Ressalva	0	1	0	1	1	1	1	2	1	1	1	1
Total	0	2	1	1	2	1	2	2	1	1	1	2
170501-COFIN/SPB	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta												
Ressalva												
Total	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c
170502-STN/COFIN	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0
Total	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	1
170504-COFIN EXT DOL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
170505-COFIN EXT EU	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0

170506-COFIN EXT IENE	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0
Ressalva		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0
Total	s/c	0	0	0	0	0	0	s/c	0	0	0	0
170508-COAPI DOAÇÃO BIRD	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta		0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ressalva		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	s/c	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1
170510-COPAR	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
170512-COAFI	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	0	0	0		0	0	0		0	0
Ressalva	0	0	0	0	0		0	0	0		0	0
Total	0	0	0	0	0	s/c	0	0	0	s/c	0	0
170526-COFIS PROJETO BIRD	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
170579-RPPS ATUARIAL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta												0
Ressalva												0
Total	s/m	s/m	s/m	s/m	s/m	s/m	s/m	s/m	s/m	s/m	s/m	0
170600-CODIV	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	3
Ressalva	1	1	3	4	2	2	3	3	3	3	3	4
Total	1	1	3	4	2	4	5	5	5	5	5	7
170700-COPEC GEFIN	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1
Total	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1
170705-COFIS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
179999-STN Exterior Dif.Cambial	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta												
Ressalva												
Total	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c	s/c

Fonte: SPOA/MF

s/c – sem conformidade

s/m – sem movimento

c) Ocorrências não sanadas até o final do exercício de referência do relatório de gestão e as justificativas da não regularização

c.1) Ausência de registro das variações cambiais no caixa e equivalente de caixa em moeda estrangeira. Especificamente, essa ressalva se refere à conta de aplicações financeiras – fechamento de câmbio (111215100), no valor de R\$ 10,6 bilhões, administrada pela CODIV/STN, que apresenta os valores em moeda nacional equivalentes à moeda estrangeira comprada para cumprimento de obrigações externas. A justificativa se deve à ausência de adequação das rotinas contábeis para a realização dos registros.

c.2) Reconhecimento parcial de ativos intangíveis e respectivos procedimentos de mensuração subsequentes como amortização e redução ao valor recuperável, quando da aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento desses itens, em que são satisfeitos os critérios de reconhecimento. A justificativa se deve à necessidade de desenvolvimento, no Sistema Integrado de Administração e Serviços (SIADS), de meios para que seja viabilizado o controle dos ativos intangíveis e implementados os respectivos procedimentos de mensuração.

c.3) Registros do resultado da equivalência patrimonial das participações societárias tem como referência as demonstrações contábeis das empresas controladas de 30/09/2015. Uma vez que os resultados dos exercícios das empresas controladas são publicados posteriormente ao encerramento do exercício, não é possível o registro integral dos resultados da equivalência patrimonial até a data das demonstrações contábeis por parte do órgão controlador (STN/COPAR). Em consonância com o Acórdão do TCU nº 269/2014 -TCU/Plenário, que recomenda a divulgação do valor das participações societárias em 31 de dezembro, de modo que o usuário do Balanço Patrimonial possa compreender os efeitos da defasagem entre a data do Balanço Geral da União e as datas das demonstrações das empresas participadas, a COPAR realizou esforços no sentido de proceder o registro de equivalência de todas as empresas estatais com base em setembro de cada ano. Nesse sentido, em termos de valor de participação, 98% do saldo das empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial foi registrado com posição de 30/09/2015.

7.5 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL – FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quadro 7.5.1 – Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
DECLARAÇÃO COM RESSALVA		
Denominação Completa (UJ)	Código da UG	
Secretaria do Tesouro Nacional	170007-CODIN	170403-UCP/PACE
	170453-COAPI	170500-COFIN
	170502-COFIN	170504-COFIN DOLAR
	170505-COFIN EURO	170506-COFIN IENE
	170508-COAPI	170526-COFIS
	170528-COFIN FRANCO SUIÇO	170579-RPPS ATUARIAL
	170700-COPEC	170705-COFIS
	170804-PCU ED	170860-COINT
	<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, exceto no tocante a:</p> <p>a) Ausência de registro das variações cambiais no caixa e equivalente de caixa em moeda estrangeira. Especificamente, essa ressalva se refere à conta de aplicações financeiras – fechamento de câmbio (111215100), no valor de R\$ 10,6 bilhões, administrada pela CODIV/STN, que apresenta os valores em moeda nacional equivalentes à moeda estrangeira comprada para cumprimento de obrigações externas.</p> <p>b) Reconhecimento parcial de ativos intangíveis e respectivos procedimentos de mensuração subsequentes como amortização e redução ao valor recuperável, quando da aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento desses itens, em que são satisfeitos os critérios de reconhecimento.</p> <p>O seguinte ponto não se constitui ressalva, mas cabe menção, para uma melhor interpretação das demonstrações contábeis do órgão.</p> <p>- Registros do resultado da equivalência patrimonial das participações societárias tem como referência as demonstrações contábeis das empresas controladas de 30/09/2015.</p>	

Uma vez que os resultados dos exercícios das empresas controladas são publicados posteriormente ao encerramento do exercício, não é possível o registro integral dos resultados da equivalência patrimonial até a data das demonstrações contábeis por parte do órgão controlador (STN/COPAR). Em consonância com o Acórdão do TCU nº 269/2014 -TCU/Plenário, que recomenda a divulgação do valor das participações societárias em 31 de dezembro, de modo que o usuário do Balanço Patrimonial possa compreender os efeitos da defasagem entre a data do Balanço Geral da União e as datas das demonstrações das empresas participadas, a STN/COPAR realizou esforços no sentido de proceder o registro de equivalência de todas as empresas estatais com base em setembro de cada ano. Nesse sentido, em termos de valor de participação, 98% do saldo das empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial foi registrado com posição de 30/09/2015.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	Data	05 de fevereiro de 2016
Contador Responsável	Heriberto Henrique Vilela do Nascimento	CRC nº	019.051/O – 3 DF

Fonte: SPOA/MF

7.6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI Nº 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

➤ Balanço Patrimonial

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 1701 - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN
 ORGÃO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
 EMISSÃO 01/02/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

Quadro 7.6.1 – Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	1.018.050.646.086,29	-	PASSIVO CIRCULANTE	911.702.235.586,90	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	797.508.092.313,47	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	65.409.173.159,39	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	804.085.247.766,42	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	65.909.320,28	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	69.486.527.204,73	-	Provisões de Curto Prazo	33.715.980.369,20	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	73.835.098.131,00	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-4.077.354.045,34	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	155.132.350.061,65	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	1.030.551,78	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.397.260.539.439,23	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.624.420.540.219,21	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.104.622.654.900,09	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	1.084.324.220.701,99	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	3.295.231.716.907,20	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.240.170.488.170,67	-	Provisões de Longo Prazo	1.279.261.369.288,40	-

Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	49.927.454.023,61	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de LP	-155.846.267.468,68	-			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	19.896.385.567,12	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a LP	402.048.630,98	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
Investimentos	292.594.269.089,69	-			
Participações Permanentes	292.594.269.089,69	-			
Participações Avaliadas p/Método da Equiv.Patrimonial	286.255.038.556,05	-			
		-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	5.536.122.775.806,11	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	6.339.230.533,64	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para Investimento	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	20.873.373.442,64	-
Propriedades para Investimento	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Invest.	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Invest.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Invest. do RPSS	-	-	Resultados Acumulados	-3.141.684.963.723,23	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	-393.046.844.865,98	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	-2.715.847.599.257,59	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-32.790.519.599,66	-
Imobilizado	12.013.736,02	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	12.013.736,02	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-3.120.811.590.280,59	
Bens Móveis	17.944.972,84	-			
(-) Depreciação/Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-5.931.236,82	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	31.601.713,43	-			
Softwares	31.601.713,43	-			
Softwares	31.601.713,43	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acum. de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	2.415.311.185.525,52	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.415.311.185.525,52	-
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	841.432.629.049,84	-	PASSIVO FINANCEIRO	87.077.457.450,72	-
ATIVO PERMANENTE	1.573.878.556.475,68	-	PASSIVO PERMANENTE	5.463.961.048.835,29	-
SALDO PATRIMONIAL	3.135.727.320.760,49	-	SALDO PATRIMONIAL	-	-

Fonte: SIAFI e SPOA/MF

Quadro 7.6.2 - Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	241.146.850.169,17	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	260.257.585.244,22	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	241.146.850.169,17	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	260.257.585.244,22	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	239.814.807.814,22	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	260.155.051.154,90	-
Direitos Conveniados e Outros Instrum. Congêneres a Rec.	-	-	Obrig. Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	14.990.716,69	-
Direitos Contratuais a Executar	1.332.042.354,95	-	Obrigações Contratuais a Executar	87.543.372,63	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	241.146.850.169,17	-	TOTAL	260.257.585.244,22	-

Fonte: SIAFI e SPOA/MF

Quadro 7.6.3 – Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	148.740.122.656,26
Recursos Vinculados	605.150.959.461,13
Educação	19.252.541.531,78
Seguridade Social (Exceto RGPS)	9.192.589.015,46
Operação de Crédito	502.008.078.226,37
Alienação de Bens e Direitos	47.222.357,05
Transferências Constitucionais e Legais	12.025.551.317,18
Previdência Social (RGPS)	-2.244.596.514,34
Doações	69.025.827,74
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	47.874.134.708,58
Outros Recursos Vinculados a Fundos	18.584.064.547,72
Demais Recursos	-1.657.651.556,41
TOTAL	753.891.082.117,39

Fonte: SIAFI e SPOA/MF

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Tabela 7.6.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var %
110000000	Ativo Circulante	1.018.050.646.086,29	698.649.261.549,17	45,7
111000000	Caixa e Equivalentes de Caixa	797.508.092.313,47	524.019.412.686,00	52,1

Fonte: SIAFI

A conta “**Caixa e Equivalentes de Caixa**” compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Esse título se subdivide em Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional e Caixa e Equivalentes em Moeda Estrangeira.

O grupo “**Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional**” está detalhado nas rubricas Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional, Conta Única – Subconta Fundo do RGPS, Conta Única – Dívida Pública, Bancos Conta Movimento – Demais Contas, Rede Bancária Arrecadação, Recursos Liberados pelo Tesouro.

O grupo está subdividido nas rubricas Bancos Conta Movimento, Bancos Oficiais no Exterior e Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio.

Destaca-se que as disponibilidades de caixa da União, depositadas no Banco Central do Brasil conforme estabelecido no §3º do art. 164 da Constituição Federal, são movimentados sob os mecanismos da Conta Única do Tesouro Nacional (art. 1º da Medida Provisória nº 2.170/2001).

A seguir são apresentados os saldos, desdobrados em moeda nacional e estrangeira.

Tabela 7.6.2 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Moeda Nacional e Moeda Estrangeira

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var %
111100000	Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	786.846.308.447,42	511.066.011.212,80	53,9
111200000	Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira	10.661.783.866,05	12.953.401.473,20	-17,6

Fonte: SIAFI

Nota 2 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos**Tabela 7.6.3 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos**

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var %
112400000	Emprést. e Financ. Concedidos CP	69.486.527.204,73	78.631.818.495,51	-11,6
121100000	Emprést. e Financ. Concedidos LP	1.084.324.220.701,99	1.060.559.020.166,02	2,2

Fonte: SIAFI

Este grupo é composto principalmente pelos **haveres financeiros** da União junto a Estados e Municípios, **haveres financeiros** relativos a operações de créditos do Tesouro Nacional e **créditos** de gerenciamento de fundos e operações fiscais.

Nota 2.1 – Haveres Financeiros juntos a Estados e Municípios (STN/COAFI)

Os haveres (créditos) financeiros da União perante Estados e Municípios, cujo controle e acompanhamento são da competência da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI/STN, decorrem de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas, implementados em conformidade com legislações específicas e formalizados mediante a celebração de contratos entre as partes, conforme comentado nos itens 4.3 e 4.13 deste Relatório.

Nota 2.2 – Haveres Financeiros relativos a operações de créditos do Tesouro Nacional

A tabela a seguir apresenta os haveres financeiros relativos a operações de crédito do Tesouro Nacional, que são gerenciados pela Coordenação-Geral de Operações de Crédito - COPEC/STN.

Tabela 7.6.4 – Haveres financeiros relativos a operações de crédito do Tesouro Nacional – COPEC/STN

Conta	Descrição		31.12.2015	31.12.2014	Var.%
112400000	Emprést. e Financ. Concedidos	(i)	10.984.629.116,97	9.426.685.225,36	16,5
112900000	Ajuste de Perdas Créditos CP	(ii)	(4.077.354.045,34)	(2.300.860.148,07)	77,2
113000000	Demais Créditos e Valores a CP		7.817.194,00	-	-

Fonte: SIAFI

Esses haveres são compostos de financiamentos concedidos às Instituições Financeiras referentes, principalmente, aos seguintes programas: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF concedidos aos bancos: BASA, BNB e BB; Programa de Financiamento às Exportações-PROEX, que tem como agente financeiro exclusivamente o Banco do Brasil; e transferências de recursos pelo Tesouro Nacional à CONAB para o programa de Aquisições do Governo Federal-AGF, destinada a formação de estoques públicos reguladores.

Os aumentos de saldos desses ativos se devem às novas concessões de financiamentos e às capitalizações de cálculos de juros e remuneração dos programas, de acordo com os encargos previstos em contratos. As amortizações de empréstimos realizadas pelas instituições financeiras (reembolso de principal) impactam negativamente o saldo dessa conta. Em relação ao 4º trimestre de 2014, houve um acréscimo de 16,52%.

(i) Créditos por Programa

(ii) Ajuste para perdas

Tabela 7.6.5 – Créditos geridos pela STN/COPEC – Distribuição por Programa

Programa	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
PROEX	5.681.448.300,01	4.164.347.308,07	36,4
PRONAF	2.937.074.372,60	2.657.322.564,36	10,5
CACAU	92.014.230,46	73.256.429,67	25,6
RECOOP	60.729.894,76	89.306.104,15	-32,0
AGF CONAB	2.157.463.546,71	2.371.486.429,74	-9,0
<i>Demais*</i>	55.898.772,43	70.966.389,37	-21,2
Total	10.984.629.116,97	9.426.685.225,36	16,5

Fonte: STN/COPEC

Demais: consolidação

Em razão da necessidade de adequar o sistema de atualização de saldo dos financiamentos (Sistema Pós-fundo O2C), trabalho que vem sendo desenvolvido pelo SERPRO e a STN em 2015, não há registro na conta de empréstimos e financiamentos do longo prazo. Em 2016, após a conclusão desse trabalho, os saldos referentes ao ativo de longo prazo, que hoje constam do curto, serão transferidos para a respectiva conta.

A conta “ajustes para perdas em créditos de curto prazo” contém os registros de ajustes de perdas que são apurados junto às instituições financeiras que têm saldo na carteira das operações de crédito. Esses registros são realizados uma vez por ano ou quando houver uma variação significativa, sendo que os ajustes são realizados após circularização com as instituições financeiras, que informam o índice de inadimplência atualizado. Em relação ao 4º trimestre de 2014, houve um acréscimo de 77,20%.

Nota 2.3 – Créditos de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais

Dos empréstimos e financiamentos da União, destacam-se os créditos geridos pela Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais – COFIS/STN, que administram os saldos apresentados a seguir, acompanhados do respectivo ajuste para perdas.

Tabela 7.6.6 – Créditos de Fundos e Operações Fiscais Geridos pela STN/COFIS

Conta	Descrição		31.12.2015	31.12.2014	Var.%
Curto Prazo					
112400000	Emprést. e Financ. CP		14.500.121.678,27	14.775.287.376,07	-1,8
113000000	Demais Créditos CP		240.099.189,71	250.241.130,52	-4,0
Longo Prazo					
121110301	Emprést. e Financ. LP	(i)	622.480.045.953,92	659.128.856.499,24	-5,56
121110308	Financiamentos Concedidos LP		-	861.997.241,27	
121119900	Ajustes de Perdas de Créditos LP		(23.436.672.423,91)	(82.824.974.166,22)	-71,7
121120301	Emprést. e Financ. LP - Intra	(ii)	70.203.164.336,36	-	
121129900	Ajustes de Perdas de Créd.LP - Intra		(31.841.884.600,51)	-	
Total			652.144.874.133,84	592.191.408.080,88	10,1

Fonte: SIAFI.

Para a constituição do ajuste foi utilizada a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos. A constituição do ajuste é resultado da recomendação do Acórdão nº 1.800/2003-TCU Plenário, de 15 de dezembro de 2003.

(i) Principais contratos em aberto em 31 de dezembro de 2015

(ii) Empréstimos/Financiamentos LP - Intra

As tabelas a seguir apresentam os saldos e os fluxos de recebimento referentes aos principais haveres financeiros geridos pela STN/COFIS.

Tabela 7.6.7 – Estoque dos Principais Haveres Financeiros – STN/COFIS

Contrato	Transações	Saldo 31/12/2015 (a)	Saldo 31/12/2014 (b)	Variação	
				(a) - (b)	(a)/(b) %
BASA - IECP - CT 1016/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	1.069.167.833,86	999.999.442,39	69.168.391,47	6,9%
BB - IECP - CT 997/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	8.320.647.521,66	8.099.999.763,10	220.647.758,56	2,7%
BNB - Contrato de Mútuo - CT 592/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	1.408.609.458,74	1.272.766.709,73	135.842.749,01	10,7%
BNDES - Contrato de Cessão de Crédito - CT 390/PGFN/CAF	Contrato tendo o BNDESPAR como contraparte. Saldos e Fluxos previstos contratualmente. Liquidado antecipadamente em 24.12.2015.	-	2.254.004.493,94	-2.254.004.493,94	-100,0%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 544/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	3.002.245.265,23	2.128.218.264,92	874.027.000,31	41,1%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 577/PGFN/CAF	Em 22/12/2014 R\$ 5 Bi foram desmembrados no CT 1018. Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	24.856.952.475,32	23.854.703.742,86	1.002.248.732,46	4,2%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 590/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	1.876.403.290,75	1.330.136.415,55	546.266.875,20	41,1%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 619/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	6.253.731.271,40	6.003.505.887,37	250.225.384,02	4,2%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 652/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	35.413.684.796,39	33.996.706.276,95	1.416.978.519,45	4,2%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 703/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	28.893.655.825,64	27.737.557.840,12	1.156.097.985,51	4,2%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 738/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	11.343.340.008,43	10.889.468.313,84	453.871.694,60	4,2%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 755/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	22.425.432.606,08	21.528.142.293,75	897.290.312,33	4,2%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 807/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	16.698.863.657,56	16.030.705.818,65	668.157.838,91	4,2%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 845/PGFN/CAF (FMM)	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	2.644.299.017,82	2.209.207.155,50	435.091.862,32	19,7%
BNDES - IECP - CT 867/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	15.506.719.287,13	14.999.999.927,73	506.719.359,40	3,4%

BNDES - Contrato de Renegociação de Dívida - CT 895/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente. Liquidado antecipadamente R\$ 14,068 Bilhões em dezembro de 2014.	4.083.295.525,36	12.343.268.126,43	-8.259.972.601,06	-66,9%
BNDES - Contrato de Renegociação de Dívida - CT 896/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	14.524.894.785,73	14.466.949.058,91	57.945.726,82	0,4%
BNDES - Instrumento de Desmembramento - CT 897/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	8.734.679.687,30	5.941.675.933,57	2.793.003.753,73	47,0%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 904/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	26.906.170.859,04	25.247.857.481,76	1.658.313.377,28	6,6%
BNDES - Contrato de Renegociação de Dívida - CT 922/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	199.489.754.607,98	187.600.926.126,19	11.888.828.481,80	6,3%
BNDES - Contrato de Renegociação de Dívida - CT 923/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	15.277.759.855,30	14.367.263.640,28	910.496.215,02	6,3%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 962/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente. CT iniciado em 24/06/2014.	32.733.322.524,57	30.782.541.285,25	1.950.781.239,32	6,3%
BNDES - IEC - CT 963/PGFN/CAF	CT iniciado em 24/06/2014. Renegociação do CT Híbrido S/N. Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	9.026.729.432,98	8.731.759.333,66	294.970.099,31	3,4%
BNDES - IEC - CT 964/PGFN/CAF	CT iniciado em 24/06/2014. Renegociação do CT Híbrido 500. Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	7.037.173.014,88	6.807.216.457,69	229.956.557,19	3,4%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 1017/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente. CT iniciado em 17/12/2014.	31.961.775.980,48	30.056.975.827,66	1.904.800.152,82	6,3%
BNDES - IEC - CT 1018/PGFN/CAF	CT iniciado em 22/12/2014. Oriundo de Desmembramento do CT 577. Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	5.168.906.454,30	5.000.000.000,00	168.906.454,30	3,4%
CAIXA - IEC - CT 348/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	8.040.784.213,61	7.702.262.151,53	338.522.062,08	4,4%
CAIXA - IEC - CT 504/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	8.225.117.094,11	7.860.402.227,70	364.714.866,41	4,6%
CAIXA - PROER	Contrato oriundo do programa PROER. Sem fluxo de pagamentos.	46.038.126,95	41.834.797,99	4.203.328,95	10,0%
CAIXA - IEC - CT 752/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	6.946.766.034,83	6.799.999.790,27	146.766.244,56	2,2%
CAIXA - IEC - CT 754/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	6.446.801.042,36	6.310.597.696,27	136.203.346,09	2,2%
CAIXA - IEC - CT 868/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	3.064.749.815,77	3.000.000.000,00	64.749.815,77	2,2%
CAIXA - IEC - CT 869/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	5.107.916.359,62	5.000.000.000,00	107.916.359,62	2,2%
CDRJ Sepetiba TECON S/A	Contrato de cessão de créditos da CDRJ para a União.	273.695.490,04	280.439.849,29	-6.744.359,25	-2,4%

CDRJ TECON I - CT 018/PGFN/CAF	Contrato de cessão de créditos da CDRJ para a União.	70.122.503,96	74.939.805,51	-4.817.301,55	-6,4%
CDRJ TECON I - CT 026/PGFN/CAF	Contrato de cessão de créditos da CDRJ para a União.	316.317.329,94	318.085.221,34	-1.767.891,39	-0,6%
ELETOBRÁS - ITAIPU CT 424 (BRADIES/C.PA RIS)	Contrato de cessão de créditos da Eletrobrás com a Itaipu para a União.	6.515.520.732,84	5.377.624.044,66	1.137.896.688,18	21,2%
ELETOBRÁS - ITAIPU CT 425 (LFT/RGR)	Contrato de cessão de créditos da Eletrobrás com a Itaipu para a União.	14.416.359.601,49	11.898.628.706,48	2.517.730.895,01	21,2%
ELETOBRÁS - PARCELA DIFERENCIAL DE REAJUSTE	Em 2007 deixou-se de aplicar o Fator de Ajuste (pela Inflação americana) nos fluxos devidos pela Itaipu à Eletrobrás, que foram cedidos à União. Esse diferencial que a União deixou de receber é pago pela Eletrobrás neste contrato.	5.657.818.305,08	4.641.841.601,31	1.015.976.703,77	21,9%
RFFSA 349/TN	Contratos de dívida da ex-RFFSA para com a União. Saldos vencidos e não pagos. Saldos 100% provisionados na PDD.	14.623.312.708,08	12.471.989.267,43	2.151.323.440,65	17,2%
RFFSA 360/TN	Contratos de dívida da ex-RFFSA para com a União. Saldos vencidos e não pagos. Saldos 100% provisionados na PDD.	2.962.233.498,50	2.526.441.521,05	435.791.977,46	17,2%
RFFSA CFN - CT 020/STN/COAFI	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	725.037,08	725.037,08	-	0,0%
RFFSA CFN - CT 021/STN/COAFI	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	86.949.391,02	87.945.328,41	-995.937,38	-1,1%
RFFSA FCA - CT 006/PGFN/CAF	Liquidado em 15/07/2014.	-	-	-	-
RFFSA FERROBAN - CT 007/PGFN/CAF	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	394.419.899,87	545.234.685,64	-150.814.785,77	-27,7%
RFFSA FTC - CT 022/STN/COAFI	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	98.800.421,70	99.469.767,97	-669.346,26	-0,7%
RFFSA MRS - CT 018/STN/COAFI	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	2.616.990.855,22	2.647.917.109,19	-30.926.253,97	-1,2%
RFFSA MRS - CT 020/STN/COAFI	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	602.509.223,42	544.266.703,48	58.242.519,94	10,7%
RFFSA NOVOESTE - CT 020/STN/COAFI	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	267.080.978,48	276.294.617,40	-9.213.638,92	-3,3%
RFFSA NOVOESTE - CT 021/STN/COAFI	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	129.024.691,11	116.552.312,67	12.472.378,44	10,7%
Total		621.568.268.399,01	593.305.047.860,45	28.263.220.538,56	4,8%

Fonte: GERAT/COFIS/STN

Tabela 7.6.8 – Haveres Financeiros STN/COFIS – Fluxo de recebimento dos Principais Contratos

Natureza	Descrição da Subnatureza	Posição		Variação	
		2015 até 31/12 - (a)	2014 até 31/12	(a) - (b)	(a) / (b)
16000201	Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	87.242.050,96	81.368.919,99	5.873.130,97	7,2%
23009900	Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	-	-	-	-
16000201	BNDES - BNDESPAR	5.957.437.234,30	5.188.057.321,11	769.379.913,19	14,8%
23009900	BNDES - BNDESPAR	16.741.570.974,24	1.007.871.099,90	15.733.699.874,3	1561,1%
16000201	Caixa - Instrumento Elegível A CAPITAL PRINCIPAL	1.503.077.521,32	707.754.950,21	795.322.571,11	112,4%
23009900	Caixa - Instrumento A CAPITAL PRINCIPAL	-	-	-	-
16000201	ELETOBRÁS - ITAIPU - CT Nº 424 e 425.	-	-	-	-
23009900	ELETOBRÁS - ITAIPU - CT Nº 424 e 425.	3.888.434.734,64	36.605.062,07	3.851.829.672,57	10522,7%
16000201	ELETOBRÁS - ITAIPU - CT Nº 424 e 425. -Reajuste	-	-	-	-

23009900	ELETROBRÁS - ITAIPU - CT Nº 424 e 425. -Reajuste	692.792.495,97	412.311.136,91	280.481.359,06	68,0%
16000201	BB - INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL	152.363.562,79	447.064.699,48	- 294.701.136,69	-65,9%
23009900	BB - INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL	-	-	-	-
16000201	BASA - INSTRUM.ELEGÍVEL A CAPITAL	3.126.472,40	-	3.126.472,40	-
23009900	BASA - INSTRUM.ELEGÍVEL A CAPITAL	-	-	-	-
16000201	CIA. DOCAS - CESSÃO DE CRÉDITO	-	-	-	-
23009900	CIA. DOCAS - CESSÃO DE CRÉDITO	41.218.881,42	38.988.958,74	2.229.922,68	5,7%
16000201	REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A	202.512,95	2.268.214,18	- 2.065.701,23	-91,1%
23009900	REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A	348.332.948,05	425.803.702,34	- 77.470.754,29	-18,2%
TOTAL		29.415.799.389,04	8.348.094.064,93		252,4%

Fonte: GERAT/COFIS/STN

Tabela 7.6.9 – Empréstimos/Financiamento LP - Intra

Item	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
PF1705314 INSS Recebimentos	38.361.279.735,85	-	-
PF1705450 Banco do Brasil S/A	27.163.754.766,28	-	-
510001	4.678.129.834,23	-	-
Total	70.203.164.336,36	-	-

Fonte: SIAFI.

Dentre esses haveres, encontra-se o contrato com o INSS registrado no SIAFI sob a inscrição genérica nº PF1705314, que consiste no financiamento e cessão de créditos em caução, de 4.12.1997, celebrado nos termos da Medida Provisória nº 1.571-8, de 20.11.1997, convertida na Lei nº 9.639, de 25.5.1998. Tal contrato concedeu ao INSS crédito no valor de R\$ 6.000.000.000,00, mediante a emissão de Letras Financeiras do Tesouro – LFT, destinado a financiar o déficit financeiro do Instituto.

Conforme a cláusula segunda, o INSS aceitou pagar a dívida objeto desse financiamento até 2.9.1998, acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa média ajustada da SELIC. Posteriormente, termo aditivo assinado em 26.10.1999 estendeu o prazo de pagamento da dívida para 26.10.2009, não havendo pagamento. Nesse sentido, o saldo do contrato vem sendo atualizado pela Selic e o respectivo ajuste para perdas registrado no balanço patrimonial.

Tendo em vista a reciprocidade dos saldos de ativo e passivo evidenciados no âmbito do MF e do INSS referentes ao contrato em comento, e considerando as regras de consolidação do Balanço Geral da União, em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União no Relatório e Parecer sobre as Contas do Presidente de 2014, em maio de 2015 foi registrada a baixa no ajuste de perdas de créditos em contrapartida com ajustes de exercícios anteriores - patrimônio líquido, no montante atualizado do contrato de R\$ 33.870.633.974,00.

Nota 3 – Demais Créditos e Valores

Neste item se destacam os registros decorrentes do Resultado Positivo do Banco Central do Brasil, constantes do ativo circulante, e os adiantamentos para futuro aumento de capital, no ativo não circulante.

Nota 3.1 – Resultado do Banco Central do Brasil – BACEN

Os resultados negativos do Banco Central do Brasil se constituem em obrigação da União junto à Instituição, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação das demonstrações contábeis pelo Conselho Monetário Nacional. Por sua vez, os resultados positivos se constituem obrigação do Banco Central com a União, devendo ser objeto de crédito na Conta Única até o décimo dia útil subsequente ao da aprovação do balanço pelo CMN, conforme disposto art. 6º, §1º da Lei 11.803/2008.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV), registra lançamentos em passivos, nas contas 21891.29.01 – Resultado Negativo BACEN – Balanço Apurado e 21891.29.02 – Resultado Negativo BACEN –

Custos das Reservas, em função dos resultados negativos da Autoridade Monetária. No entanto, não houve registros nas referidas contas no exercício de 2015, visto que os resultados do 2º semestre de 2014 e nos semestres de 2015 foram positivos.

Por sua vez os resultados positivos são reconhecidos em ativos, nas contas 11381.30.01 – Resultado Positivo BACEN – Balanço Apurado e 11381.30.02 – Resultado Positivo BACEN – Custos das Reservas, cujos valores estão demonstrados abaixo:

- **Resultado BACEN – Balanço Apurado:** no 2º semestre de 2014 foi positivo em R\$ 25.658,9 milhões que, atualizado em R\$ 613,8 milhões, totaliza R\$ 26.272,7 milhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em março/2015. Já para o 1º semestre de 2015 foi positivo em R\$ 35.187,8 que, atualizado em R\$ 835,4 milhões, totaliza R\$ 36.023,2 milhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em setembro/2015. O resultado patrimonial referente ao 2º semestre de 2015 está sendo apurado pelo Banco Central, e será disponibilizado para registro quando da aprovação das respectivas Demonstrações Financeiras pelo Conselho Monetário Nacional; e

- **Resultado BACEN – Custos das Reservas:** no 2º semestre de 2014 foi positivo em R\$ 65.173,4 milhões que, atualizado em R\$ 1.559,2 milhões, totaliza R\$ 66.732,6 milhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em março/2015. Para o 1º semestre de 2015 foi positivo em R\$ 46.406,6 milhões que, atualizado em R\$ 1.101,8 milhões, totaliza R\$ 47.508,4 milhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em setembro/2015. Para o 2º semestre de 2015 o Resultado também foi positivo em R\$ 110.938,0 milhões, que corresponde ao saldo de referida conta em 31/12/2015.

Nota 3.2 – Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital e Títulos a Receber

Os saldos dos adiantamentos para futuro aumento de capital e títulos a receber são demonstrados nas tabelas a seguir.

Tabela 7.6.10 – Demais créditos e valores a longo prazo – STN/COPAR

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
1212X0106	Adiant. para Futuro Aumento de Capital	16.472.059.131,38	12.052.006.716,22	37%
1212X0108	AFAC - Correção Selic	2.923.151.462,55	1.499.453.621,79	95%
121219820	Títulos a Receber	2.733.045,44	2.733.045,44	0%
Total		19.397.943.639,37	13.554.193.383,45	43%

Fonte: SIAFI

Tabela 7.6.11 – Repasses de AFAC (Principal e Correção) em 2015 – Valores mais relevantes

Empresa	Saldo da Conta em 31/12/15	Saldo da Conta em 31/12/14	Variação líquida anual
CODEVASF	3.120.572.974,58	2.214.324.912,76	906.248.061,82
EMBRAPA	1.660.105.465,41	1.291.131.267,79	368.974.197,62
INFRAERO	1.544.682.890,88	0,00	1.544.682.890,88
TELEBRÁS	1.064.858.916,36	678.046.567,36	386.812.349,00
VALEC	9.002.745.232,28	6.041.590.576,46	2.961.154.655,82
Demais	3.004.978.159,86	3.329.100.059,08	-324.121.899,22

Fonte: STN/COPAR

O registro dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) ocorre em contas que segregam o principal e a correção desses recursos pela Taxa SELIC, nos termos do Decreto nº 2.673, de 1998. Além disso, a conta Títulos a Receber se refere ao crédito decorrente das debêntures participativas da União junto à VALE S.A.

Conforme destacado na tabela de Repasses de AFAC em 2015, que indica os saldos das contas de AFAC (Principal e correção Selic) em 31/12/2014 e 31/12/2015, as cinco empresas que mais receberam esse tipo de transferência de recursos em 2015 foram: VALEC (R\$ 3 bilhões),

INFRAERO (R\$ 1,5 bilhão), CODEVASF (R\$ 906 milhões), TELEBRAS (R\$ 387 milhões) e EMBRAPA (R\$ 369 milhões), destinados a investimentos.

Atenta-se que, em função de ajustes de AFAC de exercícios anteriores publicados nos balanços das empresas citadas abaixo, foram realizados os registros dos seguintes valores na conta 237110300 – Ajustes de exercícios anteriores: HEMOBRAS (R\$ 355 milhões) e CONAB (R\$ 443 mil).

Nota 4 – Investimentos e Aplicações Temporárias

Tabela 7.6.12 – Investimentos e Aplicações Temporárias a LP

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
1213X0105	Investim. e Aplicações Temporárias a LP – Ações FAD/FND	402.048.630,98	802.478.196,04	-50

Fonte: SIAFI

A conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo está composta das ações da União depositadas no Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal – FAD e no Fundo Nacional de Desestatização - FND, as quais estão destinadas à alienação, em conformidade com a Leis nº 9.069, de 29/06/1995 e a Lei nº 9.491, de 09/09/1997, respectivamente.

Os investimentos temporários são avaliados ao custo de aquisição e, quando aplicável, acrescidos da atualização monetária, dos juros e de outros rendimentos auferidos, conforme dispõe as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Tabela 7.6.13 – Investimentos e Aplicações Temporárias a LP – Ações FAD/FND

Conta corrente	Descrição	31/12/2015	31/12/2014
121310105			
07.237.373/0001-20	BNB	2.156.589,35	2.156.589,35
08.334.385/0001-35	CAERN	1.037.541,00	1.037.541,00
17.186.370/0001-68	CASEMG	24.926.553,09	24.926.553,09
62.463.005/0001-08	CEAGESP	136.605.295,57	136.605.295,57
17.504.325/0001-04	CEASAMINAS	26.024.794,53	26.024.794,53
33.541.368/0001-16	CHESF	28.995.805,00	28.995.805,00
13.018.171/0001-90	DESO	2.110.338,37	2.110.338,37
13.546.106/0001-37	DETEN	1.254.183,94	1.254.183,94
33.376.989/0001-91	IRB BRASIL RE	-	400.429.565,06
33.890.294/0001-23	METRO RJ	77.661.366,90	77.661.366,90
07.671.092/0001-80	TBM	2.282.033,83	2.282.033,83
00.336.701/0001-04	TELEBRAS	14.313.044,54	14.313.044,54
	Outras (*)	3.053.547,84	3.053.547,84
121320105			
90.976.853/0001-56	TRENSURB	81.627.537,02	81.627.537,02
Total		402.048.630,98	802.478.196,04

Fonte: STN/COPAR

(*): designação atribuída para os investimentos com valores inferiores a R\$ 1 milhão.

A conta de Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo teve uma variação negativa de 50% entre 2015 e 2014, em função da transferência de 49.161.763 ações ordinárias de emissão do IRB Brasil Resseguros S/A, de titularidade da União, excedentes ao necessário à manutenção da União no grupo de controle por acordo de votos, no valor de R\$ 464,02 milhões, conforme autorização constante do Decreto n.º 8.495, de 27/07/2015 e Portaria MF n.º 644, de 17/08/2015, para a integralização de cotas no Fundo de Garantia e Operações de Crédito Educativo (FGEDUC).

Nota 5 – Participações Permanentes

Nota 5.1 – Participações Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial

Tabela 7.6.14 – Participações Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
1221X0101	Participações Empresas Avaliadas por Equivalência Patrimonial	243.083.888.744,72	274.173.207.503,40	-11%
1221X0102	Participações Fundos Avaliados por Equivalência Patrimonial	43.171.149.811,33	28.513.650.319,41	51,4%

Fonte: SIAFI

Neste grupo de contas encontram-se as participações permanentes em empresas, na forma de ações ou cotas em empresas controladas, e para aqueles investimentos considerados relevantes, em empresas coligadas, quando: a) a investidora tiver influência na administração, ou; b) quando a porcentagem de participação, direta ou indireta da investidora representar 20% ou mais do capital social da coligada (art. 247 e 248 da Lei n.º 6.404/76). Também faz parte desse grupo de contas as participações permanentes em fundos avaliados pelo método da equivalência patrimonial e as ações preferenciais de classe especial (*golden share*) detidas em companhias que foram objeto de desestatização.

Tabela 7.6.15 – Participação em Empresas

Conta corrente	Descrição	31/12/2015	31/12/2014	% de part. no capital social	Data base último balanço utilizado
122110101					
17.909.518/0001-45	ABGF	44.009.536,00	46.158.070,00	100	30/06/2015
07.752.497/0001-43	ACS	396.116.638,82	389.754.835,46	49,46	30/06/2015
04.902.979/0001-44	BASA	966.752.430,24	849.699.780,20	51	30/09/2015
00.000.000/0001-91	BB	42.514.778.200,28	37.103.449.001,48	50,73	30/09/2015
07.237.373/0001-20	BNB	1.374.805.445,44	1.678.957.185,97	50,92	30/09/2015
33.657.248/0001-89	BNDES	33.793.587.000,00	41.221.840.000,00	100	30/09/2015
20.492.831/0001-35	BRASAGRO	4.199.383,22	4.199.383,21	35,49	31/12/2011
00.360.305/0001-04	CAIXA	27.095.219.000,00	28.521.934.000,00	100	30/09/2015
07.223.670/0001-16	CDC	322.066.950,21	290.504.676,31	99,93	30/06/2015
04.933.552/0001-03	CDP	371.360.355,98	389.667.821,58	100	30/09/2015
34.164.319/0001-74	CMB	2.103.936.510,57	1.866.256.000,00	100	30/09/2015
14.372.148/0001-61	CODEBA	305.979.052,15	283.713.045,90	98,36	30/09/2015
27.316.538/0001-66	CODESA	307.896.535,95	273.225.956,10	99,45	30/09/2015
44.837.524/0001-07	CODESP	1.439.215.471,11	1.493.400.858,55	99,97	30/09/2015
06.347.892/0001-88	CODOMAR	143.259.382,08	171.909.518,03	99,97	30/09/2015
42.422.253/0001-01	DATAPREV	496.769.356,53	388.218.402,23	51	30/06/2015
34.028.316/0001-03	ECT	1.839.125.000,00	3.459.459.000,00	100	30/09/2015
00.001.180/0001-26	ELETROBRAS	21.416.638.994,68	24.003.974.089,17	40,99	30/09/2015
07.689.002/0001-89	EMBRAER	20,23	12,65	0	30/09/2015
04.527.335/0001-13	EMGEA	9.618.017.000,00	9.526.153.000,00	100	30/09/2015
27.816.487/0001-31	EMGEPON	116.171.000,00	109.873.228,46	100	30/06/2015
33.749.086/0001-09	FINEP	1.908.055.000,00	1.617.976.000,00	100	30/09/2015
07.607.851/0001-46	HEMOBRAS	409.957.584,37	500.560.014,00	100	30/09/2015
00.352.294/0001-10	INFRAERO	389.494.635,81	1.892.626.532,39	100	30/09/2015
33.376.989/0001-91	IRB	345.558.198,77	0	11,73	30/06/2015
00.037.457/0001-70	NOVACAP	11.158.122,96	7.035.353,57	43,88	30/06/2015
33.000.167/0001-01	PETROBRAS	82.994.341.178,55	103.871.245.771,12	28,67	30/09/2015
18.738.727/0001-36	PPSA	15.831.730,54	7.397.311,00	100	30/09/2015
33.683.111/0001-07	SERPRO	1.061.004.829,23	1.050.444.449,89	100	30/06/2015
00.359.877/0001-73	TERRACAP	1.039.872.203,06	750.066.924,25	49	31/12/2014

02.281.836/0001-37	TRANSNORDESTINA	0,00	0		
33.592.510/0001-54	VALE	404,55	355,48	0	30/09/2015
122120101					
42.357.483/0001-26	CBTU	681.078.372,13	1.834.935.789,71	100	30/09/2015
10.770.641/0001-89	CEITEC	47.249.730,49	7.056.461,99	100	30/09/2015
26.461.699/0001-80	CONAB	374.699.810,08	393.029.595,67	100	30/09/2015
09.168.704/0001-42	EBC	1.023.819.733,67	849.121.854,72	100	30/09/2015
15.126.437/0001-43	EBSERH - SEDE	10.325.368,48	3.113.604,16	100	30/09/2015
00.348.003/0001-10	EMBRAPA	66.766.454,63	115.301.934,50	100	30/06/2015
06.977.747/0001-80	EPE	21.084.807,07	26.926.000,00	100	30/09/2015
15.763.423/0001-30	EPL	55.181.717,39	47.769.013,76	100	30/09/2015
87.020.517/0001-20	HOSP.CLIN.P.ALEGR	413.879.712,97	462.473.271,84	100	30/09/2015
00.444.232/0001-39	IMBEL	322.030.555,12	215.894.246,20	100	30/09/2015
90.976.853/0001-56	TRENSURB	1.245.786.043,91	1.035.480.975,85	96,14	30/09/2015
42.150.664/0001-87	VALEC	5.976.809.287,49	7.412.404.178,00	100	30/09/2015
Total		243.083.888.744,75	274.173.207.503,40		

Fonte: STN/COPAR

Tabela 7.6.16 – Participação em Fundos

Conta corrente	Descrição	31/12/2015	31/12/2014	% de part. no capital	Data base último balanço utilizado
122110102					
03.190.167/0001-50	FAR	34.137.803.613,05	20.670.152.015,05	92,18	30/06/2015
11.604.264/0001-70	FGCN	4.659.765.960,25	3.866.799.701,62	98,27	30/06/2015
12.754.466/0001-61	FGEDUC	2.477.561.597,19	1.521.791.800,90	100	30/09/2015
10.776.997/0001-20	FGHAB	850.196.114,95	1.173.076.839,36	51,68	30/06/2015
10.993.128/0001-57	FGI	519.395.096,10	578.263.316,53	80,79	31/08/2015
21.441.766/0001-81	FGIE	0,00	0	99,99	31/08/2015
10.983.890/0001-52	FGO	145.901.620,83	323.275.008,25	21,45	30/09/2015
07.676.825/0001-70	FGP	20.519.000,00	20.284.828,74	100	31/08/2015
122120102					
02.704.906/0001-12	FND*	360.006.808,96	360.006.808,96		
Total		43.171.149.811,33	28.513.650.319,41		

Fonte: STN/COPAR.

* Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Tabela 7.6.17 – Aumento de Capital em 2015

EMPRESA	VALOR R\$ mil	
	2015	2014
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	644.268,85	180.256,44
CBTU	207.602,75	0,00
CDC	70.801,81	34.409,51
CDP	869,31	25.645,48
CODEBA	8.085,37	18.152,80
CDRJ	10.051,38	4.364,93
CODERN	37.105,10	17.273,35
CODESA	24.316,22	50.397,74
CODESP	67.005,68	30.012,63
TRENSURB	218.431,24	0,00
PÚBLICAS	415.888,75	3.076.767,43
INFRAERO	385.888,75	1.867.072,88
HEMOBRÁS	30.000,00	1.209.694,55
BINACIONAL	-	50.000,00
ACS	0,00	50.000,00
TOTAL	1.060.157,60	3.307.023,87

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

No 2º trimestre, as empresas que responderam pela maior parcela do resultado obtido pela equivalência patrimonial foram o BNDES (Perda de R\$ 10,5 bilhões) e a CAIXA (Perda de R\$ 2,3 bilhões), em função principalmente da reclassificação contábil realizada com base em orientação expedida pelo Banco Central do Brasil, no sentido de que os Instrumento Elegíveis ao Capital Principal – IECF fossem registrados no passivo, ao invés do patrimônio líquido, bem como a PETROBRAS (Perda de R\$ 14,8 bilhões), que apurou prejuízo líquido, além dos ajustes contábeis no patrimônio líquido da companhia no balanço de encerramento do exercício de 31/12/2014.

No 3º trimestre, merece destaque o registro realizado por equivalência patrimonial do Fundo de Arrendamento Mercantil – FAR (Ganho de R\$ 10,9 bilhões), com posição de 31/12/2014. Também merece destaque o resgate pela União de 202.645.640,15 cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHAB), equivalentes a R\$ 400 milhões, bem como a integralização de cotas no Fundo de Garantia e Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), mediante a transferência de 49.161.763 ações ordinárias de emissão do IRB Brasil Resseguros S/A, de titularidade da União, no valor de R\$ 464 milhões, conforme autorização constante do Decreto n.º 8.495, de 27/07/2015 e Portaria MF n.º 644, de 17/08/2015. Atenta-se também para o fato de que o estoque remanescente das ações do IRB Brasil RE, foram excluídas do FND e transferidas para o investimento por equivalência patrimonial, por se tratar de ações pertencentes ao bloco de controle.

No 4º trimestre, as empresas que responderam pela maior parcela do resultado obtido pela equivalência patrimonial foram: BNDES (Ganho de R\$ 3,1 bilhões), PETROBRAS (Perda de R\$ 6,1 bilhões) e ELETROBRAS (Perda de R\$ 1,9 bilhões), em decorrência principalmente do resultado apurado, em conformidade com as informações contidas nos balanços publicados pelas empresas com posição de 30/09/2015.

As informações relativas ao FAR (Ganho de R\$ 2,6 bilhões) foram registradas com posição de 30/06/2015, pelo fato de as demonstrações contábeis do Fundo com posição de 30/09/2015 não terem sido aprovadas em tempo hábil para registro.

Quando se compara 31/12/2014 com 31/12/2015, observa-se uma desvalorização de 11% dos investimentos permanentes da União em empresas, com uma variação líquida negativa de R\$ 31 bilhões. Essa variação foi influenciada principalmente pelas seguintes empresas: PETROBRAS (Perda de R\$ 20,9 bilhões), BNDES (Perda de R\$ 7,4 bilhões), BB (Ganho de R\$ 5,4 bilhões) e ELETROBRAS (Perda de R\$ 2,6 bilhões). Não obstante, ressalte-se que tal variação não foi resultado apenas de eventos ocorridos no decorrer de 2015, mas também verificados no último quadrimestre de 2014, considerando que a posição dos balanços que serviram de base para o cálculo da equivalência patrimonial é, em grande parte, de setembro de cada ano.

Em relação às participações em fundos, houve uma valorização de 48,6% entre 31.12.2014 e 31.12.2015, com um ganho líquido de R\$ 14,6 bilhões. Dentre os fundos que responderam pela maior parcela da variação líquida anual estão: FAR (Ganho de R\$ 13,5 bilhões), FGEDUC (Ganho de R\$ 955 milhões) e FGCN (Ganho de R\$ 793 milhões).

Quanto às empresas que realizaram aumento de capital social em 2015, se destacam: (INFRAERO, R\$ 386 milhões), (TRENSURB, R\$ 218 milhões) e (CBTU, R\$ 207 milhões), cujos recursos foram direcionados para investimentos nas referidas companhias.

Em consonância com o Acórdão do TCU nº 269/2014 -TCU/Plenário, que recomenda a divulgação do valor das participações societárias em 31 de dezembro, de modo que o usuário do Balanço Patrimonial possa compreender os efeitos da defasagem entre a data do Balanço Geral da União e as datas das demonstrações financeiras das empresas participadas, a Coordenação de Participações Societárias da Secretaria do Tesouro Nacional realizou esforços no sentido de proceder o registro de equivalência de todas as empresas estatais com base em setembro de cada ano. Nesse sentido, em termos de valor de participação, 98% do saldo das empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial foi registrado com posição de 30/09/2015.

Nota 5.2 – Participações Avaliadas pelo Método de Custo

Tabela 7.6.18 – Participações Avaliadas pelo Método de Custo

Conta	Descrição	31.12.15	31.12.2014	Var. %
122110201	Participações em Empresas	524.749.127,62	517.536.074,19	1,39%
122110202	Participações em Fundos	6.769,49	6.769,49	0,00%
122110203	Participação em Organismos Internacionais	5.814.474.636,53	5.501.406.586,14	5,69%
Total		6.339.230.533,64	6.018.949.429,82	5,3%

Fonte: SIAFI

Tabela 7.6.19 – Participações em Empresas e em Organismos Internacionais avaliadas pelo método de custo

Conta	Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Participações em Empresas			
06.845.747/0001-27	AGESPISA	8.430.489,78	8.430.489,78
02.808.708/0001-07	AMBEV	48.400.320,57	48.400.320,57
06.274.757/0001-50	CAEMA	1.013.290,00	1.013.290,00
61.695.227/0001-93	ELETROPAULO	84.326.769,80	84.326.769,80
13.504.675/0001-10	EMBASA	2.621.525,49	2.621.525,49
PS0000002	PRUDENTIAL FINANCIAL INCORPORATION	7.213.053,43	0
18.279.158/0001-08	RIMA	4.659.963,85	4.659.963,85
04.611.818/0001-00	RIOTRILHOS	366.689.437,44	366.689.437,44
-	Outras (*)	1.394.277,26	1.394.277,26
Total Empresas		524.755.897,11	517.542.843,68
Participações em Fundos			
CO1705103	AID	1.701.390.826,18	1.701.390.826,18
RB1705110	BAD	4.352.638,97	4.352.638,97
CO1705105	BID	902.837.334,47	902.837.334,47
EX0900113	BID	240.143.905,93	77.075.855,54
CO1705102	BIRD	637.933.565,80	637.933.565,80
CO1705113	CAF	133.436.154,00	133.436.154,00
CO1705115	CAF	124.255.210,39	124.255.210,39
RB1705115	CAF	199.400.000,72	49.400.000,72
CO1705111	CFI	77.165.653,40	77.165.653,40
EX1705119	CFI	49.206.200,00	49.206.200,00
CO1705112	CII	193.759.042,85	193.759.042,85
CO1705106	FAD	325.588.155,09	325.588.155,09
RB1705106	FAD	11.996.876,37	11.996.876,37
CO1705110	FAD/BAD.	33.905.131,55	33.905.131,55
CO1705107	FIDA	96.929.076,47	96.929.076,47
RB1705107	FIDA	9.500.750,00	9.500.750,00
RB1705108	FOE	24.635.871,75	24.635.871,75
CO1705108	FOE/BID	810.555.877,67	810.555.877,67
CO1705114	FONPLATA	174.620.244,40	174.620.244,40
CO1705109	FUMIN	43.353.289,30	43.353.289,30
RB1705109	FUMIN	11.361.343,78	11.361.343,78
CO1705104	MIGA	8.147.487,44	8.147.487,44
Total Organismos Internacionais		5.814.474.636,53	5.501.406.586,14
Total		6.339.230.533,64	6.018.949.429,82

STN/COPAR.

(*): designação atribuída para as empresas e fundos com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00

Os investimentos temporários são avaliados ao custo de aquisição e, quando aplicável, acrescidos da atualização monetária, dos juros e de outros rendimentos auferidos, conforme dispõe as Normas Brasileiras de Contabilidade.

No 2º trimestre, destaca-se a integralização pela União de cotas do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de R\$ 163 milhões, o que refletiu no aumento da participação da União no patrimônio daquele Organismo Internacional.

Por sua vez, no 3º trimestre, foi verificada a integralização de cotas da Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de R\$ 150 milhões.

No 4º trimestre, merece destaque o registro da participação da União de 33.186 ações da Prudential Financial Incorporation, no valor de R\$ 7 milhões, referente ao processo de transferência de titularidade da embaixada do Brasil em Washington para a União, conforme extratos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Entre 2014 e 2015, observa-se uma variação positiva de 5,3% nessa rubricada, influenciada principalmente pela integralização de cotas nos organismos internacionais acima citados.

Em relação aos Organismos BIRD (R\$ 186.79 milhões), AID (R\$ 359.95 milhões) e CFI (R\$ 49.21 milhões), registre-se que a subscrição de cotas ocorreu em 2012 e 2013, mas a efetiva integralização, que demandou em desembolso financeiro por parte da União, ocorreu em 2015.

Nota 6 – Imobilizado

O imobilizado representa o montante dos bens destinados à manutenção das atividades da entidade ou órgão ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.

A composição do ativo imobilizado pode ser visualizada no quadro a seguir:

Tabela 7.6.20 – Composição do Ativo Imobilizado

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
123100000	Bens móveis	17.944.972,84	12.547.227,80	-1,8
123810100	Deprec. Acum. bens móveis	5.931.236,82	5.069.632,31	9,3

Fonte: SIAFI

Os bens móveis são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), que gerencia todas as movimentações referentes aos bens móveis das diversas unidades organizacionais do Ministério da Fazenda. Este controle abrange os bens próprios da unidade e os bens de terceiros que estão sob a sua guarda e uso. Este sistema está integrado com o SIAFI.

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP). Este sistema está integrado com o SIAFI.

Depreciação

O registro da depreciação é aplicado aos elementos do ativo imobilizado que têm vida útil econômica limitada, e possui como característica fundamental a redução do valor do bem, de maneira a representar a apropriação do seu custo ao longo do tempo. É registrada em elementos patrimoniais tangíveis e tem múltiplas causas da redução do valor – o uso, a ação da natureza e obsolescência, de forma que se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso.

- Depreciação dos Bens Móveis

As informações da depreciação dos bens móveis deste Ministério da Fazenda são apuradas pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;

- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI; e
- A definição do valor residual de 10% correspondente ao percentual de maior incidência em relação aos bens classificados nas contas vinculadas aos veículos de transporte de passageiros, carga e outros, conforme definido no Manual SIAFI.

Nota 7 – Intangível

Tabela 7.6.21 – Intangível

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
124000000	Intangível	31.601.713,43	7.951.321,21	297,4

Fonte: SIAFI

O Intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, sendo mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção.

Nota 7.1 – Softwares

A tabela a seguir apresenta levantamento dos sistemas informatizados no âmbito do Ministério da Fazenda.

Tabela 7.6.22 – Softwares

Estrutura Organizacional	Quantidade de Sistemas/licenças	Vida Útil Estimada	Desenvolvimento	R\$
STN	24	Indefinida	Externo	31.601.713,43

Fonte: SIAFI

Relativamente aos sistemas com desenvolvimento externo, o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV são os principais fornecedores. Esses ativos foram mensurados pelo custo de desenvolvimento, representado pelo valor do contrato executado de desenvolvimento e respectivos aditivos.

Nota 8 – Empréstimos e Financiamentos

A tabela a seguir apresenta os saldos das operações de crédito de curto e longo prazo, internas e externas.

Tabela 7.6.23 – Operações de crédito

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
212100000	Empréstimos CP Internos	795.708.514.146,68	676.471.252.059,75	17,62
212200000	Empréstimos CP Externos	7.844.583.715,74	8.673.311.816,70	-9,55
Total CP		803.553.097.862,42	685.144.563.876,45	17,35
222100000	Empréstimos LP Internos	3.164.755.905.336,95	2.650.778.515.663,73	19,38
222200000	Empréstimos LP Externos	130.475.811.570,25	99.003.714.754,60	31,78
Total LP		3.295.231.716.907,20	2.749.782.230.418,33	19,83
Total CP+LP		4.098.784.814.769,62	3.434.926.794.294,78	19,34

Fonte: SIAFI.

O estoque da Dívida Pública Federal – DPF apresentado nas demonstrações contábeis é calculado pela metodologia por apropriação. Trata-se da demonstração dos saldos de valores arrecadados (ou simplesmente reconhecidos) com os juros e deságios apropriados registrados no SIAFI. Este enfoque se caracteriza por ser marcadamente contábil e atender às disposições da Lei nº

4.320/1964, associadas às exigências complementares mais recentes dadas pelos princípios de contabilidade (Resolução nº 1.111/2007, atualizada pela Resolução nº 1.367/2011). Por outro lado, o estoque demonstrado no Resultado do Tesouro Nacional, Relatório Mensal da DPF - RMD, Relatório Anual da Dívida - RAD e Plano Anual de Financiamento – PAF, é apurado utilizando-se a taxa interna de retorno média das emissões como taxa de desconto para a determinação do valor presente dos títulos (Estoque pela TIR). Esta metodologia, que atende à demanda dos agentes econômicos, é também utilizada para cálculo de indicadores da dívida contidos naqueles relatórios. É importante ressaltar que as duas metodologias convergem e têm valores idênticos quando do pagamento/vencimentos dos títulos.

O quadro a seguir apresenta a evolução do saldo da dívida pública federal, em mercado e em carteira do Banco Central do Brasil:

Quadro 7.6.4 – Saldo da Dívida Pública Federal

CARTEIRA	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
MERCADO	2.812.730.294.559,14	2.316.281.526.725,84	21,43
BACEN	1.286.586.670.114,48	1.118.645.267.568,94	15,01
TOTAL	4.099.316.964.673,62	3.434.926.794.294,78	19,34

Fonte: STN/CODIV

Nota 9 – Provisões de Curto Prazo

Destacam-se neste item a constituição de provisões para riscos fiscais e a provisão de repartição de créditos sujeitos a transferências constitucionais e legais.

Nota 9.1 – Provisão para Riscos Fiscais – Subvenções Econômicas – Instituições Financeiras – STN/COPEC

A tabela a seguir apresenta a constituição de provisão para riscos fiscais, junto a instituições financeiras.

Tabela 7.6.24 – Provisões para Riscos Fiscais

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
217310301	Instituições Financeiras	30.775.460.369,20	-	-

Fonte: SIAFI

A conta é composta pela estimativa das obrigações junto às instituições financeiras referentes aos programas gerenciados pela STN/COPEC, que estão assim divididos:

Tabela 7.6.25 – Estimativa das Obrigações por Programa

Programa	R\$
Alcool	63.798,85
PSI – Bens de Capital	14.179.990.193,99
Custeio Agropecuário	1.167.163.421,50
Comercialização – EGF	20.431.887,14
Fundos Regionais	313.807.112,22
PCD – Deficiência	500.000,00
PRONAF	5.435.291.601,72
PROEX	4.937.918.356,41
Investimento	3.321.572.155,38
PRORENOVA	95.312.464,08
PESA	699.204.459,86
PROAGRO	490.000.000,00
REVITALIZA	33.998.703,47
SUDENE	80.206.214,58
Total	30.775.460.369,20

Fonte: SIAFI

Nota 9.2 – Provisão para Riscos Fiscais – Reestruturação de Dívidas – Instituições não Financeiras – STN/COAFI

A tabela a seguir apresenta a constituição de provisão para riscos fiscais, junto a instituições não financeiras.

Tabela 7.6.26 – Provisões para Riscos Fiscais

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
217350402	Provisões para Riscos Fiscais – Instituições Não Financeiras CP	400.000.000,00	-	-

Fonte: SIAFI

Em vista das situações decorrentes da implementação das condições estabelecidas pela Lei Complementar nº 148/2014 – regulamentada pelo Decreto nº 8.616, de 29/12/2015 –, dentre as quais a de que alguns municípios já teriam liquidado as suas obrigações junto à União, caberá a esta a obrigação de ressarcí-los em montante estimado de R\$ 400 milhões, conforme valores projetados para dezembro/2016. Tal montante foi consignado na PLOA 2016 por meio do Programa 0905, Ação 00PQ - Ressarcimento a Municípios de Dívidas Contratuais Internas assumidas e refinanciadas pela União (Lei Complementar nº 148, de 2014), fontes 143 e 144.

Para que as devoluções sejam efetivadas os Municípios deverão assinar aditivos contratuais, e para isso, deverão seguir uma série de procedimentos apresentados no Decreto nº 8.616/15. Como não é possível precisar o momento exato em que tais aditivos serão assinados, o Grupo de Trabalho do Tesouro Nacional – GT-TN, constituído pela Portaria nº 389, de 27.07.2015, recomendou à STN/COAFI a constituição de provisão para o valor a ser devolvido, conforme disposto na Nota Técnica-Conjunta Nº 23/2015/CCONF/CCONT/COAFI/STN/MF-DF, de 10.09.2015. Adicionalmente, a STN/COAFI elaborou a Nota Técnica Nº 1/2016/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 07.01.2016, na qual foram detalhados os lançamentos contábeis de contabilização dos haveres, em linha com as recomendações do GT-TN, e de acordo com orientações fornecidas pela STN/CCONT.

Dessa forma, foram efetuados lançamentos de provisão a crédito de duas contas denominadas “Provisão para Riscos Fiscais – Curto Prazo – Instituições Não Financeiras”, no montante de R\$ 400 milhões. A estimativa foi realizada pela COAFI/STN, com base em informações financeiras fornecidas pelo agente financeiro – Banco do Brasil. Ambos os lançamentos foram efetuados em contas de curto prazo, em vista da grande possibilidade de realização das devoluções ao longo do exercício de 2016.

Nota 10 – Demais Obrigações

Deste item se destacam três passivos, o primeiro denominado entidades credoras federais, o segundo referente aos empréstimos compulsórios e o terceiro referente à participação em empresas com patrimônio líquido (PL) negativo.

Nota 10.1 – Entidades Credoras Federais

Tabela 7.6.27 – Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo geridos pela STN/COAFI

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
212210700				
218912600	Entidades Credoras Federais CP	1.580.899.150,08	2.549.461.192,46	-38,0
222440700				
228911600	Entidades Credoras Federais LP	6.541.292.946,46	6.163.606.585,86	6,1
	Total	8.122.192.096,54	8.713.067.778,32	-6,8

Fonte: SIAFI

Este passivo, gerido pela COAFI/STN, corresponde às obrigações decorrentes da Lei nº 8.727/93, que estabeleceu diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas

internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com prazo de 20 anos, podendo haver prorrogação por até mais 120 meses para os entes que não conseguirem quitar o saldo até o final do programa, e até 2027 para as denominadas dívidas vincendas, que mantiveram seus cronogramas originais de pagamento.

Ao contrário de outros refinanciamentos de dívidas promovidos pela União, neste caso não houve emissão de títulos públicos federais para pagamento aos credores originais. O procedimento para o pagamento constituiu a celebração de Contratos Particulares de Cessão de Crédito com a União e a concomitante formalização dos Contratos Particulares de Confissão e Composição de Dívidas entre os devedores e a União. Nos contratos de cessão, a União se comprometeu a pagar aos credores originais nas mesmas condições e na medida em que ocorressem os recebimentos decorrentes dos contratos de confissão de dívidas pactuados com os devedores.

Os contratos de confissão são classificados como ativo da União, e os contratos de cessão fazem parte do passivo, nos termos do art. 11 da Lei nº 8.727/93:

“Art. 11. Os valores efetivamente recebidos pelo Tesouro Nacional à conta dos refinanciamentos previstos nesta lei serão destinados exclusivamente ao pagamento das entidades originalmente credoras, no prazo máximo de dois dias úteis, proporcionalmente ao valor global das prestações previstas nos contratos primitivos.

Nesse sentido, o Tesouro Nacional possui a obrigação de repassar os valores recebidos em até dois dias úteis, e o saldo das obrigações decorrentes de tal refinanciamento está apresentado na tabela acima.

A redução de 38,0% verificada no saldo da conta de curto prazo do passivo da Lei nº 8.727/93 decorre dos repasses aos demais credores do programa conforme previsto para o exercício de 2015. Além disso, ao final do exercício, verificou-se que não havia necessidade de efetuar transferência de passivo da conta de longo para a conta de curto prazo, o que também explica a variação observada.

Por sua vez, a variação de 6,1% evidenciada para o Passivo de longo prazo referente à Lei nº 8.727/93 se deve à atualização monetária, sendo que grande parte dele está indexado à Taxa Referencial – TR.

Nota 10.2 – Empréstimos Compulsórios

A tabela a seguir consiste nos saldos dos empréstimos compulsórios sobre combustíveis (gasolina e álcool). Criado por meio do Decreto-Lei 2.288/1986, esse tributo incidiu sobre fatos geradores ocorridos no período entre 24 de julho de 1986 e 31 de dezembro de 1989. Conforme descrito no §1º do artigo 14 do referido decreto-lei, o resgate será acrescido de rendimento equivalente ao das cadernetas de poupança. As obrigações foram transferidas do Banco Central para o Tesouro Nacional após a edição da Medida Provisória nº 1.852/1999, reeditada diversas vezes.

Tabela 7.6.28 – Combustíveis / Veículos

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var.%
218810601	Combustíveis – CP	91.531.244,81	91.504.018,53	0,02
228810601	Combustíveis – LP	31.100.915.062,93	28.811.861.638,77	7,94
228810602	Veículos – LP	7.551.577.874,85	6.995.775.411,89	7,94
Total		38.744.024.182,59	35.899.141.069,19	7,66

Fonte: SIAFI

A manutenção desses passivos nas demonstrações contábeis da União está em análise por parte do Ministério da Fazenda, à luz da Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, uma vez que se observa que o assunto tem sido objeto de demandas judiciais, com o reconhecimento da decorrência dos prazos prescricionais relacionados a eventuais dívidas decorrentes do tributo. Com vistas a subsidiar a análise sobre a real possibilidade de existência de obrigações relacionadas aos

empréstimos compulsórios, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional foi consultada para emitir pronunciamento sobre o número de processos, o valor total das demandas judiciais e a classificação de riscos de perda pela União.

Paralelamente, em 2015 foi realizada a reclassificação do indicador de superávit financeiro desses passivos, de financeiro (F) para permanente (P), uma vez que, sendo objeto de demandas judiciais, deverá haver dotação para um eventual pagamento decorrente desses tributos.

Nota 10.3 – Participações em Empresas com PL Negativo

As tabelas a seguir indicam as participações em empresas cujo patrimônio líquido é negativo, ou seja, que se encontram com o passivo a descoberto.

Tabela 7.6.29 – Participações em Empresas com PL Negativo

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
2289X4101	Participações em Empresas com PL negativo	4.696.454.763,60	-	
2289X4701	Participações em Fundos com PL negativo	5.086.346,80	-	
212141600	Provisão para reconhecimento de perdas		3.822.479.299,73	-
Total		4.701.541.110,40	3.822.479.299,73	23,0

Fonte: STN/COPAR

Tabela 7.6.30 – Detalhamento das Participações em Empresas com Patrimônio Líquido Negativo

Conta corrente	Descrição	31/12/2015	31/12/2014	% de part. no capital	Data base último balanço utilizado
228914101					
34.040.345/0001-90	CODERN	87.712.383,83	48.968.658,97	99,99	30/06/2015
42.266.890/0001-28	DOCAS RJ	48.605.521,08	142.995.965,20	99,99	30/09/2015
00.336.701/0001-04	TELEBRAS	127.249.715,65	127.249.715,65	41,96	31/12/2013
228924101					
18.910.028/0001-21	AMAZUL	27.609.000,00	21.053.469,31	100	30/09/2015
00.399.857/0001-26	CODEVASF	897.048.713,96	517.464.178,79	100	30/09/2015
00.091.652/0001-89	CPRM BSB	710.414.448,35	619.553.515,29	97,33	30/09/2015
21.441.766/0001-81	FGIE	5.086.346,80	0,00	99,99	31/08/2015
92.787.118/0001-20	HNSC	2.797.814.980,73	2.345.193.796,52	100	30/06/2015
Total		4.701.541.110,40	3.822.479.299,73		

Fonte: STN/COPAR

No 3º trimestre, destaca-se o registro realizado para a CODEVASF, no valor de R\$ 381 milhões.

Já no 4º trimestre, ressalta-se o registro de R\$ 452 milhões do Hospital Nossa Senhora da Conceição – HNSC.

O saldo dessa conta sofreu a variação de 23% entre 31.12.2014 e 31.12.2015, e decorreu principalmente do prejuízo apurado pelas referidas companhias no período.

Nota 11 – Provisões de Longo Prazo

Nota 11.1 – Provisões Matemáticas Previdenciárias

A tabela a seguir evidencia a variação do saldo das provisões matemáticas previdenciárias em 2015.

Tabela 7.6.31 – Provisões Matemáticas Previdenciárias

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var.%
227200000	Provisões Matemáticas Previdenciárias	1.243.685.997.472,07	1.208.428.653.500,77	2,91

Fonte: SIAFI

Considerando a necessidade do reconhecimento do passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos servidores civis da União e sua evidenciação no Balanço Patrimonial, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, e em atendimento à Portaria MPS nº 509, de 12 de dezembro de 2013, foi efetuado o registro dos seguintes valores nas contas do subgrupo 2.2.7.2.0.00.00 – Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo.

Tabela 7.6.32 – Provisões Matemáticas Previdenciárias

2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.243.685.997.472,07
2.2.7.2.1.01.00	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.06	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00
2.2.7.2.1.02.00	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.05	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00
2.2.7.2.1.03.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	557.547.172.333,30
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	588.207.131.800,00
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	24.314.613.791,99
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	6.345.345.674,70
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.03.06	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.04.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	686.138.825.138,76
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	1.062.874.093.240,88
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	221.914.711.155,73

2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	154.820.556.946,39
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	0,0
2.2.7.2.1.04.05	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
2.2.7.2.1.05.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	0,00
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	0,00
2.2.7.2.1.06.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO	0,00
2.2.7.2.1.06.01	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	0,00
2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	0,00
2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	0,00
2.2.7.2.1.07.02	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	0,00
2.2.7.2.1.07.03	PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	0,00
2.2.7.2.1.07.04	PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	0,00
2.2.7.2.1.07.98	OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	0,00

Fonte: MPS

O subgrupo 2.2.7.2.1.00.00 – Provisões Matemáticas Previdenciárias apresenta, de acordo com o resultado da avaliação atuarial, o somatório das provisões matemáticas do RPPS dos benefícios concedidos e a conceder, relativas aos compromissos líquidos do plano de benefícios, calculados de acordo com projeções no horizonte de 150 (cento e cinquenta) anos, que consideram a expectativa de reposição de servidores.

A conta 2.2.7.2.1.03.00 – Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos, corresponde ao valor presente líquido das prestações futuras dos benefícios já concedidos aos atuais aposentados e pensionistas. Para sua apuração, utilizam-se a conta 2.2.7.2.1.03.01 - Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano Previdenciário do RPPS, que registra o valor presente das prestações futuras dos benefícios já concedidos, e as contas 2.2.7.2.1.03.03 - Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS (reduzora) e 2.2.7.2.1.03.04 - Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS (reduzora), que registram o valor presente das contribuições futuras dos aposentados e dos pensionistas, calculadas sobre o valor de seus benefícios com prazo de vigência indeterminado.

A conta 2.2.7.2.1.04.00 – Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder refere-se ao valor presente líquido das prestações futuras dos benefícios a conceder às gerações atual e futuras de servidores. De forma similar às provisões dos benefícios concedidos, esta é composta pelos valores presentes consignados na conta 2.2.7.2.1.04.01 - Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS e nas contas 2.2.7.2.1.04.02 - Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS (reduzora) e 2.2.7.2.1.04.03 - Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS (reduzora), que registram o valor presente das contribuições futuras do ente e dos servidores, calculadas sobre as remunerações das gerações atual e futuras de servidores.

Considerando que a atual estrutura do PCASP não contempla as contas específicas para o registro dos valores presentes das contribuições futuras dos aposentados e pensionistas relativas a benefícios a conceder, o montante de R\$ 43.863.201.368,52, correspondente a 11% da parcela dos benefícios a serem concedidos que excederem ao teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, foi somado ao valor de R\$ 110.957.355.577,87, correspondente à contribuição de 11% sobre o salário de contribuição do servidor ativo. Desta forma, o valor resultante, de R\$ 154.820.556.946,39, foi lançado na conta 2.2.7.2.1.04.03 - Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS.

Os valores contabilizados são suportados por avaliação atuarial do RPPS dos servidores civis da União elaborada pelo Ministério da Previdência Social – MPS, em 23 de dezembro de 2015.

A data focal da avaliação foi posicionada em 31 de dezembro de 2015.

Foram utilizadas no cálculo atuarial as seguintes hipóteses biométricas, financeiras e econômicas em consonância com os parâmetros estabelecidos na Portaria MPS nº 403, de 10 de

dezembro de 2008, buscando-se sua aderência às características da massa de segurados do RPPS e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do plano:

- a) Sobrevivência de válidos e inválidos: tábua atual de mortalidade elaborada para ambos os sexos pelo IBGE - 2013, extrapolada a partir da idade de 80 anos;
- b) Entrada em invalidez: Álvaro Vindas, como limite mínimo de taxa de entrada em invalidez, em função da idade do segurado;
- c) Crescimento salarial: 1% ao ano, compreendido entre o tempo de contribuição transcorrido entre a data da avaliação e a data provável da aposentadoria de válidos. Esse crescimento foi calculado a partir da aplicação de uma função exponencial;
- d) Crescimento real dos benefícios: não foi utilizado;
- e) Taxa de inflação futura: não foi utilizada nos cálculos dos valores presentes atuariais e, conseqüentemente, na elaboração do balanço atuarial, visto que um dos pressupostos do estudo atuarial é que todas as variáveis financeiras serão influenciadas pela inflação na mesma dimensão e período;
- f) Reposição de servidores: foi utilizada a hipótese de reposição de servidores, no conceito de grupo aberto, à taxa de 100% de reposição (1:1), isto é, considerou-se a substituição de cada servidor aposentado ou falecido por outro servidor com as mesmas características funcionais, financeiras e pessoais (salário, idade de admissão, sexo, entre outras) do servidor que lhe deu origem;
- g) Alíquotas de contribuição: servidores ativos (11% sobre sua remuneração de contribuição), aposentados e pensionistas (11% sobre a parcela do benefício excedente ao teto do RGPS), União (22%), conforme estipulado pela Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004;
- h) Família-padrão: utilizou-se como estimativa do grupo familiar sobrevivente de servidores ativos e aposentados um cônjuge com a mesma idade do servidor ou servidora falecido, computando-se, entretanto, 86,5% da obrigação da respectiva pensão, como forma de se estimar o efeito, nas projeções atuariais, daqueles servidores que não apresentam dependentes por ocasião de seu falecimento, ou que apresentam apenas dependentes temporários;
- i) Idade de entrada no mercado de trabalho: considerou-se que o servidor contribuiu durante todo o tempo decorrido entre a idade de 18 anos e a idade na data da posse no serviço público, para qualquer regime previdenciário, embora sem considerar possível ingresso de compensação financeira;
- j) Taxa de rotatividade de servidores: não considerada; e
- k) Taxa de juros: utilizou-se a taxa anual de juros de 6% para o desconto dos valores dos pagamentos de benefícios e recebimentos de contribuições.

Com relação às regras de elegibilidade aos benefícios de aposentadorias programadas (por idade, tempo de contribuição e compulsória), a data da aposentadoria do servidor foi calculada selecionando-se a mais próxima, considerando as regras constitucionais permanentes. Para os servidores sujeitos às regras de transição, previstas nas Emendas Constitucionais nº 20/1998, 41/2003 e nº 47/2005, estimou-se um tempo de espera de, no máximo, 3 anos para alcançar a regra mais vantajosa de aposentadoria, exceto se o tempo faltante para essa regra for superior a esse prazo, quando considerou-se como data de aposentadoria programada a data da primeira elegibilidade ao benefício.

Para todos os servidores que ingressaram após a criação das entidades fechadas de previdência complementar no âmbito da União, e para aqueles que irão repor as saídas por falecimento ou aposentação de servidores, o valor do benefício futuro foi limitado ao teto do RGPS.

Na avaliação atuarial foi adotado o método de financiamento agregado em regime financeiro de capitalização para o cálculo das provisões matemáticas prospectivas obtidas a partir dos valores presentes dos benefícios e das contribuições futuras.

Em relação ao exercício 2015, houve decréscimo nas provisões matemáticas de benefícios concedidos (2.2.7.2.1.03.00) no importe de R\$ 12.602.431.294,54, nas provisões matemáticas de benefícios a conceder (2.2.7.2.1.04.00), houve aumento na ordem de R\$ 47.859.775.265,83, que resultaram na elevação do déficit atuarial de R\$ 1.208.428.653.500,78 para R\$ 1.243.685.997.472,07.

Nota 11.2 – Provisão para Riscos Fiscais – Subvenções Econômicas - Instituições Financeiras

A tabela a seguir apresenta a constituição de provisão para riscos fiscais, junto a instituições financeiras:

Tabela 7.6.33 – Provisão para Riscos Fiscais – Instituições Financeiras

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
227310301	Instituições Financeiras	29.369.048.251,21	-	-

Fonte: SIAFI

A conta é composta pela estimativa das obrigações junto às instituições financeiras referentes aos programas gerenciados pela STN/COPEC, que estão assim divididos:

Tabela 7.6.34 – Estimativa das Obrigações por Programa

Programa	R\$
PSI – Bens de Capital	16.647.521.339,31
Custeio Agropecuário	1.156.584.602,34
Comercialização – EGF	6.162.126,98
Fundos Regionais	818.191.803,91
PRONAF	5.306.472.142,12
PROEX	443.952.326,17
Investimento	3.069.999.733,51
PRORENOVA	103.988.596,07
PESA	1.792.430.357,76
REVITALIZA	23.745.223,04
Total	29.369.048.251,21

Fonte: STN/COPEC

Nota 11.3 – Provisão para Riscos Fiscais – Reestruturação de Dívidas

A tabela a seguir apresenta a constituição de provisão para riscos fiscais decorrentes de reestruturação de dívidas, reconhecidas pela COAFI/STN.

Tabela 7.6.35 – Provisão para Riscos Fiscais

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
227310401	Instituições Financeiras	5.707.881.637,37	-	-

Fonte: SIAFI

A Lei nº 8.727/1993 estabeleceu diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A União celebrou, com cada um dos devedores, um Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas – Contrato de Confissão – e na sequência, firmou com os diversos credores originais, os respectivos Contratos Particulares de Cessão de Crédito – Contrato de Cessão.

O ativo registrado no SIAFI relativo a Lei nº 8.727/1993 corresponde ao total dos saldos dos contratos de confissão ainda vigentes. O passivo, por sua vez, corresponde à parcela do saldo registrado no ativo e que, nas condições vigentes, será repassado aos demais credores. Como no SIAFI os valores relacionados aos saldos decorrentes dos contratos de confissão são superiores aos

saldos decorrentes dos contratos de cessão, a diferença corresponde à parcela dos créditos que permanecerão com a União.

Entretanto, com a evolução de ambos os contratos firmados ao amparo da Lei supra – de confissão e de cessão, e conforme os registros do agente financeiro, o Banco do Brasil, os respectivos saldos passaram a divergir, registrando diferença a maior para a cessão, com tendência crescente ao descasamento. Cabe ressaltar que essa divergência atualmente não é capturada no SIAFI, mas está evidenciada nos relatórios mensais enviados pelo Banco do Brasil e nos registros dos ativos dos demais credores.

A origem da divergência decorre de três fatores principais: i) sistema de rateio; ii) a falta de sistema de amortização dos contratos de cessão; e iii) a taxa de juros e atualização monetária, divergentes entre os contratos de confissão e cessão.

Em que pese haver questionamentos e entendimentos jurídicos acerca dos valores devidos pela União, os passivos registrados por ela junto aos credores originários são inferiores aos ativos destes registrados junto à União. De acordo com os controles do agente financeiro, os saldos dos contratos de cessão apresentam uma diferença de R\$ 5,7 bilhões em desfavor da União (posição de 31.12.2015), valores estes que até novembro/2015 não estavam registrados no SIAFI.

Nesse sentido, o Grupo de Trabalho do Tesouro Nacional – GT-TN, constituído pela Portaria nº 389, de 27.07.2015, recomendou à COAFI/STN a constituição de provisão para a referida diferença, conforme disposto na Nota Técnica-Conjunta Nº 23/2015/CCONF/CCONT/COAFI/STN/MF-DF, de 10.09.2015. Adicionalmente, a STN/COAFI elaborou a Nota Técnica Nº 1/2016/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 07.01.2016, por meio da qual foram detalhados os lançamentos contábeis de contabilização dos haveres, em linha com as recomendações do GT-TN, e de acordo com orientações fornecidas pela STN/CCONT.

Dessa forma, foram efetuados lançamentos a crédito da conta “Provisão para Riscos Fiscais – Reestruturação de Dívida – Instituições Financeiras”, nos valores de R\$ 5,7 bilhões. Os lançamentos foram efetuados em contas do longo prazo, diante da pouca probabilidade de resolução da divergência ao longo do exercício de 2016.

Nota 12 – Patrimônio Líquido

A seguir são evidenciados os principais ajustes de exercícios anteriores, ocorridos em 2015.

- a) Baixa do ajuste para perdas relativo a empréstimos. R\$ 33.870.633.794,00.

Tendo em vista a reciprocidade dos saldos de ativo e passivo evidenciados no âmbito do MF e do INSS referentes ao contrato sob registro no SIAFI de nº PF1705314, e considerando as regras de consolidação do Balanço Geral da União, de acordo com recomendação do Tribunal de Contas da União no Relatório e Parecer sobre as Contas do Presidente de 2014, em maio de 2015 foi registrada a baixa no ajuste de perdas de créditos em contrapartida com ajustes de exercícios anteriores, no montante atualizado de R\$ 33.870.633.974,00.

- b) Baixa de saldo devedor de contrato de recebimento junto ao BNDES. R\$ -861.997.241,27.

Baixa do saldo devedor em razão do contrato PF1705457 - BNDES - CT. 142/PGFN/CAF não existir mais, conforme Nota Técnica nº 13/2015/GERAT/COFIS/STN, de 3/12/2015.

- c) Ajuste entre os saldos de cessão e de confissão da Lei 8.727/93. -R\$ 4.997.142.412,84.

O lançamento a débito de ajustes de exercícios anteriores consiste na parcela da provisão referente à divergência entre os contratos particulares de cessão e confissão estimada até 31.12.2014, conforme recomendações do Grupo de Trabalho do Tesouro Nacional – GT-TN,

constituído pela Portaria nº 389, de 27.07.2015, e consignadas na Nota Técnica-Conjunta Nº 23/2015/CCONF/CCONT/COAFI/STN/MF-DF, de 10.09.2015.

- d) Baixa de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). R\$ -355.443.496,71.

Refere-se aos registros de baixa de AFAC de exercícios anteriores da CONAB, HEMOBRAS (2012) e HEMOBRÁS (2013).

- e) Redução de estoque de ativo circulante decorrente da LC 148/14, relacionado aos Estados. R\$ -15.264.467.733,93.

O lançamento a débito na conta de ajuste de exercícios anteriores se refere à parcela da provisão relacionada ao ajuste de redução de estoque de ativos no âmbito da LC nº 148/14 – Estados - estimada até 31.12.2014. Assim, do total de R\$ 34,2 bilhões lançado a crédito na conta “Ajustes Perda de Financiamentos – LC nº 148 - Estados”, R\$ 15,2 bilhões se referiam a valores estimados até 31.12.2014 e foram lançados na conta. A diferença, correspondente à parcela estimada para o período de 01.01.2015 a 31.12.2015, foi lançada em conta de variação patrimonial diminutiva.

- f) Redução de estoque de ativo circulante e devolução de recursos no âmbito da LC 148/14, relacionado aos Municípios. R\$ -45.104.983.853,37.

O lançamento a débito na conta de ajuste de exercícios anteriores se refere às parcelas das provisões relacionadas ao ajuste de redução de estoque de ativos no âmbito da LC nº 148/14 – Municípios - estimada até 31.12.2014, e à devolução de recursos no âmbito da LC nº 148, estimadas até 31.12.2014. Dessa forma, do total de R\$ 55,1 bilhões lançado a crédito na conta “Ajustes Perda de Financiamentos – LC nº 148 - Municípios”, R\$ 45,1 bilhões se referiam a valores estimados até 31.12.2014 e foram lançados na conta. Da mesma forma, do total de R\$ 400 milhões da referida devolução de recursos, lançados a crédito da conta “Provisão para Riscos Fiscais – Instituições não Financeiras”, R\$ 12 milhões foram lançados a crédito da conta de ajuste de exercícios anteriores. As diferenças de ambos os lançamentos, correspondente às parcelas estimadas para o período de 01.01.2015 a 31.12.2015, foram lançadas em conta de variação patrimonial diminutiva.

Nota 13 – Atos Potenciais Passivos

Destacam-se as garantias e contragarantias recebidas a executar sob a gestão da STN/COAFI, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 7.6.36 – Controles Devedores – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar – STN/COAFI

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var.%
811110100	Garantias Recebidas no País	5.182.776.534,76	-	-

Fonte: STN/COAFI

A tabela acima apresenta o saldo das cauções efetuadas pelos mutuários da DMLP, registrado na conta de controle 811110100. Entre dezembro/2014 e dezembro/2015, vários mutuários, como o Estado do Rio Grande do Sul e o do Mato Grosso do Sul, utilizaram essas garantias para abatimento de principal e liquidação de suas dívidas. Assim, esperava-se que houvesse uma redução nesse saldo. Entretanto, o efeito positivo da desvalorização do real sobre essas garantias, que são denominadas em dólar, foi preponderante sobre o efeito negativo das amortizações. Enquanto o dólar contribuiu com uma atualização de cerca de R\$ 1.4 bilhão sobre as garantias, as amortizações ocorridas entre esses dois períodos abateram esse saldo em cerca de R\$ 260 milhões.

Nota 14 – Riscos Fiscais Previstos

Destacam-se os riscos fiscais previstos sob a gestão da STN/COFIS, conforme apresentado a seguir.

Tabela 7.6.37 – Controles Credores – Demais Riscos Fiscais Previstos – STN/COFIS

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
842120000	Reestruturação de Dívidas	530.000.000,00	-	-
842140000	Assunção de Obrigações p/ Extinção	3.680.000.000,00	-	-
842190000	Demais Riscos Fiscais	70.000.000,00	-	-
TOTAL		4.280.000.000,00	-	-

Fonte: STN/COFIS

Trata-se de passivos contingentes da União com a Caixa Econômica Federal - pendentes de pleno reconhecimento que possibilite o andamento dos respectivos processos administrativos de regularização. A Secretaria do Tesouro Nacional - STN avalia, e está solicitando tal providência, que se faz necessária a auditoria pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU-PR, com a finalidade de que sejam convalidados os valores alegados. A Caixa pleiteia, a partir de apurações feitas internamente, as importâncias apresentadas na tabela a seguir.

Tabela 7.6.38 – Passivos Contingentes da União com a Caixa

Obrigação	Descrição e Base Legal	Valores Pleiteados pela Caixa (em R\$ milhão)		Valores Estimados pela STN (em R\$ milhão)	
		Valor	Data	Valor	Data
BÔNUS BNH	O DL nº 2.164/1984 instituiu o incentivo financeiro aos mutuários do SFH (“Bônus”), a ser concedido pelo BNH. Estabeleceu que deveria constar, no OGU, nos exercícios de 1985 a 1994, Cr\$ 200,0 bilhões, para atender às despesas decorrentes do incentivo, o que só foi efetivado em parte. O DL nº 2.291/1986, norma de extinção do BNH, atribuiu à Caixa a qualidade de sucessora do Banco em todos os seus direitos e obrigações.	2.790	1/10/2011	3.680	31/12/2015
VOTO CMN nº 162/1995	Programa de Apoio à reestruturação e ao ajuste Fiscal dos Estados. O Voto nº 162/1995, do CMN autorizou a Caixa a realizar o refinanciamento de dívidas das Unidades Federadas, de forma a que estas alcançassem o equilíbrio orçamentário sustentável. A MP nº 2.192-70, de 24/8/2001 (“MP do PROES”) autorizou (artigos 24 e 25), a União a assumir as perdas da Caixa decorrentes da operacionalização do referido Voto (descompasso entre as taxas de juros de empréstimo e de captação).	397	30/6/2011	530	31/12/2015
PRODUBAN	A MP 2.192-70/2001 assegurou às instituições financeiras federais que assumissem passivos, junto ao público, de instituições financeiras estaduais, a equalização da diferença existente entre o valor recebido em decorrência da operação e o valor a ser pago ao BACEN. A União, como garantidora, comprometeu-se ao aporte da diferença entre os valores pagos ao BACEN pela Caixa, e os valores por esta recebidos do Banco do Estado de Alagoas S.A. (Produban).	54	30/6/2011	70	31/12/2015
TOTAL		3.241	...	4.280	...

Fonte: GEROB/COFIS/STN

Nota: Convém esclarecer que eventuais diferenças encontradas no saldo das obrigações registrado no balanço da Caixa e no BGU, posição 31/12/2015, dentre outros fatores, decorrerão da metodologia de atualização. Para atualizar os passivos contingentes, atualmente a STN utiliza IPCA mais juros de 6% a.a.

➤ Demonstrações das Variações Patrimoniais

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 1701 - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN
 ORGÃO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
 EMISSÃO 01/02/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

Quadro 7.6.5 – Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.590.736.398.647,34	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.424.951,55	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.424.951,55	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	571.894.017.719,85	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	42.491.804.260,15	-
Juros e Encargos de Mora	461.372,77	-
Variações Monetárias e Cambiais	230.439.867.449,85	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	77.417.600.698,71	-
Aportes do Banco Central	218.191.383.993,27	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	3.352.899.945,10	-
Transferências e Delegações Recebidas	3.850.002.317.334,24	-
Transferências Intragovernamentais	3.849.506.045.118,91	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	16.983.356,56	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	479.288.858,77	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	97.367.925.124,10	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	9.376.830.663,59	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	87.991.094.460,51	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	71.470.713.517,60	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	43.657.186.669,43	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-

Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	27.172.755.020,63	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	640.771.827,54	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.983.783.243.513,26	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	327.541.352,91	-
Uso de Material de Consumo	6.917,68	-
Serviços	325.537.923,01	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.996.512,22	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	730.484.913.185,15	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	188.889.120.861,17	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	434.124.139.424,36	-
Descontos Financeiros Concedidos	353.401,68	-
Aportes ao Banco Central	74.999.999.821,05	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	32.471.299.676,89	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.958.034.920.173,60	-
Transferências Intragovernamentais	3.786.029.190.929,94	-
Transferências Intergovernamentais	171.140.164.317,71	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	865.564.925,95	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	66.707.806.360,26	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	12.824.895.793,04	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	43.675.572.566,94	-
Desincorporação de Ativos	10.207.338.000,28	-
Tributárias	6.853,08	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	6.853,08	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	228.228.055.588,26	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	50.014.719.305,95	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	2.158.090,08	-
Subvenções Econômicas	116.215.581.414,13	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	61.994.492.871,74	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.103.906,36	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-393.046.844.865,92	-

Fonte: SIAFI

Nota 15 – VPA – Juros e Encargos de Empréstimos

Neste item, destacam-se os juros e encargos de empréstimos internos concedidos referentes às variações patrimoniais aumentativas financeiras decorrentes dos montantes de juros pagos pelos mutuários no âmbito dos programas de refinanciamento geridos pela COAFI/STN, e também das apropriações de juros efetuadas a cada mês pela Coordenação por meio de atualizações patrimoniais no SIAFI, conforme tabela a seguir.

Tabela 7.6.39 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras – STN/COAFI

Conta	Descrição	31.12.2015
441110100	Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Juros de Empréstimo	41.850.615.543,07

Fonte: STN/COAFI

Nota 16 – VPA – Variações Monetárias e Cambiais

As variações monetárias e cambiais que se destacam consistem nas decorrentes de empréstimos concedidos (haveres financeiros), bem como as relacionadas à dívida pública federal.

Nota 16.1 – Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Concedidos

A tabela a seguir destaca as Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Concedidos administrados pela STN/COAFI:

Tabela 7.6.40 – Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos

Conta	Descrição	31.12.2015
443110100	Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos	54.762.975.398,43

Fonte: STN/COAFI

A conta patrimonial 443110100 – Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos – refere-se às variações patrimoniais aumentativas financeiras decorrentes das atualizações cambiais e monetárias positivas de saldo devedor, efetuadas a cada mês pela Coordenação por meio de lançamentos patrimoniais no SIAFI. Esta conta equivale às contas 623230405 – Ajustes de Créditos – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – e 623230702 – Ajustes de Créditos – Não Financeira – as quais contêm as atualizações monetárias e cambiais do saldo devedor, realizadas mensalmente pela COAFI/STN no SIAFI.

Assim, a variação positiva de 86,1% na comparação entre os acumulados de cada ano se deve, principalmente, aos significativos avanços do IGP-DI – o acumulado de 2015 ficou em 9,16% - e do dólar – passou de uma média de R\$ 2,36 em 2014 para R\$ 3,39 em 2015, uma variação de 43,67% – como observado nas Tabelas 49 e 50, respectivamente. Esses dois índices servem de base para a atualização monetária e variação cambial de, pelo menos, 96% do saldo total de programas de refinanciamento controlados pela COAFI/STN.

Tabela 7.6.41 – Variação do IGP-DI – 2014 – 2015

VARIAÇÃO DO IGP-DI - Dezembro 2014/Dezembro 2015

	ANO	2014	ANO	2015	Varição %
ACUMULADO ANO		4,05%		9,16%	126,17%

Fonte: STN/COAFI

Tabela 7.6.42 – Variação do Dólar – 2014 – 2015

VARIAÇÃO DO DÓLAR – Dezembro 2014/Dezembro 2015

	ANO	2014	ANO	2015	Varição %
COTAÇÃO MÉDIA ANO	R\$	2,36	R\$	3,39	43,67%

Fonte: STN/COAFI

Dólar Americano - Taxa Livre (venda) – Média das cotações do último dia útil de cada mês em 2014 e 2015.

Nota 16.2 – Variações Monetárias da Dívida Pública Federal

Referem-se aos lançamentos decorrentes da apropriação de encargos negativos e/ou atualização mensal do valor líquido pelo IGP-M nos meses em que ocorrer deflação deste índice, nas carteiras da dívida pública em mercado e BACEN, bem como da remuneração sobre o resultado positivo do BACEN (art. 6º - Parágrafo 4º da Lei nº 11.803). O quadro a seguir apresenta o resumo:

Quadro 7.6.6 – Variações Monetárias da Dívida Pública Federal

LANÇAMENTOS	Valores em R\$ Bilhões
Mercado	77,08
Bacen	4,35
Remuneração Resultado Bacen	4,11
TOTAL	85,53

Fonte: STN/CODIV

Nota 16.3 – Variações Cambiais da Dívida Pública Federal

Referem-se aos lançamentos decorrentes da atualização cambial, quando da valorização da moeda nacional diante da moeda estrangeira. São lançamentos referentes à dívida externa em mercado.

Nota 17 – VPA – Aportes do Banco Central

Referem-se aos valores repassados pelo BACEN ao Tesouro Nacional em decorrência de operações com reservas e derivativos cambiais e do Resultado Patrimonial apurado em balanço (Nota 3.1 - Resultado do Banco Central do Brasil-BACEN). O saldo pode ser detalhado no quadro a seguir:

Quadro 7.6.7 – Aportes do Banco Central

Evento	Valores R\$ Milhões
Custos das Reservas - 1º semestre de 2015	46.406,60
Custos das Reservas - 2º semestre de 2015	110.938,00
Balanço Apurado no 2º semestre de 2014	25.658,90
Balanço Apurado no 1º semestre de 2015	35.187,80
TOTAL	218.191,30

Fonte: STN/CODIV

Nota 18 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Destacam-se as decorrentes dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) de empresas.

Tabela 7.6.43 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras – STN/COPAR

Conta	Título	31.12.2015
449000000	Outras Var. Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.575.265.432,61

Fonte: STN/COPAR

No 1º trimestre, essa rubrica apresenta os saldos provenientes da correção pela Taxa Selic da conta de AFAC, em conformidade com o disposto no Decreto nº 2.673, de 1998. Nesse trimestre, a variação frente ao saldo do encerramento do exercício anterior resultou em R\$ 249 milhões, referentes às seguintes empresas: VALEC, TRENSURB e CODEVASF.

No 2º trimestre, a variação deveu-se à também correção pela Taxa Selic do AFAC, tendo sido lançado o montante de R\$ 274 milhões em relação às seguintes empresas: VALEC, TRENSURB e CODEVASF.

No 3º trimestre, o montante de R\$ 391 milhões, teve como destaque os registros nas seguintes empresas: VALEC (R\$ 259 milhões) e CODEVASF (R\$ 88 milhões).

No 4º trimestre, ressalta-se os registros da correção pela Taxa Selic da conta de AFAC das seguintes empresas: VALEC (R\$ 285 milhões), EMBRAPA (236 milhões).

Nota 19 – VPA – Resultado Positivo de Participações

A tabela a seguir apresenta os ingressos de recursos provenientes de dividendos, bem como os resultados positivos das empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, com um saldo em 31.12.2015, de R\$ 43,6 bilhões.

Conta	Descrição	31.12.2015
4.9.2.1.0.00.00	Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	31.642.251.060,66
4.9.2.2.0.00.00	Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos	12.014.935.608,77
Total		43.657.186.669,43

Fonte: STN/COPAR

Em 2015, na conta de Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial, Dividendos e Rendimentos de Outros investimentos, destacam-se os registros do FAR (R\$ 13,5 bilhões), BNDES (R\$ 12,3 bilhões) e BB (R\$ 8,4 bilhões).

Nota 20 – VPD – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Neste item se destacam as variações patrimoniais diminutivas financeiras decorrentes de empréstimos concedidos (haveres financeiros), bem como as relacionadas à dívida pública federal.

Nota 20.1 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras decorrentes de empréstimos concedidos

A seguir são apresentados detalhamentos das variações patrimoniais diminutivas financeiras decorrentes de empréstimos concedidos gerenciados pela COAFI/STN.

Conta	Descrição	31.12.2015
341000000	Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos	2.430.188.962,61
343000000	Variações Monetárias e Cambiais	2.767.298.430,16
349940100	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - Estados	18.962.191.285,69
349950100	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - Municípios	10.086.092.953,34
351220300	Movimento de Saldos Patrimoniais	42.972.034.790,61

Fonte: STN/COAFI

Conta Contábil 341000000

A conta patrimonial 341000000 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos – registra os movimentos de juros que apresentam efeito patrimonial diminutivo, tais como baixa de saldo de juros, proveniente de atualizações e acertos contábeis, sempre amparados pelas conciliações de saldos realizadas pelas gerências a partir de informações prestadas pelos agentes financeiros. A variação de 470,7% tem origem nos lançamentos de baixa de juros realizados em dezembro/2015, em atendimento ao Memorando nº 19/2015/GECEM3/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 10.12.2015: 2015PA000915, no valor de R\$ 1.130.870.391,75; e ao Memorando nº 1/2016/GECEM3/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 05.01.2016 2015PA001043, no valor de R\$ 802.700.510,31, ambos no âmbito do programa da Lei nº 9.496/97.

Conta Contábil 343000000

A conta patrimonial 343000000 – Variações Monetárias e Cambiais da Dívida Contratual – registra os movimentos de atualização monetária e cambial que apresentam efeito patrimonial diminutivo. Assim, é impactada por diminuições patrimoniais de atualizações de saldo por indexadores financeiros, além do dólar e do euro, quando da valorização do real. Dessa forma, apesar da forte desvalorização do real frente ao dólar e ao euro em 2015, as acentuadas oscilações do câmbio ao longo dos meses deram margem para os ajustes de atualização cambial negativos ocorridos no período, o que justifica o aumento de 56,1% em relação ao exercício anterior, 2014.

Conta Contábil 349940100

A conta patrimonial 349940100 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras – Estados – foi sensibilizada pelo lançamento a débito da parcela da provisão referente ao ajuste de redução de estoque de ativos no âmbito da LC nº 148/14 – Estados - estimada para o período de 01.01.2015 a 31.12.2015 (vide item 4). Assim, do total de R\$ 34,2 bilhões lançado a crédito na conta “Ajustes Perda de Financiamentos – LC 148 - Estados”, R\$ 18,9 bilhões se referiam a valores estimados no período considerado e foram lançados na conta 349940100. A diferença, correspondente à parcela estimada para o período anterior a 01.01.2015, foi lançada na conta Ajustes de Exercícios Anteriores do Patrimônio Líquido.

Conta Contábil 349950100

A conta patrimonial 349950100 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras – Municípios – foi sensibilizada pelo lançamento a débito da parcela da provisão referente ao ajuste de redução de estoque de ativos no âmbito da LC148/14 – Municípios - estimada para o período de 01.01.2015 a 31.12.2015 (vide item 4). Assim, do total de R\$ 55,1 bilhões lançado a crédito na conta “Ajustes Perda de Financiamentos – LC 148 - Municípios”, R\$ 10,1 bilhões se referiam a valores estimados no período considerado e foram lançados na conta 349950100. A diferença, correspondente à parcela estimada para o período anterior a 01.01.2015, foi lançada na conta Ajustes de Exercícios Anteriores do Patrimônio Líquido.

Conta Contábil 351220300

A conta patrimonial 351220300 – Movimento de Saldos Patrimoniais – registra as variações patrimoniais diminutivas financeiras dos créditos geridos pela COAFI, em virtude de todos os valores pagos por mutuários por meio das guias de recolhimento (GRUs). Para cada GRU paga por mutuários da STN/COAFI, são gerados Registros de Arrecadação – RA – que impactam essa conta. A variação observada na comparação dos valores acumulados em 2014 com aqueles observados em 2015 está dentro do esperado.

Nota 20.2 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras decorrentes da Dívida Pública Federal

a) Juros e Encargos da Dívida Mobiliária

Referem-se aos lançamentos decorrentes da apropriação do deságio, indexador e juros por competência de cada título ou contrato, considerando as carteiras Mercado e Bacen. O saldo pode ser detalhado no quadro abaixo:

Quadro 7.6.8 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras – Dívida Pública Federal

LANÇAMENTOS	Valores em R\$ bilhões
Mercado Interna	143
Mercado Externa	8
Bacen	35
TOTAL	186

Fonte: SIAFI

b) Variações Monetárias da Dívida Mobiliária

Referem-se aos lançamentos decorrentes da atualização mensal do valor líquido pelo IGP-M, nos meses em que ocorrer inflação para este índice, nas carteiras Mercado e Bacen. O saldo é detalhado no quadro a seguir:

Quadro 7.6.9 – Variações Monetárias da Dívida Mobiliária

VARIAÇÕES MONETÁRIAS	Valores em R\$ Bilhões
Mercado	255
Bacen	113
TOTAL	368

Fonte: SIAFI

c) Variações Cambiais de Dívida Mobiliária

Referem-se aos lançamentos decorrentes da atualização cambial, quando da desvalorização da moeda nacional diante da moeda estrangeira. Todos os lançamentos são referentes a dívida externa em mercado.

d) Manutenção da Carteira de Títulos

Títulos emitidos com a finalidade de assegurar ao Banco Central uma carteira mínima de títulos para permitir executar suas atribuições na política monetária, em atendimento à Lei nº 11.803/2008.

Nota 21 – VPD – Resultado Negativo de Participações

Esse título contábil reflete os resultados negativos das empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme destacado a seguir.

Tabela 7.6.46 – Resultado Negativo de Participações

Conta	Título	31.12.2015
392100000	Resultado Negativo de Equivalência Patr.	50.014.719.305,95

Fonte: STN/COPAR

Em 2015, na conta de Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial, destacam-se os registros da PETROBRAS (R\$ 20,9 bilhões), BNDES (R\$ 14,7 bilhões), ELETROBRAS (R\$ 2,6 bilhões), CAIXA (R\$ 2,3 bilhões) e INFRAERO (R\$ 1,9 bilhão).

Nota 22 – VPD – Subvenções Econômicas

Dentre as variações patrimoniais diminutivas de subvenções econômicas, destacam-se os pagamentos realizados pela COPEC/STN que, em 2015, totalizaram R\$ 50,27 bilhões. Além disso, há as despesas decorrentes dos registros de passivo, no valor total de R\$ 60,14 bilhões, totalizando, assim, R\$ 110.420.634.556,42. Esses pagamentos dizem respeito principalmente à regularização de

passivos financeiros junto ao Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, objeto do Acórdão TCU nº 825/2015.

➤ **Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 1701 - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN
 ORGÃO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
 EMISSÃO 01/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Quadro 7.6.10 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.016.572.539.200,12	-
INGRESSOS	5.262.469.489.126,80	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	5.262.469.489.126,80	-
Ingressos Extraorçamentários	5.541.073.447,73	-
Restituições a Pagar	183.035,03	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	3.849.354.108.260,99	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.371.916.136.463,52	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	163.956.646,16	-
Demais Recebimentos	35.494.031.273,37	-
DESEMBOLSOS	-4.245.896.949.926,68	-
Pessoal e Demais Despesas	-51.360.033.115,06	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-267.959.826,79	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-4.986.336,20	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-392.297.829,73	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-

Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-18.481.731.816,44	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-2.363.091,75	-
Comércio e Serviços	-778.361.415,69	-
Comunicações	-	-
Energia	-48.915.125,32	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-31.383.417.673,14	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-207.939.827.115,13	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-200.025.884.886,24	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-7.913.467.948,29	-
Outros Encargos da Dívida	-474.280,60	-
Transferências Concedidas	-196.813.831.054,48	-
Intergovernamentais	-171.124.664.317,71	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-81.671.775.235,76	-
A Municípios	-89.452.889.081,95	-
Intragovernamentais	-25.673.666.736,77	-
Outras Transferências Concedidas	-15.500.000,00	-
Outros Desembolsos das Operações	-3.789.783.258.642,01	-
Dispêndios Extraorçamentários	-4.047.864.755,63	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-3.785.735.279.450,39	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-114.435,99	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.645.300.344,03	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.645.300.344,03	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-449.794.828,74	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-1.171.849.690,95	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-23.655.824,34	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-751.888.097.757,20	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-751.888.097.757,20	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-751.888.097.757,20	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	263.039.141.098,89	-

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	534.468.951.214,58	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	797.508.092.313,47	-

Fonte: SIAFI

Nota 23 – Ingressos – Receita Patrimonial – Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) arrecadados pela União (evidenciação do saldo na DFC do Órgão 25000)

A seguir são apresentadas diretrizes gerais observadas quando da distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas controladas pela União.

Dividendo mínimo obrigatório

Os acionistas têm direito a receber como dividendos obrigatórios, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social da empresa ou, quando este é omissivo, metade do lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404, de 16.12.1976.

No caso das empresas estatais federais, os seus estatutos sociais determinam a remuneração aos acionistas de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Decreto nº 2.673, de 16.07.1998.

Dividendos Intermediários e Antecipados

Os órgãos de administração poderão, se autorizados por estatuto, declarar dividendos intermediários com base no lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, bem como mediante reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, nos termos do art. 204 da Lei nº 6.404, de 1976.

Além disso, há estatutos sociais de empresas estatais que autorizam o pagamento antecipado de dividendos, normalmente com base em balanço semestral, a ser ratificado em decisão da assembleia geral que deliberar sobre a destinação do lucro líquido daquele exercício.

Juros sobre o Capital Próprio – JCP

De forma alternativa ao pagamento de dividendos, foi criada a sistemática de remunerar o capital próprio na forma de juros, nos termos da Lei nº 9.249, de 26.12.1995, que concedeu às empresas a faculdade de deduzir, para efeitos de apuração do lucro real, o montante dos juros pagos ou creditados aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido.

Meios de Pagamento

A União está autorizada, a critério do Ministro da Fazenda, a receber de empresas públicas e sociedades de economia mista e outras entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, ainda que minoritariamente, valores mobiliários como pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos a que tem direito, sendo que, em se tratando de empresa estatal federal, poderão ser aceitos títulos públicos federais pelo seu valor de face, desde que o valor econômico não seja inferior ao dividendo mínimo obrigatório, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.167-53, de 23.8.2001 e Portaria MF nº 101, de 26.4.2001.

Prazo para pagamento

O recolhimento, ao Tesouro Nacional, de dividendos ou juros, far-se-á na Conta Única do Tesouro Nacional, na forma a ser estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos prazos a seguir:

- a) sociedades por ações, no prazo de 60 dias da data em que for declarado, salvo deliberação em contrário da assembleia geral, e, em qualquer caso, dentro do exercício social, nos termos do §3º do art. 205 da Lei nº 6.404, de 1976. Adicionalmente, no prazo máximo de 10 dias, a partir da data em que se iniciar o pagamento aos demais acionistas (Decreto nº 2.673, de 1998); e
- b) empresas públicas não constituídas na forma de sociedade anônima, no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da publicação da proposta de destinação de resultado aprovada pelo Ministro da Fazenda, em conformidade com o Decreto nº 2.673, de 1998.

Índice de Correção dos Dividendos

Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei, assembleia ou deliberação do Conselho Diretor, conforme disposto no Decreto nº 2.673, de 1998.

Direcionamento dos Recursos

A receita do Tesouro Nacional proveniente da arrecadação de dividendos ou juros sobre o capital próprio pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, deverá ser direcionada à amortização da dívida pública federal, conforme dispõe a Lei nº 9.530, de 10.12.1997, contribuindo, assim, para a redução do endividamento público.

Postergação dos dividendos

O dividendo obrigatório pode deixar de ser pago no exercício social em que os órgãos de administração informarem à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da empresa, sendo registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos assim que o permitir a situação financeira da companhia, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976.

Adicionalmente, poderá ser constituída reserva de lucros a realizar quando o montante dos dividendos obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

Aspectos gerais observados quando da distribuição de dividendos

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio a ser distribuído pelas empresas estatais dependerá de diversos fatores, tais como: planos de investimentos, fluxo de caixa, limites e obrigações legais e estatutárias, ambiente econômico e outros fatores considerados relevantes pela empresa. A expectativa do Tesouro Nacional leva em consideração ainda o setor da atividade econômica em que a empresa atua e seu grau de dependência da União.

Evolução da arrecadação de dividendos e juros sobre o capital próprio

Em atendimento ao Acórdão nº 1338/2014 – TCU – Plenário, o quadro a seguir denota a evolução do pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, pelo critério de caixa, de 2011 a 2015, pelas empresas estatais que mais contribuíram para a arrecadação. Importante registrar que os dividendos/JCP recebidos em um determinado ano (regime de caixa) não podem ser comparados diretamente com o resultado daquele exercício (regime de competência), uma vez que os valores

pagos em um exercício são, regra geral, relativos ao lucro declarado do exercício anterior, podendo conter ainda correção monetária. Além disso, os valores recebidos podem conter quantias referentes a resultados de exercícios anteriores registrados em reservas de lucros.

Tabela 7.6.47 – Evolução da arrecadação – R\$ milhões

EMPRESA	2011	2012	2013	2014	2015
BANCO DO BRASIL	2.395,89	2.859,69	3.455,46	2.412,95	2.997,68
BNDES	6.904,70	12.937,77	6.998,66	9.079,68	4.972,00
CAIXA	3.679,64	7.700,00	4.000,00	4.356,36	3.398,98
BNB	240,41	122,68	228,01	97,49	248,61
DEMAIS	6.524,94	4.154,91	2.227,10	2.959,05	427,09
TOTAL	19.745,58	27.775,05	16.909,23	18.905,53	12.044,36

Fonte: SIAFI

Na tabela seguinte é possível analisar o comportamento dos dividendos/JCP arrecadados pelo critério caixa, em relação à receita bruta do Tesouro Nacional, ambos em valores correntes, no período de 2011 a 2015.

Tabela 7.6.48 – Arrecadação dos Dividendos/JCP – R\$ milhões

ANO	RECEITA DE DIVIDENDOS – CRITÉRIO CAIXA (A)	RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL (B)	RELAÇÃO % (A/B)
2015	12.044,36	929.023,62	1,30
2014	18.905,53	906.159,36	2,09
2013	16.909,23	894.678,08	1,98
2012	27.775,05	802.830,61	3,46
2011	19.745,58	757.428,71	2,61

Fonte: Resultado do Tesouro Nacional

A tabela a seguir mostra a antecipação de dividendos e JCP em 2014 e 2015.

Tabela 7.6.49 – Antecipação de Dividendos e JCP – R\$ milhões

EMPRESA	ANTECIPAÇÃO DE DIVIDENDOS/JCP	
	2014	2015
BNDES	5.181,51	3.338,84
BB	2.220,87	2.864,76
BNB	55,37	27,11
CEF	2.891,21	2.326,21
DEMAIS	97,83	82,35

Fonte: STN

Arrecadação de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - JCP em 2015

Em 2015, a arrecadação de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – JCP pelo Tesouro Nacional, pelo critério caixa, atingiu o montante de R\$ 12,04 bilhões, inferior em 36% ao volume obtido no exercício anterior, em decorrência, em parte, pelo fato de a PETROBRAS ter apurado prejuízo em 2014 e não ter distribuído dividendos aos seus acionistas. Destaque para os pagamentos realizados pelas instituições financeiras federais (BNDES, CEF, BB, BNB, BASA), que contribuíram com 97% do total arrecadado.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES foi a empresa responsável pelo maior recolhimento de dividendos/JCP à União, no montante de R\$ 4,97 bilhões, sendo grande parte proveniente do resultado apurado até o 1º semestre de 2015, no valor de R\$ 3,34 bilhões, que foram antecipados com base em faculdade concedida ao Conselho de Administração da Instituição, nos termos do Decreto nº 4.418, de 11/10/2002, que aprova o Estatuto Social da empresa. Do volume arrecadado em 2015, R\$ 2,59 bilhões foram pagos na forma de dividendos e R\$ 2,39 bilhões de JCP.

O Banco do Brasil S.A recolheu para a União o montante de cerca de R\$ 3 bilhões, superior em 24% ao volume pago em 2014, em função principalmente do expressivo lucro apurado em 2015 (R\$ 11,9 bilhões, até setembro de 2015, contra R\$ 8,3 bilhões no mesmo período de 2014). O Banco do Brasil vem distribuindo dividendos/JCP aos seus acionistas a cada trimestre, em consonância com o disposto no Estatuto Social da Instituição. Do total pago em 2015, R\$ 2,19 bilhões referem-se à JCP e a parcela restante a dividendos.

Já a Caixa Econômica Federal – CAIXA recolheu à União R\$ 3,4 bilhões, dos quais R\$ 2,33 bilhões decorre de distribuição antecipada do lucro apurado no 1º semestre de 2015, em conformidade com o Decreto nº 7.973, de 28/03/2013, que aprova o Estatuto Social daquela Instituição. Desse montante, R\$ 2,55 bilhões distribuídos na forma de dividendos e R\$ 0,82 bilhão de JCP.

O Tribunal de Contas da União – TCU mediante o *Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República* de 2014, item 5.4.4, recomendou à Secretaria do Tesouro Nacional que fossem evidenciadas, nas notas explicativas relativas às receitas de dividendos da União, a hipótese de dispensa do recolhimento de dividendos da Caixa devidos à União, utilizado para cobertura do risco de crédito e dos custos operacionais das operações de financiamento no âmbito do Programa Minha Casa Melhor, prevista no art. 3º da Lei 12.868/2013, bem como informações sobre os valores efetivamente dispensados. Em resposta, foram incluídas as seguintes considerações:

a) Resultado do exercício de 2014: a referida dispensa atingiu o valor de R\$ 534,37 milhões, em conformidade com os valores informados pela CAIXA; e

b) Quanto ao resultado do exercício de 2015, tendo em vista que o prazo para a CAIXA divulgar suas demonstrações contábeis se estende até o dia 31.03.2016 e que a proposta de destinação de resultado ainda dependerá de aprovação do Ministro de Estado da Fazenda, em conformidade como o Decreto nº 2.673, de 1998, não foi possível indicar o montante que porventura será objeto de dedução relativo a esse exercício. A propósito, a CAIXA deverá encaminhar ao Ministro de Estado da Fazenda, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício, a informação sobre os valores referentes à cobertura do risco de crédito e aos custos operacionais das operações de financiamento de bens de consumo duráveis destinadas às pessoas físicas do referido Programa, nos termos da Resolução nº 4.393, de 19/12/2014, do Conselho Monetário Nacional.

Nota 24 – Desembolsos – Função Agricultura

O valor de R\$ 18.481.731.816,44 constante deste item se refere ao pagamento de subvenções, gerenciadas pela Coordenação-Geral de Operações de Crédito – COPEC/STN.

Nota 25 – Juros e Correção Monetária da Dívida Interna

Este item é composto principalmente pelos juros e correção monetária pagos decorrentes da dívida pública federal. Além disso, há juros e correção pagos decorrentes da Lei nº 8.727/93.

Nota 25.1 – Juros e Correção Monetária da Dívida Interna

Consiste no montante pago referente a vencimentos e resgates antecipados de juros e encargos da Dívida Interna, conforme demonstrado a seguir.

Quadro 7.6.11 – Juros e Correção Monetária da Dívida Interna

Título	31.12.2015
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	199.728.664.762,06

Fonte: SIAFI

Nota 25.2 – Juros e Correção Monetária da Dívida Externa

Consiste no montante pago referente a vencimentos e resgates antecipados de juros e encargos da Dívida Externa, conforme demonstrado a seguir.

Quadro 7.6.12 – Juros e Correção Monetária da Dívida Externa

Título	31.12.2015
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	7.913.467.948,29

Fonte: SIAFI

Nota 25.3 – Juros e Correção Monetária da Dívida Interna – Lei nº 8.727/93

Tabela 7.6.50 – Juros e Correção Monetária da Dívida Interna – STN/COAFI

Conta	Título (2015)	Conta Corrente	31.12.2015	31.12.2014	Variação %
292410403 (2014) 622920104 (2015)	Empenhos Pagos	2014NE000016 01 (2014) - BANCO DO BRASIL SA N 2015NE000025 01 (2015) - BANCO DO BRASIL SA	294.882.127,90	345.679.120,96	-14,69%
295210201 (2014) 632200000 (2015)	RP Processado Pago	2013NE000002 01 (2014) - BANCO DO BRASIL SA N 2014NE000016 01 (2015) - BANCO DO BRASIL SA	2.337.996,28	4.298.954,03	-45,61%
Total			297.220.124,18	349.978.074,99	-15,07%

Fonte: STN/COAFI

O valor de R\$ 297,2 milhões se refere aos pagamentos de juros no âmbito dos repasses aos demais credores da Lei nº 8.727/93. Este valor corresponde à soma dos valores pagos em 2015 referentes ao orçamento de 2015 (conta 622920104) e aos valores pagos no início de 2015 referente a restos a pagar processados provenientes do exercício de 2014 (conta 632200000).

A variação negativa de 14,69% na conta “Empenhos Pagos” se deve ao encerramento da parcela de dívidas vencidas da Lei nº 8.727/93 no exercício de 2014, com redução no fluxo de pagamentos de juros do programa. Finalmente, a variação negativa de 45,61% na conta RP Processado Pago se deve ao fato de não ter ocorrido grande volume de pagamentos nos últimos dois dias úteis de 2014, ao contrário do ocorrido no final de 2013. Conforme disposto na Lei nº 8.727/93, a União é obrigada a repassar aos demais credores os valores recebidos em até dois úteis. Nesse sentido, valores arrecadados no final de 2013 foram repassados aos demais credores utilizando restos a pagar no início de 2014, e valores arrecadados no final de 2014 foram repassados por meio de restos a pagar no início de 2015.

Nota 26 – Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos (evidenciação do saldo na DFC do Órgão 25000)

Do valor apresentado no item Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos, R\$ 2.404.847.934,88 representam o valor arrecadado pela COPEC/STN referente a receitas de principal, juros e multa dos programas tais como o PROEX, AGF e PRONAF, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 7.6.51 – Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos

Programa	31.12.2015
AGF	459.342.220,67
PROEX	1.503.376.028,09
PRONAF	222.677.755,01
DEMAIS PROGRAMAS	219.451.931,11
Total	2.404.847.934,88

Nota 27 – Operações de Crédito (evidenciação do saldo na DFC do Órgão 25000)

Consiste no ingresso de operações de crédito, decorrente de leilões, Tesouro Direto e dívida contratual, conforme segue.

Quadro 7.6.13 – Operações de Crédito

Título	31.12.2015
Operações de Crédito	1.026.059.115.091,53

Fonte: STN/CODIV e SIAFI

Nota 28 – Amortização/Refinanciamento da Dívida (evidenciação do saldo na DFC do Órgão 25000)

Este item é composto principalmente pela amortização e refinanciamento da dívida pública federal. Além disso, há amortizações decorrentes da Lei nº 8.727/93.

Nota 28.1 – Amortização/Refinanciamento da Dívida Pública Federal

Consiste nos vencimentos e resgates antecipados de principal da dívida pública federal, conforme demonstrado a seguir.

Quadro 7.6.14 – Amortização/Refinanciamento da Dívida Pública Federal

Título	31.12.2015
Amortização/Refinanciamento da Dívida	750.801.990.098,04

Fonte: SIAFI

Nota 28.2 – Amortização/Refinanciamento da Dívida – Lei nº 8.727/93

Tabela 7.6.52 – Amortização/Refinanciamento da Dívida – STN/COAFI

Conta	Título (2015)	Conta Corrente	31.12.2015	31.12.2014	Variação %
622920104	Empenhos Pagos	2014NE000015 01 (2014) - BANCO DO BRASIL SA N 2015NE000026 01 (2015) - BANCO DO BRASIL SA	1.065.034.365,77	1.337.160.210,98	-20,35%
632200000	RP Processado Pago	N 2014NE000015 01 (2015) - BANCO DO BRASIL SA	21.073.293,39	-	-
Total			1.086.107.659,16	1.337.160.210,98	-18,78%

Fonte: STN/COAFI

O montante de R\$ 1.086 milhões em 2015 se refere às amortizações / pagamentos de principal no âmbito dos repasses aos demais credores da Lei nº 8.727/93. Este valor corresponde à soma dos valores pagos ao longo de 2015 referentes ao orçamento de 2015 (conta 622920104) e aos valores pagos no início de 2015 referente a restos a pagar processados provenientes do exercício de 2014 (conta 632200000). A variação negativa de 20,35% na conta “Empenhos Pagos” se deve ao encerramento da parcela de dívidas vencidas da Lei nº 8.727/93 no exercício de 2014, o que acarretou redução no fluxo de pagamentos de principal.

Finalmente, a conta RP Processado Pago pode eventualmente apresentar valores a depender dos recebimentos nos 2 últimos dias úteis do exercício. Conforme disposto na Lei nº 8.727/93, a União é obrigada a repassar aos demais credores os valores recebidos em até dois úteis. Nesse sentido, não se verificou arrecadação de valores de principal no final de 2013, ao passo que foram arrecadados

valores de principal no final de 2014, os quais foram repassados aos demais credores por meio de restos a pagar no início de 2015.

➤ **Balço Financeiro**

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 1701 - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN
 ORGÃO SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
 EMISSÃO 01/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Quadro 7.6.15 – Balço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	1.190.128.064.663,13	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	44.177.609.172,54	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	1.145.950.455.490,59	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	979.093.587.186,51	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	165.015.575.221,00	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.841.293.083,08	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	3.849.354.108.260,99	-	Transferências Financeiras Concedidas	3.785.735.279.450,39	-
Resultantes da Execução Orçamentária	1.010.628.855.050,42	-	Resultantes da Execução Orçamentária	2.249.318.346.341,72	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	2.248.751.948.054,29	-
Repasso Recebido	400.034.645,49	-	Repasso Concedido	498.771.928,01	-
Sub-repasso Recebido	1.009.821.173.908,31	-	Sub-repasso Concedido	9.879.891,63	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	5.053.240,75	-	Valores Diferidos - Baixa	2.520,44	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	57.743.947,35	-	Correspondências de Créditos	57.743.947,35	-
Cota Devolvida	344.849.308,52	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	2.838.725.253.210,57	-	Independentes da Execução Orçamentária	1.511.009.973.108,67	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	25.165.617.351,36	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	98.059.461.968,40	-
Demais Transferências Recebidas	3.225.575.713,29	-	Demais Transferências Concedidas	33.953.605.541,27	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.810.327.758.202,75	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.378.990.603.655,83	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	6.301.943,17	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	6.301.943,17	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	25.406.960.000,00	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.426.519.015.170,59	-	Despesas Extraorçamentárias	36.970.638.219,17	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	20.386.765,37	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	472.189.777,17	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.383.247.539,41	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	32.450.469.250,38	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.541.073.447,73	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.047.864.755,63	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.407.574.307.418,08	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	114.435,99	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	183.035,03	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-

Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	114.435,99	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.371.916.136.463,52	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	163.956.646,16	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	35.494.031.273,37	-		-	-
Saldo do Exercício Anterior	534.468.951.214,58	-	Saldo para o Exercício Seguinte	797.508.092.313,47	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	534.468.951.214,58	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	797.508.092.313,47	-
TOTAL	5.810.342.074.646,16	-	TOTAL	5.810.342.074.646,16	-

Fonte: SIAFI

➤ Balanço Orçamentário

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 1701 - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN
 ORGÃO SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
 EMISSÃO 01/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Quadro 7.6.16 – Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-

Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Intergovernamentais				
Transferências de Instituições	-	-	-	-
Privadas				
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate	-	-	-	-
à Fome				
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes	-	-	-	-
Periódicos Amortização Déficit do				
RPPS				
Rec. Decor. de Aportes	-	-	-	-
Periódicos para Compensações ao				
RGPS				
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Intergovernamentais				
Transferências de Instituições	-	-	-	-
Privadas				
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras	-	-	-	-
Instituições Públicas				
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate	-	-	-	-
à Fome				
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital	-	-	-	-
Social				
Resultado do Banco Central do	-	-	-	-
Brasil				
Remuneração das	-	-	-	-
Disponibilidades do Tesouro				
Nacional				
Dívida Ativa Prov. da	-	-	-	-
Amortização Empréstimos e				
Financiam.				
Receita Dívida Ativa	-	-	-	-
Alienação Estoques de Café				
Receita de Títulos Resgatados	-	-	-	-
do Tesouro Nacional				
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS	-	-	-	-
EM EXERCÍCIOS				
ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-

SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			1.190.128.064.663,13	1.190.128.064.663,13
TOTAL	-	-	1.190.128.064.663,13	1.190.128.064.663,13
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPEZA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	-	-	435.449.382.838,16	423.950.804.015,59	423.949.091.725,97	-435.449.382.838,16
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	207.939.063.437,60	207.939.063.437,60	207.937.489.118,85	-207.939.063.437,60
Outras Despesas Correntes	-	-	227.510.319.400,56	216.011.740.577,99	216.011.602.607,12	-227.510.319.400,56
DESPEAS DE CAPITAL	-	-	184.493.076.912,24	182.608.408.195,40	182.589.733.719,65	-184.493.076.912,24
Investimentos	-	-	26.930.937,90	23.209.001,06	23.209.001,06	-26.930.937,90
Inversões Financeiras	-	-	2.499.616.268,82	618.669.488,82	618.669.488,82	-2.499.616.268,82
Amortização da Dívida	-	-	181.966.529.705,52	181.966.529.705,52	181.947.855.229,77	-181.966.529.705,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPEAS	-	-	619.942.459.750,40	606.559.212.210,99	606.538.825.445,62	-619.942.459.750,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	570.185.604.912,73	570.185.604.912,73	570.185.604.912,73	-570.185.604.912,73
Amortização da Dívida Interna	-	-	558.794.266.103,70	558.794.266.103,70	558.794.266.103,70	-558.794.266.103,70
Dívida Mobiliária	-	-	558.794.266.103,70	558.794.266.103,70	558.794.266.103,70	-558.794.266.103,70
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	11.391.338.809,03	11.391.338.809,03	11.391.338.809,03	-11.391.338.809,03
Dívida Mobiliária	-	-	10.580.525.906,00	10.580.525.906,00	10.580.525.906,00	-10.580.525.906,00
Outras Dívidas	-	-	810.812.903,03	810.812.903,03	810.812.903,03	-810.812.903,03
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	1.190.128.064.663,13	1.176.744.817.123,72	1.176.724.430.358,35	1.190.128.064.663,13
TOTAL	-	-	1.190.128.064.663,13	1.176.744.817.123,72	1.176.724.430.358,35	1.190.128.064.663,13

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	15.592.224.544,79	22.178.115.664,37	31.895.825.883,73	31.895.825.883,73	4.427.031.683,98	1.447.482.641,45
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	200.320.959,76	-	-	200.320.959,76	-
Outras Despesas Correntes	15.592.224.544,79	21.977.794.704,61	31.895.825.883,73	31.895.825.883,73	4.226.710.724,22	1.447.482.641,45
DESPEAS DE CAPITAL	1.187.861.603,16	2.915.763.650,03	554.643.366,65	554.643.366,65	3.463.981.587,50	85.000.299,04
Investimentos	-	463.463,56	463.164,52	463.164,52	-	299,04
Inversões Financeiras	1.187.861.603,16	1.945.843.175,84	554.180.202,13	554.180.202,13	2.494.524.576,87	85.000.000,00
Amortização da Dívida	-	969.457.010,63	-	-	969.457.010,63	-
TOTAL	16.780.086.147,95	25.093.879.314,40	32.450.469.250,38	32.450.469.250,38	7.891.013.271,48	1.532.482.940,49

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
------------------------------	------------------------------------	--------------	-------------------	--------------

	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESAS	-	2.338.375,98	2.337.996,28	-	379,70
CORRENTES					
Pessoal e Encargos	-	-	-	-	-
Sociais					
Juros e Encargos da	-	2.337.996,28	2.337.996,28	-	-
Dívida					
Outras Despesas	-	379,70	-	-	379,70
Correntes					
DESPESAS DE	449.190.266,50	21.073.293,39	469.851.780,89	-	411.779,00
CAPITAL					
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões	449.190.266,50	-	448.778.487,50	-	411.779,00
Financeiras					
Amortização da	-	21.073.293,39	21.073.293,39	-	-
Dívida					
TOTAL	449.190.266,50	23.411.669,37	472.189.777,17	-	412.158,70

Fonte: SIAFI

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 GESTÃO DE PESSOAS

8.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 8.1.1.1 – Força de Trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		862	31	45
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		862	31	45
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		840	28	40
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		21	2	4
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		7	3	3
4. Servidores Anistiados de outros órgãos e Esferas (CLT-43/44)		0	0	0
5. Total de Servidores (1+2+3+4)		869	34	48

Fonte: STN/CODIN e SAMF

Quadro 8.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	862	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	862	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	840	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	21	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	7	0
4. Servidores Anistiados de outros órgãos e Esferas (CLT-43/44)	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3+4)	869	0

Fonte: STN/CODIN e SAMF

Quadro 8.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		196	64	39
1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0

1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		196	64	39
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		186	58	34
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1	1	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		4	1	1
1.2.4. Sem Vínculo		5	4	4
1.2.5. Aposentados		0	0	0
1.2.6. Servidores Anistiados de outros órgãos e Esferas (CLT-43/44)		0	0	0
2. Funções Gratificadas		43	11	8
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		43	11	7
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	1
2.2.6. Servidores Anistiados de outros órgãos e Esferas (CLT-43/44)		0	0	0
3. Funções Comissionada Técnica		1	0	0
3.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		1	0	0
3.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
3.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3.2.6. Servidores Anistiados de outros órgãos e Esferas (CLT-43/44)		0	0	0
4. Função Representação do Gabinete do Ministro		0	0	0
3.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		0	0	0
3.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
3.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3.2.6. Servidores Anistiados de outros órgãos e Esferas (CLT-43/44)		0	0	0
5. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		240	75	47

Fonte: STN/CODIN e SAMF

8.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 8.1.2.1 – Despesas com pessoal – Custos do Pessoal

Tipologia s/ Exercícios	Vencime ntos e Vantage ns Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercíci os Anterior es	Decisões Judiciais	Total	
		Retribui ções	Gratifica ções	Adiciona is	Indeniz ações	Benefício s Assistenc iais e Previden ciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exe rcíc ios	201 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	201 4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exe rcíc ios	201 5	139.953. 949,32	5.196.23 0,81	12.219.6 53,16	4.503.28 6,05	3.391.1 94,07	2.214.09 1,43	-	41.445,8 6	216.403, 31	167.736.25 4,01
	201 4	127.848. 232,35	4.923.22 4,16	11.418.4 85,42	3.588.55 2,92	3.372.9 37,49	2.125.29 0,99	-	11.761,4 7	208.590, 42	153.497.07 5,22
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exe rcíc ios	201 5	484.875, 60	263.269, 70	93.651,1 2	30.024,3 4	190,00	3.282,00	-	-	-	875.292,76
	201 4	503.332, 85	255.289, 48	89.793,3 1	23.237,5 5	95,00	3.833,86	-	-	-	875.582,05
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exe rcíc ios	201 5	-	428.749, 72	41.766,5 0	35.066,8 8	26.228, 48	38.429,0 5	-	-	-	570.240,63
	201 4	-	332.806, 31	27.599,3 2	9.325,27	18.474, 00	28.297,4 8	-	-	-	416.502,38
Servidores cedidos com ônus											
Exe rcíc ios	201 5	20.416.0 21,85	2.253,21	1.787.46 6,46	598.302, 96	389.529 ,10	509.858, 01	-	-	95.157,4 1	23.798.589 ,00
	201 4	18.135.2 08,24	1.286,66	1.505.32 8,26	514.612, 35	392.712 ,30	457.234, 97	-	1.153,86	86.953,3 5	21.094.489 ,99
Servidores com contrato temporário											
Exe rcíc ios	201 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	201 4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Anistiados de Outros Órgãos e Esferas (CLT43/CLT44)											
Exe rcíc ios	201 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	201 4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: STN/CODIN e SAMF

8.1.3 Controles para mitigar riscos relacionados ao Pessoal

A gestão dos processos de trabalho de recursos humanos é de responsabilidade da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Fazenda – COGEP/MF. A Secretaria do Tesouro Nacional tem feito gestões junto à COGEP para a adoção de políticas de controle de

absenteísmo, acidentes de trabalho, demandas trabalhistas e doenças ocupacionais bem como a criação de indicadores de desempenho funcional, satisfação e motivação.

8.1.4 Concessão de Gratificação Temporárias das unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal

Quadro 8.1.4.1 – Gratificações Temporárias

Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal	Quantitativo recebido	Quantitativo distribuído
1. Servidores com GSISTE – Administração Financeira Federal (1.1 + 1.2+1.3)	3	1
1.1. GSISTE Nível Médio	1	1
1.2. GSISTE Nível Superior	1	0
1.3. GSISTE Nível Auxiliar	1	0
2. Servidores com GSISTE – Contabilidade Federal (2.1+2.2+2.3)	24	20
2.1. GSISTE Nível Médio	5	5
2.2. GSISTE Nível Superior	15	15
2.3. GSISTE Nível Auxiliar	4	0
3. Servidores com GSISTE – Órgão Central do Sistema (3.1+3.2+3.3)	29	27
3.1. GSISTE Nível Médio	25	25
3.2. GSISTE Nível Superior	2	1
3.3. GSISTE Nível Auxiliar	2	1
4. Total de Servidores com GSISTE (1+2+3)	56	48

Fonte: STN/CODIN e SAMF

8.1.5 Pessoal requisitado dos quadros de órgão ou entidade da Administração Pública Federal

Vide Quadros 8.1.1.1 e 8.1.1.2.

8.1.6 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Quadro 8.1.6.1 – Evolução do Quantitativo de Estagiários – 2015

Contar de matrícula_siape	função_código_nível	Mês											
		jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	set/15	out/15	nov/15	dez/15
STN	*00001	16	17	19	22	21	21	20	16	4	4	1	2
	*00002	5	4	4	6	7	8	8	8	7	7	7	6
STN Total		21	21	23	28	28	29	28	24	11	11	8	8

Fonte: STN/CODIN e SANF/MF

8.1.7 Contratações de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

- Assuntos Corporativos

- **Projeto de Restauração e Manutenção de Estradas Federais – PREMEF**

A partir do exercício de 2011, o Acordo de Cooperação Técnica BRA 06/024, firmado com o PNUD, passou a ser gerenciado pela UCP/STN, de acordo com o disposto na Portaria STN/MF nº 39,40,41 de 18/01/2011.

O Projeto tinha como objetivo inicial a contratação de serviços especializados de consultoria voltados para o desenho e implantação de metodologias de monitoramento, desenvolvimento de sistemas e treinamento de técnicos dos quadros das entidades envolvidas, assim como para a aquisição de bens. Desta forma, estes recursos contribuiriam decisivamente para que a STN, por meio da Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimentos Públicos/ COAPI-STN, melhorasse sua capacidade de avaliação e monitoramento dos investimentos públicos, considerando aspectos de eficiência, estruturando fisicamente a sistemática que permitiria consolidar suas ações nesta área.

Contudo, as prioridades governamentais com relação ao monitoramento e avaliação da execução de projetos tomaram outros rumos que prescindiram da participação efetiva da Secretaria do Tesouro Nacional no desenvolvimento de um sistema com esse objetivo, permitindo, então, que o projeto passasse a focar suas atenções nas outras vertentes da atuação da Secretaria do Tesouro Nacional estabelecidas no Acordo de Empréstimo com o BIRD que visavam identificar oportunidades para melhorar a eficiência dos gastos públicos, por meio, inclusive, do aprimoramento do seu corpo gerencial e técnico, mediante treinamento e capacitação.

Sem ter utilizado os recursos provenientes do Acordo de Empréstimo, do qual solicitou sua exclusão, o projeto passou a ser financiado exclusivamente com recursos nacionais, por meio do Acordo de Cooperação Técnica BRA 06/024, firmado com o PNUD.

Por meio da Revisão Substantiva “J”, o orçamento do Acordo de Cooperação Técnica BRA 06/024 foi mantido, permanecendo na ordem de US\$ 9. 071.747,03 e sua vigência foi prorrogada para 30/10/2016.

Com a prorrogação do projeto, houve reformulação de suas metas físicas e financeiras para os exercícios 2014, 2015 e 2016. Contudo, nova revisão foi efetuada em 2015, Revisão Geral 3, a qual ajustou os recursos disponíveis à previsão de demanda do projeto e transferiu o saldo orçamento para o exercício de 2016, conforme quadro a seguir.

Quadro 8.1.7.1 – PREMEF

Ano – 2015		
Fundo 30071		
Resultado	Conta Contábil – Descrição	Valor - US\$
Resultado 1	73500 -	\$200,00
	75100 - Facilidades e Administração	\$10,00
Resultado 7 - Produto 7.2	71300 – Consultorias Nacionais – pessoa física – produtos	\$0,00
	74200 - Impressões e Publicações	\$0,00
	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$0,00
	75100 - Facilidades e Administração	\$0,00
Resultado 8 - Produtos 8.2 e 8.3	71300 – Consultorias Nacionais – pessoa física – produtos	\$0,00
	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$0,00
	71600 - Viagem	\$0,00
	Impressões/Traduções	\$40.000,00
	75100 – Facilidades e Administração	\$2.000,00
Resultado 9 - Produtos 9.5, 9.6, 9.7,9.8,9.9,9.10,9.12,9.13	71200 - Consultores Internacionais - pessoa física - produtos	\$0,00
	71300 – Consultorias Nacionais – pessoa física – produtos	\$400.000,00
	71600 - Viagem	\$54.225,92
	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$100.000,00
	72500 - Publicações	\$0,00
	74200 - Impressões e Publicações	\$40.000,00
	75100 – Facilidades e Administração	\$29.711,30
Resultado 11 - Produto 11.1	71300 - Consultorias Nacionais – pessoa física – produtos	\$10.000,00
	75100 – Facilidades e Administração	\$500,00
	TOTAL	\$676.437,22

Fonte: STN/CODIN

No exercício de 2015, o projeto focou seus esforços em ações que visavam à melhoria da eficiência e eficácia da administração financeira. Nesse sentido, o PREMEF destinou recursos para a avaliação do sistema de execução orçamentária e financeira, visando aperfeiçoar o Sistema SEORFI.

Também contribuiu para o atingimento desse objetivo, a criação de um Plano de Comunicação para o Tesouro Direto, juntamente com a criação de uma proposta de arquitetura de informação e layout para a criação de um novo portal para o Tesouro Direto. Outra ação importante foi o financiamento do trabalho destinado a desenvolver uma metodologia para o dimensionamento da força de trabalho para a STN.

A elaboração de uma política integrada para ao Tesouro Nacional e a identificação e classificação de informações no âmbito do Tesouro Nacional (no âmbito do projeto Tesouro Transparente) foram outros importantes projetos apoiados pelo PREMEF.

Além disso, recursos do PREMEF foram utilizados para aperfeiçoar seu corpo técnico por meio de palestras, seminários e workshops, destacando - se o apoio à realização do IV Ciclo de Debates de Finanças Públicas do Tesouro Nacional e à 2ª Reunião IBRE/FGV e Ministério da Fazenda.

Quanto às metas físicas, o quadro a seguir mostra as metas que se pretendia alcançar, conforme consignado na revisão Substantiva “J”.

Quadro 8.1.7.2 – Metas Físicas PREMEF 2015

Resultados	Produtos	Metas
7 – Aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos com foco melhoria na eficiência do gasto público	Produto 7.2 – Aprimoramento do Clima Organizacional	<p>2015/1 - Finalizar a elaboração do projeto para implantação de processos de trabalho permanentes visando a saúde e bem-estar dos servidores do Tesouro Nacional</p> <p>2015/2 - Corpo Técnico do Tesouro Nacional melhor instrumentalizado para identificar oportunidades para melhorar a eficiência de gasto público, com o aprimoramento do Clima Organizacional da organização, que tornando-se saudável sob todos os aspectos, favorece a que os servidores trabalhem de forma mais eficiente e de forma efetiva</p>
8 – Identificação de mecanismos para tomada de decisão e para avaliação das políticas públicas	<p>Produto 8.2 – Avaliação de Políticas Públicas e melhoria da Gestão do Gasto Público em áreas finalísticas</p> <p>Produto 8.3 – Disseminação das técnicas de avaliação da qualidade do gasto público junto a gestores públicos nos níveis federal, estadual e municipal</p>	<p>2015/1</p> <p>Produto 8.2: Estudos visando a identificação das condições de melhoria de sustentabilidades das contas públicas e ao aprimoramento da qualidade da gestão governamental</p> <p>Produto 8.3: Disseminar junto a gestores públicos nos níveis federal, estadual e municipal técnicas de avaliação da qualidade do gasto público</p> <p>2015/2</p> <p>Produto 8.2: Estudos visando a identificação das condições de melhoria de sustentabilidades das contas públicas e ao aprimoramento da qualidade da gestão governamental</p> <p>Produto 8.3: Disseminar junto a gestores públicos nos níveis federal, estadual e municipal técnicas de avaliação da qualidade do gasto público</p> <p>Produto 8.3: Disseminar junto a gestores públicos nos níveis federal, estadual e municipal técnicas de avaliação da qualidade do gasto público</p>
9 – Aperfeiçoamento de instrumentos e técnicas para melhoria da eficiência e eficácia da administração financeira	<p>Produto 9.5 – Desenvolvimento de Ações para a Qualidade e Transparência Fiscal</p> <p>Produto 9.6 – Avaliação do Sistema de TI do Tesouro Nacional</p> <p>Produto 9.7 – Estudos e projetos para auxiliar na formulação e na gestão das políticas econômicas necessárias para o</p>	<p>2015/1</p> <p>Produto 9.5: estudos e projetos aperfeiçoamento do processo de coleta, tratamento e divulgação de informações fiscais dos Entes Federativos elaborados</p> <p>Produto 9.7: elaboração de estudos e projetos referentes à formulação e na</p>

	<p>desenvolvimento sustentável com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas</p> <p>Produto 9.8 - Elaboração do Projeto Tesouro Educacional</p> <p>Produto 9.9 - Aperfeiçoamento do processo de gestão orçamentária e financeira no âmbito da Gestão da Dívida Pública Federal</p> <p>Produto 9.10 - Aperfeiçoar o processo de informações fiscais da União, Estados e Municípios com o objetivo de aprimorar a transparência da gestão pública</p> <p>Produto 9.11 - Estruturação do modelo de gestão financeira dos recursos aportados no Fundo Social</p> <p>Produto 9.12 - Desenvolvimento de modelo geral de gestão de ativos do Fundo Soberano do Brasil</p> <p>Produto 9.13 - Desenvolvimento de instrumentos e técnicas para a melhoria da eficiência de processos da STN</p>	<p>gestão das políticas econômicas necessárias para o desenvolvimento sustentável com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas</p> <p>Produto 9.9: Plano de Ação para o Tesouro Direto</p> <p>Produto 9.10: Taxonomia XBRL: migração de dados de natureza declaratória para o recebimento de informações extraídas diretamente da contabilidade das unidades federativas</p> <p>Produto 9.12: diagnóstico em relação ao modelo geral de governança, compliance a accountability utilizados pelo FSB, e diagnóstico dos potenciais riscos relacionados aos controles internos dos processos do FSB elaborado</p> <p>Produto 9.14: realização de ciclo de palestras e workshops sobre finanças economia, gestão institucional e tecnologia da informação</p> <p>2015/2</p> <p>Produto 9.5: estudos e projetos aperfeiçoamento do processo de coleta, tratamento e divulgação de informações fiscais dos Entes Federativos elaborados</p> <p>Produto 9.7: elaboração de estudos e projetos referentes à formulação e na gestão das políticas econômicas necessárias para o desenvolvimento sustentável com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas</p> <p>Produto 9.9: Plano de Ação para o Tesouro Direto</p> <p>Produto 9.10: Taxonomia XBRL: início da migração de dados de natureza declaratória para o recebimento de informações extraídas diretamente da contabilidade das unidades federativas</p> <p>Produto 9.12: diagnóstico em relação ao modelo geral de governança, compliance a accountability utilizados pelo FSB; c) diagnóstico dos potenciais riscos relacionados aos controles internos dos processos do FSB elaborado</p> <p>Produto 9.14: realização de ciclo de palestras e workshops sobre finanças economia, gestão institucional e tecnologia da informação</p>
--	---	--

11 – Elaboração da metodologia de planejamento institucional da STN	Produto 11.1 – Elaboração da metodologia de planejamento institucional da STN	<p>2015/1: Finalização da elaboração da metodologia para dimensionamento da força de trabalho;</p> <p>2015/2: Estudos sobre diagnósticos de processos elaborados</p>
---	---	--

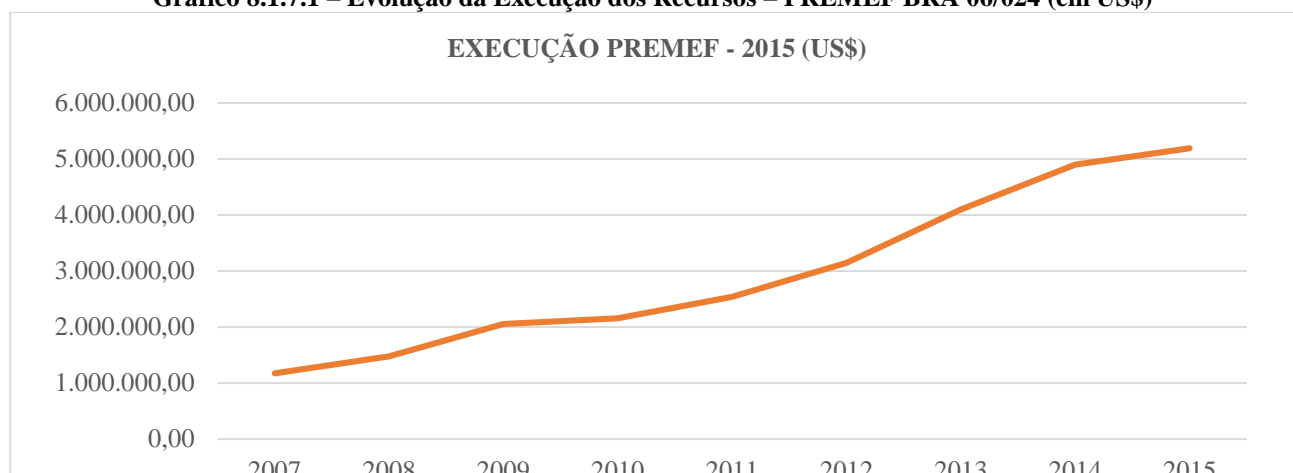
Fonte: STN/CODIN

Das metas físicas planejadas, foram obtidos produtos, ao final de 2015, referentes às seguintes ações:

- Aperfeiçoamento de instrumentos e técnicas para melhoria da eficiência e eficácia da administração financeira;
- Aperfeiçoamento do processo de gestão orçamentária e financeira no âmbito da Gestão da Dívida Pública Federal;
- Disseminação das técnicas de avaliação da qualidade do gasto público junto a gestores públicos nos níveis federal, estadual e municipal; e
- Elaboração da metodologia de Planejamento institucional da STN.

Até o exercício de 2015, a execução do projeto PREMEF alcançou um montante de US\$ 5.187.158,71, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 8.1.7.1 – Evolução da Execução dos Recursos – PREMEF BRA 06/024 (em US\$)



Fonte: STN/CODIN

No exercício de 2015, o impacto da valorização do dólar atingiu a execução do Projeto de forma acentuada, que no exercício de 2015, executou um montante de US\$ 287.026,08, uma vez que os pagamentos nesse exercício foram todos realizados em moeda nacional. Por outro lado, a desvalorização cambial do real aumentou o volume de recursos disponibilizados ao Projeto.

- *Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto” – PREMEF*

Quadro 8.1.7.3 – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do Projeto de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Restauração e Manutenção de Estradas Federais	BRA 06/024

Fonte: STN/CODIN e Extranet/PNUD

Quadro 8.1.7.4 – Contratos de Consultoria

Em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2014/000077-00					
Objetivo da consultoria: Realização de diagnóstico do processo de atendimento prestado pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional, assim como a elaboração de um plano de trabalho contendo subsídios, recomendações técnicas e cronograma de implantação que permitam ao Tesouro Nacional avançar no processo de adoção e implementação de um melhor atendimento					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/02/2014	28/11/2014	215.000,00	66.650,00	12.900,00	161.250,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
1. Relatório em meio físico e magnético, contendo diagnóstico e estudo do processo de melhoria no atendimento.		21/03/2014	43.000,00		
2. Relatório em meio físico e magnético, contendo o planejamento das ações para melhoria do atendimento, incluindo a definição de indicadores para avaliação.		07/04/2014	21.500,00		
3. Workshop para estruturação de acordos de serviços entre as áreas que impactam direta e indiretamente no atendimento.		22/04/2014	32.250,00		
4. Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.		22/05/2014	7.525,00		
5 Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.		23/06/2014	7.525,00		
6 Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.		14/07/2014	7.525,00		
7 .Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.		04/08/2014	7.525,00		
8 . Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.		25/08/2014	7.525,00		
9 . Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.		15/09/2014	7.525,00		
10 . Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.		06/10/2014	6.450,00		
11 . Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.		27/10/2014	6.450,00		
12. Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.		17/11/2014	6.450,00		
13 . Estruturação de ferramenta web para o gerenciamento do sistema de gestão de atendimento pela CODIN/STN, consolidado conforme o planejamento estabelecido no Produto 2.		27/11/2014	32.250,00		
14 . Workshop de validação final das recomendações resultantes dos diagnósticos elaborados no produto 2, contemplando apresentações e documentos de trabalho que possam subsidiar a tomada de decisão para as atividades de convergência para melhoria do atendimento.		27/11/2014	21.500,00		

Consultor contratado	
Nome do consultor: Marcello Araripe Coelho de Almeida	CPF: 523.437.231-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:	

Código do Contrato: 2014/000446-01					
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de projeto de instituição de indicadores de desempenho e de tendência da Secretaria do Tesouro Nacional					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/09/2014	30/06/2015	199.800,00	170.200,00	170.200,00	199.800,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Produto 1 - Projeto, orientado a partir da metodologia PMBoK, contendo cronograma, funções, papéis e participações acordados com a Equipe da STN;		07/11/2014	3.700,00		
Produto 2 - Relatório Técnico 1, por Subsecretaria, contendo a análise referente ao sistema de gestão; com destaque para o planejamento estratégico (objetivos e metas), cadeia de valor, macroprocessos e processos organizacionais instituídos, produtos e indicadores utilizados; levantados a partir de trabalho de campo e que contenha também o inventário de indicadores propostos em estudos prévios e não implementados.		30/11/2014	18.500,00		
Produto 3 - Realização de dois workshops com a alta administração da STN, com o respectivo registro dos levantamentos e resultados;		31/01/2015	7.400,00		
Produto 4 - Realização de três workshops para apresentação de metodologias potenciais, à equipe STN, definida pela CODIN, com subsídios para avaliação e seleção da metodologia aplicável à STN, e do rol de ferramentas, instrumentos ou soluções tecnológicas associadas, entregando-se material de referência;		21/10/2014	7.400,00		
Produto 5 - Realização de dois workshops (trinta e duas horas), com os Comitês Internos (CI), constituídos para fins consultivos e deliberativos, com servidores indicados pelas Subsecretarias de Assuntos Corporativos e Contabilidade Públicas para: I) transferência de conhecimento, relativamente à metodologia selecionada e instrumentos e ferramentas associadas (conforme executado no produto 4), seguindo programa proposto pelo Consultor e aprovado pela Equipe STN; II) levantar as questões que os indicadores necessitam responder; III) apresentar os resultados do produto 3; IV) produzir indicadores que possam responder a essas questões, seguindo a metodologia; V) selecionar, mediante aplicação de critérios objetivos, indicadores para a STN, que contenham atributos desejáveis; VI) detalhar os indicadores, mediante especificação (fórmula, dados, meta, responsáveis, público alvo, propósito, benefícios, dificuldades, frequência para geração e para revisão, processos relacionados e/ou outras) e o tratamento da informação (periodicidade, responsáveis, destinação, guarda e acesso e/ou outras); e VII) estabelecer os processos de medição;		28/02/2015	22.200,00		
Produto 6 - Realização de dois workshops (trinta e duas horas), com os Comitês Internos (CI), constituídos para fins consultivos e deliberativos, com servidores indicados pelas Subsecretarias de Planejamento e Estatísticas Fiscais e de Relações Financeiras					

<p>Intergovernamentais para: I) transferência de conhecimento, relativamente à metodologia selecionada e instrumentos e ferramentas associadas (conforme executado no produto 4), seguindo programa proposto pelo Consultor e aprovado pela Equipe STN; II) levantar as questões que os indicadores necessitam responder; III) apresentar os resultados do produto 3; IV) produzir indicadores que possam responder a essas questões, seguindo a metodologia; V) selecionar, mediante aplicação de critérios objetivos, indicadores para a STN, que contenham atributos desejáveis; VI) detalhar os indicadores, mediante especificação (fórmula, dados, meta, responsáveis, público alvo, propósito, benefícios, dificuldades, frequência para geração e para revisão, processos relacionados e/ou outras) e o tratamento da informação (periodicidade, responsáveis, destinação, guarda e acesso e/ou outras); e VII) estabelecer os processos de medição;</p>	31/103/2015	22.200,00
<p>Produto 7 - Realização de dois workshops (trinta e duas horas), com os Comitês Internos (CI), constituídos para fins consultivos e deliberativos, com servidores indicados pelas Subsecretarias de Políticas Fiscais e de Dívida Pública para: I) transferência de conhecimento, relativamente à metodologia selecionada e instrumentos e ferramentas associadas (conforme executado no produto 4), seguindo programa proposto pelo Consultor e aprovado pela Equipe STN; II) levantar as questões que os indicadores necessitam responder; III) apresentar os resultados do produto 3; IV) produzir indicadores que possam responder a essas questões, seguindo a metodologia; V) selecionar, mediante aplicação de critérios objetivos, indicadores para a STN, que contenham atributos desejáveis; VI) detalhar os indicadores, mediante especificação (fórmula, dados, meta, responsáveis, público alvo, propósito, benefícios, dificuldades, frequência para geração e para revisão, processos relacionados e/ou outras) e o tratamento da informação (periodicidade, responsáveis, destinação, guarda e acesso e/ou outras); e VII) estabelecer os processos de medição;</p>	30/04/2015	22.200,00
<p>Produto 8 - Relatório Técnico 2, contendo: I) o registro dos resultados da execução dos produtos 5, 6 e 7, por Subsecretaria, e II) as análises individuais (por indicador), por Subsecretaria, e conjuntas (sistema); e a interação das medições com o sistema de medições do programa PMIMF e o ambiente externo, mediante construção de um modelo de relacionamento que apresente a inter-relação das medidas estabelecidas, de forma que seja possível visualizar prováveis relações de causa e efeito e antever conflitos;</p>	15/05/2015	37.000,00
<p>Produto 9 - Manual de Indicadores, contendo a metodologia de indicadores aplicada à instituição, com a descrição de instrumentos e ferramentas; os processos de medição e o modelo de monitoramento.</p>	30/05/2015	29.600,00
<p>Produto 10 - Plano de implantação dos indicadores, dos processos de medição e de monitoramento.</p>	30/06/2015	29.600,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: HUMBERTO FALCÃO MARTINS		CPF: 270.734.911-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: houve necessidade de prorrogação do contrato		
Código do Contrato: 2014/000574-01		
Objetivo da consultoria: Elaboração, acompanhamento da implementação e avaliação de resultados de plano de comunicação institucional e mercadológico para o Programa Tesouro Direto, tendo como objetivo o fortalecimento da marca e a ampliação da base atual de investidores do Programa		
Período de Vigência	Remuneração	

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/10/2014	31/12/2015	189.500,00	132.600,00	94.700,00	151.550,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1- Relatório de Diagnóstico de Comunicação Integrada do Tesouro Direto			31/10/2014	56.850,00	
Produto 2 - Relatório contendo o Plano de Comunicação Integrada do Tesouro Direto			30/03/2015	37.900,00	
Produto 3 - Entrega de relatório com indicações detalhadas das atividades planejadas para 12 meses			30/05/2015	56.850,00	
Produto 4 - Entrega de relatório com avaliação do novo site do Tesouro Direto			31/12/2015	37.900,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: VERA LUCIA SILVIERI				CPF: 766.297.678-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: houve necessidade de prorrogação do contrato					

Código do Contrato: 2015/000148-00					
Objetivo da consultoria desenvolvimento de ferramentas para que o corpo técnico do Tesouro Nacional, em especial da GEIFO/CODIN, desenvolva competências em Criatividade nas organizações e Comunicação Pública e Governamental, por meio de Seminários Técnicos					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/09/2015	30/09/2015	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Seminário 1 - Avaliação inicial sobre a disciplina Criatividade nas Organizações e Workshop sobre os temas Motivação, solução de problemas			02/09/2015	1.250,00	
Seminário 2 - Avaliação final sobre a disciplina Criatividade nas organizações e Workshop sobre os temas criação para diferentes meios e inovação institucional			09/09/2015	1.250,00	
Seminário 3 - Avaliação inicial sobre a disciplina Comunicação Pública e Governamental e Workshop sobre os temas Interesse público e Propaganda e publicidade			16/09/2015	1.250,00	
Seminário 4 - Avaliação final sobre a disciplina Comunicação Pública e Governamental			23/09/2015	1.250,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: ASDRÚBAL BORGES F. SOBRINHO				CPF: 470601903-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: 2015/000124-00

Objetivo da consultoria : desenvolvimento de ferramentas para que o corpo técnico do Tesouro nacional, em especial da GEIFO/CODIN, desenvolva competências em Escrita em internet e intranet (Webwritting), por meio de Seminário técnico

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/09/2015	30/09/2015	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Seminário "Escrita em internet e intranet (Webwritting)"			02/09/2015	5.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: BRUNO DA SILVA AZEVEDO RODRIGUES				CPF: 900.351.937-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: 2015/000181-00

Objetivo da consultoria : desenvolver na equipe de Comunicação da CODIN conhecimento técnico básico de organização de dados e informações na internet e intranet - Arquitetura da Informação

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
09/11/2015	27/11/2015	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Workshop sobre o tema Arquitetura da Informação			13/11/2015	5.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: BRUNO DA SILVA AZEVEDO RODRIGUES				CPF: 900.351.937-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: 2015/000167-00

Objetivo da consultoria: desenvolvimento de ferramentas para que o corpo técnico do Tesouro Nacional, em especial da GEIFO/CODIN, desenvolva competências em Redação Institucional e Políticas de Comunicação, por meio de Seminários Técnicos

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/09/2015	30/10/2015	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Seminário 1 - Avaliação inicial sobre a disciplina Redação Institucional e Workshop sobre os temas Produção de conteúdo para mídias diversas e para web			30/09/2015	1.250,00	

Seminário 2 - Avaliação final sobre a disciplina Redação Institucional Workshop sobre os temas trabalhando com sites, blogs, aplicativos etc.	07/10/2015	1.250,00
Seminário 3 - Avaliação inicial sobre a disciplina Políticas de Comunicação e Workshop sobre o tema Ética nas Organizações	14/10/2015	1.250,00
Seminário 4 - Avaliação final sobre a disciplina Políticas de Comunicação e Workshop sobre o tema avaliação de Políticas de Comunicação	21/10/2015	1.250,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: ELEN CRISTINA GERALDES		CPF: 117.610.268-01
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: 2015/000067-00					
Objetivo da consultoria: palestra sobre o tema Desafios sobre Política Fiscal, no âmbito do programa de seminários da Secretaria do Tesouro Nacional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/04/2015	13/04/2015	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Apresentação de Seminário na STN sobre o tema Desafios da Política Fiscal			09/04/2015	5.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: GABRIEL LEAL DE BARROS				CPF: 111.547.927-06	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: 2014/000577-00					
Objetivo da consultoria: realizar a revisão, alteração e desenvolvimento de novos arquivos de taxonomia ou extensão de taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em linha com a arquitetura de taxonomia previamente definida pela STN.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/10/2014	30/01/2015	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório contendo revisão, alteração e desenvolvimento de novos arquivos de taxonomia ou extensão de taxonomia da Contabilidade					

Aplicada ao Setor Público, construídos conjuntamente com a equipe da STN com base no MCASP, MDF, DCA, e DEFP que comportarão as entradas e saídas de dados para o SICONFI.	10/11/2014	17.500,00
2. "Guias de implementação referentes ao emprego da tecnologia XBRL para a geração de instâncias para cada um dos demonstrativos do projeto SICONFI de modo a auxiliar os usuários do sistema na aplicação de regras para a geração de instâncias compatíveis com o SICONFI, visando a transmissão de dados via sistema	25/11/2014	17.500,00
3. Arquivos em Excel contendo a estrutura de mapeamentos de cada demonstrativo desenvolvido referente ao MCASP, MDF, DCA, e DEFP, que servirão de base para a interligação da MSC com os demonstrativos de saída	01/12/2014	14.000,00
4. Arquivos da documentação relativa ao processo de desenvolvimento da taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que deverão conter a descrição da participação nas atividades de exposição da taxonomia a empresas, fornecedores e stakeholders, nacionais e Internacionais, visando a validação da taxonomia produzida	16/12/2014	14.000,00
5. Relatórios com a descrição da atuação como multiplicador, conjuntamente com a equipe da STN, incluindo os arquivos do material didático elaborado, e da participação em apresentações nos workshops para usuários da STN e/ou dos entes da Federação (Estados, Municípios e Distrito Federal), bem como em eventos e fóruns de mesma natureza	26/12/2014	7.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: ILSON CAMOLEZI JÚNIOR	CPF: 215.986.848-50	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: 2015/0001128-00					
Objetivo da consultoria: realizar a revisão, alteração e desenvolvimento de novos arquivos de taxonomia ou extensão de taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em linha com a arquitetura de taxonomia previamente definida pela STN.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/08/2015	11/09/2015	5.000,00	5.000,000	5.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Seminário 1 - Avaliação inicial sobre a disciplina Teorias da Comunicação Organizacional e Workshop sobre o tema Comunicação Institucional			05/08/2015	1.250,00	
2. " Seminário 2 - Avaliação final sobre a disciplina Teorias da Comunicação Organizacional e Workshop sobre os temas Missão, Visão, Valores, Cultura, Identidade e Clima Organizacional			15/08/2015	1.250,00	
3. Seminário 3 - Avaliação inicial sobre a disciplina Comunicação Interna e Workshop sobre os temas Eventos e mobilização			23/08/2015	1.250,00	
4. Seminário 4 - Avaliação final sobre a disciplina Comunicação Interna e Workshop sobre os temas Processos e Produtos da comunicação			05/09/2015	1.250,00	

Consultor contratado	
Nome do consultor: JANARA KALLINE LEAL LOPES DE SOUSA	CPF: 704.459.233-34
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:	

Código do Contrato: 2015/000048-00					
Objetivo da consultoria: Realização de Palestra no ciclo de debates de Finanças Públicas do Tesouro nacional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
09/03/2015	31/03/2015	5.000,00	5.000,000	5.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1.Apresentação de Seminário na STN			31/03/2015	5.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: JOSÉ MÁRCIO A. G. DE CAMARGO				CPF: 261.864.627-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: 2015/000048-00					
Objetivo da consultoria: Realização de Palestra sobre o Tema Finanças Públicas					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/06/2015	29/06/2015	5.000,00	5.000,000	5.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1.Apresentação de Seminário na STN sobre Transparência e Responsabilidade Fiscal			29/06/2015	5.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO				CPF: 017.838.168-30	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: 2015/000048-00					
Objetivo da consultoria: Realização de Palestra sobre o Tema Finanças Públicas					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/06/2015	29/06/2015	5.000,00	5.000,000	5.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1.Apresentação de Seminário na STN sobre Transparência e Responsabilidade Fiscal			29/06/2015	5.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO				CPF: 017.838.168-30	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: 2015/000062-00					
Objetivo da consultoria: avaliação do Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI, sob a gestão da CODIV; elaboração de um modelo conceitual que contemple a adequação do Sistema ao novo Plano Orçamentário da Dívida Pública Federal e ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/04/2015	27/02/2016	175.950,00	130.461,60	126.276,80	126.276,80
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Revisão das políticas de segurança de informação do SEORFI e sua adequação com a nova versão do sistema operacional da STN assim como as políticas de backup e melhoria de desempenho				17.166,00	
2. Definir o modelo de integração do SEORFI com o SIAFI (CPR) para os pagamentos e receitas de acordo com o PCASP				20.599,20	
3. Definir o modelo de integração do SEORFI com o SIAFI (CPR) para os pagamentos e receitas de acordo com o PCASP				25.749,00	
4. Definir o modelo de integração do SEORFI aos módulos de dívida interna e externa do SID com foco em pagamentos, receitas e emissões				25.749,00	
5. Revisão das rotinas de extração de dados do do SEORFI relacionadas ao fluxo de caixa da Dívida Pública para compor os relatórios de gestão				20.599,20	
6. Definição dos modelos de integração do SEORFI com os processos da CODIP				20.599,20	
7. Revisão dos relatórios e atualização da documentação do SEORFI				20.599,20	
8. Definir modelo conceitual, tabelas e documentação do módulo de Garantia				20.599,20	
9. Preparar documentação para transferência de conhecimento				4.290,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARCELO LIMA BITTENCOURT				CPF: 611.475.591-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: 2015/000147-00					
Objetivo da consultoria: identificação e classificação de informações no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/08/2015	18/04/2016	179.366,18	98.651,48	48.429,00	48.429,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1. Relatório de Diagnóstico	14/09/2015	32.286,06
2. Modelo de Identificação e Classificação de Informações do Tesouro Nacional	29/09/2015	16.142,94
3. Adequação ao Modelo de Identificação e Classificação de Informações do Tesouro Nacional das informações já coletadas em suas unidades organizacionais	20/10/2015	10.761,96
4. Desenvolvimento do Catálogo Geral de Informações para as (nove) unidades organizacionais finalísticas integrantes do Grupo Técnico Tesouro Transparente	04/12/2015	39.460,52
5. Desenvolvimento do Catálogo Geral de Informações para (treze) unidades organizacionais corporativas e não integrantes do Grupo Técnico Tesouro Transparente.	18/01/2016	46.635,16
6. Mapa Integrado de Dados e Informações do Tesouro Nacional	17/02/2016	16.142,94
7. Relatório Final	18/04/2016	17.936,60
Consultor contratado		
Nome do consultor: MARIA ROSÂNGELA DA CUNHA		CPF: 280.241.331-72
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: 2015/000044-00					
Objetivo da consultoria: para apoiar a implantação do novo portal do Tesouro Direto, especificamente no que diz respeito à realização da proposta de arquitetura de informação/leiaute/design.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
09/03//2015	15/01/2016	125.227,00	75.136,20	125.227,00	125.277,80
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Produto 1 - Relatório com a avaliação do site do Tesouro Direto		03/04/2015	25.045,50		
Produto 2 - Proposta de arquitetura de informação.		23/04/2015	50.090,80		
Produto 3 - Proposta de leiaute/design		15/01/2015	50.090,80		
Consultor contratado					
Nome do consultor: MELINA DA SILVA ALVES				CPF: 070.830.526-02	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: 2015/000027-00					
Objetivo da consultoria: desenvolvimento de "Metodologia de Dimensionamento da Força de Trabalho" para a Secretaria do Tesouro Nacional que deverá subsidiar o estabelecimento e a revisão das lotações de referência nas diversas áreas, e contribuir para o aperfeiçoamento das práticas de RH					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/02/2015	31/12/2015	180.900,00	180.900,00	27.135,00	27.135,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1. Levantamento Teórico, relatórios comparativos, metodologia DFT para STN e Workshop	10/03/2015	18.090,00
2. 4 workshops de 2h cada, para apresentação da metodologia desenvolvida para DFT na STN aos gestores do Tesouro.	31/03/2015	9.045,45
3. Aplicação da metodologia DFT escolhida - Piloto - 2 ou 3 Unidades/Coordenações e Relatório técnico da metodologia aplicada	30/06/2015	81.405,00
4. Plano de Implementação da metodologia nas demais Áreas da STN	14/07/2015	18.090,00
5. Proposta de processo de trabalho, monitoramento, gestão com uso do DFT e Manual de utilização da ferramenta de DFT.	11/08/2015	54.270,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: NELSON MARCONI		CPF: 045.373.108-20
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: 2015/000027-00					
Objetivo da consultoria: desenvolvimento de "Metodologia de Dimensionamento da Força de Trabalho" para a Secretaria do Tesouro Nacional que deverá subsidiar o estabelecimento e a revisão das lotações de referência nas diversas áreas, e contribuir para o aperfeiçoamento das práticas de RH.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/02/2015	31/12/2015	180.900,00	180.900,00	27.135,00	27.135,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
1. Levantamento Teórico, relatórios comparativos, metodologia DFT para STN e Workshop	10/03/2015	18.090,00			
2. 4 workshops de 2h cada, para apresentação da metodologia desenvolvida para DFT na STN aos gestores do Tesouro.	31/03/2015	9.045,45			
3. Aplicação da metodologia DFT escolhida - Piloto - 2 ou 3 Unidades/Coordenações e Relatório técnico da metodologia aplicada	30/06/2015	81.405,00			
4. Plano de Implementação da metodologia nas demais Áreas da STN	14/07/2015	18.090,00			
5. Proposta de processo de trabalho, monitoramento, gestão com uso do DFT e Manual de utilização da ferramenta de DFT.	11/08/2015	54.270,00			
Consultor contratado					
Nome do consultor: NELSON MARCONI					CPF: 045.373.108-20
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi necessário prorrogar o contrato. Houve problemas na execução do contrato.					

Código do Contrato: 2015/000027-00					
Objetivo da consultoria: ministrar palestra sobre o tema "Qualidade do Gasto Social" no "V Congresso Internacional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público - 2015"					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/2015	16/10/2015	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Apresentação de palestra intitulada "Qualidade do Gasto Social" no "V Congresso Internacional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público - 2015", Brasília/DF.			08/10/2015	5.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: RICARDO PAES DE BARROS				CPF: 830.848.788-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: 2015/000112-00					
Objetivo da consultoria: elaboração da Política Integrada de Comunicação do Tesouro Nacional, tendo como objetivos a promoção da transparência e o aperfeiçoamento e a regulamentação do relacionamento da Secretaria do Tesouro Nacional com seus públicos internos e externos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/07/2015	05/02/2016	152.307,00	91.390,50	60.923,00	60.923,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Projeto de Trabalho, que deverá ser validado pela equipe técnica.			20/07/2015	30.461,50	
Produto 2: Relatório com o mapeamento dos públicos de interesse da STN e dos canais de comunicação existentes.			04/08/2015	15.230,75	
Produto 3: Relatório com o diagnóstico da comunicação do Tesouro Nacional.			14/09/2015	30.461,50	
Produto 4: Workshop de sensibilização dos servidores do Tesouro Nacional			29/09/2015	15.230,75	
Produto 5: Documento consolidado com a Política de Comunicação do Tesouro Nacional e os seus respectivos anexos.			01/02/2016	30.461,50	
Produto 6: Plano de Implantação da Política de Comunicação do Tesouro Nacional			01/02/2015	30.461,50	
Consultor contratado					
Nome do consultor: SORAIA DE OLIVEIRA DUARTE				CPF: 157.699.318-33	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Fonte: STN/CODIN e Extranet/PNUD

8.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

8.2.1 Principais Sistemas de Informações e Capacitação de Pessoal

a) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Quadro 8.2.1.1 – Principais Sistemas de Informações

SIGLA	NOME	RESUMO EXECUTIVO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	UNIDADE RESPONSÁVEL	RESPONSÁVEL DE NEGÓCIO	CRITICIDADE
AGRICOLA	Sistema da Dívida Agrícola	O SADIP/Agrícola foi desenvolvido para suportar a administração da dívida originária da securitização de contratos celebrados entre agricultores e a rede bancária, no âmbito da Lei n.º 9.138, de 29 de novembro de 1995, realizando o processamento de haveres, deveres e a equalização de operações relacionadas ao sistema BNDES/FINAME.	Rodrigo Anísio Cabral	SUPOF/COFIS/GERAT	Jonas Bohn Ritzel	Baixa
CATALOGO	Catálogo de Soluções	Trata-se de ferramenta para estruturação, organização e consolidação das informações relacionadas às soluções providas ou geridas pelo Tesouro Nacional. O intuito é de catalogar as soluções e subsidiar as atividades da COSIS, desde a análise de negócios até a sustentação das soluções, funcionando como ferramenta de comunicação e gestão do conhecimento relacionado às soluções.	Abdsandryk Cunha de Souza	SUCOP/COSIS/GEREL	Abdsandryk Cunha de Souza	Baixa
CAUC	Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias	O CAUC é um subsistema desenvolvido dentro do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), disponibilizado em rede a todas as unidades do Governo Federal e, na internet, no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional. Seu objetivo é simplificar a verificação, pelo gestor público do órgão ou entidade concedente, do atendimento, pelos convenientes e entes federativos beneficiários de transferência voluntária de recursos da União, das exigências estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e legislação aplicável.	Gustavo Fernandes Borracini	SURIN/COINT	Andre Gomes Velloso	Alta
DIVAT	Sistema da Dívida Ativa	O Sistema da Dívida Ativa foi concebido em 2004 com o objetivo de racionalizar a inscrição em Dívida Ativa da União dos mutuários de operações do Crédito Rural que se encontrassem inadimplentes, automatizando a comunicação entre Instituições Financeiras, Tesouro Nacional e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluindo interface com o Cadastro de Inadimplentes (CADIN) e o serviço de consulta e acompanhamento de processos (COMPROT).	Rodrigo Anísio Cabral	SUPOF/COFIS/GERAT	Jonas Bohn Ritzel	Alta
DPI	Sistema da Dívida Pública Interna	Sistema de registro dos títulos da dívida pública mobiliária federal interna, emitidos pela STN. Imprescindível para registro, acompanhamento e controle da dívida pública federal.	Paulo Maurício Freire de Oliveira	SUDIP/CODIV	Priscila de Souza Cavalcante de Castro	Média
ELABORA	Elabora	Promover a elaboração da proposta de previsão de recursos orçamentários, previstos em lei, para fazer face às despesas da União, definindo o montante de recursos necessários ao pagamento de principal e encargos da Dívida Pública e geração de títulos destinados a equalização da taxa PROEX, desoneração do ICMS e outras despesas, para os próximos 5 (cinco) exercícios.	Paulo Maurício Freire de Oliveira	SUDIP/CODIV	Artur Cleber Assunção do Vale	Média
GERIR	Sistema de Gestão de Risco da Dívida Pública	O Sistema de Planejamento Estratégico e Gestão de Risco da Dívida Pública (GERIR) é utilizado para monitoramento da evolução de diversos indicadores da DPF a partir de estratégias de financiamento da Dívida Pública Federal - DPF, possibilitando a avaliação de seus custos e riscos e o acompanhamento do Plano Anual de Financiamento, bem como subsídios à tomada de decisão pelo Comitê de Gerenciamento da Dívida Pública.	Vanessa Piauilino Gomes Santos	SUDIP/COGEP/GERIS	Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior	Alta
NOVO SIAFI	Sistema de Administração Financeira	O NOVO SIAFI é um instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. O sistema trabalha em conjunto com o SIAFI OPERACIONAL, registrando a	Marciana Moura Fe Leal	SUCON/CCONT SUPOF/COFIN	Renato Pontes Dias Marcelo Pereira Amorim	Alta

		liquidação e pagamento da Despesa e as atividades do ciclo da Programação Financeira.				
O2C	Operações Oficiais de Crédito	Executa o cadastro de contratos e atualizações de saldos das operações oficiais de crédito controladas pela COPEC (Coordenação-Geral de Operações de Crédito).	Rodrigo Anísio Cabral	SUPOF/COPEC	Adriano Pereira de Paula	Média
PAGEF	Sistema de Pagamento Efetivo	Base de dados orçamentários e extra-orçamentários que viabiliza a identificação de todo pagamento financeiro efetuado pelos gestores públicos, por meio de consultas gerenciais não estruturadas para apoio e suporte ao processo de decisão da STN.	Aureny Julião Junior	SUPOF/COFIN/GEPLA	Valter Reikiti Toguchi	Alta
PERSONA	Sistema de Gestão de Pessoas	Sistema de Gestão de Recursos Humanos, que contém informações cadastrais, pessoais e funcionais dos servidores da STN.	Vanessa Piauilino Gomes Santos	SUCOP/CODIN/GEREH	Edson Antônio da Costa Neres	Média
PORTAL SIAFI	Portal SIAFI	Ambiente Web que reúne serviços e informações, com interação e dinamismo para toda a comunidade SIAFI, que compreende os usuários operadores, executivos do Governo, cadastradores de habilitação, profissionais ou entidades de áreas afins, estudantes, sociedade, dentre outros públicos a serem atendidos.	Marciana Moura Fe Leal	SUCON/CCONT	Renato Pontes Dias	Alta
PORTAL TESOURO	Portal Institucional	Portal institucional do Tesouro Nacional, responsável por disponibilizar serviços e informações de acesso público, relacionados à Instituição, ao SIAFI, ao Tesouro Direto, entre outros.	Vanessa Piauilino Gomes Santos	SUCOP/CODIN/GEIFO	Allan Lucio Sathler	Alta
SADIPEM	Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito, Garantias da União, Estados e Municípios	O Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM - é um sistema informatizado que dá suporte à Análise de Operações de Crédito realizadas pela COPEM construído e hospedado pelo SERPRO na plataforma Java/Demoiselle.	Fernando Pedrosa Lopes	SURIN/COPEM	Alberto Cardoso	Alta
SAHEM	Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios	Sistema responsável por administrar e controlar os haveres (créditos) financeiros da União junto a Estados, Municípios e entidades de suas administrações indiretas, originários de programas de refinanciamento de dívidas, retorno de empréstimos, acordos de reestruturação de dívida externa, aquisições de participações governamentais e operações estruturadas de refinanciamento das dívidas destes entes.	Joao Rodrigo Ferreira da Silva Sousa	SURIN/COAFI/GEFIG	Adriano de Camargo Oliveira	Média
SIAFI GERENCIAL	SIAFI Gerencial	O SIAFI Gerencial é uma ferramenta analítica que disponibiliza consultas às informações do SIAFI Operacional, além de consultas construídas e a geração de Relatórios para o Balanço Geral da União.	Marciana Moura Fe Leal	SUCON/CCONT	Tiago Maranhão Barreto Pereira	Baixa
SIAFI OPERACIONAL	Sistema de Administração Financeira	O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.	Marciana Moura Fe Leal	SUCON/CCONT	Renato Pontes Dias	Alta
SIC	Sistema de Informações de Custos do Governo Federal	Ferramenta tecnológica que tem a capacidade de integrar diversos sistemas do Governo Federal em uma única base de dados, armazenando e reunindo informações de custos que permitem o apoio à tomada de decisões.	Olavo Corrêa Pereira Júnior	SUCON/COINC/GEINC	Eder Sousa Vogado	Média
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro	Ferramenta Web destinada ao recebimento de informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais de todos os entes federativos (União, Estados e Municípios), em substituição ao Sistema de Coleta de dados do Tesouro Nacional (SISTN).	Aureny Julião Junior	SUCON/CCONF	Thiago de Castro Sousa	Média

SID	Sistema Integrado da Dívida	O Sistema Integrado da Dívida é responsável pela automação dos processos de negócio da área da STN responsável pelo controle e acompanhamento dívida pública interna e externa brasileira.	Paulo Maurício Freire de Oliveira	SUDIP/CODIV	Priscila de Souza Cavalcante de Castro	Alta
SIGIR	Sistema de Gestão de Riscos	Sistema de Gestão Integrada de Riscos do Tesouro Nacional, incorporando registro e metodologia de controle e monitoração de riscos.	Gustavo Fernandes Borracini	COGER	Anderson Zingler	Baixa
SIMEM	Sistema de Monitoramento de Estados e Municípios	Sistema de Monitoramento de Estados e Municípios tem como atribuição apoiar o acompanhamento dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal, da dívida financeira dos Estados, calcular a Receita Líquida Real – RLR e a Capacidade de Pagamento das Unidades da Federação.	Gustavo Fernandes Borracini	SURIN/COREM	Rozemar Rocha Melo	Alta
SIPAR	Sistema de Participações Societárias	O Sistema de Participações Societárias - SIPAR visa o controle de todos os atos e fatos contábeis das empresas estatais que afetem a Coordenação-Geral de Participações Societárias (COPAR), a seleção, o acompanhamento e a avaliação dos conselheiros fiscais e a Análise econômico financeira das empresas estatais federais.	Abdsandryk Cunha de Souza	SUPOF/COPAR	André Luiz Valente Mayrink	Alta
SISGRU	Sistema de Gestão do Recolhimento da União	O SISGRU (sistema de gestão do recolhimento da união) tem como objetivo aperfeiçoar os mecanismos de gestão da GRU, oferecendo aos gestores funcionalidades de consulta das GRUs sem separação de exercícios, com detalhamento do seu histórico e rastreabilidade para os respectivos documentos contábeis. Tal melhoria não seria possível ser realizada no SIAFI devido a limitações do ambiente.	Carlos Takeda Filho	SUPOF/COFIN	Sérgio Alonso da Costa	Alta
SOTN-SPB	Sistema Piloto de Operações do Tesouro Nacional com o SPB	O Sistema de Operações do Tesouro Nacional constitui o sistema de monitoração da Conta Única do Tesouro Nacional, possibilitando verificar sua movimentação financeira, além de permitir o relacionamento da União com o Sistema Financeiro Nacional.	Aureny Julião Junior	SUPOF/COFIN/ GESFI	Ana Carolina Viana Peixoto	Alta
STA	Sistema de Transferência de Arquivos	Sistema em ambiente web que permite agendar extrações de dados do SIAFI Operacional de forma amigável e flexível, por meio de filtros e parâmetros. Permite também realizar download dos arquivos resultados das extrações e upload de arquivos para processamento batch pelo SIAFI Operacional.	Guilherme Clemente Kilson	SUCOP/COSIS/ GEREL	Aureny Julião Júnior	Média
STRATEGIA	Sistema de controle do Planejamento Estratégico	Sistema que suporta o Planejamento Estratégico do Tesouro Nacional, permitindo o registro e acompanhamento dos objetivos e ações estratégicos.	Alisson Neres Lindoso	SUCOP/CODIN/ GEORG	Fabiola Fiche Seabra K. do Nascimento	Baixa
TG	Tesouro Gerencial	Solução analítica que consolida as informações do Tesouro Nacional em uma visão corporativa, contemplando dados da execução orçamentária e financeira, em substituição ao SIAFI Gerencial, e de outros sistemas estratégicos da instituição.	Aureny Julião Junior	SUCON/CCONT	Tiago Maranhão Barreto Pereira	Média
TT	Tesouro Transparente	Portal de Transparência do Tesouro Nacional, que consolida todas as informações publicadas pela instituição de acordo com os padrões internacionais e melhores práticas de transparência.	Aureny Julião Junior	SUPOF	Líscio Fábio de Brasil Camargo	Baixa

Fonte: STN/COSIS

b) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

A STN/COSIS possui 4 (quatro) gerências e cada servidor lotado nessas gerências exerce funções específicas conforme a necessidade da coordenação. A COSIS possui 28 (vinte e oito) funções diferentes as quais exigem competências técnicas, habilidades e atitudes mínimas para as exercer com qualidade.

Em 2014, foi realizada um processo de avaliação individual dos servidores de forma a identificar *gaps* de competências conforme as funções que estes exerciam. Baseado nesses *gaps*, o Plano de Capacitação da TI foi elaborado para execução no período de 2014-2015.

Em 2015, os servidores da STN/COSIS participaram de 35 (trinta e cinco) eventos, com um custo de R\$141.399,00 (cento e quarenta e um mil, trezentos e noventa e nove reais), conforme detalhado abaixo:

Quadro 8.2.1.2 – Quadro de capacitações dos servidores da TI em 2015

Em R\$

Servidor	Instituição	Nome do Curso	Carga Horária	Data de Início Realização	Data Fim Conclusão	Valor Pago
Maria Betania Gonçalves Xavier	Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos Ltda	Tomada de Contas Especial - Apuração de Responsabilidade	16	12/03/2015	13/03/2015	2.745,00
Hugo Cesar de Paula Rezende	CS Technologies	Modelagem Multidimensional de dados - BI / DW	24	31/08/15	02/09/15	1.680,00
Vanessa Piaulino Gomes Santos	CS Technologies	Modelagem Multidimensional de dados - BI / DW	24	31/08/15	02/09/15	1.680,00
Leonardo de Faria	N Produções	Gestão do Tempo e Produtividade	8	02/10/2015	02/10/2015	1.785,00
Alisson Neres Lindoso	N Produções	Gestão do Tempo e Produtividade	8	02/10/2015	02/10/2015	1.785,00
Abdsandryk Cunha de Souza	N Produções	Gestão do Tempo e Produtividade	8	02/10/2015	02/10/2015	1.785,00
Aureny Julião Júnior	N Produções	Gestão do Tempo e Produtividade	8	02/10/2015	02/10/2015	1.785,00
Alisson Neres Lindoso	Gartner	Gartner Symposium Itxpo 2015	32	19/10/2015	22/10/2015	4.050,00
Filomeno Figueiredo da Cruz	PMI-DF	15º Encontro de Gerenciamento de Projetos do DF	16	15/10/15	16/10/15	1.299,00
Paulo Maurício Freire de Oliveira	N Produções	Estratégia, inovação e trabalho em equipe	16	12/11/15	13/11/15	2.805,00
Rodrigo Schuabb de Oliveira	STN	Organização de dados e informações na internet e intranet	8	11/11/15	11/11/15	0,00
Filomeno Figueiredo da Cruz	STN	Organização de dados e informações na internet e intranet	8	11/11/15	11/11/15	0,00
Rodrigo Schuabb de Oliveira	STN	Comunicação Organizacional	24	05/08/15	28/10/15	0,00
Filomeno Figueiredo da Cruz	STN	Comunicação Organizacional	24	05/08/15	28/10/15	0,00
Aureny Julião Júnior	STN	Organização de dados e informações na internet e intranet	8	11/11/15	11/11/15	0,00
Cristian Andres Escalante Saavedra	STN	Organização de dados e informações na internet e intranet	8	11/11/15	11/11/15	0,00
Diego Carvalho Souza	STN	Organização de dados e informações na internet e intranet	8	11/11/15	11/11/15	0,00
Gabriel Reis de Sousa	STN	Organização de dados e informações na internet e intranet	8	11/11/15	11/11/15	0,00

Hugo Cesar de Paula Rezende	STN	Organização de dados e informações na internet e intranet	8	11/11/15	11/11/15	0,00
Joao Rodrigo Ferreira da Silva Sousa	STN	Organização de dados e informações na internet e intranet	8	11/11/15	11/11/15	0,00
Lincoln Moreira Jorge Junior	STN	Organização de dados e informações na internet e intranet	8	11/11/15	11/11/15	0,00
Ricardo Koga Pegoraro	STN	Organização de dados e informações na internet e intranet	8	11/11/15	11/11/15	0,00
Vanessa Piauilino Gomes Santos	STN	Organização de dados e informações na internet e intranet	8	11/11/15	11/11/15	0,00
Manoel Guedes	Symantec	Veritas Enterprise Vault 11.x: Implementation and Deployment	32	03/11/15	06/11/15	0,00
Maria Betania Gonçalves Xavier	Fundação Don Cabral	PDLG – Programa de Desenvolvimento em Liderança e Gestão	80	01/02/15	01/12/15	15.000,00
Alisson Neres Lindoso	Fundação Don Cabral	PDLG – Programa de Desenvolvimento em Liderança e Gestão	80	01/02/15	01/12/15	15.000,00
Abdsandryk Cunha de Souza	Fundação Don Cabral	PDLG – Programa de Desenvolvimento em Liderança e Gestão	80	01/02/15	01/12/15	15.000,00
Ana Cristina Bittar de Oliveira	Fundação Don Cabral	PDLG – Programa de Desenvolvimento em Liderança e Gestão	80	01/02/15	01/12/15	15.000,00
Márcio Nahas Ribeiro	Fundação Don Cabral	PDLG – Programa de Desenvolvimento em Liderança e Gestão	80	01/02/15	01/12/15	15.000,00
Fernando Pedrosa Lopes	Fundação Don Cabral	PDLG – Programa de Desenvolvimento em Liderança e Gestão	80	01/02/15	01/12/15	15.000,00
Lincoln Moreira Jorge Júnior	Fundação Don Cabral	PDLG – Programa de Desenvolvimento em Liderança e Gestão	80	01/02/15	01/12/15	15.000,00
Fernando Almeida Barbalho	Fundação Don Cabral	PDLG – Programa de Desenvolvimento em Liderança e Gestão	80	01/02/15	01/12/15	15.000,00
Maria Betania Gonçalves Xavier	Gartner	Gartner Symposium Itxpo 2015	32	19/10/2015	22/10/2015	0,00
Lincoln Moreira Jorge Júnior	SISP/UnB	Fundamentos de Governança de TI	16	19/08/15	16/09/15	0,00
Alisson Neres Lindoso	SISP/UnB	Fundamentos de Governança de TI	16	19/08/15	16/09/15	0,00

Fonte: STN/COSIS

c) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

A STN/COSIS, até o fim de 2015, possuía em seu quadro de servidores os seguintes números:

Quadro 8.2.1.3 – Disponibilidade de Servidores em TI

Classificação	Quantidade
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	67
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	3
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	2
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	5

Terceirizados	12
Estagiários	-
Total:	89

Fonte: STN/COSIS

d) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Para que a COSIS consiga atender às necessidades do negócio, a STN possui alguns contratos com empresas terceirizadas, dos quais o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO possui a maioria. Isto é motivado tanto pelo vínculo existente junto ao Ministério da Fazenda quanto pela capacidade técnica e qualidade existente para manter serviços de TI de alta criticidade, complexidade e risco.

A STN/COSIS exige que as contratações exponham acordos de níveis de serviços de TI para que os contratados possam manter a qualidade dos serviços prestados. Para isso, a COSIS espera que as empresas contratadas possuam estruturas profissionais adequadas para monitoramento e resposta imediata quando da ocorrência de incidentes.

O SERPRO, responsável pela maioria dos contratos juntos à STN, além de implementar internamente diversos padrões mundialmente difundidos para várias áreas de conhecimento (governança de TI, segurança da informação, gestão de projetos, entre outros), implementa o padrão ITIL para gestão dos serviços de TI oferecidos. Dessa forma, todos os contratos de serviços de TI realizados entre a STN e o SERPRO possuem cláusulas com o objetivo de manter a qualidade desses serviços por meio de níveis de serviços mensuráveis. Para conseguir aprovar as faturas referente a esses contratos, a COSIS mantém uma equipe dedicada para gestão dos contratos (“Gerência de Fornecedor” – ITIL versão 3), outra responsável pelo monitoramento dos níveis de serviços acordados (“Gerência de Nível de Serviço” – ITIL versão 3) e ainda uma terceira equipe responsável pela gestão orçamentária (“Gerência Financeira” - ITIL versão 3).

Outros serviços de TI de menor criticidade, risco e/ou complexidade podem ser mantidos e gerenciados internamente pela própria STN/COSIS. Acordos de níveis de serviços são definidos junto às áreas demandantes de forma a se manter um nível mínimo de qualidade nos serviços de TI administrados pela COSIS. A COSIS mantém algumas atividades propostas pelo modelo de gestão de serviços de TI ITIL na sua versão 3. Essas atividades consideradas gerências no ITIL estão em constantes reavaliações e evoluções conforme as necessidades existentes:

- Gerência Financeira: A COSIS possui uma equipe responsável pelo gerenciamento do orçamento da COSIS, distribuí-lo entre os projetos existentes e mantê-lo atualizado conforme as definições do Governo Federal;

- Gerência de Demanda: A COSIS possui uma equipe dedicada para suporte e apoio durante a definição de demandas pelas áreas de negócio da STN. Essa equipe, composta por analistas de negócio, tem por objetivo entender e influenciar a demanda do cliente para os serviços e a oferta de capacidade para atender a essas demandas, identificando padrões de atividade de negócio e influenciando a demanda de tal forma que o excesso de capacidade seja reduzido, mas os requisitos de negócio sejam atendidos;

- Gerência de Catálogo de Serviço: A equipe de análise de negócios mantém uma base de conhecimento centralizada sobre os serviços de TI providos, de forma que toda a equipe da COSIS e os clientes tenham acesso às informações técnicas ou de negócios, conforme a necessidade;

- Gerência de Segurança: A COSIS possui uma equipe dedicada na definição de normas, monitoramento e conformidade em relação à segurança da informação;

- Gerência de Disponibilidade: A COSIS possui uma equipe dedicada na gestão da disponibilidade, confiabilidade, sustentabilidade e funcionalidade de serviços de TI, seus componentes e recursos;

- Gerência de Fornecedor: Um escritório de contratação foi criado na COSIS e que é responsável pela gestão de fornecedores e contratos, de forma a aumentar sua qualidade e controle;

- Gerência de Incidentes e Problemas: A COSIS possui um plano de gestão de incidentes e problemas mantido por uma equipe de operação, responsável por registrar e manter controles sobre os níveis de serviços de TI alcançados. Esse plano possui um processo de atendimento e solução dos incidentes e problemas identificados, podendo acionar 3 (três) níveis de atendimento conforme a complexidade do problema;

- Gerência de Service Desk: A COSIS mantém um canal por telefone e também um sistema informatizado para atendimento aos clientes dos serviços de TI para apresentarem questões, reclamações ou reportarem dificuldades; e

- Gerência de Acesso: Por meio da gerência de Service Desk a gestão de acessos é realizada de forma a prover os direitos necessários para que os clientes tenham acesso aos serviços e prevenir os acessos não autorizados.

8.2.2 Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

O Plano Estratégico de TI – PETI foi elaborado com a assistência da Deloitte Consultoria do Brasil, contratada com recursos do Orçamento da União, a fim de se favorecer o nivelamento da COSIS com frameworks tecnológicos e de gestão, bem como com as melhores práticas do mercado.

Para sua elaboração, houve a participação ativa da alta administração e as áreas de negócio, cujas perspectivas foram levantadas por meio de entrevistas e de análise documental, principalmente o Plano Estratégico Institucional vigente na época (2011-2014).

As análises da atuação da área de TI corporativa foram realizadas em cinco dimensões propostas pela consultoria:

- Governança e Controle: a forma como as principais decisões de TI são tomadas e monitoradas;
- Estratégia e Alinhamento: o entendimento das diretrizes estratégicas do negócio e do posicionamento da área de TI (visão futura);
- Portfólio e Finanças: o portfólio de alocação de recursos adequado ao posicionamento de TI, incluindo o custeio e o rateamento dos serviços de TI pela organização;
- Arquitetura Empresarial: a adequação da arquitetura tecnológica que suporta o negócio, incluindo as camadas de dados, aplicações e infraestrutura tecnológica; e
- Organização e Entrega: como a estrutura, os processos e a terceirização de TI suportam o negócio.

Para que todas as análises e definições identificadas durante o trabalho se provassem operacionalizáveis, era preciso traduzi-las em um sistema de Objetivos Estratégicos que fossem – consoante a universalmente aceita recomendação de Peter Drucker – suficientemente específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporais.

Além disso, para equilibrar os diversos aspectos estrategicamente relevantes e para mostrar as relações de causa e efeito entre os objetivos, eles foram agrupados em um Mapa Estratégico, apresentado a seguir.

Cada objetivo, por sua vez, está associado a uma ou mais das 25 iniciativas propostas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e que foram detalhadas em diversas ações.

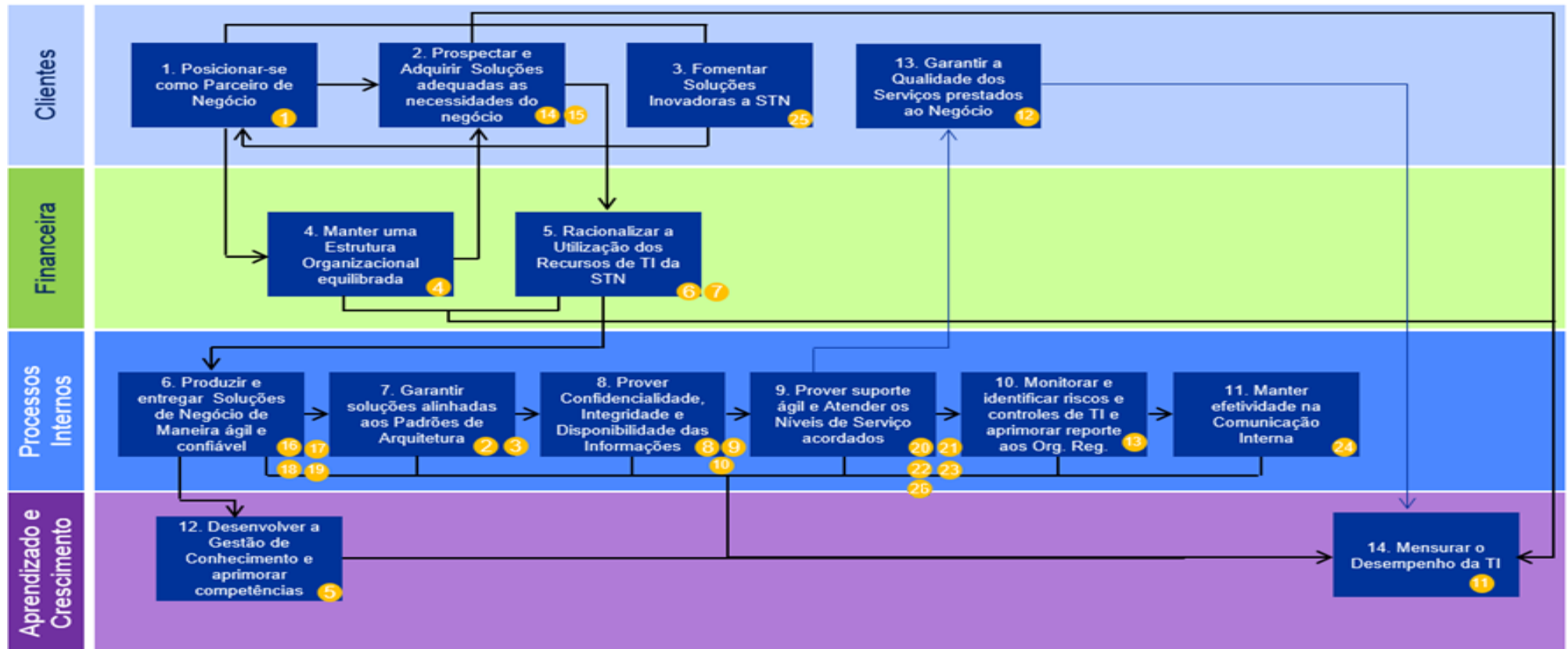
Quadro 8.2.2.1 – Objetivos Estratégicos versus Iniciativas Propostas no PDTI

Perspectiva BSC	Objetivo Estratégico	Iniciativa	
Clientes	1. Posicionar-se como Parceiro de negócio	1. Estabelecer mecanismos para aprimorar o Alinhamento entre TI e Negócio	
	2. Prospectar e adquirir soluções adequadas as necessidades do negócio	14. Aprimorar processo de prospecção de soluções de TI 15. Aprimorar processo de contratação de soluções de TI	
	3. Fomentar soluções inovadoras a STN	25. Definir e estabelecer processo para gestão da inovação*	
	13. Garantir a qualidade dos serviços prestados	12. Estabelecer processo de gestão da qualidade de TI	
Financeira	4. Manter uma estrutura organizacional equilibrada	4. Revisar e atualizar a Estrutura organizacional da COSIS	
	5. Racionalizar a utilização dos recursos de TI da STN	6. Definir processo de capacidade e desempenho da infraestrutura de TI 7. Identificar e alocar os custos da TI no negócio	
Processos internos	6. Produzir e entregar soluções de negócio de maneira ágil e confiável	16. Aprimorar as práticas de gestão de projetos 17. Aprimorar as práticas de desenvolvimento de sistemas 18. Definir mecanismo para antecipar e suprir necessidades relacionadas a infraestrutura* 19. Aprimorar a gestão de mudanças e liberações	
	7. Garantir soluções alinhadas aos padrões de arquitetura	2. Desenvolver Padrões e Processos de Arquitetura Empresarial 3. Integrar e manter integradas as Tecnologias existentes*	
	8. Prover confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações	8. Prover Diretrizes relacionadas a Segurança da Informação 9. Definir um Plano de Continuidade de Negócios 10. Aprimorar gestão de dados	
	9. Prover suporte ágil e atender aos níveis de serviço acordados	20. Definir catálogo de Serviço e respectivos Acordos de Nível de Serviço 21. Aprimorar atendimento aos usuários 22. Definir repositório de configurações 23. Aprimorar o monitoramento da operação	
	10. Monitorar e identificar riscos e controles de TI e aprimorar reporte aos Órgãos Regionais	13. Estabelecer atividades de avaliação de riscos e controles internos de TI	
	11. Manter Efetividade na comunicação interna	24. Aprimorar os canais e formas de comunicação da COSIS	
	Aprendizado e Crescimento	12. Desenvolver a gestão do conhecimento e aprimorar competências	5. Definir repositório de conhecimento e Planos de capacitação individuais
		14. Mensurar o desempenho de TI	11. Implantar os processos de gestão e estabelecer um Dashboard de TI

Fonte: STN/COSIS

Figura 8.2.2.1 – Relação de Objetivos Estratégicos do Plano Estratégico de TI – PETI 2014-2017

MAPA ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA STN Coordenação Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação



Com o PETI definido, a COSIS iniciou a elaboração do Plano Diretor de TI – PDTI, que tem por objetivo planejar as ações necessárias para alcance dos objetivos estratégicos traçados no PETI.

O primeiro PDTI vinculado ao PETI 2014-2017 tinha a vigência de dois anos (2014-2015) e previa a execução das seguintes ações:

Quadro 8.2.2.2 – Ações do PDTI – 2014 a 2015

Iniciativa	Entregáveis	Previsão	Situação
1. Estabelecer mecanismos para aprimorar o Alinhamento entre TI e Negócio	1.1 Processo de análise de negócio implantado e gerido	2015	Reprogramada
	1.2 Prospecção e priorização de soluções implantadas	2015	Concluída
	1.3 Processo de Consultoria de Negócios implantado e gerido	2015	Concluída
2. Elaborar e manter a Arquitetura Corporativa Tecnológica	2.1 Tecnologias selecionadas e consolidadas em cada camada de cada "plataforma"	2015	Reprogramada
	2.2 Modelo de arquitetura corporativa definido e em uso	2015	Reprogramada
4. Revisar e atualizar a Estrutura Organizacional da COSIS	4.1 Estrutura Organizacional provisória definida (núcleos e gerências: regimento e funções de trabalho)	2014	Concluída
	4.2 Estutura Organizacional definitiva definida (gerências: regimento e funções de trabalho)	2015	Concluída
	4.3 Estrutura Organizacional definitiva implantada	2015	Reprogramada
5. Definir repositório de conhecimento e Planos de Capacitação Individuais	5.1 Plano de capacitação (competências, capacitações, processo de avaliação e progressão)	2015	Reprogramada
	5.2 Repositório consolidado de conhecimento da COSIS implantado	2015	Reprogramada
6. Gerir processo de Capacidade e Desempenho da Infraestrutra de TI	6.2 Sistemas de Back-Office e suporte foram concentrados no Centro de Dados do Tesouro Nacional - CDTN	2015	Reprogramada
8. Prover e implantar Diretrizes relacionadas a Segurança da Informação	8.1 Grupo de Trabalho de Segurança da Informação implantado	2015	Reprogramada
9. Definir e implantar um Plano de Continuidade de Negócios	9.1 Plano de Continuidade e de Recuperação de desastres implantados	2015	Reprogramada
	9.2 Plano de backup definido e implantado	2015	Concluída
10. Aprimorar a Gestão de Dados	10.1 Critérios de qualidade de dados definidos e usados	2015	Reprogramada
	10.2 Critérios de classificação da informação definidos e usados	2015	Cancelada
	10.3 Repositório de ativos da informação definido e implantado	2015	Reprogramada
	10.4 Política de gestão de ciclo de vida dos dados implantado	2015	Reprogramada
11. Implantar os processos de Gestão e Estabelecer um Dashboard de métricas e indicadores de TI	11.4 Indicadores de desempenho da COSIS implantados	2015	Reprogramada
	11.5 Dashboard de gestão de TI elaborado e implantado	2015	Reprogramada
14. Aprimorar processo de prospecção de soluções de TI	14.1 Catálogo de Soluções mantido e atualizado	2015	Reprogramada
	14.2 Metodologia de Estimativa de Custos de novas soluções implantada	2015	Concluída
15. Aprimorar o processo de contratação de soluções de TI	15.2 Processo de contratação e gestão de contratos reestruturado e otimizado	2015	Reprogramada
	15.3 Contrato com o SERPRO redefinido	2015	Reprogramada
16. Aprimorar as práticas de Gestão de Projetos	16.1 Metodologia de gestão de projetos revisada e implantada	2014	Concluída
	16.2 Indicadores e relatórios de acompanhamento de Gestão de Projetos revisados e implantados	2015	Concluída
	16.3 Ferramentas de Gestão de Projetos implantadas	2015	Concluída

17. Consolidar o desenvolvimento interno de soluções	17.1 Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas interna revisado e implantado	2015	Concluída
	17.2 Processo de manutenção revisados e implantados	2015	Concluída
	17.3 Equipes de desenvolvimento interno alocadas e capacitadas nas respectivas plataformas	2014	Concluída
	17.4 Gestão de configuração de software definida e implantada	2015	Concluída
20. Definir Catálogo de Serviço e respectivos Acordos de Nível de Serviço	20.1 Catálogo de Serviço definido e implantado	2014	Concluída
	20.2 Acordos de Níveis de serviço estabelecidos com principais usuários	2014	Concluída
	20.3 Aprimorar apuração do Nível de Serviço	2015	Concluída
21. Aprimorar o atendimento aos usuários	21.1 Processos de atendimento de 1o e 2o níveis implantados	2014	Concluída
	21.2 Sistema de gestão de demandas implantado	2015	Reprogramada
	21.5 Indicadores de atendimento implantados	2015	Concluída
22. Implantar gerenciamento de configurações de ativos de TI	22.1 Processo e ferramenta de gerenciamento de configurações de ativos de TI definidos e implantados	2015	Reprogramada
23. Aprimorar o Monitoramento da Operação	23.1 Processo e ferramenta de monitoramento da operação de ativos de TI definidos e implantados	2015	Concluída
	23.2 Plano de Operação incorporado ao processo de construção/implantação de novas soluções	2015	Concluída
24. Aprimorar os canais e formas de comunicação da COSIS	24.1 Plano de Comunicação implantado	2015	Concluída
	24.2 Novo Portal de TI da COSIS implantado	2015	Reprogramada
25. Implantar processo para Gestão da Inovação	25.1 Processo de gestão da inovação implantado	2014	Concluída
	25.2 Concurso de inovação realizado	2015	Cancelado

Fonte: STN/COSIS

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação – CDTI foi criado pela Portaria STN 481, em 03/09/2004, e é responsável pelo estabelecimento de diretrizes e prioridades relacionadas à Tecnologia da Informação no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.

Compete ao Comitê:

- Garantir o alinhamento entre as ações relacionadas à Tecnologia da Informação e os objetivos estratégicos da STN;
- Estabelecer prioridades relativas à Tecnologia da Informação para toda a STN;
- Aprovar o e revisar periodicamente o Plano de Ações de TI da STN; e
- Aprovar as metas conjuntas da Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação – COSIS com as demais áreas da STN.

O Comitê é composto pelos seguintes membros:

- Subsecretários da STN;
- Chefe de Gabinete da STN;
- Coordenador-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação;
- Coordenador-Geral de Desenvolvimento Institucional; e
- Respectiveos suplentes, aprovados pelo Presidente do Comitê.

Durante o ano de 2015, o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação se reuniu no total de 6 (seis) vezes, contando as reuniões ordinárias e extra-ordinárias, discutindo, aprovando e priorizando a execução dos projetos previstos.

Quadro 8.2.2.3 – Projetos Autorizados pelo CDTI em 2015

Projetos autorizados
Adequação do Portal de Internet à IDG
Automatização dos Lançamentos de Limites de Empenho
Avisa 3.0
Cenários Macroeconômicos
Central de Informações de Fundos
Controle de Eventos de Contabilidade
Controle de Materiais de Consumo
Extensão da Grade Horária do STR/SOTN
Fale Conosco
Integração SICONV-SIAFI (Prestação de Contas)
Limite de saque na Conta Única para Transferências Voluntárias e PAC
Nova Central de Informações da Internet
Número Único de Protocolo (NUP)
Observatório de Operações de Crédito
RCOMUNICA 2.0
SID - Estabilização do Módulo Análise da Dívida (E3)
SIPAR - Módulo de Conselheiros Fiscais
SIPAR – Ocorrência Composta
SISPROFI
Sistema Integrado de Gestão de Riscos
Stratégia Analítico
Tesouro Transparente
TT - Armazém Corporativo de Dados
TT - Portal Tesouro Transparente
Alteração de Documentos Hábeis por meio de Web Services
Ajuste das Rotinas de Controle de Operações de Crédito
Atualizador de Indicadores do Tesouro Direto
Cadastro de Dívida Pública
Comitê de Recursos
Controle de Demandas do Gabinete
Crescer
Dívida em Grandes Números
Evolução do SISPAG
Fundos 2.0 – Fundos Diversos
Painel de Situação Fiscal dos Entes Estaduais
Portal de Legislação
Renegociação de Passivos Contingentes
SADIPEM - Relatórios
SID -Módulo de Execução Orçamentária e Financeira
Sistema para Gestão de Atendimento e Serviços da CODIN
SPED: adequação ao PCASP

Fonte: STN/COSIS

Quadro 8.2.2.4 – Relação de outros assuntos deliberados pelo CDTI em 2015

Outros assuntos deliberados
<p>Apreciação e aprovação de ações para a contenção de gastos. Diante do cenário de restrições financeiras, tais ações foram executadas com vistas a alinhar a disponibilidade existente às necessidades de sustentação dos recursos de TI destinados à Secretaria do Tesouro Nacional. Tais ações englobaram cortes em ambientes de homologação, produção e treinamento de sistemas; descontos nas faturas do SERPRO; redução da disponibilidade de ambientes e cortes em contratos com outros fornecedores de TI.</p> <p>Para a execução dos projetos, houve a necessidade de expansão dos limites impostos pela MF/SPOA, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Limite orçamentário: expansão de 47,7 milhões de reais; - Limite financeiro: expansão de 90,3 milhões de reais.

Fonte: STN/COSIS

8.2.3 Ações Relacionadas à Recuperação e à Modernização dos Sistemas

Durante o ano de 2015, a STN continuou no desempenho de suas atividades visando aperfeiçoar os seus mecanismos de acompanhamento e controle através do desenvolvimento de novos sistemas internos; adequação de funcionalidades em sistemas já existentes; manutenções corretivas; e, apoio técnico ao serviço de produção.

Foram levantadas necessidades de novos sistemas de informação que geraram projetos de software. Dentre os projetos que mereceram destaque no exercício podemos citar:

Quadro 8.2.3.1 – Projetos de TI

Projeto	Resultados Esperados	PEI **	PETI *	Término	Status	Custo (R\$)		
						Desenvolvimento	Produção	Total
Monitoramento do Tesouro Transparente	Criar uma solução que monitore continuamente os conjuntos de dados (datasets) disponibilizados no portal Tesouro Transparente, identificando elementos desatualizados e alertando os responsáveis conforme periodicidade previamente definida.	OE7	2	01/02/2016	Execução	(Nota 2)		
Novo AGTN - Sistema de Controle de Agenda	O objetivo do Novo AGTN é substituir o sistema atual por um mais moderno e que contemple novas funcionalidades, com o intuito de permitir um melhor gerenciamento das comunicações telefônicas recebidas e efetuadas pelo GABIN/STN.	OE8	2	08/05/2015	Concluído	(Nota 2)		
Sistema de Gestão Integrada de Riscos	O objetivo do projeto é desenvolver um novo sistema visando subsidiar a equipe da COGER no processo de levantamento, análise e mitigação de riscos operacionais de processos de trabalho das diversas áreas de negócio da STN. A nova solução substituirá a atual, agregando funcionalidades requeridas pela área de negócio, além de promover uma atualização tecnológica, facilitando manutenções futuras.	OE3	2	22/09/2015	Concluído	(Nota 2)		
Tesouro Transparente	O objetivo da iniciativa é fortalecer a imagem e a transparência do Tesouro Nacional, consolidando a instituição como principal fonte de informações fiscais e contábeis do setor público brasileiro. O desenvolvimento dessa nova solução tecnológica está previsto no PEI 2015-2018 – Planejamento Estratégico Institucional (Meta 7.2), e consistirá em um novo Portal com foco em transparência e na abertura de dados, tudo isso alinhado aos padrões e normas de governos e às melhores práticas de mercado.	OE7	3	18/12/2015	Concluído	699.176,21	175.860,00	875.036,21
Abertura e Encerramento de Exercício do SIAFI 2015/2016	O objetivo da solução é realizar adequações necessárias às transações e rotinas de encerramento de exercício 2015, bem como nas rotinas de transposições de saldos que foram impactadas pelo projeto PCASP, implantado em 2015. Além disso, este projeto contemplará a nova estrutura de classificação orçamentária que será implantada pela SOF em 2016 e deverá ser refletida no SIAFI.	OE7	1	15/01/2016	Execução	789.027,74	0,00	789.027,74
Consulta Pública de OBTV	Solução visando permitir que os Convenientes Emitentes (Estados, Municípios e OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) possam obter o arquivo com as suas OBTV's (Ordem Bancária de Transferência Voluntária) emitidas em determinado intervalo de meses, para vários exercícios. Para isso, será desenvolvida, em tecnologia APEX, consulta de OBTV's, até o ano de 2014, que será disponibilizada no Portal de Internet do Tesouro Nacional. Para as OBTV's a partir de 2015, será desenvolvida e disponibilizada consulta no módulo de Consultas Públicas do Tesouro Gerencial.	OE4	1	29/05/2015	Concluído	(Nota 2)		
Controle de Eventos da Contabilidade	O objetivo do projeto é desenvolver o sistema Eventos, cuja finalidade é auxiliar na organização dos eventos realizados pela área da Contabilidade. Tais eventos acontecem periodicamente e envolvem a grande maioria dos representantes das entidades do governo regidas pelas normas contábeis definidas pelo Tesouro Nacional. Atualmente o controle é feito por meio de planilhas Excel e do Outlook, o que dá margem a riscos operacionais de perda de dados e perda de controle em função dos controles manuais.	OE6	1	21/08/2015	Concluído	(Nota 2)		
DCASP - Etapa 2	O projeto DCASP – Etapa 2 tem como objetivo implementar as funcionalidades (consultas e relatórios para atender as necessidades do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público) que não puderam ser desenvolvidas durante o projeto DCASP – Etapa 1, além de melhorar as consultas e demonstrativos por meio da flexibilização na parametrização dos filtros e na forma de apresentação dos resultados. A implementação destas funcionalidades durante a Etapa 1 não foi possível por conta do elevado grau de	OE6	1	04/03/2016	Execução	843.037,49	677.752,83	1.520.790,32

	complexidade de alguns requisitos, do volume de trabalho a ser executado e do prazo final de entrega (31/Dez/2014).							
Integração SICONV-SIAFI (Prestação de Contas)	Trata-se de desenvolvimento de requisições integradas SICONV-SIAFI para permitir o registro do fluxo da prestação de contas de transferências voluntárias (Convênios, Contratos de Repasse, Termos de Parceria, Termos de Fomento e Termos de Colaboração).	OE7	1	31/07/2015	Concluído	62.970,29	(Nota 1)	62.970,29
Marco Regulatório OSC (Termos de Fomento e Colaboração)	O objetivo do presente projeto é adequar o SIAFI para receber a partir do SICONV dois novos tipos de transferências voluntárias (Termo de Fomento e Termo de Colaboração).	OE4	1	30/07/2015	Concluído	(Nota 2)		
NLCCONT	Implementar solução automatizada, em plataforma Web, para geração de arquivo TXT no padrão CONARQBT do documento NL-Nota de Lançamento, com o objetivo de realizar correções em lançamentos efetuados no SIAFI Operacional.	OE6	1	05/01/2016	Execução	(Nota 2)		
SICONFI	O Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI consiste em uma nova ferramenta destinada ao recebimento de informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais oriundas de 5.564 Municípios, 26 Estados, o Distrito Federal e a União. O SICONFI conta com duas áreas distintas de uso: a área pública e a área restrita. A área pública é repositório de informes contábeis do setor público brasileiro, à disposição de pesquisadores, jornalistas, estudantes, órgãos de controle, gestores públicos, ou, mesmo, do cidadão comum. A área restrita, por sua vez, constitui-se meio de comunicação eficaz entre gestores da área contábil e financeira das unidades federativas por meio do qual são enviadas, para a STN, as informações requeridas na legislação contábil e fiscal.	OE7	1	29/07/2016	Execução	7.207.872,14	600.395,35	7.808.267,49
SPED: adequação ao SIAFI2015	Ajuste da rotina do SPED (que gera os arquivos utilizados pelas Empresas Federais para envio à Receita Federal - Dados de Escrituração Digital), ao SIAFI2015 com as adequações do PCASP.	OE5	1	29/02/2016	Execução	0,00	0,00	0,00
Tesouro Gerencial	O Tesouro Gerencial é um sistema de consulta de informações, a partir de dados do SIAFI, construído na plataforma de business intelligence Microstrategy (a mesma utilizada no Sistema de Informações de Custos), que a partir de 2015 consolidará as informações do SIAFI Gerencial e das soluções de data warehouse (DW) da STN numa base de dados única, com cinco temas: Consultas Gerenciais; Pagamento Efetivo; Custos; LRF; GFSM.	OE5	1	31/03/2016	Execução	25.161.262,50	2.245.007,78	27.406.270,28
Ampliação da Capacidade de Armazenamento de Dados na STN	Expandir a capacidade de processamento de dados na STN através da renovação e ampliação do parque de servidores do CDTN para suportar a crescente demanda por recursos computacionais dos sistemas em produção e desenvolvimento na COSIS pelos próximos anos.	OE8	13	24/07/2015	Concluído	6.197.503,00		
Ampliação da Capacidade de Processamento do CDTN - Fase I (Servidores)	Expandir a capacidade de processamento de dados na STN através da renovação e ampliação do parque de servidores do CDTN para suportar a crescente demanda por recursos computacionais dos sistemas em produção e desenvolvimento na COSIS pelos próximos anos.	OE8	13	19/02/2016	Execução	0,00	N/A	0,00
Atualização do Ambiente APEX	Objeto do projeto é atualizar a plataforma de Desenvolvimento Rápido APEX de 4.2 para 5.0. A nova versão da ferramenta traz inúmeras funcionalidades que elevam a produtividade do desenvolvedor e oferecem ao usuário novas possibilidades em seus sistemas, que poderão incorporar diversas melhorias de funcionalidade e usabilidade, tais como o acesso mobile.	OE8	3	10/07/2015	Concluído	(Nota 2)		

Central de Informações Portal Internet	Este projeto visa reorganizar o Portal do Tesouro Nacional na Internet, principal canal de comunicação da STN com o cidadão, para aumentar a clareza na forma como a STN se comunica com o público, reforçando a imagem da instituição como a principal fonte primária das informações fiscais do país e facilitando a disponibilização, de maneira correta, tempestiva e fácil, de uma série de dados e estatísticas produzidas pela Secretaria.	OE7	2	08/06/2015	Concluído	142.707,86	241.898,64	384.606,50
Controle de Materiais de Consumo	O objetivo do projeto é prover uma solução para o controle de entradas e saídas de matérias de consumo (almoxarifado), abrangendo o atendimento das solicitações de itens de materiais feitas pelas diversas áreas da STN, além de indicar a disponibilidade de cada item e alertar para necessidade de reposição de estoque. O novo sistema substituirá o atual (SMC), que se encontra tecnologicamente defasado, dificultando as manutenções requeridas pelo negócio.	OE8	1	08/07/2015	Concluído	(Nota 2)		
Fale Conosco	Visa satisfazer em uma solução tecnológica unificada as necessidades que atualmente são atendidas pelos sistemas Fale com a CODIN e Fale Conosco da STN. O novo sistema funcionará como um canal de comunicação para a obtenção de informações sobre os serviços prestados pela STN tanto para o público externo em geral quanto para o interno, prestado especificamente pela área de Desenvolvimento Institucional. Cabe destacar que o sistema não se destinará à coleta de reclamações, denúncias, críticas e/ou sugestões, uma vez que tais são tratadas por sistema próprio da Ouvidoria do MF.	OE7	1	24/06/2015	Concluído	(Nota 2)		
FATURA 1.0	Aperfeiçoar a Gestão de Contratos no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), permitindo um acompanhamento centralizado das execuções orçamentária e financeira relacionadas aos contratos da STN. A iniciativa de aprimorar o processo de contratação foi registrada no PETI 2014-2017 e está alinhada ao objetivo estratégico institucional de Prospectar e Adquirir Soluções Adequadas às Necessidades do Negócio.	OE8	2	12/01/2016	Execução	(Nota 2)		
Internalização de Aplicativos dos Portais	A solução visa substituir os aplicativos dos Portais da Intranet e da Internet por aplicativos desenvolvidos pela COSIS. Com esta mudança, a manutenção desses aplicativos passará a ser realizada diretamente pela COSIS, reduzindo os custos e os riscos envolvidos e garantindo maior agilidade no atendimento das demandas.	OE8	1	29/02/2016	Execução	(Nota 2)		
Nova Intranet	Este projeto trata do desenvolvimento da nova Intranet da Secretaria do Tesouro Nacional utilizando a ferramenta SharePoint 2013 e seguindo especificações de Layout e de Arquitetura da Informação definidos pela CODIN.	OE8	2	03/04/2015	Concluído	251.989,33	0,00	251.989,33
Nova Intranet versão 2	O objetivo do projeto é desenvolver correções e melhorias a serem efetuadas sobre a versão 1.0 da Nova Intranet do Tesouro Nacional, desenvolvida na plataforma SharePoint, sendo as principais listadas abaixo: - Acesso à intranet a partir de redes do MF; - Mudanças no layout a partir de sugestões dos usuários; - Correção da funcionalidade de acessibilidade do site; - Implementação de fluxos de e-mails para envio de dúvidas de serviços, comentários e sugestões de pauta; - Inclusão do monitoramento de acessos via PIWIK; - Correções em regras de negócios quando da inclusão de notícias e destaques nas editorias do site; - Nova funcionalidade de Classificados - Aprimorar área de eventos na barra do colaborador. Essas correções e melhorias visam aumentar o valor agregado do produto para os usuários finais, bem como melhorar a alimentação de conteúdo do portal, tratando aspectos que	OE8	1	14/08/2015	Concluído	(Nota 2)		

	não tiveram a possibilidade de serem abordados no primeiro projeto, devido ao prazo e mudanças de escopo para cumpri-lo.							
Nova Rede sem Fio da STN	O objetivo do projeto é implementar uma nova infraestrutura de rede sem fio proporcionando o uso de tecnologia mais avançada, a melhoria na cobertura do sinal e a maior velocidade de navegação, por meio da renovação de todos equipamentos e a disponibilização de três redes distintas direcionadas a cada segmento de usuários: Corporativa (notebooks corporativos e servidores), Colaborador (equipamentos pessoais e de colaboradores) e Convidado (outros usuários eventuais).	OE8	8	30/07/2015	Concluído	75.799,20	N/A	75.799,20
Novo Backup – Otimização da Estrutura de Cópias de Segurança do CDTN	O projeto consiste na implementação de uma nova sistemática de realização de cópias dos dados hospedados no CDTN – Centro de Dados do Tesouro Nacional, de modo a possibilitar a recuperação em caso de perdas e desastres. Os dados copiados são originários de mais de 50 soluções informatizadas que atendem à STN. O objetivo principal é a redução do risco de descontinuidades das soluções e respectivos impactos aos processos de negócio vinculados. Entre as etapas do projeto está a aquisição e a implantação de uma nova ferramenta de backup e a revisão da distribuição geográfica da guarda de cópias.	OE8	8	30/11/2015	Concluído	864.539,90	N/A	864.539,90
Novo Portal TI	O objetivo do projeto é reformular o Portal TI (http://portal-ti.tesouro) de acordo com a Ação 8.11.9.3 do PDTI 2014-2015	OE7	11	04/03/2016	Execução	<i>(Nota 2)</i>		
Observatório de RH 1.0	O objetivo do Observatório de RH 1.0 é prover uma solução de BI (Business Intelligence) centrada em dados demográficos como gênero, idade, tempo no Tesouro Nacional, escolaridade, mobilidade e outros. Além disso, o foco inicial é auxiliar a CODIN a detectar eventuais problemas de dados no PERSONA, tais como informações faltantes ou incorretas.	OE8	2	23/04/2015	Concluído	<i>(Nota 2)</i>		
Persona - Evolução dos Módulos	Evolução e ajustes dos módulos anteriores do sistema Persona, que já se encontra em produção (https://www.persona.tesouro.gov.br): Cadastro, Frequência, Férias e Desempenho	OE8	1	04/03/2016	Execução	849.939,86	102.707,00	952.646,86
Persona - Módulo Desempenho	O objetivo do PERSONA – Módulo de Desempenho é acrescentar novas funcionalidades ao sistema, que já se encontra em produção (https://www.persona.tesouro.gov.br), visando realizar a gestão de desempenho dos servidores da Secretaria do Tesouro Nacional. O sistema permitirá o registro e a análise de desempenho dos servidores de acordo com os parâmetros referenciais definidos nas competências e metas estabelecidas, orientando a adoção de uma política de consequências voltada para as reais necessidades da organização, segundo as definições da CODIN, do gestor e do servidor.	OE8	1	20/04/2015	Concluído	1.062.562,48	111.052,60	1.173.615,08
Portal de Legislação	Solução para consolidação, controle e gestão das publicações de atos normativos pelas áreas do Tesouro Nacional	OE7	1	29/02/2016	Execução	<i>(Nota 2)</i>		
Stratégia Analítico V1	O objetivo do projeto é disponibilizar uma nova solução de inteligência de negócio voltada para o Planejamento Estratégico Institucional. O sistema se baseará em dados mantidos pelo Estratégia permitindo a realização de análises avançadas das informações referentes ao processo.	OE8	1	14/07/2015	Concluído	<i>(Nota 2)</i>		
Atualizador de Indicadores do Tesouro Direto	O objetivo do projeto é fornecer uma interface segura e automatizada, baseada em Serviços Web, para a atualização de Indicadores Econômicos relevantes à Dívida Pública (IPCA, IGPM, etc.) na página do Tesouro Nacional.	OE8	1	08/02/2016	Execução	<i>(Nota 2)</i>		
AVISA 2.0	O objetivo do AVISA 2.0 é construir uma solução que automatize o envio de e-mails no formato de mala direta. Tal se consistirá na evolução do sistema AVISA já existente e em uso na COSIS, o qual passará a contar com recursos como: Cadastro e cancelamento de	OE8	1	27/03/2015	Concluído	<i>(Nota 2)</i>		

	assinantes por meio do site do Tesouro Nacional na Internet; Estatísticas de leitura e cliques em links das mensagens; Modelos personalizados de mensagens e programação de envio; Controle de bounces (endereços de e-mail que não podem receber mensagens) e de volume de mensagens.							
Balço do Tesouro Direto 1.0	O objetivo do Balço do Tesouro Direto 1.0 é prover uma solução analítica para o Tesouro Direto baseada em dados fornecidos pela BM&FBovespa. São disponibilizadas informações sobre Investidores, Estoque, Operações e Agentes em painéis interativos com gráficos, tabelas e indicadores.	OE3	2	26/02/2015	Concluído			(Nota 2)
Balço do Tesouro Direto 2.0	O objetivo do Balço do Tesouro Direto 2.0 é evoluir o Balço do Tesouro Direto com foco nos temas Rentabilidade e Eventos. O desenvolvimento inclui: Painel de rentabilidade dos títulos; Painel de Eventos contendo informações de Resgate e Pagamento de Juros; Alteração do método de cálculo do Estoque.	OE3	1	08/05/2015	Concluído			(Nota 2)
Cenários Macroeconômicos	O objetivo do projeto é desenvolver um novo sistema para gerenciamento de arquivos que representam cenários macroeconômicos. Tais cenários são elaborados mensalmente pela COGEP e disponibilizados para outras áreas da STN em formato de planilhas de maneira organizada. A solução deve prover recursos, tais como: controle de acesso para upload e download dos arquivos, registro de histórico de visualizações, notificações por e-mail, dentre outros. Além disso, haverá uma atualização tecnológica, facilitando futuras manutenções requeridas pelo negócio.	OE1	1	19/06/2015	Concluído			(Nota 2)
SID - Estabilização do Módulo Análise da Dívida (E3)	O objetivo do projeto é corrigir as funcionalidades já existentes do módulo da Análise da Dívida (E3) com base na estabilização do módulo E1 para a efetiva Análise de Dívida.	OE5	1	30/06/2016	Suspensão	104.726,70	0,00	104.726,70
SID - Estabilização do Módulo da Dívida Mobiliária (E1)	O objetivo do projeto é estabilizar as principais funcionalidades do sistema SID que compõem a DPMFI (Dívida Pública Mobiliária Federal Interna).	OE5	1	10/07/2015	Concluído	1.213.130,21	3.571.049,38	4.784.179,59
SID - Módulo de Execução Orçamentária e Financeira	O objetivo do projeto é criar solução que viabilize o controle, o registro e a contabilização da execução orçamentária, financeira e contábil da dívida pública federal sob responsabilidade do Secretaria do Tesouro Nacional, centralizando as informações e apoiando o processo de tomada de decisão.	OE5	1	30/12/2016	Execução	157.090,06	0,00	157.090,06
SID - Novo TDA	A STN é a gestora dos processos de emissão e cancelamento de Títulos da Dívida Agrária (TDA), que ocorrem mediante solicitação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essas operações são registradas tanto no Sistema Integrado da Dívida (SID) quanto no sistema da central de liquidação e custódia (CETIP). Mudanças recentes simplificaram os processos de emissão e controle dos títulos, criando a necessidade de alterações no SID. Assim, o objetivo do projeto é implementar os seguintes itens: Navegação pelas funcionalidades do módulo Novo TDA no menu do SID; Importação de arquivos de depósito de TDA's do INCRA e da CETIP no SID; Emissão do Novo TDA no SID; Exclusão de arquivos de depósito INCRA e emissões de TDA's no SID; Manutenção de informações de Favorecidos; Relatórios da Dívida Mobiliária.	OE5	1	10/05/2015	Concluído	359.157,44	0,00	359.157,44
Ajuste das Rotinas de Controle de Operações de Crédito	Implementação de contas e controle por Plano Interno na Gestão de Haveres, no que concerne operações sob responsabilidade da COPEC. Consiste em ajustes na rotina de contabilização e no controle realizado por Plano Interno no O2C, bem como inclusão do Plano Interno para elaboração de relatório gerencial para subsidiar os registros contábeis, bem como o processo de conciliação de saldos das operações do PROEX e do PRONAF no controle realizado pelo DIVAT.	OE2	1	11/03/2016	Execução	0,00	0,00	0,00

Controle de Remessas	O objetivo do sistema de Controle de Remessas é cuidar do gerenciamento e do armazenamento dos arquivos de remessas enviados pelas Instituições Financeiras à COPEC. Esse módulo também conterá um mecanismo de validação sintática (validação de “layout”) de arquivos de remessa do tipo texto puro. Esse projeto vai atender as necessidades de várias áreas no que concerne ao recebimento de arquivos de Instituições Financeiras.	OE8	1	29/01/2016	Execução	(Nota 2)		
Evolução do SISPAG	Pacote de evoluções no sistema de pagamentos da COPEC.	OE3	1	29/01/2016	Execução	(Nota 2)		
Extensão da Grade Horária STR SOTN	O objetivo do projeto é permitir a extensão de grade horária do STR – Sistema de Transferência de Reservas além das 23:59, incluindo adaptação das funcionalidades relacionadas à conciliação da Conta Única, tendo em vista a possibilidade de processamento diferenciado de mensagens com a mesma data movimento, mas pertencentes a datas diferentes. A manutenção abrange todos os sistemas que compõem o SOTN – Sistema de Operações do Tesouro Nacional (Sistema Piloto, SIAFI, Sistema Âncora e SISCARP). O projeto contemplará ainda algumas alterações no SIAFI/SPB e nas rotinas da Conta Única de forma a permitir a informação tempestiva sobre Arrecadação de Receitas e Entrada de Recursos na Conta Única ao se prever a contabilização on-line das seguintes mensagens: TES0002 (Mensagem destinada para Arrecadação de receitas administradas pela RFB), TES0007 (Mensagem destinada para Arrecadação de receitas INSS), TES0001 (Mensagem destinada para Depósito Direto na Conta Única) e Erro de Quitação de Mensagens SPB.	OE5	1	04/03/2016	Execução	10.896,00	(Nota 1)	10.896,00
Fundos 1.0 - Fundos Garantidores	O objetivo do projeto é desenvolver um novo sistema com vistas a internalizar a solução que a equipe da COFIS utiliza no controle das movimentações do Fundos, com foco em Fundos Garantidores, agregando funcionalidades que permitirão o acompanhamento da evolução patrimonial desses fundos	OE3	2	15/09/2015	Concluído	(Nota 2)		
Fundos 2.0 - Fundos Diversos	O Projeto Fundos - Fundos Diversos surgiu da necessidade de substituir a solução antiga, desenvolvida em Access, por uma nova solução em APEX, de modo a garantir sua sustentação pela área de TI.	OE3	1	28/10/2015	Concluído	(Nota 2)		
PMO Crescer	O objetivo do Sistema Crescer é o processamento dos arquivos de remessas de Instituições Financeiras relacionadas ao Programa Crescer, incluindo a validação de regras de negócio, o cálculo do valor a ser pago pelas operações de crédito válidas e a sinalização das operações que violam as regras do Programa de Microcrédito Orientado Crescer. O sistema armazenará e permitirá a extração dessas informações.	OE2	1	31/01/2015	Concluído	(Nota 2)		
R COMUNICA 2.0	O objetivo do projeto é evoluir o sistema RComunica para incorporar algumas melhorias relativas a adição de campos e layout de relatórios. Essas melhorias ampliarão o uso da solução, tornando-a mais útil para outras áreas de negócio da STN.	OE6	1	10/06/2015	Concluído	(Nota 2)		
SIPAR - Módulo de Participações Societárias	O Sistema de Participações Societárias - SIPAR visa o controle de todos os atos e fatos contábeis das empresas estatais que afetam a COPAR, a seleção, o acompanhamento e a avaliação dos conselheiros fiscais e a Análise econômico financeira das empresas estatais federais.	OE2	2	19/02/2016	Execução	1.169.051,93	346.335,43	1.515.387,36
SISGRU - Módulo de Agregação	O objetivo do SISGRU – Módulo de Agregação é acrescentar novas funcionalidades ao sistema, que já se encontra em produção (https://www.sisgru.tesouro.gov.br), visando realizar a contabilização agregada dos Registros de Arrecadação (RA). Além disso, serão definidas as regras para os casos que farão uso da contabilização agregada e com isso evitar “estouros” de numeração de RA’s, que impactam o ambiente de produção do SIAFI e geram custos com intervenções do SERPRO para regularização. Após a implantação do	OE5	1	11/09/2015	Concluído	96.827,48	124.162,00	220.989,48

	módulo de agregação, a consulta detalhada dos valores poderá ser visualizada somente no SISGRU.							
SISGRU – Retificação em Lote e Parcial	O objetivo do projeto é oferecer aos usuários a capacidade de retificar GRU's de forma parcial e em lote. A retificação parcial consiste na retificação de parte do valor do documento. Hoje, é possível apenas retificar o documento inteiro. A retificação em lote auxiliará o usuário a retificar diversos documentos que possuem o mesmo erro. E não haverá necessidade de retificar individualmente cada GRU.	OE5	1	02/05/2016	Execução	0,00	0,00	0,00
SISPROFI - Módulo Acomp	O SISPROFI - Sistema de Programação Financeira é uma solução de Inteligência de Negócio que visa prover informações para suporte à tomada de decisões no processo de Programação Financeira a partir da consolidação e análise de dados. A solução utilizará como fonte de dados o EDW-STN (Armazém Corporativo de Dados) que vem sendo construído no âmbito do Projeto Tesouro Gerencial, o qual objetiva reunir de maneira sistemática os diversos temas de negócio de interesse da STN. O ACOMP é um relatório de acompanhamento diário de receitas e despesas primárias do Governo Central. Por meio do ACOMP Diário é possível verificar se a arrecadação de receitas e realização de despesas correspondem ao inicialmente previsto e de que maneira esses eventos podem impactar ações planejadas para o restante do exercício. Com a implantação do módulo SISPROFI – ACOMP espera-se que o relatório seja gerado de forma automática, diminuindo seu tempo de elaboração, aumentando a confiabilidade da informação e mitigando o risco operacional.	OS5	1	31/03/2016	Execução	0,00	0,00	0,00
SISPROFI Fase II - Exploração de Dados	O projeto tinha como objetivo, além da geração dos relatórios previstos na primeira fase, em carácter definitivo, também o uso de recursos estatísticos e econométricos. A intenção do sistema seria permitir obter: <ul style="list-style-type: none"> • Previsão das receitas e das despesas do Governo Central tendo o objetivo de controlar a evolução do déficit/superávit fiscal estabelecido na LDO; • Realizar simulações de cenários a partir de variações nos parâmetros de entrada; • Identificar antecipadamente tendências e desvios em relação às previsões; • Quantificar o possível impacto de fatos inesperados no cumprimento das previsões; • Sugerir as ações necessárias para alcançar objetivos pré-determinados; • Avaliar a aderência com a realidade de modelos de previsão alternativos, visando a máxima precisão; • Rastrear as diversas mudanças das previsões ao longo do tempo, a fim de melhorar continuamente a qualidade do processo de previsão das receitas e despesas na GEPLA/COFIN; • Prover as informações resultantes para o ambiente único de visualização de dados, implantando na fase 1 (relatórios, gráficos e consultas ad hoc). 	OS5	1	31/03/2015	Concluído	1.215.628,60	(Nota 1)	1.215.628,60
SADIPEM/CDP - Cadastro de Dívida Pública	O objetivo do projeto é aperfeiçoar o sistema atual, provendo uma nova interface para a coleta de dados sobre as dívidas públicas de Estados e Municípios. A solução será construída como um módulo do SADIPEM e essas informações serão disponibilizadas por meio de consulta pública para toda a sociedade.	OE5	1	02/05/2016	Execução	0,00	0,00	0,00
CAUC: 2ª FASE	O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC é um sistema que consolida as informações a serem verificadas pelo gestor público do órgão ou entidade concedente quanto ao cumprimento das exigências legais estabelecidas aos estados e municípios para o recebimento de transferências voluntárias de recursos da União, além de ser utilizado para comprovar a situação de adimplência nas liberações de operações de crédito interno ou concessão de garantia da União. Ele foi criado para	OS4	1	31/08/2015	Concluído	109.338,66	(Nota 1)	109.338,66

	simplificar a verificação, pelo gestor público ou entidade concedente, do atendimento, pelo conveniente e pelo ente beneficiário de transferência voluntária de recursos da União, de treze das vinte e uma exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e demais legislação aplicável, ao reduzir a burocracia desse processo e o volume de papéis, e otimizar o arquivamento e espaço físico para guarda de comprovantes.							
Observatório de Operações de Crédito	O objetivo do projeto é prover uma solução de BI (Business Intelligence) com escopo envolvendo a visualização de telas para Dados Básicos do SADIPEM, Pedidos de Verificação de Limites e Condições e Processos, bem como um Painel Gerencial para tomada de decisão.	OE2	1	31/08/2015	Concluído	(Nota 2)		
Painel de Situação Fiscal dos Entes Estaduais	Construir um painel de visualização de dados sobre a situação fiscal dos Entes Estaduais (Painel do Ministro 2.0) em uma plataforma tecnológica mais avançada, em substituição à solução atualmente implementada em planilhas (Painel do Ministro 1.8).	OE4	1	15/01/2016	Execução	(Nota 2)		
SADIPEM	O Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM é um sistema via WEB para o envio e análise dos pleitos de operações de crédito dos entes federativos. A ferramenta permitirá o envio de grande parte da documentação relativa aos pleitos de operações de crédito das instituições financeiras e dos entes federativos para a STN. Os objetivos do SADIPEM são: Aumentar a comunicação entre as partes envolvidas no processo; Propiciar agilidade, transparência e controle no envio à STN e na análise de operações de crédito e de garantias da união; Dar clareza a análise apontando de maneira célere as falhas documentais que, por ventura, possam ocorrer no momento do preenchimento; Automatizar rotinas com confiabilidade tecnológica.	OE5	1	15/09/2015	Concluído	5.600.384,13	932.700,30	6.533.084,13
SADIPEM - Relatórios Gerenciais	Evoluir solução feita em Java/Desktop para ambiente Web, mais amigável, seguro e flexível.	OE5	1	08/12/2015	Concluído	(Nota 2)		
SAHEM	O Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios – SAHEM tem como objetivo reduzir o risco tecnológico associado à solução de software atualmente em uso pela COAFI (Sistema Resolução 43), especialmente no que tange à capacidade de armazenamento de grande volume de informação, à segurança dos dados armazenados, à estabilidade do sistema e à garantia de que este poderá ser mantido e aprimorado no futuro. Não se trata apenas de um projeto de migração de plataforma, mas sim um sistema com o objetivo de substituir os dois principais sistemas em uso pela GEFIG e automatizar os seus principais processos de trabalho, aumentando a sua produtividade e reduzindo o nível de trabalho manual.	OS4	1	30/09/2016	Execução	2.961.109,17	343.450,69	3.304.559,86

Fonte: STN/COSIS

* Relação com a tabela de Objetivos Estratégicos do Plano Estratégico de TI – PETI (ver tabela 01)

** Relação com a tabela de Objetivos Estratégicos do Plano Estratégico Institucional – PEI (ver imagem 02)

Nota 1: Custo não individualizável, pois o ambiente é contratado para vários serviços de maneira compartilhada.

Nota 2: Projetos desenvolvidos e produzidos internamente, com consumo orçamentário indireto (utilizam recursos de software e hardware resultantes de investimentos anteriormente realizados).

- Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a Unidade.

A STN/COSIS, com o objetivo de diminuir a dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI à STN, tomou as seguintes medidas:

- Criação de uma equipe interna de análise de negócio e elicitação de requisitos;
- Criação de uma equipe interna de arquitetura, desenvolvimento e manutenção de software;
- Definição e adoção de padrões tecnológicos e ferramentas de desenvolvimento para uso interno;
- Internalização de tecnologias legadas com base em padrões tecnológicos previamente definidos;
- Retenção da propriedade intelectual técnica (código, design, etc.) e de negócio (requisitos, modelagem de negócio, etc.);
- Retenção da propriedade e acesso aos Dados de Negócio, sendo possível acessá-los diretamente ou por meio de formatos padronizados; e
- Separação de fornecedores (Projetos Estratégicos, Intranet, Business Intelligence, etc.), facilitando eventual necessidade de substituição e diminuindo o risco de fornecedor único.

Essas medidas permitiram a redução de custos e riscos associados à terceirização, ao passo em que foi mantida a qualidade na entrega de soluções tecnológicas profissionais e seguras, com alta satisfação dos clientes internos.

8.3 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

- Política Fiscal – Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais

- Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

A STN, no que tange às suas competências institucionais de gestão de fundos, tem sob sua responsabilidade direta o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS e o Fundo PIS/PASEP, acompanhados pela Gerência de Fundos e Programas – GEFUP, da Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Programas – COFIS.

O FCVS foi criado por intermédio da Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação - BNH e suas finalidades podem ser sintetizadas em: i) garantir o limite de prazo para a amortização dos financiamentos habitacionais concedidos no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, assumindo, em nome do mutuário, o saldo devedor residual no decurso do prazo de financiamento contratado; ii) assumir, em nome do mutuário, os descontos concedidos nas liquidações antecipadas, nas renegociações e nas transferências de contratos de financiamento habitacional, observada a legislação pertinente; e iii) oferecer cobertura direta aos eventos de morte e invalidez permanente - MIP, danos físicos ao imóvel - DFI e responsabilidade civil do construtor - RCC dos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta Apólice de Seguro Habitacional do SFH - ASH/SFH.

A gestão do FCVS compete ao Ministério da Fazenda, nos termos do artigo 3º da Portaria nº 118, de 19 de setembro de 1989, do Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social, e a atuação do Fundo é disciplinada pelo seu Conselho Curador - CCFCVS, órgão de deliberação colegiada integrante da estrutura do MF. O CCFCVS dispõe de uma Secretaria Executiva vinculada à Secretaria do Tesouro Nacional/COFIS/GEFUP.

A administração do FCVS cabe à Caixa Econômica Federal a quem compete, dentre outras funções, elaborar a prestação de contas anual do Fundo, que é submetida a apreciação e aprovação do CCFCVS. As demonstrações contábeis, prestação de contas e relatório de gestão do Fundo são elaboradas de modo individualizado e disponibilizados pela CAIXA no sítio eletrônico

www.caixa.gov.br/downloads. Demais informações sobre o Fundo podem ser consultadas no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/fundo-de-compensacao-de-variacaoes-salariais-fcvs.

O Fundo PIS/PASEP, por sua vez, é o resultado da unificação dos fundos do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, programas de poupança compulsória para trabalhadores dos setores privado e público, respectivamente, e foi instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, com vigência a partir de 1º de julho de 1976, sendo regulamentado, atualmente, pelo Decreto nº 4.751, de 17 de junho de 2003.

O Fundo é constituído por contas individuais dos participantes do PIS e do PASEP que foram abastecidas por contribuições até a data de promulgação da Constituição Federal de 1988. Apesar da unificação dos fundos PIS e PASEP, esses dois programas têm patrimônios distintos e dois agentes operadores: a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, respectivamente. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES é o agente encarregado da aplicação dos recursos do Fundo PIS/PASEP.

A gestão do Fundo PIS/PASEP é exercida pelo seu Conselho Diretor, órgão de deliberação colegiada vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional. O Conselho Diretor dispõe de uma Secretaria Executiva localizada na GEFUP/COFIS. A prestação anual de contas do Fundo PIS/PASEP abrange quatro documentos: o Relatório de Atividades e Balanço do Fundo, organizado pelo Conselho Diretor; o Relatório de Atividades do PIS, feito pela CAIXA; o Relatório de Atividades do PASEP, a cargo do BB; e o Relatório de Aplicação de Recursos, preparado pelo BNDES. As informações completas sobre o Fundo PIS/PASEP estão disponíveis no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br/fundo-pis-pasep.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

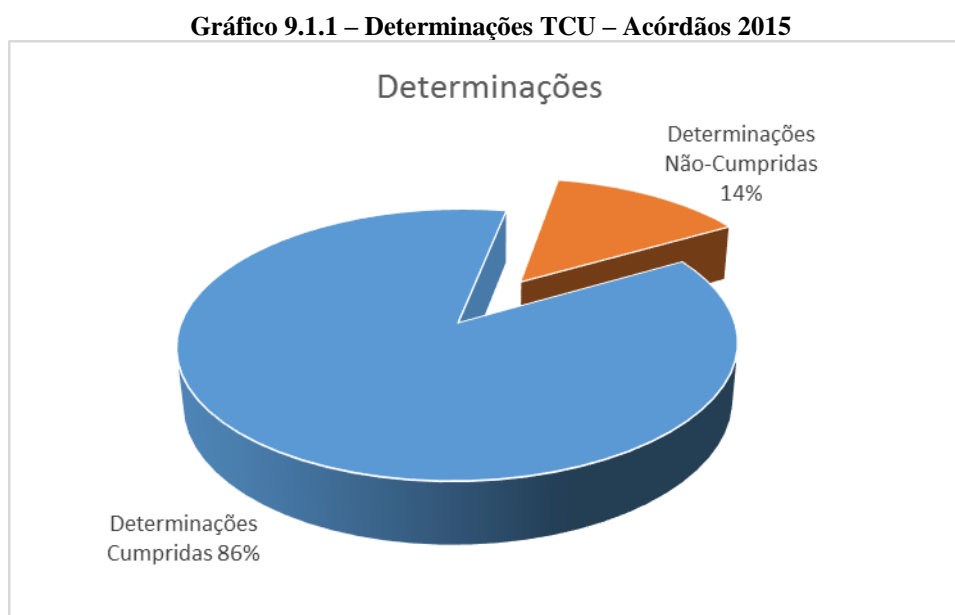
Esta STN, por meio da Assessoria de Controle Interno (ASSCI), acompanha as demandas originárias dos Órgãos de controle Externo (TCU) e Interno (CGU), utilizando as seguintes ferramentas:

- Pastas eletrônicas constantes da Rede Local da STN, que contêm as demandas recebidas e distribuídas, os vencimentos, as respostas elaboradas e enviadas e o status (pendente, respondida e respondida parcialmente).
- Planilhas de controle contendo as demandas, os prazos e o status.
- Sistema COMPROTDOC de recebimento e processamento das demandas.

9.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Quanto às deliberações feitas pelo TCU em acórdãos para o exercício de 2015, informamos a seguir a quantidade de determinações e recomendações recebidas comparativamente à quantidade atendida, por classificação.

- *Deliberações do TCU – Recebidas no Exercício 2015*



Fonte: ASSCI/GABIN

Tabela 9.1.1 – Determinações TCU – Acórdãos 2015

Determinações Cumpridas	44	86%
Determinações Não-Cumpridas	7	14%
Determinações Totais	51	100%

Fonte: ASSCI/GABIN

Gráfico 9.1.2 – Recomendações TCU – Acórdãos 2015



Fonte: ASSCI/GABIN

Tabela 9.1.2 – Recomendações TCU – Acórdãos 2015

Recomendações Cumpridas	16	94%
Recomendações Não-Cumpridas	1	6%
Recomendações Totais	17	100%

Fonte: ASSCI/GABIN

Obs: As determinações / recomendações não cumpridas são aquelas sem prazo definido ou suspensas em decorrência de recurso de reexame.

- Deliberações do TCU – Atendimento

Quadro 9.1.1 – Deliberações do TCU do julgamento de contas que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 005.335/2015-9	2461/2015	5	Ofício Notificação nº 291/2015	24/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria do Tesouro Nacional				
Descrição da determinação/recomendação				
Item 5.3.1.1 Ao Ministério da Defesa e à Secretaria do Tesouro Nacional, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, que tomem as providências necessárias para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação do passivo referente às pensões relativas aos militares das Forças Armadas, permitindo assim a apresentação dessa informação no Balanço Patrimonial da União e a divulgação das prem issas e detalhamentos em notas explicativas já para o exercício de 2015 e seguintes.				
Justificativas para o não atendimento				
Item 5.3.1.1 A Secretaria do Tesouro Nacional foi informada mediante o Memorando 16/2016/AECI/GMF/MF-DF, de 28 de março de 2016, quanto da apreciação pelo Plenário do TCU, do Recurso de Reexame interposto pela Secretaria				

de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa. Cabe observar que a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda recebeu o Ofício 0036/2016 – TCU/Serur, de 7/3/2016, protocolado no dia 23/03/2016, comunicando que o efeito suspensivo alcança os comandos do Acórdão 2.461/2015 – Plenário, referenciados na Portaria Conjunta nº 1, de 14/01/2016, subscrita pelos Secretários-Executivos do Ministério da Fazenda e da Casa Civil da Presidência da República e pelo Secretário-Geral do Ministério da Defesa, porquanto, compulsando os autos do TC 005.335/2015-9 (Contas do Governo de 2014), verifica-se que fazem menção a Acórdão que se encontra com efeito suspensivo em razão do despacho do Ministro Vital do Rêgo, conforme abaixo:

“Conheço do pedido de reexame interposto pela Secretaria de Coordenação e Organização Institucional, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, suspendendo-se os efeitos do item 9.6 e 9.7 do Acórdão 2314/2015-TCU-Plenário, em relação ao recorrente, conforme exame de admissibilidade realizado pela unidade técnica”.

Fonte: STN/ASSCI

9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES FEITAS PELA CGU

Quanto às deliberações feitas pela Controladoria-Geral da União - CGU e em monitoramento via Plano de Providências Permanente – PPP para o exercício de 2015, informamos a seguir a quantidade de recomendações recebidas comparativamente à quantidade atendida, em atendimento, e também canceladas pela CGU, em razão da perda de seu objeto.

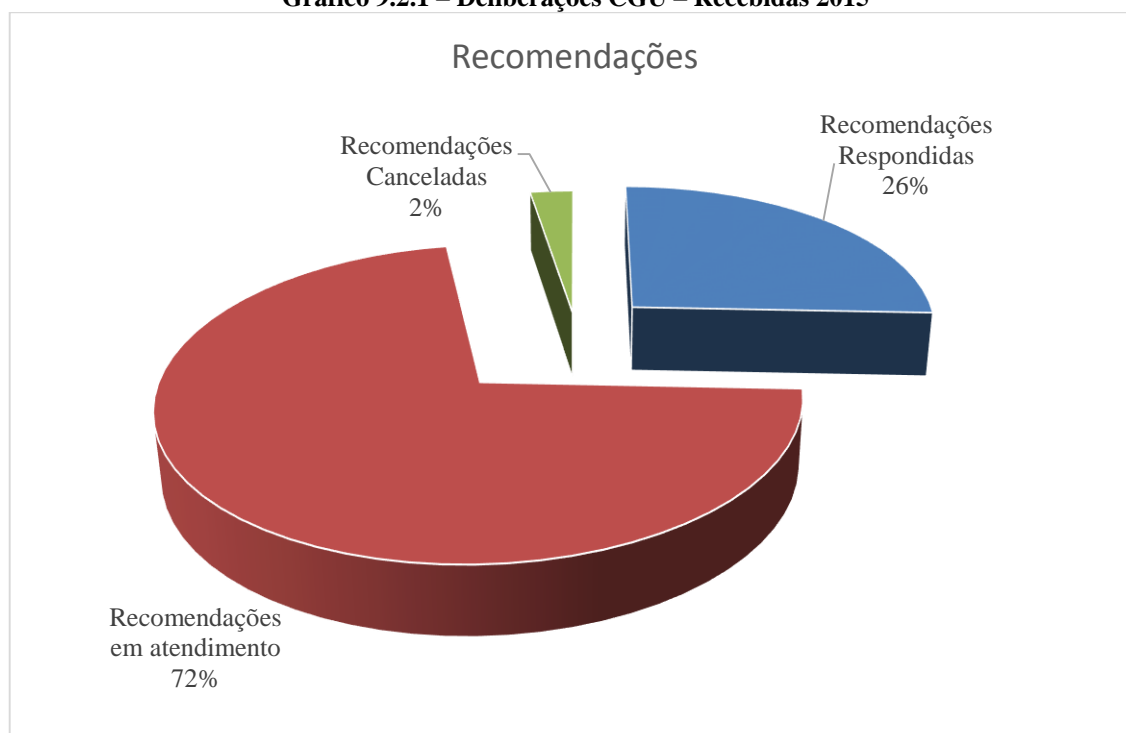
- *Recomendações da CGU – Recebidas no Exercício 2015*

Quadro 9.2.1 – Recomendações CGU – Recebidas 2015

TOTAL	RESPONDIDOS	CANCELADAS	EM ATENDIMENTO
39	10	1	28

Fonte: ASSCI/GABIN

Gráfico 9.2.1 – Deliberações CGU – Recebidas 2015



Fonte: ASSCI/GABIN

9.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Não se aplica.

9.4 CRONOGRAMA DE SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS IRREGULARES

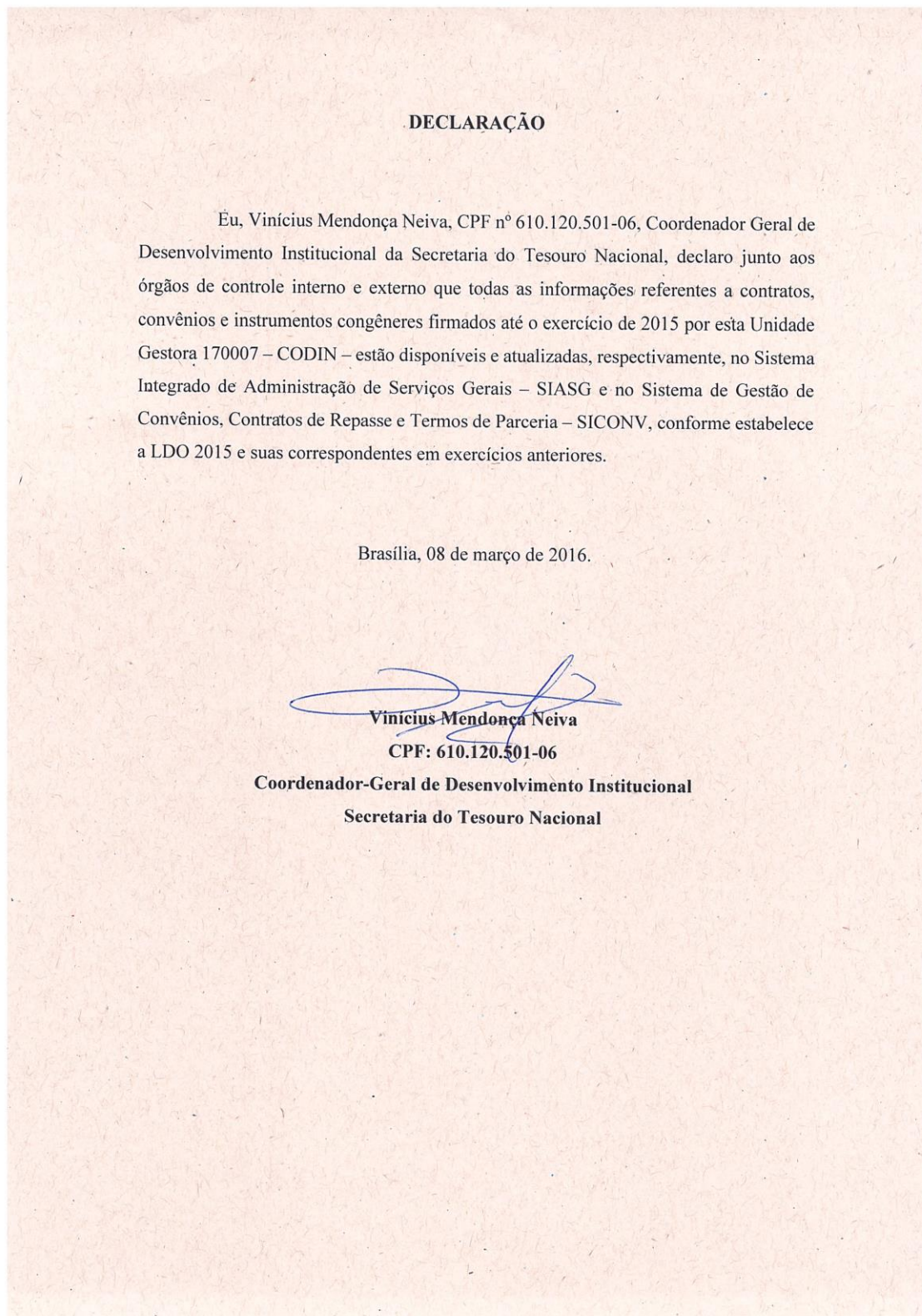
Não se aplica.

10. ANEXOS E APÊNDICES

- *Declarações de Integridade*

- *Integridade e Completude das Informações dos Contratos e Convênios nos Sistemas*

Quadro 10.1 – Declaração referente a contratos e convênios



Fonte: STN/CODIN

- *Integridade e Completude Quanto à Entrega das Declarações de Bens e Rendas (DBR)*

Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 10.2 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	36		
	Entregaram a DBR	36		
	Não cumpriram a obrigação	-		

Fonte: STN/CODIN